



Diversidade:
Diferentes,
não
Desiguais

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-090-2

DOI 10.22533/at.ed.902190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO	
Vivian da Veiga Silva Ana Maria Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9021905021	
CAPÍTULO 2	7
“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	
Rafael Paulino Juliani Rosemeire Aparecida Scopinho	
DOI 10.22533/at.ed.9021905022	
CAPÍTULO 3	16
“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA	
Alexandre Gaspari	
DOI 10.22533/at.ed.9021905023	
CAPÍTULO 4	23
A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Ana Claudia Lopes Venga Larissa Valim de Oliveira Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9021905024	
CAPÍTULO 5	36
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	
Ana Carla Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9021905025	
CAPÍTULO 6	47
BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!	
Lorena Marinho Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.9021905026	
CAPÍTULO 7	59
CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO	
Cláudia Pereira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.9021905027	
CAPÍTULO 8	81
BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?	
Alexandra Sudário Galvão Queiroz Maicon Salvino Nunes de Almeida Celia Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.9021905028	

CAPÍTULO 9 88

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Bruna Afonso Gibim

Rafael De Tilio

DOI 10.22533/at.ed.9021905029

CAPÍTULO 10 94

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Alberto Magalhães Pires

Taiwana Batista Buarque Lira

Karla Romana Ferreira de Souza

Rianne Rodrigues de Lira

Wanderson Santos Farias

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.90219050210

CAPÍTULO 11 106

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Felipe Silva Duarte

Joseane de Queiroz Vieira

DOI 10.22533/at.ed.90219050211

CAPÍTULO 12 114

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisia Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.90219050212

CAPÍTULO 13 121

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTQTTI

Deyvid Braga Ferreira

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.90219050213

CAPÍTULO 14 136

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

DOI 10.22533/at.ed.90219050214

CAPÍTULO 15	151
FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Dejeane de Oliveira Silva	
Mirian Santos Paiva	
Edméia de Almeida Cardoso Coelho	
Fernanda Matheus Estrela	
Raiane Moreira Coutinho da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.90219050215	
CAPÍTULO 16	162
GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS	
Andrea Geraldí Sasso	
Fabiane Freire França	
DOI 10.22533/at.ed.90219050216	
CAPÍTULO 17	173
INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES	
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros	
Wanessa Oliveira Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
José Humberto Silva Filho	
Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos	
DOI 10.22533/at.ed.90219050217	
CAPÍTULO 18	186
MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Lycia Rinco Borges Procópio	
Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.90219050218	
CAPÍTULO 19	194
O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS	
Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.90219050219	
CAPÍTULO 20	201
O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Lissa Furtado Viana	
Emannuely Cabral de Figueiredo	
Otávio Evangelista Cruz	
Raíssa Feitosa Soares	
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.90219050220	
CAPÍTULO 21	210
PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS	
Izabel Cristina Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.90219050221	

CAPÍTULO 22 221

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz
Tânia Moura Benevides

DOI 10.22533/at.ed.90219050222

CAPÍTULO 23 231

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho
Dalvanira Elias Camelo

DOI 10.22533/at.ed.90219050223

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO

Vivian da Veiga Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –
Campus do Pantanal
Corumbá/Mato Grosso do Sul

Ana Maria Gomes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –
Faculdade de Ciências Humanas
Campo Grande/Mato Grosso do Sul

RESUMO: A obra do cineasta Pedro Almodóvar é marcada pela contestação das normas sociais vigentes e pela abordagem de temas referentes à gênero e sexualidade, interpelando a sociedade patriarcal e heteronormativa com a “naturalização” dos corpos e dos comportamentos considerados dissidentes. O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre o filme *A pele que habito* (2011): como forma de vingar-se do estuprador de sua filha, o cirurgião Robert realiza em Vicente uma cirurgia de redesignação sexual, transformando-o em Vera. A partir dessa história e de outras narrativas utilizadas por Almodóvar para compor seu filme, é possível discutir temáticas como violência de gênero, padrões estéticos e (re)construções de identidades de gênero e de corporalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Almodóvar; *A pele que habito*; identidades de gênero; corporalidades.

ABSTRACT: The work of the filmmaker Pedro Almodóvar is marked by the challenge of the current social norms and the approach of themes related to gender and sexuality, questioning the patriarchal and heteronormative society with the “naturalization” of bodies and behaviors considered dissidents. This article aims to propose a reflection on the film *The Skin I Live* (2011): as a way to avenge the rapist of his daughter, the surgeon Robert realizes in Vicente a sexual readjustment surgery, transforming it into Vera. From this story and other narratives used by Almodóvar to compose his film, it is possible to discuss themes such as gender violence, aesthetic standards and (re) constructions of gender identities and corporalities.

KEYWORDS: Almodóvar; *The Skin I Live*; gender identities; corporalities

1 | INTRODUÇÃO

A obra cinematográfica de Pedro Almodóvar é marcada pela contestação das normas sociais vigentes e pela abordagem de temas referentes a gênero e sexualidade. Através da apresentação de personagens que vão das mulheres históricas às travestis que engravidam suas companheiras, o cineasta interpela a sociedade patriarcal e

heteronormativa com a “naturalização” dos corpos e comportamentos considerados dissidentes.

Todas essas temáticas convergem no filme *A pele que habito* (2011), em que Almodóvar utiliza de várias influências cinematográficas e literárias para contar a história de Robert, um cirurgião plástico que executa uma cruel vingança contra o estuprador de sua filha: por meio de uma cirurgia, transforma Vicente em Vera, mantendo-a como prisioneira e à mercê de seus desejos.

O que poderia ser apenas mais um *thriller* psicológico sobre busca de vingança, nas mãos de Almodóvar, se transforma em um campo fértil de análise das relações de gênero e de suas práticas violentas, bem como das construções e (re)construções das identidades de gênero. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar esses elementos apresentados nessa obra cinematográfica, bem como de duas referências utilizadas pelo cineasta: o livro *Tarântula* (1984), do escritor Thierry Jonquet, e o filme *Os olhos sem rosto* (1960), do diretor George Franju.

2 | O GÊNERO SUBMISSO

De acordo com Scott (1995, p.86), gênero é uma categoria útil de análise para compreender diversas esferas de nossa sociedade, sendo um aspecto relacional e que não deve ser utilizado como sinônimo de mulher, sendo compreendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...]”.

Nesse sentido, a representação e os valores referentes ao feminino são construídos em uma relação diametralmente oposta à representação e aos valores referentes ao masculino, de maneira a expressar relações desiguais de poder, no qual o feminino surge como elemento submisso e dominado pelo masculino.

De Lauretis (1987), leva até o cinema a perspectiva exposta acima, quando diz que este coloca-se como uma tecnologia de gênero, no sentido de que o aparato cinematográfico produz discursos e representações de gênero. Porém, não se trata apenas do modo pelo qual a representação de gênero é construída, mas como é subjetivamente absorvida por cada pessoa a quem se dirige. Para a autora, a sexualidade no cinema não é gendrada (marcada por especificidades de gênero), mas é na verdade um atributo ou uma propriedade do masculino.

Já em 1960 encontramos um exemplo no filme *Os olhos sem rosto*, em que o professor e cirurgião plástico Génessier busca reconstruir o rosto de sua filha Christiane, que foi destruído em um acidente automobilístico. Com o auxílio de sua assistente, Louise, ele rapta e mutila belas jovens, na tentativa de realizar um transplante de rosto. E chegamos, então, em Pedro Almodóvar e seu filme.

Além do visual e da estética, Almodóvar utiliza referências e elementos dessa obra cinematográfica para compor *A pele que habito*. Primeiramente, podemos

destacar a relação ciência e ética. Nos dois filmes, trata-se de cirurgias plásticas, cientistas renomados, que realizam experiências com cobaias humanas sem nenhuma preocupação com a ética: Robert realiza uma cirurgia de redesignação sexual forçada e utiliza o corpo de Vicente/Vera como base para realização de experiências de transformação das características da pele humana, tornando-a mais resistente; Génessier rapta e mutila jovens mulheres em busca de um transplante de rosto para sua filha, descartando, sem remorsos, os corpos das mesmas, tratando esses corpos como objetos a serem utilizados e posteriormente descartados e forçando a filha a ser submetida a inúmeras cirurgias, mesmo contra sua vontade, tornando o corpo da própria filha também um objeto a ser moldado por sua obsessão.

No mundo real e no mundo cinematográfico, a manipulação dos corpos é antiga e recorrente, sobretudo dos corpos femininos. Cada período histórico determina os padrões estéticos que devem ser seguidos, porém, ao remetermos às relações desiguais e assimétricas de gênero e ao fato de que o homem sempre se coloca como sujeito histórico e detentor do discurso científico, percebemos que o gênero masculino acaba por determinar o que é belo e o que é feio, o que deve ser mudado e readequado. Em *Os olhos sem rosto*, é o padrão de beleza a qualquer custo do pai (masculino) que é buscado e não o desejo da filha que quer recuperar seu rosto, mas não a qualquer preço. Da mesma forma, atualmente as jovens acabam buscando ao preço de, muitas vezes, sua vida e saúde uma estética que é construída e vinculada ao desejo masculino e não aos delas.

Almodóvar também utilizou como referência para o roteiro de seu filme o livro *Tarântula* (1984), do escritor francês Thierry Jonquet. Na obra literária, Richard Lafargue mantém aprisionada em sua casa Ève, uma bela mulher. Por trás desse cativo, existe uma história de obsessão e vingança: a filha de Richard, Viviane, foi violentamente estuprada, o que a levou a um estado de transtorno mental e a internação em um manicômio. Para vingar-se, Richard captura um dos estupradores, Vincent, e executa sua vingança, impondo-lhe uma mudança de sexo, tornando-o Ève.

Embora o filme de Almodóvar tenha um desenvolvimento próprio, alguns elementos presentes no livro são mantidos no filme, sobretudo o enredo: movido pelo desejo de vingança contra o homem que estuprou sua filha, o médico o captura e realiza uma cirurgia de redesignação sexual forçada. Com isso, podemos questionar: por que transformar um corpo masculino em um corpo feminino coloca-se como um ato de vingança? Porque ao corpo feminino é permitido e tolerado todo o tipo de submissão e violência; a sociedade patriarcal e machista, as relações de gênero desiguais e assimétricas justificam os atos de violência cometidos contra o feminino. Por isso, não se trata de extirpar o pênis utilizado para violar suas filhas, mas de transformar um corpo de violador em um corpo a ser violado.

E é justamente isso que os respectivos personagens farão com suas respectivas vítimas: realizar uma violência de gênero. Richard força Ève a se prostituir, sobretudo com clientes que empreguem métodos sádicos; Robert guarda Vera para si, para

satisfazer seus próprios desejos, inclusive colocando nela o rosto de sua falecida esposa. Nos dois casos vemos duas expressões de violência: a transexualidade forçada, que fere a identidade de gênero de Vincent e Vicente; e uma vez que seus corpos masculinos são transformados em corpos femininos, Richard e Robert mantêm a imposição do exercício da sexualidade, a manipulação de seus desejos e o domínio sobre seus corpos.

Nos dois enredos, os personagens que praticam a vingança sentem desejo por suas vítimas, mas lidam com isso de maneiras diferentes. No livro, Richard reprime seu desejo por Vicent/Ève, pois apesar do corpo feminino, ele sabia a verdade sob aquela corporalidade: uma transexualidade forçada, um corpo feminino imposto àquele que ele subjugará. No fim, ele acaba derrotado e sucumbe aos seus sentimentos por ele/ela. No filme, Robert não esconde seu desejo por Vicente/Vera, e justamente recria nele/nela o corpo e o rosto de sua falecida esposa, para justificar seu desejo.

3 | (RE)CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES DE GÊNERO E DE CORPORALIDADES

Ainda traçando um paralelo entre as duas mídias, temos a maneira como os personagens lidam com sua transexualidade forçada. No livro, Vicent sofre por sua transformação e por toda a violência ao qual é submetido, porém acaba por assumir sua nova corporalidade e torna-se Ève: “[...] Sim, era este o plano dele! Não humilhá-la, prostituindo-a após havê-la castrado, defumado, estragado, após haver destruído seu corpo para com ele construir outro, um brinquedo de carne [...]” (JONQUET, p. 146). Ao final, Ève tem a chance de matar Richard e fugir, porém, desiste. Após matar Alex, Richard, derrotado, entrega a arma para Ève.

Ele a fitava, seu olhar nada deixava transparecer de seus sentimentos, como se quisesse alcançar uma neutralidade que permitisse a Ève fazer abstração de qualquer piedade, como se quisesse voltar a ser Tarântula, Tarântula e seus olhos frios, impenetráveis. Ève viu-o apequenado, aniquilado. Deixou cair o colt. (p. 157).

A vingança e a violência utilizada por Richard contra Vincent/Ève é tão extrema que acaba por destruir sua identidade de gênero, deixando-lhe nada a não ser a possibilidade de aceitar sua nova corporalidade e a companhia de seu algoz. Nesse ponto, é possível refletir: será possível forçar alguém a aceitar uma nova corporalidade, aceitar a ressignificação de seu corpo, aceitar uma identidade sexual e de gênero forçadas?

No filme, Vicente se recusa a ser Vera e em várias passagens do filme isso fica explícito. Em uma primeira cena, a fúria expressada ao entrar no quarto e se deparar com os vestidos que ele/ela deveria usar a partir daquele momento, expressando a não aceitação com relação a transformação do seu corpo. Ele/Ela rasga todos os vestidos e expressa todo o horror e a fúria quando recolhe os pedaços dos vestidos

com o aspirador de pó.

Na cena seguinte, Vicente/Vera se recusa a aceitar os itens de maquiagem enviados e utiliza os lápis e os delineadores para pintar e escrever nas paredes, como uma forma de ressignificar aqueles elementos, de reorganizar sua psique e de manter Vicente vivo.

Vestidos e maquiagem representam, nas sociedades ocidentais, atributos exclusivamente femininos, embora muitas mulheres não se maquiem e prefiram calças a vestidos. Ao impor esses objetos identificados com o feminino em seu extremo, Robert reafirma a condição do corpo de Vicente transformado em Vera, como o objeto a ser enfeitado por vestidos e maquiagem.

Um dos desenhos que Vera pinta nas paredes é uma mulher que, no lugar da cabeça, tem uma casa. Isso nos leva a refletir: não será uma representação de que sua real morada, a morada de Vicente, o lugar onde ele realmente vive, é em sua cabeça, em sua mente? Pois o corpo feminino não pode abrigar o corpo de Vicente, então ele só pode existir na mente de Vera. Isso também se mostra no interesse de Vera pela yoga, a partir do momento em que a instrutora fala que os exercícios permitem ter a existência que cada um quiser ter, que os exercícios libertam a mente para sermos quem quisermos ser. É também, em sua cabeça/casa que se dá a resistência da identidade real de Vicente e a negação a aquela imposta. Da mesma maneira que travestis e transexuais negam o corpo masculino apesar de toda a agressão que sofrem nas várias instâncias da sociedade e resistem se vestindo e se maquiando conforme ao gênero que corresponde ao íntimo de seu ser.

Em outra cena, Vera demonstra tristeza ao afirmar, frente a um colega de Robert, que chegou ali pelos próprios pés e que sempre foi uma mulher, olhando uma antiga foto sua estampada nos jornais, na seção de desaparecidos. Por fim, Vera mata Robert e consegue voltar para encontrar sua mãe. E como explicar para ela que agora Vicente habita outra pele? Como explicar a si mesmo que Vicente deverá habitar a pele de Vera? Com essa reflexão, conseguimos alcançar toda a crueldade do ato empregado por Robert: além de utilizar o corpo de Vicente, transformado em Vera, como mero instrumento da satisfação de seus desejos, de utilizá-lo como cobaia para seus experimentos científicos, ele ainda obriga Vicente a habitar uma pele que não é a sua, talvez para sempre.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a produção cinematográfica de Pedro Almodóvar se coloca como uma importante tecnologia de gênero no sentido em que permite refletir e repensar corpos e comportamentos considerados dissidentes, bem como propõe repensarmos as representações sociais de gênero vigentes.

O filme *A pele que habito* permite a reflexão sobre diversas temáticas, como

padrões estéticos, violência de gênero e, sobretudo, as possibilidades de (re) construções de identidades de gênero e corporalidade, ao abordar a transexualidade e as conseqüências de uma redesignação sexual forçada.

REFERÊNCIAS

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p.206-242.

JONQUET, Thierry. **Tarântula**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: vol. 20, n.02, jul/dez. 1995, págs. 71-99.

Filmografia

- **Os olhos sem rosto** (1960) – Direção: Georges Franju/Roteiro: Pierre Boileau, Thomas Narcejac, Jean Redon, Claude Sautet e Pierre Gascar

- **A pele que habito** (2011) – Direção e roteiro: Pedro Almodóvar

“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Rafael Paulino Juliani

Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade – NUESTRA. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
São Carlos – São Paulo

Rosemeire Aparecida Scopinho

Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade – NUESTRA. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
São Carlos – São Paulo

RESUMO: Por conceber sexo, gênero e sexualidade baseados em sistemas binários, naturais e fixos e por organizar as práticas sociais a partir da premissa de que a heterossexualidade é a única e correta forma de viver a sexualidade, diz-se que nossa sociedade é, hegemonicamente, heteronormativa. Marginalizam-se, assim, todas as outras formas de configuração e vivência das identidades de gênero e sexualidades que permeiam os extremos binários (masculino/feminino, hétero/homossexual). Desta forma, percebe-se a exclusão psicossocial de pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros) em diversos âmbitos da vida social, impactando significativamente também nas suas relações de trabalho. Este cenário acirra-se desde a década de 1990, quando as profundas mudanças ocorridas no mundo do

trabalho vêm dificultando ainda mais o acesso e a permanência de pessoas que, visivelmente, fogem do padrão posto no mercado de trabalho formal. Este trabalho pretende analisar as representações de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca de suas trajetórias de vida e suas relações com o trabalho. Adota-se uma metodologia qualitativa, entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados, analisados por meio de análise temática. Os dados apontam para vivências de preconceito nos âmbitos familiares, escolares e profissionais que impactam na forma como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros e condicionam a maneira como se relacionam socialmente. A escola e o trabalho adquirem sentido de local de constrangimento, sofrimento, luta, mas também de superação, realização, utilidade e exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade, trajetórias de vida, exclusão psicossocial, sentidos do trabalho.

ABSTRACT: By conceiving sex, gender and sexuality based on binary, natural and fixed systems and by organizing the social practices from the premise that heterosexuality is the only and the correct way of living sexuality, it is said that our society is hegemonically heteronormative.

Thus, all the other forms of configuration and experience of the gender identities and sexualities that permeate the binary ends (male / female, heterosexual / homosexual) are marginalized. In this way, the psychosocial exclusion of LGBT people (lesbians, gays, bisexuals and transgenders) can be perceived in several spheres of social life, also significantly affecting their working relationships. This scenario has been growing since the 1990s, when profound changes in the world of work have made it even more difficult for people which obviously do not fit the standard of the formal labor market to access and remain it. This paper aims to analyze the representations of a group of people who disrupt heteronormative patterns, whether for sexual orientation or gender identity, about their life trajectories and their relationships with work. It adopts a qualitative methodology, semi-structured interviews as an instrument of data collection, analyzed through thematic analysis. The data point to experiences of prejudice in the family, school and professional environments that impact on how the individuals perceive themselves and others and condition the way they relate socially. The school and the work acquire sense of place of embarrassment, suffering, struggle, but also of overcoming, accomplishment, utility and exercise of citizenship.

KEYWORDS: Heteronormativity, life trajectories, psychosocial exclusion, work significations.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é, hegemonicamente, heteronormativa. Organiza a sexualidade e o gênero de forma binária e fixa e elege a heterossexualidade como modelo correto, natural e única forma de viver a sexualidade e, conseqüentemente, de organizar a dinâmica das relações sociais. Butler (2003), a esse respeito, argumenta que gênero não é algo que somos e sim que fazemos; não é algo natural, mas sócio e culturalmente construído por meio de discursos e de ações, de maneira performativa.

Porém, ao optarmos por manter o reducionismo de gênero ao caráter unicamente biológico de ter pênis ou vagina (LEITE JÚNIOR, 2012), damos continuidade a um processo de patologização de todas as identidades que se constituem fora desse mesmo modelo e excluimos aquelas pessoas que destoam dos padrões heteronormativos colocados em diversos âmbitos da vida social, principalmente a família, a escola e também o mundo do trabalho que, apesar das crises que o envolvem, ainda possui importância fundamental na organização da vida material e simbólica dos sujeitos sociais.

Apartir da década de 1990, no caso brasileiro, intensificou-se no mundo do trabalho uma profunda reestruturação produtiva do capital. Assim, muitos dos paradigmas até então utilizados para organizar a produção e o trabalho das grandes empresas foram então substituídos (LOPES, 2009; MATTOSO; POCHMANN, 2010). Os empregos formais existentes foram, em parte, substituídos por novas e mais flexíveis formas de contratação da força de trabalho. Porém, grande parte desta força de trabalho não

possui qualificação profissional e/ou o nível de escolaridade exigidos para reinserir-se nas novas configurações das empresas. Além destas, encontram-se em situações cada vez mais excludentes aquelas pessoas que não possuem as “qualidades sociais” exigidas pelas organizações. É o caso de negros, idosos, pessoas com necessidades especiais, pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros), com barreiras ainda maiores para travestis e transexuais (pessoas TTs).

No Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo (TGEU - TRANSGENDER EUROPE, 2015), o preconceito em forma de transfobia dificulta o acesso de pessoas transgênero ao mercado formal de trabalho, a uma fonte segura de renda e a uma série de outros benefícios materiais e simbólicos, o que impacta na forma como estas pessoas percebem-se e são percebidas, não apenas pelo mercado de trabalho em si, mas pela sociedade de forma geral.

Frente ao exposto, este trabalho tem por objetivo analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca de suas trajetórias de vida e suas relações com o trabalho.

2 | MÉTODO

Do ponto de vista teórico, partimos do entendimento de que *trabalho* diferencia-se de *emprego*. Este é compreendido como uma relação formal que se estabelece, por meio de contrato firmado entre comprador e vendedor da força de trabalho. Apesar das grandes transformações que permeiam o trabalho na contemporaneidade, ele ainda tem sido um dispositivo central para garantir inserção social, acrescido de relevante valor simbólico e moral, com significativos impactos na manutenção da vida e na construção da subjetividade e identidade dos sujeitos, bem como na forma como se dão as suas relações sociais (Sennet, 2009). As *identidades sexuais e de gênero* são aqui compreendidas para além da visão biologicista e naturalizada do binarismo sexual, ou seja, são entendidas como processos históricos, culturais e performativos (Butler, 2003). As representações sociais, por sua vez, não são apenas tratadas nas suas dimensões cognitivas, mas também nas dimensões estruturais – econômicas, sociais e ideológicas – que configuram o contexto onde elas são produzidas como conhecimento que é expressão do senso comum, que serve como guia para a interpretação e organização das experiências vividas e que orienta os sujeitos nas suas relações com o mundo. Elas, portanto, tanto são o fruto quanto o motor da relação que se estabelece entre os sujeitos e as estruturas sociais (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 1994).

Do ponto de vista metodológico, para conhecer as representações sociais dos sujeitos sobre as suas relações com o mundo do trabalho nos valem das suas narrativas sobre as suas trajetórias de vida. Compartilhamos o conceito de *trajetórias*

de vida expresso por Bourdieu (1986), que compreende a vida como uma sucessão de fatos, um conjunto de acontecimentos na vida de um sujeito que se relacionam sequencial e inteligivelmente; um todo coerente e orientado, que, organizado como uma história, informa sobre os caminhos e as escolhas, à medida que transcorre cronológica e logicamente, sobre as posições e deslocamentos do sujeito no espaço social. Este autor supõe que o relato/a produção de si traz consigo a preocupação, no todo ou em partes, de dar sentido, fazer razoável, extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, estabelecer relações de causa e efeito que sejam consistentes e constantes por meio de etapas sucessivas de um desenvolvimento necessário. Assim, a noção de trajetória refere-se a uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou, então, por um mesmo grupo de pessoas, em um espaço social onde ele próprio é um devir, sujeito a constantes transformações. Cabe, assim, ao pesquisador aceitar a criação de tais sentidos, pelos sujeitos entrevistados, no processo de interpretação de suas narrativas de vida, que podem variar, quanto à forma e ao conteúdo expressos, em virtude de diversos fatores, como, por exemplo, a situação da investigação. Bertaux (1997) aponta que, diferentemente da autobiografia (narrativa escrita de um sujeito, sob um olhar global da vida), a narrativa de vida assume forma oral e funda-se no diálogo entre o investigador e o sujeito investigado.

Com base neste referencial, algumas questões nortearam a pesquisa: Como a aceitação familiar influencia a trajetória de vida e trabalho dos entrevistados? Qual é a importância da escolaridade na configuração da trajetória profissional? Que significados tem o trabalho na vivência dos sujeitos? Quais são as estratégias por eles utilizadas para inserirem-se e permanecerem no mundo do trabalho? Quais são as possibilidades que se apresentam quando eles não conseguem a inserção no mercado de trabalho formal? A partir das situações vivenciadas, como eles projetam o futuro?

Partimos da hipótese de que os entrevistados representam o trabalho como fator de inserção/interação social, além de meio para a manutenção das suas vidas. Porém, aqueles que se inserem no trabalho formal, não necessariamente encontram políticas e práticas organizacionais que lhes garantam as condições de permanência no contexto de trabalho.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas que, visivelmente, destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero. Todos residiam no estado de São Paulo e concordaram em participar da pesquisa de forma voluntária e livre, tendo também assinado um termo de consentimento livre e esclarecido.

Abaixo, segue a descrição da forma como esses entrevistados, apresentados com nomes fictícios, se identificavam, com relação às suas orientações sexuais, identidades de gênero, suas idades e profissões:

- Anderson: homem transexual, heterossexual, 43 anos, segurança;

- Bárbara: transgênero, homossexual, 37 anos, esteticista;
- Valentina: travesti, homossexual, 42 anos, enfermeira; e
- Letícia: mulher cisgênero, lésbica, 40 anos, tapeceira.

As entrevistas foram, integralmente, gravadas e, posteriormente, transcritas. Os dados foram analisados por meio do método de análise temática de conteúdo, segundo Minayo (1999).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pai de Valentina, mesmo antes de ela sentir-se atraída afetiva-sexualmente por homens, trabalhava no sentido de enquadrá-la em uma norma de comportamentos masculinos que julgava ser a correta. Para tanto, valeu-se, diversas vezes, da força física para obrigá-la, por exemplo, a tirar a camisa contra sua vontade para que pudesse fazer parte do “time sem camisa” nas partidas de futebol.

Bárbara conta que, no período escolar, passou por situações de perseguição, xingamentos e ameaças físicas (alunos de outra sala a encurralaram e tentaram queimá-la com um isqueiro enquanto a xingavam de “veadinho”). Por esta razão, diz ter sido uma criança mais solitária, com medo de se enturmar com os demais e ficar vulnerável às novas situações de violência, sendo sempre mais introspectiva nesta fase de sua vida.

Segundo Junqueira (2012), a escola brasileira, ao longo de sua história, estruturou-se com base em um conjunto de valores e crenças responsáveis por reduzir a figura do “outro”, do diferente e, conseqüentemente, inferior, pervertido, contagioso, todos aqueles que destoam do ideal social masculino, heterossexual, branco, física e mentalmente “normais”. Situações como as relatadas por Valentina e Bárbara são exemplos de um regime de vigilância e controle do gênero e da sexualidade aplicados em diversos contextos (não apenas escolares, mas familiares e até mesmo profissionais) na tentativa de manter uma ordem heterossexual das relações sociais. Estes processos de normatização impactam, direta ou indiretamente, na formação e perspectivas acadêmico-profissionais destes sujeitos, já que a escola também é local privilegiado da preparação técnica e moral para a vivência no mundo do trabalho.

Assim como nas famílias e nas escolas, o contexto de trabalho também pode tornar-se local de enquadramento dos sujeitos, seus corpos e desejos, naquilo que se entende como legítimo e adequado ao mundo produtivo. Anderson conta que, no período de treinamento de um dos empregos que teve (entregador de frios), o supervisor responsável por ensinar-lhe as rotinas da função que desempenharia desviou-se desta tarefa e empreendeu esforços para ensinar-lhe algo que julgava ser mais pertinente ao contexto de trabalho:

A pressão foi tão grande em cima daquilo que em nenhum momento ele me ensinou como preencher uma ficha, como fazer um pedido, como mexer no equipamento. Não! Ele ficou toda hora falando que mulher tem que se maquiar, a mulher bonita é a mulher que tem o cabelo assim. Ou seja, não ia trabalhar lá, não ia conseguir. Voltei a vender bala em boteco (Anderson – homem transexual, segurança).

Conforme Butler (2003) e Pereira (2012), o rompimento com o binarismo de gênero/a multiplicidade de configurações dos corpos TTs, choca e causa incômodo à sociedade, o que não ocorre apenas nas relações cotidianas, mas, principalmente, naquelas mais marcadas pelo conservadorismo e pela moral, como o contexto do trabalho. Assim, os trabalhadores LGBT, mais visivelmente fora dos padrões heteronormativos, vivenciam violações e discriminações que, não raramente, acarretam desmotivações, depressões e, em casos mais severos, tentativas de suicídio. O entrevistado Anderson o fez por três vezes:

Porque eu ia trabalhar, tinha sempre alguém que falava “Ô sapatão! Pega pão lá para mim!”. E era cliente! “Ô machão! Você não é machão? Pega lá aquela caixa de cerveja lá para mim!”. Quer dizer, eu nunca fui funcionário, eu nunca fui a pessoa, o vendedor, nada. Eu fui: Sapatão! (Anderson – homem transexual, segurança).

Para os entrevistados, o trabalho adquire sentidos diversos, contraditórios ou mesmo compensatórios. Anderson compreende o trabalho como uma necessidade/ obrigação, como local de constrangimentos, de humilhação, de desespero, de luta, provação de valores socialmente reconhecidos, mas também como local de superação, realização profissional e exercício de direitos.

Também Bárbara reconhece o trabalho como fator para sentir-se socialmente útil, além de orientar e sanar algumas das incertezas que possuía quanto ao seu futuro:

Eu sinto que nessa época eu era muito perdida. Eu não tinha nada, meus pais não podiam pagar uma faculdade para mim. Nessa época eu fiquei desempregada, até me prostitui. Você não sabia o que você ia fazer, o que ia ser. E quando eu comecei a desenvolver esse trabalho (designer de sobancelhas) começou a dar certo, sabe? Então eu fiquei muito feliz, você se sente útil para alguma coisa. Parece que você serve para alguma coisa. Até então, você sempre se sente a escória da sociedade. (Bárbara – transgêneros, esteticista)

Nardi (2003) afirma que o processo de filiação do sujeito a uma comunidade salarial o insere em uma estrutura coletiva que o integra na dinâmica social e possibilita o exercício da cidadania, a vivência de códigos morais da sociedade, além também de inscrevê-lo na lógica protetora do Estado, com as garantias e benefícios materiais e simbólicos que lhe permitem planejar seu futuro e manter a vida. Para Dubar (2012), a pertença a um trabalho conduz ao aprendizado e ao engajamento subjetivo, o que permite ao trabalhador pensar seu futuro. Para além da obtenção de renda, exercer uma atividade laborativa implica em presença no mercado de trabalho e na dinâmica das relações sociais, significa dizer: “Eu existo e possuo utilidade social”. Este ato, que

também é político, oferece ao sujeito trabalhador uma perspectiva emancipatória e a possibilidade de autogovernar-se e ser um cidadão (SENNETT, 2009).

De forma geral, os entrevistados avaliaram positivamente as suas trajetórias de trabalho. No entanto, Anderson chamou a atenção para algo que acredita teria lhe auxiliado a ter ido mais além:

Eu acho que eu teria a oportunidade de buscar muito mais coisas. Não tive realmente por falta de apoio, mas não é apoio de pai e mãe, amigos, não. Apoio legal. Apoio de você ter o direito de ir ao banheiro, de por a roupa que você quer por. Eu deixei de trabalhar em lojas porque o uniforme era saia, lencinho. No M. L. (um de seus empregos) as meninas usavam saia e lencinho. Eu briguei de uma forma que eu usava a calça dos meninos e acabou. E foi assim em todos os meus serviços. Então onde eu pude fazer assim eu fiz e trabalhei. Mas a partir do momento que eu não tive esse apoio eu não consegui (Anderson – homem transexual, segurança).

Este trecho da fala de Anderson é questão basal para justificar e reforçar a necessidade da criação e efetiva prática de cultura e políticas organizacionais que estejam voltadas à inclusão e, talvez mais fortemente, à permanência de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos nos contextos de trabalho. Ditas práticas são, justamente, o apoio que Anderson solicitou para somar-se à força que estes sujeitos demonstram possuir em suas trajetórias de vida para lidar com uma sociedade que, ainda hoje, se choca com as diversas formas de se expressar o gênero e viver a sexualidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três dos quatro entrevistados estavam exercendo atividade laboral remunerada quando da realização das entrevistas. Este fato evidenciou que, em alguma medida, os sujeitos entrevistados conseguiram ter acesso ao mercado de trabalho, quer seja em um contexto privado, público ou ainda como autônomos e micro empresários, entretanto, não de maneira isenta de preconceitos e constrangimentos. Assim, entende-se que a reflexão possibilitada por esta pesquisa nos coloca o desafio de pensar em conjunto, academia/mundo do trabalho, práticas e políticas organizacionais em duas direções. A primeira refere-se à inclusão de pessoas LGBT no mercado formal de trabalho, visto que parte desta população ainda não compõem os quadros de funcionários das empresas, até mesmo por questões mais anteriores como a expulsão do núcleo familiar e a possibilidade de formação básica e profissional; a segunda, diz respeito, principalmente, às ações direcionadas à permanência daqueles sujeitos LGBT que se inserem na dinâmica do mercado formal de trabalho e que com bravura questionam as normas sociais, ainda bastante conservadoras, e que lhes indicam a margem como local de existência. Enfrentar este desafio, em última instância, significa confrontar os discursos empresariais, que se autodenominam modernos e socialmente inclusivos, e

as práticas gerenciais que, pautadas nos mais tradicionais métodos de gestão da força de trabalho, buscam a racionalidade que garanta a sobrevivência no mercado.

A presença destes sujeitos no mercado de trabalho lhes confere visibilidade social, não somente para aqueles que estão dentro da norma (pretensos “acolhedores” da diferença/diversidade), mas significativamente para outros LGBT. São, assim, modelos de representatividade para a população LGBT por contrariarem as limitações da exclusão social, que lhes indicam a margem como única possibilidade de existência.

5 | AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, D. *Les récits de vie*. Paris: collection 128, Nathan, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. cap 13.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Tradução Fernanda Machado. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p.351-367, 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 63-85.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

LEITE JÚNIOR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des) patologização, (in)segurança, social e identidades transgêneras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 559-568, mai/ago 2012.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-112, mar./jun., 2009.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; POCHMANN, Márcio. Globalização, concorrência e trabalho. *Cadernos do Cesit*, Campinas, UNICAMP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NARDI, Henrique Caetano. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 37-56,

jan./jun., 2003.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer* nos Trópicos. Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

SENNETT, Richard. *El Artesano*. Barcelona: Anagrama, 2009.

TGEU - TRANSGENDER EUROPE (Alemanha). *Trans Murder Monitoring (TMM) project. 2015*. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA

Alexandre Gaspari

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais (PPCIS)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: Este trabalho apresenta breve análise da pesquisa para a obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A pesquisa foi feita de 2013 a 2015 em dois trechos de praias da cidade do Rio de Janeiro “amigáveis” a homossexuais: a Bolsa de Valores, em Copacabana, e a Farme, em Ipanema. O estudo pretendeu analisar as relações entre homens gays nessas praias e as tensões criadas a partir de diferenciações que alimentam disputas territoriais e simbólicas, influenciadas por mudanças socioeconômicas e de infraestrutura urbana na cidade. Tais distinções são caracterizadas por interseccionalidades entre diversos marcadores sociais da diferença. Se o corpo é o mais aparente deles, devido ambiente praiano, há ainda outras categorias sociais de diferenciação que afetam tais relações, como gênero, classe social, geração, raça, origem e mesmo local de moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade; Corporeidade; Masculinidade; Classe Social;

Território.

ABSTRACT: This work presents a brief analysis of the research to obtain the master’s degree by the Graduate Program in Social Sciences (PPGCS) of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). The research was done from 2013 to 2015 in two sections of beaches in the city of Rio de Janeiro that are “friendly” to homosexuals: Bolsa, in Copacabana, and Farme, in Ipanema. The study aimed to analyze the relationships between gay men in these beaches and the tensions created from differentiations that fuel territorial and symbolic disputes, influenced by socioeconomic and urban infrastructure changes in the city. Such distinctions are characterized by intersectionalities between several social markers of difference. If the body is the most apparent of them, due to the beach environment, there are still other social categories of differentiation that affect such relations, such as gender, social class, generation, race, origin and even place of dwelling.

KEYWORDS: Homosexuality; Corporeity; Masculinity; Social Class; Territory.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte de minha pesquisa de mestrado, realizada entre março de 2013 e março de 2015, cujo trabalho de campo foi feito em duas praias gays do Rio: a Bolsa de Valores, trecho da praia de Copacabana em frente ao hotel Copacabana Palace, e a Farme, em frente à rua Farme de Amoedo, em Ipanema, ambas na Zona Sul do Rio de Janeiro. Apresento percepções sobre as relações observadas entre homens homossexuais nessas praias, tentando compreender a ocupação desses territórios urbanos e a disputa simbólica embutida nesta ocupação.

Para efeito de facilitação da leitura, será usado o termo “praia gay” para referência a esses trechos, embora o termo “gay” esteja mais associado a homossexuais do sexo masculino. De qualquer forma, vale ressaltar que é visivelmente perceptível que a frequência nesses locais é majoritariamente de homens.

A pesquisa se baseou em observação direta, com entrevistas não estruturadas, e indireta, com observações sem o estabelecimento de contato verbal, mas que permitiram captar falas, diálogos e gestos. Foram estabelecidos informantes, permanentes ou esporádicos. Outro canal de contato foram as redes sociais, – Facebook e Whatsapp –, que permitiram acesso permanente a alguns informantes, bem como a realização de entrevistas fora do campo.

2 | MARCADORES DA OCUPAÇÃO

Na cidade do Rio, a praia detém um poder simbólico particular, uma “identidade” carioca, e é tida como um território relacional indistinto, aberto a toda e qualquer pessoa: “talvez seja a praia o lugar mais central do Rio de Janeiro, para todas as camadas sociais, sendo um lugar de representação e de reprodução ritual ideal miniaturizada da sociedade carioca” (GONTIJO, 2002, p. 51).

Entretanto, não é novidade que as praias do Rio são palco de múltiplas particularidades, que as repartem em territórios menores, com fronteiras fluidas, mas perceptíveis. Um espaço de interseccionalidades, onde classe, raça, gênero, sexualidade, geração e local de moradia, entre outros marcadores sociais da diferença, estabelecem marcações no corpo, na interação, na performance e no próprio espaço.

Quanto à sexualidade, há no Rio trechos de praias “amigáveis” a homossexuais, identificadas simbolicamente pela bandeira do arco-íris – símbolo do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis e Intersex (LGBTI). E mesmo nesses pequenos territórios é possível verificar clivagens e representações que determinam mecanismos de inclusão ou exclusão. Tomando Becker (2012), criam-se novos *outsiders* entre *outsiders*, relações de hierarquia e poder a partir da interação entre os sujeitos e até mesmo deslocamentos espaciais, como forma de manter fronteiras de distinção.

O mais óbvio marcador nas praias cariocas em geral é o corpo.

Lugar privilegiado do bem-estar e do parecer bem através da forma e da manutenção da juventude [...], o corpo é objeto de constante preocupação. Trata-se de satisfazer a mínima característica social fundada na sedução, quer dizer, no olhar dos outros. [...] Na modernidade, a única extensão do outro é frequentemente a do olhar: o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais medidas. (LE BRETON, 2007, p. 78)

A Bolsa e a Farme surgiram como ponto de encontro de homens gays dispostos a exibir seus corpos, além, claro, de serem ponto de socialização e lazer. Contudo, a corporeidade não é o único fator de diferenciação. Nessa complexa rede relacional, há distinções relativas a classe social, local de moradia, geração e raça, que vão se pronunciando com as mudanças históricas e da infraestrutura urbana do Rio.

3 | A “POLUIÇÃO” DA BOLSA

A Bolsa de Valores, em Copacabana Palace, segundo Green (2000), data dos anos 1950. Uma das explicações para o curioso nome da praia é que:

Em meados da década de 1950, os homossexuais haviam ocupado uma área em frente ao hotel Copacabana Palace por eles denominada “Bolsa de Valores”, referindo-se à qualidade dos encontros e flertes que ocorriam lá. Carlos Miranda (*informante de Green em sua pesquisa*), que começou a ir à Bolsa em 1954, não sabia quando exatamente surgiu esse nome. “Quando eu perguntei, me disseram que lá é onde você pode mostrar-se para se valorizar. Lugar de valorização, de mostrar seu corpo” (GREEN, 2000, p. 263)

Entretanto, cerca de 60 anos depois, esse cenário mudou. Composta por cinco barracas, das quais apenas uma hasteia bandeiras do arco-íris, a Bolsa já não é mais o lugar de ver e ser visto em nível de *status*, de importância social, de cotação do corpo. A frequência atualmente observável é de homens “ursos” – “a metáfora de um homem gay muitas vezes grande ou gordo e sempre peludo” (FIGARI, 2007, p. 464) – e de travestis e mulheres transexuais, além, claro, de homens e mulheres heterossexuais, incluindo casais com crianças. É importante ressaltar que, embora com presença registrada na pesquisa, travestis e mulheres transexuais foram analisadas de forma superficial, já que exigiriam foco de análise diferente do utilizado para os homens homossexuais e/ou com práticas homoeróticas.

Essa mudança de público deve-se a alterações socioeconômicas e urbanas ocorridas no Rio e, particularmente, em Copacabana. Velho (1973) mostra os primeiros sinais de “popularização” do bairro no final dos anos 1960, numa Copacabana até então considerada “cosmopolita” e “de vanguarda”. Com isso, a “elite copacabanense” vai se deslocando para os bairros vizinhos de Ipanema e Leblon e também para a Barra da Tijuca, na parte litorânea da Zona Oeste da cidade, cuja ocupação imobiliária

ganha força nos anos 1970.

Nos anos 1980, houve o aumento de linhas de ônibus oriundas do subúrbio e do Centro do Rio rumo a Copacabana. Em 1998, foi inaugurada a estação do metrô Cardeal Arcoverde, a primeira do bairro, a cerca de 500 metros da Bolsa. A nova infraestrutura urbana facilitou o acesso de uma população oriunda das classes mais baixas. O informante Jorge (nome fictício, assim como os demais informados na pesquisa) apontou que o metrô aumentou não somente a frequência do “povão” na Bolsa, mas também de heterossexuais. “A Bolsa era exclusivamente gay. Hoje tá mais mista, com muito hétero”.

Mudou-se a ocupação territorial da Bolsa. Os corpos “cotáveis” se deslocaram para a Farme, na vizinha Ipanema, em busca de um palco melhor para a exibição corpórea. Mas, sobretudo, em busca de distinção – embora nem sempre admitam estas razões.

O informante Morris frequenta Ipanema. Indaguei-o sobre o porquê não ir à Bolsa. “Acho a praia suja”, disse. No entanto, dados do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) do período entre 2000 e 2014 mostram que a praia de Copacabana, e a Bolsa em particular, registraram melhores índices de balneabilidade do que Ipanema e a Farme. A título de curiosidade, o nome “Ipanema” é de origem tupi e pode significar “lago fedorento”, “rio imprestável” ou “água imprópria para nadar e pescar”, de acordo com informações do *site* “Significados”.

Logo, a poluição ambiental, ainda que irreal, é utilizada para disfarçar o “verdadeiro” perigo: a poluição social.

Onde as linhas são precárias, achamos ideias de poluição que vêm para sustentá-las. O cruzamento físico da barreira social é considerado uma poluição perigosa [...]. O poluidor torna-se um objeto de desaprovação duplamente nocivo, primeiramente porque cruzou a linha e, em segundo lugar, porque colocou outras pessoas em perigo (DOUGLAS, 2012, p. 170)

4 | GAROT@S DE IPANEMA

Surgida nos anos 1990, a Farme se firmou simbolicamente como território de *barbies*, que seriam homens bonitos e musculosos. Há, no entanto, outros marcadores dessa “categoria”, muitas vezes utilizada em tom acusatório, e que atualmente quase não é reconhecida por quem se encaixaria nesse “padrão”.

Barbie [...] é um termo utilizado de modo um pouco pejorativo [...] para designar os homens que mantêm relações sexuais com homens, que se dedicam a uma espécie de culto do corpo musculoso e viril e que seguem a moda “gay” norte-americana e europeia – a moda *clubber* (referente a *club*). (GONTIJO, 2009, p. 36)

É importante frisar que qualquer referência a essa categoria é feita comumente

no feminino, apesar de, corporalmente, aqueles que são identificados como *barbies* apresentarem um ideal de força física geralmente associado a homens, e talvez muito desejada por eles, independentemente de suas sexualidades. Portanto, apesar de o termo “*barbie*” representar um ideal estético e de vigor físico que se aproximaria de uma “supermasculinidade”, ele é sempre precedido por “a”: “a *barbie*”, “elas”, “as *barbies*”. A feminilização linguística, portanto, pode ser apontada como uma estratégia de negatização do que se apresentaria como o gay “tipicamente ideal” em termos corpóreos.

A Farme também é um local de “cotação” dos corpos dos homens que a frequentavam, mas com exigências a mais. Não basta apenas um corpo musculoso e depilado, é preciso exibir símbolos de status: sungas de grife, tatuagens, *piercings*. Tomando a diferenciação entre *barbie* e *boy* feita por Gontijo (2004), verifica-se também o fator racial envolvido, já que os *boys* teriam “cor de pele mais escura” (GONTIJO, 2004, p. 67) que as *barbies*.

Entretanto, a Farme atual apresenta uma diversidade maior de frequentadores do que quando surgiu. Homens são maioria, mas seus tipos físicos são variados, bem como padrões estéticos e idades aparentes. Há mulheres, embora em número muito menor. Grupos de homens e mulheres reunidos e casais heterossexuais, com e sem filhos, também frequentam a praia, mas também são minoria. E muito desse movimento foi facilitado pelo metrô, com a inauguração da estação General Osório, no final de 2009, em situação semelhante à ocorrida na Bolsa em 1998.

No final de dezembro de 2014, havia um grupo de 12 pessoas na barraca Lucia e Claudio, no que seria a “borda direita” da Farme. Eram seis homens – quatro negros e dois brancos, considerando a cor da pele –, três mulheres, todas negras, e três crianças. Carregavam bolsas térmicas e caixas de isopor. Todos os homens do grupo trajavam bermudões à altura do joelho. Dois trocavam beijos e se acariciavam. Nenhum apresentava corpo “em boa forma”. E os homens se tratavam no feminino na maior parte do tempo. Escutavam músicas em volume alto. Primeiramente pagodes, e depois, *funk carioca*.

Carlos é negro, 27 anos (à época da pesquisa, assim como as idades dos demais informantes), mora em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e completou o segundo grau. Otávio, 30 anos, é branco, mora no Centro do Rio e é dentista. Os dois são nascidos em Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro, cidade a cerca de 300 quilômetros da capital. Para ambos, ir à Farme é a possibilidade de exercício “livre” de sua homossexualidade, sentimento que parece ser comum para quem é oriundo de cidades de menor porte quando chega a metrópoles como o Rio ou São Paulo e que parece atingir seu paroxismo em *points gays*, como aquele trecho da praia. “Aqui a gente se sente bem”, explicou Otávio.

Nem Carlos nem Otávio disseram sentir discriminação na Farme. Contudo, de acordo com reportagem de Ramiro Costa (s.d.) no site “*Time Out*” (www.timeout.com.br/riodejaneiro), uma “nova’ praia gay estaria surgindo no Rio, e por motivos relacionados

à noção de poluição de Douglas (2012).

Há muito tempo a famosa Farme de Amoedo já não reina mais absoluta na cotação do público gay no Rio de Janeiro. A explicação é simples: fugir da confusão deste ponto, que ficou muito popular com o passar dos anos, principalmente no verão. (COSTA, <http://www.timeout.com.br/rio-de-janeiro/gls/features/39/a-nova-farme>. Acesso em 22 de março de 2013).

O novo local – a barraca da Denise – está bem próximo da “borda direita” da Farme. Apesar da proximidade, Morris deixa claro que são espaços diferentes:

P – Há quanto tempo você frequenta a Farme?

R – Estou estranhando você chamar de Farme (risos). Você sabe que existem dois grupos gays próximos à Farme que não se misturam, né? A galera chama de Farme as barracas que têm as bandeiras do arco-íris. Nesse ponto, ficam as bichinhas pão-com-ovo. Normalmente, a galera mais pobre, menos glamourosa, sem roupas de marca, que mora no subúrbio e na Baixada, que são magrinhas...

P – Mas a história da Farme aponta que ela surgiu com as barbies.

R – As barbies frequentam a Denise. Quando você diz “Farme”, as pessoas entendem outra coisa. Esse pessoal não se mistura. Todo mundo sabe quem pertence a que trecho. Inclusive, as pessoas que erram são alvo de comentários.

P – Que comentários?

R – “Baixou a 1140 aqui????”

A “galera” a que Morris se refere são os frequentadores da barraca da Denise, que se assemelham ao que estamos chamando de “estilo *barbie*”. Já a 1140 é uma boate LGBT localizada na Praça Seca, Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, fora, portanto, do que seria considerada como parte da “área nobre” da cidade. Formada por diversos ambientes, onde se toca desde música dos anos 1980, passando por música eletrônica e por funk, havendo ainda um ambiente destinado à música ao vivo, sua frequência é bastante variada, mas majoritariamente formada por pessoas do subúrbio carioca, de classes mais baixas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bolsa e Farme comprovam que, embora sejam públicas, não foram feitas para “qualquer pessoa”. Não basta ter um “corpo”: este é apenas o primeiro símbolo de uma série de representações que determinam a dinâmica de ocupação desses territórios, supostamente “livres”, mas excludentes em sua essência.

As mudanças urbanas alteraram o perfil das duas praias. As camadas populares e os corpos “fora de forma” que passaram a estar na Bolsa nos anos 1980/1990 deslocaram os corpos “cotáveis” para a Farme – cotação que vai além da boa forma física. E novas dinâmicas da cidade do Rio a partir dos anos 2000 provocaram novo deslocamento desses corpos, desta vez para a barraca da Denise, vizinha à Farme.

Na “Denise”, não basta ter “corpo”. Não há “bichinhas pão-com-ovo”, homossexuais afeminados, de corpo magro e de camadas baixas. A “galera mais pobre”, “sem roupas de marca”, quando resolve se instalar lá, logo recebe olhares de reprovação: faz baixar um “espírito popular” na praia “nobre” e “distinta”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard S.. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Edição digital. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

COSTA, Ramiro. **A nova Farme**. Disponível em: <<http://www.timeout.com.br/rio-de-janeiro/gls/features/39/a-nova-farme>>. Acesso em 22 de março de 2013.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates, 2012.

FIGARI, Carlos. **@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro, séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

GONTIJO, Fabiano. **O Rei Momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, Coleção sexualidade, gênero e sociedade, 2009.

_____. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. In: L. F. Rios *et al* (Orgs.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

_____. *Carioquice ou carioquidade?* Ensaio etnográfico das imagens identitárias cariocas. In: M. Goldenberg (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002, . pp. 41-77.

GREEN, James N.. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

INSTITUTO Estadual de Ambiente. **Balneabilidade por município: Rio de Janeiro**. Disponível em <[LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Monitoramento/Qualidadedaagua/Praias/BalneabilidadeporMunicpio/RiodeJaneiro/index.htm&lang=>>. Acesso em janeiro e fevereiro de 2015.</p></div><div data-bbox=)

SIGNIFICADOS. **Ipanema**. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/ipanema/>>. Acesso em fevereiro de 2015.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Claudia Lopes Venga

Universidade Federal de Lavras, Departamento de
Direito
Lavras - Minas Gerais

Larissa Valim de Oliveira Farias

Universidade Federal de Lavras, Departamento de
Direito
Lavras - Minas Gerais

RESUMO: O presente trabalho trata de uma análise do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 5, a saber *alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres* como meta para o desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada foi uma breve análise dos componentes da meta, seguida por um estudo de sua interligação.

PALAVRAS-CHAVE: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento sustentável. Empoderamento feminino. Igualdade de gênero.

ABSTRACT: The following paper was conceived as an analysis of the 5th SDG, which reads *achieve gender equality and empower all women and girls* as a goal for sustainable development. The methodology used was a brief analysis of the goal components and a subsequent study of how they intertwine themselves.

KEYWORDS: Sustainable Development Goals. Sustainable development. Female empowerment. Gender equality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta analisar o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável número 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Para tratar da convergência entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, o trabalho busca, em um primeiro momento, caracterizá-los separadamente.

Através de um panorama histórico da inclusão das demandas feministas na agenda internacional e da caracterização estatística da atual situação das mulheres no mundo, atende-se a caracterização da igualdade de gênero em si. O desenvolvimento sustentável será tratado através da perspectiva de diversos autores e autoras, na tentativa de demonstrar o constante e plural debate a seu respeito.

No que tange ao encontro entre os conceitos, recorre-se tanto a caracterização feita pelo artigo quanto ao trabalho de outros autores sobre o tema. Também será feita uma

análise específica das diretrizes oficiais da ONU para o alcance do Objetivo, uma vez que este trata precisamente da convergência entre a sustentabilidade e a igualdade de gênero. Dessa forma, busca-se fazer uma análise ampla e detida a respeito do tópico em questão.

2 | O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NÚMERO 5

No final de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a chamada “Agenda 2030”, sendo esta apresentada como “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”, que “busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONUBR, 2015). Esta agenda traz consigo uma lista de objetivos que devem ser alcançados internacionalmente até 2030. Tais objetivos foram intitulados os “17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, abrangendo uma grande gama de problemas mundiais atuais.

O Objetivo de desenvolvimento sustentável a ser abordado no presente trabalho é o objetivo número cinco, denominado “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Tal Objetivo possui seis submetas que tentam oferecer *guidelines* de práticas que devem ser realizadas para que se alcance tal objetivo em questão.

Neste tópico será apresentada uma breve cronologia na tentativa de analisar o surgimento e desenvolvimento desta preocupação com a igualdade de gênero e com o empoderamento feminino na agenda internacional, apresentando-se assim a fundamentação e relevância desse objetivo. Em um segundo momento, buscar-se a uma problematização: como concretizar tal Objetivo? O que o difere de outras tentativas prévias, apresentadas na cronologia histórica?

2.1 CRONOLOGIA HISTÓRICA: COMO A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO SE TORNARAM PAUTA DA AGENDA INTERNACIONAL

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino apresentam-se como uma luta internacional, que com o passar dos anos foi se tornando uma pauta reconhecida, sendo inserida na agenda internacional.

Diversos são os marcos históricos que podem ser apresentados no desenvolvimento dessa pauta internacional, como, por exemplo: as ondas do movimento feminista; a criação da Comissão Sobre o Status da Mulher (CSW) em 1946; a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979; a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, de 1995, adotada por 189 e considerada como a fórmula mais progressista de roteiro para o avanço dos direitos das mulheres (ONU, *Sustainable Development Knowledge Platform, online*); a Declaração do Milênio de 2000, com seu Objetivo

de Desenvolvimento do Milênio número 3; a criação da ONU Mulheres em 2010; o destaque e reafirmação do papel vital das mulheres e da necessidade de uma igualdade de participação e liderança em todas as áreas de desenvolvimento sustentável no documento final (denominado “*Future We Want*”) da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20); o ODS número 5 da Agenda 2030 em 2015; e em 2016 a 60ª sessão da CSW, que teve como tema prioritário de debate “O Empoderamento das Mulheres e sua Conexão com o Desenvolvimento Sustentável”.

Pode-se entender que através de tais marcos históricos as mulheres obtiveram diversos direitos voltados para a sua promoção da igualdade frente ao sexo masculino e a sociedade internacional passou a colocar em pauta a igualdade de gênero. Neste diapasão, faz-se *mister* ressaltar-se que:

A elaboração destes direitos nos inúmeros documentos internacionais é fruto da evolução do direito internacional público gestado após a II Guerra Mundial. Esse direito, partindo da necessária afirmação da dignidade de todos os seres humanos como reação às consequências dos totalitarismos, racismos “científicos” e à presença dos neocolonialismos, foi tendo que reconhecer as especificidades abrindo espaço para o reconhecimento de minorias étnicas, linguísticas e religiosas, chegando então à situação particular de vulnerabilidade feminina, como atestam os diversos encontros, conferências e instrumentos acima citados. (RIOS, 2006, p. 81).

Contudo, como é sabido, por vezes a mera formalização de um direito não representa, na prática, a sua eficácia e respeito. Assim, apesar das mulheres já possuírem inúmeros direitos e a sociedade internacional avançado imensamente no quesito da igualdade, até hoje não se pode afirmar que a igualdade de gênero é uma realidade universal. Conseqüentemente, tem-se o ODS número 5, demonstrando justamente que tal realidade ainda deve ser alcançada e, ainda mais, que é necessária para um desenvolvimento sustentável do planeta.

Nesse sentido, quais são as previsões para concretização deste ODS? Essa é a questão que será trabalhada no próximo tópico.

2.2 CONCRETIZAÇÃO DO ODS NÚMERO 5

Levando-se em consideração a perspectiva história apresentada no tópico anterior, pode-se perceber que os debates e lutas internacionais pela concretização da igualdade de gênero e pelo empoderamento feminino não são novidades. Assim, questionamentos emergem. O que difere o ODS número 5 de outras tentativas prévias de concretização da igualdade de gênero, apresentadas no tópico anterior? Quais mecanismos e ferramentas são previstos para que ela se torne uma realidade?

Observando-se as seis metas do ODS número 5, estabelecidas pela ONU, é fácil e imediata a percepção da generalidade e abstração das tais metas. Além disso, possui um conteúdo bem diversificado, abrangendo desde questões trabalhistas, participativas e representativas, de violência de gênero, até a criação e fortalecimento

de políticas e legislações gênero-sensitivas. Conforme apresentado no seu website oficial, entende-se que a ONU prevê um meio de acompanhamento e avaliação da Agenda 2030, se encontrando dentro desta o ODS número 5.

Neste diapasão, a ONU afirma pertencer aos governos estatais a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação, “nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas para os próximos 15 anos”, afirmando que subsidiariamente caberá a ela mesma, especialmente por meio do ECOSOC, “que terá papel central na supervisão e acompanhamento da avaliação em nível global”, “fornecer um acompanhamento e avaliação sistemáticos em vários níveis” (ONUBR, *online*, 2015).

Contudo, tais compromissos também aparentam ser abstratos e de difícil concretização, especialmente quando se leva em consideração que a Agenda 2030 não é um tratado, assinado pelos países (apesar destes terem assinado a Carta da ONU), não possuindo força vinculativa e/ou sancionatória. Nesse sentido, a própria ONU se posiciona afirmando que:

Apesar de os ODS não serem juridicamente vinculativos, espera-se que os governos assumam o compromisso e estabeleçam quadros nacionais para a realização dos 17 Objetivos. Os países têm a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação dos progressos realizados na implementação dos Objetivos, o que exigirá coleta de dados de qualidade, acessível e oportuna. O acompanhamento e a avaliação regional serão baseados em análises de nível nacional e contribuirão para o acompanhamento e avaliação a nível global. (ONU, *online*, tradução nossa).

Ainda neste diapasão, a ONU promete a elaboração de indicadores para auxiliar nesta tarefa afirmando que:

Indicadores estão sendo desenvolvidos para ajudar neste trabalho. (...) Concordamos em intensificar nossos esforços para reforçar as capacidades estatísticas nos países em desenvolvimento, particularmente os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média. Estamos comprometidos em desenvolver medidas mais amplas de progresso para complementar o produto interno bruto (PIB). (ONUBR, *online*, 2015).

Apesar do exposto acima, a concretização desta meta ainda aparenta depender muito do consentimento e atuação estatal, o que, sem dúvidas, será um fator de dificuldade para a sua implementação integral e rápida. Porém, tal realidade já era de ser esperada, como se pode observar pela cronologia apontada no tópico anterior e levando-se em consideração a realidade clássica da ordem internacional que tem a soberania estatal como elemento basilar e central.

Nesse diapasão, quando tratando dos antigos Objetivos do Milênio (que previam no objetivo três a “igualdade entre os sexos e a valorização da mulher”) e sua dificuldade de concretização, Schrijver chegou a afirmar que:

(...) o conjunto internacional global de instrumentos jurídicos ainda é inadequado para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo. Isto não é apenas devido às indecisões do direito internacional do desenvolvimento sustentável, mas também a certas características fundamentais do direito internacional contemporâneo como tal (SCHRIJVER, 2008, p. 221, tradução nossa).

Seguindo esse ponto de vista, o autor chega a apresentar alguns desafios à concretização do desenvolvimento sustentável e das metas a ele relacionadas, como: a) delimitação do conceito de sustentabilidade, b) a criação de uma base coerente do direito internacional do desenvolvimento sustentável, que consiga formar uma fundação comum para novos acordos; c) adequada legitimação e representação nos processos de tomada de decisões; d) necessidade de instrumentos de monitoração e implementação adequados e bem equipados para realizar *follow-up* quanto a tratados e princípios gerais do direito internacional na legislação nacional e internacional (SCHRIJVER, 2008).

Porém, o que se busca analisar no presente trabalho é se existe, de fato, uma conexão entre igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável e se tal conexão é capaz de ajudar a auxiliar na efetivação da igualdade de gênero e do empoderamento feminino em escala global ou não.

Nesse sentido, no tópico seguinte serão apresentados os conceitos centrais envolvidos, desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero, de maneira individual, para que posteriormente se possa realizar a tentativa de conexão entre estes.

3 | COMPONENTES DO ODS NÚMERO 5

Há que se tratar no presente tópico dos dois componentes do Objetivo em questão: a diretriz em si e aquilo ao qual direciona, ou seja, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável, respectivamente. Assim, tais conceitos básicos serão individualmente apresentados para possibilitar uma compreensão mais fácil sobre a possível conexão entre eles.

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Se o Objetivo a ser tratado no artigo é um objetivo relacionado ao alcance do desenvolvimento sustentável, é preciso então conceituá-lo. Porém, um estudo sobre o tema demonstrará que sua conceituação não é tema pacificado e gera um debate controverso entre estudiosos ao longo dos últimos anos.

Uma das ideias mais difundidas é a de que um desenvolvimento pode ser considerado sustentável através de sua capacidade de perdurar-se no tempo sem causar quaisquer prejuízos para gerações futuras. A demanda por sustentabilidade é, na verdade, uma reflexão particular da universalidade da querela de que os interesses

das gerações futuras recebam a mesma atenção que aqueles das gerações atuais (SEN, 2000).

A origem do termo “sustentável” remonta à década de 1970, quando era um jargão técnico utilizado por algumas comunidades científicas para evocar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito à agressão humana recorrente. Só em 1980 começou a ser utilizada para qualificar o desenvolvimento, sendo um tema tratado com certo receio advindo do medo de uma provável concorrência que os temas ambientais poderiam vir a oferecer a outras prioridades, como o mercado (VEIGA, 2010). Os debates de sustentabilidade encontram suas raízes em duas ciências: ecologia e economia.

No âmbito da ecologia, de início, rejeita-se a ideia de que a sustentabilidade ecossistêmica corresponderia a um “equilíbrio”. Ao invés, um outro conceito é considerado mais adequado, a saber, o conceito de resiliência. O que significa dizer que, independentemente do equilíbrio, se um ecossistema conseguir se manter resiliente – ou seja, for capaz de absorver choques, enfrentar distúrbios mantendo suas funções e estruturas e tirando deles até mesmo benefícios por meio de adaptação e reorganização – este ambiente se sustenta.

Quanto à perspectiva da economia, três concepções principais são abordadas. A primeira, chamada sustentabilidade fraca, considera que cada geração deve deixar à próxima a somatória de três tipos de capitais intersubstituíveis: o propriamente dito, o natural-ecológico e o humano-social. Sendo intersubstituíveis entre si, entende-se que caso necessário seja, é possível enfatizar algum dos capitais mesmo em face de *déficit* a outro. O que não deveria acontecer, de acordo com a segunda concepção, denominada de sustentabilidade forte.

Nesta última, supõe-se a obrigatoriedade em se manter constantes pelo menos os serviços do capital natural-ecológico, que não deve sofrer prejuízo em momento algum caso se faça necessária a ênfase em algum dos outros capitais. Junto a essas duas concepções aparentemente opostas, encontra-se também a perspectiva biofísica, que entende que a economia não é um sistema autônomo, sendo um subsistema dependente da evolução darwiniana e da segunda lei da termodinâmica (“a quantidade de entropia de qualquer sistema isolado termodinamicamente tende a incrementar-se com o tempo, até alcançar um valor máximo”).

Nessa visão, só se pode haver sustentabilidade com a minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessa o subsistema econômico. Assim, engendra a necessidade de desvincular os avanços sociais qualitativos dos aumentos quantitativos de produção e consumo e explica a ausência de um indicador de sustentabilidade (VEIGA, 2010).

Conclui-se, assim, que qualquer que seja o desenvolvimento sustentável, ele será mais identificável na ausência do que na presença. É mais fácil identificar uma ação insustentável para combatê-la do que uma política sustentável para a endossar. E está claro que um mundo onde um fato de sorte bruta como nascer sob determinado

gênero significar uma vida de opressão para uns e privilégio para outros não tende em nada ao sustentável.

3.1.1 IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DS MULHERES

A linguagem e a retórica assim como a realidade dos direitos no mundo contemporâneo são frequentemente caracterizados pela negligência de seções particulares da população menos privilegiada, grupos étnicos, classes exploradas, mulheres isoladas. (...) Esse universalismo também requer que em nossa ansiedade para proteger as gerações futuras, nós não ignoremos as reivindicações urgentes dos menos favorecidos hoje. Uma abordagem universalista não pode ignorar as pessoas desfavorecidas hoje na tentativa de evitar o desfavorecimento no futuro. (SEN, 2000, p. 2029, tradução nossa).

Ao se falar em “igualdade de gênero”, evocando-se um termo que soa autorreferente, portanto uma explicação a respeito corre o risco de tornar-se redundante. Dessa forma, o melhor caminho para demonstrar a necessidade de sua concretização é justamente conceituá-la em sua ausência. Nesse sentido, a pesquisa anual *The Global Gender Gap Report*, consegue traçar o hiato de oportunidades entre gêneros, convertendo-o em um número chamado *ratio*.

O *ratio* indica a razão de mulheres dividida pela razão de homens em cada aspecto mapeado pela pesquisa. Portanto, um *ratio* de 0,000 equivale à completa desigualdade, enquanto um de 1,000 equivale à completa igualdade de gêneros em determinado quesito. O cálculo é feito dessa forma justamente para que se leve em consideração a diferença entre os níveis de realização de ambos os gêneros, ao invés de explicitar apenas os níveis em si mesmos.

A pesquisa tem sido realizada anualmente desde 2006, e dentre os 111 países medidos no período 2006-2014, 105 obtiveram algum progresso em direção à igualdade de gênero. O empoderamento político é o campo cujo salto em termos de igualdade foi maior durante o ciclo da pesquisa, partindo de 14% de mulheres em posições políticas em 2004 para 24% em 2015. Porém, mesmo em face de significativo progresso, o empoderamento político ainda é a categoria que apresenta resultados mais desiguais e preocupantes.

Esta frente de pesquisa leva em consideração o número de mulheres ocupando quaisquer cargos políticos dentro de um país. A Islândia, país em primeiro lugar do ranking no quesito tinha um *ratio* de 0,6554 em 2014 e agora marca 0.719. O segundo lugar, no entanto, tem um *ratio* de 0.607 (Finlândia). Nos Estados Unidos, a representação feminina na política é de 0.162. Há países como o Yemen onde o *ratio* é de 0.026 ou o Qatar com 0.013. O Brasil marca 0.123, enquanto a Rússia marca 0.066. Brunei Darussalam tem o alarmante índice de 0.000, que indica não haver nenhuma mulher em cargos políticos.

O que se observa é que dentro dos quatro subíndices da pesquisa (Participação e Oportunidades Econômicas, Saúde e Sobrevivência, Obtenção de Educação e

Empoderamento Político) o último é o mais deficiente em todos os países mapeados, enquanto a Obtenção de Educação é a que se mostra mais avançada, com 26 países já tendo eliminado o hiato da desigualdade de gênero nesse aspecto. Apesar disso, neste quesito há mais desigualdades de pontuação dos países entre si do que no quesito da Saúde e Sobrevivência, onde nenhum país conseguiu ainda fechar o intervalo, mas a média entre todos é elevada e próxima.

Enquanto dez países – Áustria, Bahamas, Brasil, França, Finlândia, Guiana, Letônia, Lesoto, Nicarágua e Namíbia – fecharam completamente o hiato em ambos os subíndices de Saúde e Sobrevivência e Obtenção de Educação, nenhum país pesquisado encerrou o intervalo nos quesitos de Oportunidade e Participação Econômica ou Empoderamento Político.

Dessa forma, nenhum dentre os 145 países mapeados fechou o hiato total entre gêneros. Portanto, se o conceito de igualdade de gênero pode soar intuitivo e autorreferente, tal conceituação estatística de seu oposto demonstra claramente sua pertinência como meta a ser alcançada.

4 | CONEXÃO ENTRE A IGUALDADE DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme ensina Stevens,

Os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, ambiental e social – são também relevantes às discussões sobre igualdade de gênero. Essas dimensões possuem igual e inter-relacionada importância, como ilustrado em simples equações. (...) Focar na economia e no ambiente sem atenção aos fatores sociais podem levar ao crescimento para poucos. Dada a questão do gênero mundialmente, esses poucos tendem a ser, em sua maioria, homens. Um crescente número de estudos indicam que as desigualdades de gênero estão extraindo elevados custos econômicos e levando a desigualdades sociais e degradação ambiental ao redor do mundo. (STEVENS, 2010, p. 1, tradução nossa).

Frente a essa breve explanação, já se torna possível a visualização inicial de uma conexão entre o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero, sendo esta última considerada como um fator necessário para o alcance do primeiro. Coerentemente com tal afirmação, tem-se a declaração na Resolução do ECOSOC, denominada E/CN.6/2016/5, de que:

Considerações sobre a igualdade de gênero são refletidas de modo integrado por toda a Agenda 2030, inclusive na declaração, metas e diretrizes, meios de implementação, parcerias globais e revisões posteriores. São críticas por seus ganhos: perceber que igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas farão uma contribuição crucial para o progresso de todas as metas e diretrizes. (...) *Essas diretrizes gênero-sensitivas são necessárias mas não suficientes. Toda a Agenda 2030 deve proporcionar benefícios para mulheres e*

Portanto, é perceptível a existência de um reconhecimento internacional da igualdade de gênero como um objetivo necessário de concretização para que, de fato, se tenha o desenvolvimento sustentável almejado pela Agenda 2030. Nesse sentido, entende-se que todas as previsões dessa agenda, todos os Objetivos e suas respectivas metas devem ser lidos sob uma perspectiva gênero-sensitiva.

Ademais, percebe-se a difusão cada vez maior da noção de que a igualdade de gênero deve ser levada em consideração sob a ótica de qualquer política pública para que esta seja plenamente efetiva, e não seria diferente com o desenvolvimento sustentável. Conforme ensina Amartya Sen, sustentar a privação não deve ser nosso objetivo, nem devemos negar aos menos privilegiados de hoje a atenção que dedicamos às gerações do futuro. (SEN, 2000)

Portanto, em um primeiro momento, a igualdade de gênero se faz de extrema importância ao desenvolvimento sustentável no âmbito do presente. Não parece razoável que se pretenda sustentar uma sociedade desigual, na qual metade da população vive diariamente subjugada aos interesses da outra metade.

Da mesma forma, não se pode chamar uma sociedade na qual isso acontece de “sustentável”. Assim, por mais imprecisa que seja a conceituação do que é o desenvolvimento sustentável, novamente nos deparamos com a sua mais fácil identificação pela ausência. A presente situação das mulheres ao redor do mundo é um claro exemplo de insustentabilidade e um quadro que necessita de urgente correção para que estejamos mais próximos do desenvolvimento sustentável. Desta feita, parece que o principal vínculo entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável pertence ao âmbito social, em sobreposição ao econômico ou ambiental.

Porém, há que se dizer que uma plena situação de igualdade entre os gêneros reverberaria de forma positiva na esfera econômica, o que por sua vez traria benefícios ambientais ao desenvolvimento sustentável sob a perspectiva de alguns autores (nesse sentido, ver a obra de José Eli da Veiga (2010)).

Explica-se: a renda das mulheres ainda é, globalmente, desproporcional a dos homens que exercem a mesma função. O que se conclui é que não só não existe consequência prejudicial ao tratar-se de todas as pautas da Agenda 2030 como um todo de maneira gênero-sensitiva, vez que tais pautas correm o risco de tornarem-se completamente ineficazes se este não for o caso. Sua abrangência reduz-se pela metade e sustenta-se apenas a presente situação de opressão. Contudo, existem desafios para a aplicação prática dessa constatação. Estes serão trabalhados no próximo tópico.

5 | ALCANÇANDO A META: DESAFIOS E ULTRAPASSAGENS

Conforme explanado previamente, a Agenda 2030 arrola diretrizes específicas rumo ao alcance de cada um de seus Objetivos, para que ações direcionadas a cada temática sejam delimitadas. Porém, na prática, o que se observa é que tal taxação não é completa nem suficiente para a efetivação de tais Objetivos.

A primeira dificuldade geral que se observa está no fato de a Agenda 2030 não ser um documento vinculante, com força sancionatória, conforme já mencionado previamente. Ela depende da soberania estatal, da vontade do Estado, para ser aplicada e concretizada, o que constitui entrave para sua realização plena, que inclui a concretização do ODS número 5.

Outra dificuldade que se apresenta à aplicação da Agenda 2030 está também vinculada à questão da soberania. Quanto ao ODS número 5, especificamente, apesar de a igualdade de gênero gozar de reconhecimento internacional como pauta de importante discussão e consumação, não possui o mesmo reconhecimento e importância no âmbito interno de alguns países. Isso, devido, por exemplo, a questões culturais presentes de maneira forte em determinados territórios.

Justamente por não constituir documento de *hard law*, que possa gerar sanção internacional, a Agenda 2030, suas metas ficam à mercê da atuação estatal de cada país para sua efetiva implementação. Em relação ao ODS número 5, como previamente apresentado, alguns países sequer possuem mulheres em posições políticas, então não se pode esperar, necessariamente, que irão cuidar para a melhor aplicação do ODS número 5 dentro de seus limites nacionais.

Outrossim, mais uma dificuldade que pode ser analisada está na amplitude e abrangência dos Objetivos e de suas respectivas metas. Em sua pretensão de universalidade, muitas vezes caem em diretrizes genéricas mesmo nos Objetivos mais específicos, o que resulta em problemas para se definir estratégias delimitadas a cada meta de ação. São as chamadas “*catch-all phrases*”, tentam abarcar a gama mais completa possível em poucas palavras e acabam por falhar em promover uma aplicação direta do tema. Isso se mostra claramente perceptível no ODS número 5 e em suas respectivas metas.

Porém, não é porque são impostos desafios interpretativos ou estatais aos Objetivos que se deve desistir de suas aplicações. Para tanto, especificamente em relação do ODS tema deste trabalho, apresenta-se aqui algumas alternativas de ação mais delimitada. Dentre elas, a intensificação da fiscalização relacionada a questões de gênero, tanto no âmbito internacional e interno.

Ainda no âmbito internacional, propõe-se traçar maneiras de como a ONU pode fiscalizar o cumprimento estatal do ODS número 5, de modo mais efetivo e que garanta que ele de fato seja alcançado até 2030; o que poderia ocorrer, por exemplo, por meio de mecanismos específicos previstos em acordos sobre o tema, como *treaty-bodies* ou comissões. No âmbito interno, destaca-se o papel essencial das pressões sociais,

como por exemplo, por meio do movimento feminista e suas lutas. Sobre a importância da participação popular, tem-se o seguinte posicionamento:

E sinceros ou não, possíveis ou não, a validade desses acordos não-vinculantes da ONU é que estes podem servir como ferramentas, em âmbito nacional, para que cobremos. (...) É certo que nada força um país que se comprometeu com esta agenda a implementá-la, a não ser a consciência política nacional de honrar sua palavra diante da comunidade internacional. Mas quando a consciência política falha, ou falta aos governos, a pressão da sociedade civil organizada passa a ser fundamental, às vezes o único caminho possível (FERNANDES, *online*, 2016).

Ainda neste diapasão, destaca-se a necessidade de atuação de todos os entes da sociedade internacional para que o ODS número 5 tenha maiores chances de ser alcançado. Estados, ONGS e indivíduos possuem papel importante para a concretização dessa meta. Frente à soberania estatal, ONGS e indivíduos possuem destaque no dever de fiscalização nacional e internacional das metas referentes ao Objetivo em questão.

Para isso, tem-se, assim, a necessidade de implementação e fortalecimento de mecanismos institucionais internacionais e nacionais que permitam aos indivíduos e ONGS a participação e possibilidade de controle democrático das ações estatais voltadas às questões gênero-sensitivas. Novamente as lutas sociais se mostram aqui importantes, para o alcance destes mecanismos onde não existirem. Sobre isso, tem-se o seguinte ensinamento:

Se algo ficou claro na discussão sobre o desenvolvimento sustentável, é que apesar dos Estados nacionais ainda serem muito importantes eles não podem mais ficar sozinhos. A cooperação internacional entre os Estados e outros atores relevantes, tais como os setores privado, ambiental científico e não governamental, de direitos humanos e organizações de desenvolvimento é necessária. (...) No entanto, é interessante observar que, além dos Estados e de suas organizações internacionais, empresas multinacionais, cidadãos e organizações não governamentais tornaram-se importantes atores no direito internacional do desenvolvimento sustentável. Eles agem tanto como petionários quanto como implementadores de acordos internacionais, além de atuarem em ações judiciais ambientais internacionais contra os Estados. (SCHRIJVER, 2008, p. 225-266, tradução nossa).

Pode-se também almejar a aplicação mais efetiva do ODS número 5 e suas metas através da intensificação e do fortalecimento de acordos internacionais gênero-sensitivos, com mecanismos específicos e funcionais de fiscalização e implementação das normas previstas, bem como com o incentivo à criação, assim como ao fortalecimento, de legislações nacionais gênero-sensitivas, com previsões de sanções internas reais em caso de descumprimento das normas previstas.

Outrossim, seria interessante a propositura de aumento de financiamento às agências e organizações da ONU especializadas no tratamento das questões de gênero, juntamente ao incentivo à coleta, análise e produção de dados gênero-

sensitivos tanto no âmbito internacional quanto no âmbito nacional. Nesse sentido, tem-se:

tal para fazer investimentos importantes no desenvolvimento sustentável sensível ao gênero, de forma transparente, responsável e mensurável. Enquanto a comunidade internacional começa a implementar a nova agenda universal para o desenvolvimento sustentável, as condições favoráveis à realização da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e dos direitos humanos devem ser reforçadas. *A escala e a ambição da nova Agenda pedem por financiamento transformador e por fortalecimento de parcerias, políticas e instituições, para garantir a sua implementação.* (ECOSOC, 2016, p. 4, tradução nossa, destaque nosso).

Ou seja, tem-se ainda a necessidade, observando-se a igualdade de gênero como um objetivo comum de todos os países e necessário para um melhor desenvolvimento dos âmbitos econômico, social e ambiental da sociedade internacional como um todo, de financiamentos e fortalecimento de parcerias que visem auxiliar na conquista desta realidade.

6 | CONCLUSÃO

O trabalho buscou, através de análise doutrinária e estatística, comprovar a pertinência da igualdade de gênero como meta para o desenvolvimento sustentável. Ao longo do esforço, tornou-se claro que para sustentar uma determinada sociedade ela precisa ser, em primeiro lugar, uma que se queira manter para o futuro. Não é razoável buscar sustentar a opressão e a dominação, que são o presente estado da sociedade no que tange à situação das mulheres. Dessa forma, conclui-se que para o pleno desenvolvimento sustentável faz-se extremamente pertinente o Objetivo de número 5 da Agenda 2030: a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres ao redor do mundo.

Foi perceptível que, apesar de tal conclusão, existem diversos entraves e dificuldades para a aplicação prática desse Objetivo na sociedade internacional atual, porém sugestões iniciais para a sua implementação eficaz, frente a tais problemáticas, também foram apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed., São Paulo: LTr. 2016.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 Ago. 2016.

FERNANDES, Claudio Guedes. A Agenda 2030 e os desafios do desenvolvimento sustentável. **Carta Capital**. 2016. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-agenda-2030-e-os-desafios->

do-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 28 Jul. 2016.

OECD. **Education at a Glance 2015**. OECD Indicators, OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2015_eag-2015-en>. Acesso em: 11 Ago. 2016

ONU, Sustainable Development Knowledge Platform. **Gender equality and women's empowerment**. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics/genderequalityandwomensempowerment>> Acesso em: 28. Jul. 2016.

ONUBR. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 28 Jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Women at work: 2016 trends**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/-/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, jul./dez. 2006, ano 12, n. 26, p. 71-100.

SCHRIJVER, Nico. The evolution of sustainable development in international law: inception, meaning and status. **Hague Academy of International Law**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2008, p. 208-235.

SEN, Amartya. SUDHIR, Anad. Human Development and Economic Sustainability. In: **World Development**, 2000, vol. 28.

STEVENS, Candice. Are women the key to sustainable development? **Sustainable development insights**, Boston, n. 3, ps. 5-8, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.bu.edu/pardee/files/2010/04/UNsdkp003fsingle.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**. 2014. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR14/GGGR_CompleteReport_2014.pdf> Acesso em: 08 Jul. 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**. 2015. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf>> Acesso em: 08 Jul. 2016.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

Ana Carla Menezes de Oliveira

*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia-Campus São Cristóvão.*

prof.carla.menezes@gmail.com

Aracaju-Sergipe

RESUMO: O referido artigo tem como objetivo compreender o processo de feminização do magistério no Brasil através da história de educação e da formação dos professores, buscando entender os papéis desempenhados pela educação formal no transcorrer de sua história, como também os valores que sempre estiveram presente e que explicam em grande parte a feminização da profissão docente nesse país, possibilitando assim a compreensão dos problemas que enfrentam até hoje nesse campo. Para isso serão apresentados através dos dados coletados em livros, textos, entrevistas, documentos ,leis, decretos e outras fontes bibliográficas utilizada, o papel da atividade docente no período colonial, a independência e seu reflexo na educação feminina, o magistério e sua influência na primeira república e suas reformas .

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Educação feminina. Feminização.

INTRODUÇÃO

Com a modernidade o rompimento com a estrutura medieval aconteceu em todos os âmbitos da sociedade: o homem passou a fixar-se na vida urbana e mudanças de âmbito geográfico, econômico e social provocaram novas conjunturas e imposições para a sociedade. Observa-se que nesse andamento, como influência do humanismo renascentista, o homem voltou-se para a busca do prazer, partindo do seguinte pensamento: posso servir a Deus, mas também gozar a vida. Crescia uma preocupação com o cultivo das artes, da estética e da razão.

A modernidade voltava-se para o conhecimento científico, procurando reorganizar a escola, como também, racionalizar o ensino, criando métodos e preocupando-se com o currículo escolar. O Brasil, filho da modernidade, vivenciou esta realidade de forma tardia e lenta, somente a partir da queda da monarquia (1889). A Primeira República (CARVALHO, 1999; COSTA, 1985) marcaria um novo momento histórico, político e social que se desencadeou no contexto da sociedade brasileira. Dentro destas perspectivas, observamos que as primeiras décadas que se seguiram, iniciando o século XX, registraram um estilo de vida diferente, que exigia mudança e novas características em

todos os âmbitos da sociedade, e, conseqüentemente também no campo educacional, pois, “a prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo [...] impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente), renovou as instituições formativas (desde a família até a escola, a fábrica etc.” (CAMBI, 1999, p. 512).

Diante destas novas mudanças e preocupações, ligadas aos sujeitos até então marginalizados dentro do corpo social (a criança, a mulher e o deficiente), a sociedade passou a observar a mulher, mesmo que com preconceitos, como alguém unido aos afazeres domésticos e com a criação de filhos e que necessitava de instrução para tal atividade, pois era ela a pessoa mais próxima e responsável pela educação do filho (homem). Ver a mulher, neste período, e estudar a sua formação lança-nos numa época de transição, possibilidades e conquistas, que puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero. Colocaram em dúvida o modelo tradicional de formação caracterizado como “sexista” (vinculado apenas ao modelo masculino, visto como superior e universal, mas na realidade marcado pelos preconceitos do machismo: do domínio à violência, ao racionalismo abstrato e formal, à repressão/sublimação dos instintos), portanto como ocultador/negador do “segundo sexo” [...] (CAMBI, 1999, p. 638).

A Primeira República foi palco dessa realidade que desafiava o conflito entre o novo e o velho, entre o rural e o urbano, entre o poder e a democracia e, conseqüentemente, da definição de papéis para a mulher. Com objetivo de compreender a relação do público e privado na educação brasileira, principalmente em relação ao contexto do primeiro período republicano, trataremos dos desafios e conquistas oriundas da formação feminina neste período, marcado pelo desencadeamento de uma nova estrutura de sociedade e governo. Assim, verificamos se a profissionalização feminina no magistério primário e o seu desencadeamento ao tornar-se estritamente feminino considerou a articulação existente neste contexto no que diz respeito à relação entre o público e o privado, pois as escolas normais confessionais católicas foram instituições presentes nesta formação e atenderam a demanda de professoras para as escolas públicas primárias, como principais instituições de ensino para a educação da mulher.

CONTEXTO REPUBLICANO

A República foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889 em a participação popular, mas como um ato que correspondia aos anseios e interesses da elite brasileira, pois o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar (CARVALHO, 1990). Assim, qualificada como um evento “inesperado, rápido, incruento”. Dentro desse cenário, aparecia a figura feminina respondendo às aspirações da visão como símbolo positivista, pois o uso da alegoria feminina se baseava em um sistema de interpretação do mundo do qual a república era apenas parte, embora importante. Na escala dos valores positivistas, em

primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade [...] A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade [...] Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços (CARVALHO, 1989, p.81).

Com o intuito de combater o analfabetismo e capacitar pessoas para o trabalho industrializado, voltaram-se os olhos para a propagação da educação popular e profissional. Foram os primeiros movimentos voltados para a educação no Brasil. Por conseguinte, a preocupação pela formação da mulher tomou rumos diferentes nos últimos anos da Primeira República. A mulher, considerada professora natural de seus filhos, deveria estar preparada para educar e preparar o novo homem.

A IMAGEM DA MULHER REPUBLICANA

Por razões históricas específicas, a República foi simbolizada por uma figura feminina, como já citamos anteriormente. No entanto, o símbolo desse novo regime nada representava quanto aos direitos destinados à mulher. E tal simbologia poderia ser “considerada apenas um meio para compensar a sua exclusão no seio político, advertindo que a política não era coisa de mulher”.

De fato, não só a política não era coisa de mulher, como a própria educação não era para a mulher. Percebe-se que nesta época, ela não tinha lugar no mundo político e nem tão pouco fora de casa (CARVALHO, 1990, pp. 92-93). É justamente dentro deste espaço tão singular, o lar, que se pode entender a função destinada à mulher nesse período. No entanto, para percebermos melhor a visão que a República tinha sobre a mulher, voltaremos aos primórdios do colonialismo brasileiro.

Desde a época colonial, no Brasil, o imaginário da mulher foi desenvolvido sobre o colonialismo da sociedade portuguesa, e esta ligava-se aos ideais católicos (AZEVEDO, 1971). Assim, a “ex-colônia, ainda sob valores monárquicos, estabeleceu um padrão de mulher frágil e abnegada” (ALMEIDA, 1998, p. 114). Características indispensáveis para uma moça de família, que futuramente necessitava do casamento, a mulher deveria ser sempre dócil, gentil, submissa, e uma boa mãe. Toda a sua vida era voltada para a oportunidade do casamento como realização pessoal. Portanto, sua educação estava relacionada às prendas domésticas e a única possibilidade da mulher estudar restringia-se aos conventos femininos da Igreja Católica.

Esse estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República, sem muita alteração. A casa ainda era o seu espaço privilegiado, sendo qualificada pela “categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas dedicando-se integralmente à família e aos cuidados domésticos” (ALMEIDA, 1998, p. 114-115).

A preocupação com o casamento tornou-se muito importante para a mulher, pois,

além de proporcionar uma realização pessoal, como já citamos, garantia o meio de sobrevivência e de atuação na sociedade. Permanecer solteira no primeiro período republicano significava motivo de vergonha e escárnio. Assim, o destino da mulher solteira era permanecer na casa dos pais, cuidar deles na velhice ou dos próprios sobrinhos. Algumas, no entanto, “freqüentemente, refugiavam-se na religião e se tornavam a carola, observada com pena pela comunidade” (ALMEIDA, 1998, p.178).

Percebemos que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Como também, conformá-la à imagem idealizada pelo ideário dominante. Ela mesma seria incapaz de ter o domínio ou direção de sua própria vida.

Deste modo, a Igreja ensinava que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a imagem de pureza, submissão e o exercício das atividades naturais como, cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...) e, se a mulher se voltasse contra esta natureza, ela seria considerada rebelde em relação aos princípios “celestiais”, portanto exposta como contestadora de tais ensinamentos doutrinários.

Percebemos, desta maneira, qualidades peculiares entre Igreja e os positivistas: ambos vêem a mulher de uma forma preconceituosa, inferior ao homem em direitos e conhecimentos. Em razão disso, as mulheres iniciaram um período no qual passaram a denunciar os princípios opressores dessas duas concepções (Católica e Positivista).

Percebe-se ainda uma disputa entre Igreja e República, onde esse conflito ganhou expressão na imagem da mulher. Se por um lado ela era representada como a mulher que acolhe o novo regime ou como o próprio símbolo da república, como fizeram os revolucionários franceses, por outro, a Igreja identifica a mulher com a virgem Maria, aquela que deveria ser submissa ao lar, pura e voltada exclusivamente à criação de filhos, restrita da vida pública. Então, a Igreja adota Maria como arma anti-republicana. Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. A partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil [...] Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação (CARVALHO, 1990, p. 93-94).

A Igreja formulou imagens que obrigaram a mulher continuar enclausurada no espaço doméstico, favorecendo a desigualdade entre os sexos. A pessoa feminina “faz, portanto, a figura de elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando na verdade é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 1976, p 33). O discurso higienista também se voltou para a valorização do papel da mulher, representada pela figura da “guardiã do lar”, permanecendo a visão de que “a mulher em si não é nada, de que deve esquecer deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”(RAGO, 1985, p.65). Portanto, a Primeira República é palco destas inquietações estabelecendo o vínculo entre higiene e educação. Somente com as mudanças no período de transição entre o século XIX e

XX, melhores condições foram consentidas às mulheres. Com o crescimento urbano, as novas exigências cobraram posturas diferentes diante das suas velhas funções, pois as ruas e praças das cidades necessitavam da presença feminina e por meio do crescimento do capitalismo, modelos europeus eram importados para a República, despertando novos pensamentos e imagens do ser mulher.

PENSAR A FORMAÇÃO DA MULHER: UM CENÁRIO DE DESAFIOS E OBSTÁCULOS.

A educação feminina era incipiente na sociedade brasileira. Durante anos, esse foi um fato ignorado que resultou na exclusão da mulher na educação. Compreendemos essa realidade quando voltamos ao período imperial, onde a Constituição prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão, e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres, como podemos observar: desde o decreto de 15 de Outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o Estado insitiu um currículo para a educação feminina, e outro mais completo para a educação masculina, não possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23).

Além de tudo isso, o ensino era precário e as escolas não tinham instalações apropriadas. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que fizeram pouco caso dessa responsabilidade, ou devido aos gastos elevados para manter uma escola pública, ou pela própria defesa do ensino privado.

Nesse conjunto de conflitos a formação feminina ficou prejudicada, pois, as meninas cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento. Desta forma, essa visão só contribuía para a desvalorização da instrução feminina.

Ao mesmo tempo, em que a mulher era preparada para ser uma dona de casa, esposa e mãe, perpetuava a diferenciação econômica. As filhas das famílias nobres poderiam ter uma educação muito mais ampla, mesmo que voltada para o lar, considerando que já garantiam através da herança dos pais o meio de sobrevivência. Quanto às mulheres das camadas inferiores, necessitavam elas de um casamento, como meio para garantir a sobrevivência. Caso não encontrasse um esposo, teriam que trabalhar para garantir o seu sustento.

Nas primeiras décadas da República pouca coisa mudou quanto à educação da mulher e certas características foram perpetuadas, como seu baixo nível da educação, defendidos em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuou essa imagem com o intuito de manter a supremacia masculina sobre o

gênero feminino: O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita [...] (SAFFIOTI, 1976, p 206).

Finalmente, no decorrer da Primeira República, a mulher passou a ser vista como meio possível para o progresso, e como a grande responsável em desenvolver a mais nobre tarefa de sua existência: formar o homem. Visão esta que vinha da crescente necessidade de ordenação do País. Juntamente com essa idéia cresceu o setor urbano e as influências do escolanovismo que desenvolveram novas possibilidades. Destarte, a “educação feminina é pensada como uma necessidade para se estabelecer a justiça social [...] visando atingir um estágio superior de organização social” (SAFFIOTI, 1976. p 206).

O entusiasmo pela educação que influenciou os anos 1920 atribuiu extrema importância à educação, realçando através dela a valorização do homem. Esse pensamento levanta questões como a analfabetismo, que se constituía na grande problemática para a nação: expansão do ensino primário gratuito. Deste modo, assim como a mulher se enquadrava dentro da realidade analfabeta do país, a preocupação com a sua instrução passou a ser um dos problemas levantados pela educação. A necessidade da formação feminina abriu novas possibilidades à instrução feminina. Com a modernização, e, conseqüentemente com as mudanças sociais geradas por esses novos tempos, a sociedade percebeu que a mulher não podia permanecer na mesma situação. Mas, com a laicidade do ensino e a co-educação (mesmo que essa fosse temida pelas famílias oligárquicas), cresceu o número de mulheres que tinham acesso à instrução.

No entanto, para os setores subalternos da sociedade, a educação se resumia às prendas do lar e aprendizagem das primeiras letras. Chegar ao curso superior era praticamente impossível para as mulheres desses estratos sociais. Contudo, a Igreja Católica tendo a educação diferenciada dos sexos como princípio, tornou-se aliada dos interesses das oligarquias, permanecendo na direção de boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite. Com a Constituição Republicana ocorre a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a laicidade desse, todavia a Igreja Católica não foi afastada do ensino e procurou, ao contrário, compensar a menor influência na vida civil criando colégios destinados à educação, onde a educação confessional certamente permaneceu. Isso, entretanto, não provocou grandes mudanças, pois a dualidade do ensino no Brasil não foi solucionada pelo governo. Os dominantes ainda tinham grande acesso às escolas, inclusive à universidade, enquanto o pobre permanecia sem essa possibilidade.

Nesse contexto, a Igreja prevalecia, pois os seus colégios religiosos eram responsáveis pela educação das filhas da elite e, por serem pagos, não permitiam acesso à educação às camadas desfavorecidas da sociedade. Deste modo, nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (MANOEL, 1996. p. 86). Essa postura favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país. No entanto, essas instituições não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher, visto que a educação feminina era uma formação para o lar, estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando ingressavam em tais instituições privadas. Observa-se que, durante esse período, o objetivo inicial com a criação dessas escolas era preparar culturalmente as filhas dos fazendeiros. Essas escolas estavam alheias ao mundo do trabalho pelo fato da modernidade não interessar à elite brasileira. Segundo Nosella, a Semana da Arte Moderna e acontecimentos importantes no período republicano, não foram debatidos na antiga Escola Normal de São Carlos, pois tais acontecimentos indicavam mudanças e apontavam para os desafios da modernidade, reafirmando, deste modo, a junção entre o modelo educativo conservador católico e os próprios objetivos da elite, pois “todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico em sua prática docente [...] essa atitude não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade” (NOSELLA. & BUFFA, 1996, p.56). Esse conjunto de relatos e acontecimentos marcou o início da formação feminina: “Até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira” (NOVAES, 1995, p. 22).

A IMAGEM DA PROFESSORA PRIMÁRIA

A Escola Normal era importante espaço no momento histórico Republicano. As primeiras escolas normais para a formação de professores foram criadas entre 1835 a 1880, sendo oferecidas inicialmente aos homens. No decorrer da Primeira República, elas desenvolveram importantes papéis na formação e profissionalização feminina. No entanto, “dada a insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos privados constituía sério obstáculo à profissionalização feminina” (SAFFIOTI, 1996, p. 215), pois, propósitos diferentes eram perpassavam as instituições laicas e religiosas quanto à formação da mulher, visto que, enquanto as primeiras responsabilizavam-se pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas preocupavam-se com a formação da elite. Obviamente, um dos fatores que possibilitou a profissionalização da mulher,

no magistério, foi a necessidade da classe menos favorecida em procurar a instituição escolar (o magistério primário) como meio de sobrevivência. As filhas da elite, em sua maioria, preocupavam-se apenas com o conhecimento cultural estabelecendo a estreita relação diploma e casamento, ao utilizarem os estudos visando um bom casamento. Somente depois da Revolução de 1930, com a crise econômica, as filhas da elite procuraram o magistério como profissão, devido aos problemas financeiros de suas famílias.

A entrada da mulher para a Escola Normal também está estritamente ligada à demanda do curso primário, devido ao esforço pela democratização da cultura e pela reocupação com o alto índice de analfabetismo da população. A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu somente no século XX, enquanto na Europa o século XIX já era palco deste processo. Todavia, esta realidade tornou-se possível devido à laicização do ensino com a entrada das meninas para a escola. Percebemos, então, que as escolas primárias foram criadas com o intuito de sanar os problemas educacionais, criando possibilidades para o crescimento da necessidade de formação de professores nessas escolas normais, fazendo emergir as perspectivas das mulheres atuarem no setor educacional. Desta maneira, as professoras formadas nestas instituições confessionais, iriam exercer sua função docente nas escolas primárias públicas. Pois, “as congregações, desde meados do século XIX e, sobretudo, até a década de 1930, dedicavam-se, de maneira geral, ao ensino primário e à formação de professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p.71). De certa forma, esta realidade reforçava a presença importante de instituições privadas, principalmente católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público, não deixando de transmitir a influência religiosa: “há um etos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p.73). Pois, estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, ética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe-professora. Esta feminização do magistério primário aconteceu pelo fato da docência ser considerada uma continuidade do lar. Salientemos, que diante do imaginário da mulher na sociedade brasileira, a sua profissionalização não iria acontecer de uma hora para outra.

Evidentemente, deveria estar ligada ao estereótipo criado pela própria sociedade (boa mãe, abnegada, delicada, pura). No entanto, embora reforçasse o imaginário feminino, essa visão colocou a mulher na profissionalização, entretanto, o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar! Quando o caso não era o da sobrevivência, e estes deviam ser raros, procuravam na profissão uma realização social que a posição invisível ou subalterna no mundo doméstico lhes vedava, submetidas que estavam à sombra masculina todo poderosa que ali também exercia seu poder (ALMEIDA, 1998, p. 71).

A expansão da figura feminina no magistério aconteceu com o propósito da mulher buscar a sua valorização social. Percebe-se que a demanda de mulheres no

magistério primário passou a ser superior ao número de homens, visto que em São Paulo no período republicano, a maioria feminina no magistério era um fato, o que se pode verificar na leitura do Anuário de Ensino (ALMEIDA, 1998, p. 122).

As mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que até então era direcionado para homens. O magistério, comparado à maternidade, tinha na figura da sua representação a mulher, pois, era responsável pela educação dos filhos, sendo pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos. Ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, poderiam, eles, tirar o gosto pela escola por parte das crianças. É importante ressaltarmos que a nova concepção de família, o sentimento de infância, tornaram-se uma preocupação dos intelectuais e enfatizaram e introduziram a mulher na educação como importante fator na formação desse “novo homem” moderno.

Sendo o magistério uma continuação do lar, visto como ocupação essencialmente feminina, desenvolveu-se como espaço para tornar aceita a profissionalização da mulher. A professora era considerada a segunda mãe dos alunos, criando possibilidades para a mulher exercer a sua função paralela aos afazeres domésticos, considerando que, trabalhando com crianças, ela não iria intervir ou atrapalhar as questões importantes da sociedade, que nesse caso, destinavam-se ao gênero masculino. O imaginário criado sobre a mulher também foi para dentro das escolas, percebem-se as discriminações sofridas pelas mulheres, dentro do espaço escolar, pois o cargo de chefia, sempre destinado aos homens, era ocupado por inspetores que nem sempre respeitavam a figura feminina e ainda existia o problema quanto ao local de trabalho, onde as professoras “sempre dóceis e dedicadas, eram enviadas aos piores lugares, às escolas mais distantes, onde eram maltratadas pelos “colonos ignorantes” e detestadas pelos pais dos alunos que não os queriam na escola por necessitar do seu trabalho na lavoura” (ALMEIDA, 1998, p. 140).

Nesse caso, o magistério primário foi uma profissão exercida em sua maioria por pessoas das classes subalternas. Outros defendem que a desvalorização do magistério deu-se pelo fato da feminização do mesmo, argumento este que pode ser refutado, pois quando exercido pelos homens era tido apenas como uma complementação da renda familiar, pois os professores tinham outras profissões e exerciam o magistério em horas vagas. Por último, há a questão levantada referente à “opressão exercida sobre as mulheres fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a mulher permitiu-nos voltar ao passado e desmistificar imagens construídas sobre a formação feminina. Como também entender sua realidade no cotidiano da Primeira República, realidade esta, onde a mulher, “enclausurada na casa grande e nos sobrados, sufocada na sua personalidade, consagrava-se aos

misteres da casa e ao cuidado dos filhos”(MANOEL, 1996, p. 22). Sempre presente na história da sociedade, desde as casas mais humildes até os casarões, ainda que na maioria das vezes ocultada pela voz do homem, a figura feminina foi objeto das imagens impostas sobre ela por uma cultura amalgamada pela doutrina católica e pelos positivistas. Como a Primeira República marcou um período de transição entre o novo e o velho na sociedade brasileira e provocando mudanças na esfera educacional, a mulher participou dessas mudanças, ainda que enclausurada pelas paredes dos ideários católicos e oligárquicos da sociedade republicana. Observamos dentro desse cenário que a história do magistério primário feminino brasileiro é, principalmente, uma “história de mulheres, de uma força invisível que lutou consciente e espontaneamente em defesa de suas crenças e de sua vontade” (ALMEIDA, 1998, p. 77). Acreditamos que, com tais mudanças, o desenvolvimento do espaço conquistado pelas mulheres possibilitou o seu próprio reconhecimento como ser político e social. O país necessitava experimentar o novo, e a modernidade exigia dele um olhar sobre o qual estava esquecida a educação feminina.

Ao verificarmos a trajetória da mulher na sociedade brasileira, constatamos a sua presença na formação primária como primeira conquista do seu reconhecimento social e profissional. E, ao mesmo tempo, entendemos as origens da feminização do ensino primário no Brasil, como também, compreendemos que foram nas instituições confessionais privadas que a professora primária recebeu sua formação, possibilitando, desta maneira, uma articulação entre o privado e o público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. (1998). **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP.

AZEVEDO, F. (1971). **A cultura Brasileira**. 5ed São Paulo: Melhoramentos.

BERMAN, M. (1986). **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras.

CAMBI, F. (1999) **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP.

CARVALHO, J. M. (1990). **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1989). **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ed São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1999). **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG.

COSTA, E. V. (1985). **Da Monarquia a República: momentos**. 3ed. São Paulo: Brasiliense.

FARIA FILHO, L. M. (2000). **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF.

INÁCIO FILHO, G. (2002). **(Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880- 1960)**. In:

ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, p. 39-64. (Coleção Memória da Educação).

_____ (2003). **A monografia nos cursos de graduação**. 3ed Uberlândia: EdUFU.

LOPES, E. M. T. & GALVÃO, A. M. O. (2001). **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A.

MANOEL, I. A. Igreja e Educação Feminina (1859-1910). **Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.

NAGLE, J. (1974). **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo.

NOSELLA, P. & BUFFA, E. (1996). **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar.

NOVAES, M. E. (1995). **Professora Primária: mestra ou tia?** 6ed São Paulo: Cortez.

RAGO, M. (1985). **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930**. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAFFIOTI, H. I. B. (1976). **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, R. S. (1998). **Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!

Lorena Marinho Silva Aguiar

Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Participante do Grupo de Pesquisa sobre Produção e Condição Docente – PRODOC/UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

RESUMO: O artigo problematiza o “brincar de boneca” como uma brincadeira estereotipada no que diz respeito às questões de gênero. Para tanto, é feito um breve histórico sobre a origem das bonecas e, em seguida, é tecida uma apresentação e análise de algumas pesquisas de autoras/es que discutem essa brincadeira numa perspectiva educativa e democrática. Por fim, apontamos os benefícios de os meninos também brincarem de boneca e a urgência em desconstruir os estereótipos de gênero nas brincadeiras infantis.

PALAVRAS CHAVE: Brincar de boneca; Estereótipos de gênero; Educação Infantil.

ABSTRACT: This article relies on the discussion about the “doll play” as a gender stereotyped play. Therefore, it is made a brief history of the origin of the dolls, as well as a bringing together of authors and researches discussing the games in childhood from an educational and democratic perspective. Finally, we point out

the benefits of the boys also play doll and the urgent need to deconstruct gender stereotypes in children’s play.

KEYWORDS: Doll play; Gender stereotypes; Child education.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das reflexões que surgiram a partir de uma pesquisa de mestrado, finalizada em 2016, intitulada “Um olhar sobre práticas pedagógicas que transgridem os estereótipos de gênero na Educação Infantil na região metropolitana de Belo Horizonte”. Nesta, investigamos práticas pedagógicas de professoras de educação infantil que, inseridas em uma cultura heteronormativa e sexista, procuram, por meio de suas práticas, transgredir os estereótipos de gênero; houve duas “sujeitas” da pesquisa e, ao todo, foram analisados 18 episódios que envolviam as questões de gênero e sexualidade. No presente artigo pretende-se aprofundar a análise de um dos episódios observados na dissertação, qual seja, o “brincar de bonecas” realizado pelos meninos.

Antes de iniciarmos as problematizações e análises que este trabalho pretende fazer, salientamos que:

Segundo as normas da ABNT, na citação direta, indica(m)-se a/o(s) autor/a(s) pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido da data e da página referente à citação. Contudo, nesta pesquisa, por uma questão política, optamos por colocar o primeiro nome seguido do sobrenome de todas/todos as/os autoras/es para dar visibilidade às mulheres escritoras/pesquisadoras (Lorena AGUIAR, 2016).

Além dessas questões sobre as citações diretas, nós adotaremos ao longo deste trabalho, diferenciações (as/os, as/es) no lugar do modo habitual da língua padrão que adota o masculino como norma, pois compreendemos o papel que a língua pode exercer para a desconstrução da desigualdade de gênero tanto quanto para a sua disseminação. Feitas as devidas ponderações metodológicas e afetas à normalização desta pesquisa, passemos à análise do episódio descrito na dissertação em que os meninos “brincaram de boneca”.

A atividade pedagógica observada aconteceu da seguinte maneira: a professora Any (pseudônimo escolhido pela “sujeita”) em uma tentativa de fazer os meninos brincarem de boneca, separa a turma (meninos de um lado e meninas de outro) e oferece para os meninos somente bonecas como opção de brincadeira. Em um primeiro momento eles não quiseram brincar, contudo a professora insistiu:

(...) eu ofereci bonecas só para os meninos (...) eles tinham que brincar com bonecas do jeito que quisessem. Foi uma loucura, porque foi boneca jogada para cima, boneca amontoada; era um outro brincar, um brincar que a gente está desacostumado de ver. Eu ficava com pena até das bonecas. Elas sofreram (Professora Any, entrevista realizada em 16/07/2015).

Como relatado acima, percebemos que o oferecer bonecas somente para os meninos, a princípio, foi recebido com certa resistência por parte deles. Entretanto, ao perceberem que podiam brincar da forma que quisessem, os meninos criaram uma nova forma de brincar com o objeto (boneca). A docente relatou da seguinte forma: “*Para eles, foi quase blocos de encaixar, quase foi um brinquedo de empilhar...*” (Professora Any, entrevista realizada em 16/07/2015).

Não discordo da professora quando ela coloca que é legal as crianças brincarem com os brinquedos de forma inusitada e criativa; a todo momento devemos prezar e valorizar a ludicidade e criatividade das crianças. Contudo, ao analisar essa atividade da professora, a configuro como não transgressora dos estereótipos de gênero, uma vez que a transgressão viria na prática dos meninos romperem com o estereótipo de que “brincar de boneca” é coisa de menina e, assim, brincassem livremente com as bonecas como sendo bebês para cuidar.

O que aconteceu na atividade não foi uma transgressão de estereótipos de gênero (brincar de boneca é coisa de menina) e sim uma adaptação do objeto para uma brincadeira aceita para os meninos. Seria a mesma lógica no caso dos carrinhos para as meninas, como apontam Cruz, Silva e Souza (2012):

Carros são objetos pensados e criados para o masculino, mas quando se estende para ao feminino o carro precisa ser “feminizado”, necessita fazer parte do universo tipicamente feminino: um carro delicado, com cores variando entre o rosa, o roxo e o lilás. O carro de menina não é pensado como sendo um carro de menino. Menina quando pode brincar ou gostar de carro, este precisa entrar em seu campo de materialização do feminino (Lilian CRUZ; Zenilton SILVA; Marcos SOUZA, 2012, p. 6).

Logo, a brincadeira do “brincar de boneca” seguiu nessa direção. Foi preciso que os meninos adaptassem as bonecas para o mundo deles para que, somente então, pudessem utilizá-las. No entanto, me questiono por que é tão difícil romper com esses estereótipos? Quais seriam as consequências do “brincar de bonecas” realizado pelos meninos? Essas são as principais questões que este artigo se propõe a responder.

Isto posto, neste artigo faremos um breve histórico sobre o “brincar de boneca”, as repercussões dessa separação binária (brincadeiras de menina e brincadeiras de menino) para a educação das crianças e, por final, apontamos para a importância de desnaturalizar os estereótipos de gênero e os binarismos que são construídos e reafirmados na sociedade.

2 | BONECAS PARA QUEM?

Para as meninas existe uma vastíssima gama de objetos miniaturizados que imitam os utensílios caseiros, como serviços de cozinha e toilette, bolsas de enfermeira com termômetro, faixas, esparadrapo e seringas, dependências como banheiros, cozinhas completas com eletrodomésticos, salas, quartos, quartinhos para bebês, jogos para coser e bordar, ferros de passar, serviços de chá, eletrodomésticos, carrinhos, banheirinhas e uma série infinita de bonecas com o respectivo enxoval. (...) Para os garotinhos em geral os brinquedos divergem completamente: meios de transporte terrestre, navais e aéreos de todas as dimensões e de todos os tipos: navios de guerra, porta-aviões, mísseis nucleares, naves espaciais, arma de todo o tipo, desde a pistola de *Cowboy* perfeitamente imitada até alguns sinistros fuzis-metralhadoras que diferem dos verdadeiros apenas pela menor periculosidade, espadas, cimitarras, arcos e flechas, canhões: um verdadeiro arsenal militar (Daniela FINCO apud BELOTTI, 1975, p.75).

Essa citação foi escrita em 1975, mas caberia muito bem nos dias de hoje, não é mesmo? Contudo, será que foi sempre assim? Desde o processo de criação dos brinquedos já havia distinção de sexo para o seu uso?

O que se deve ter claro, primeiramente, no que diz respeito às brincadeiras e jogos infantis, é que estes são, e sempre foram, um artefato da cultura. Segundo Maria Isabel Leite (2002) o sentido que é dado ao brinquedo dependerá do seu contexto social, histórico e cultural. Assim, dependendo da cultura em que a criança se encontra, esses elementos (brinquedo, brincadeira e jogo) podem receber diferentes significados.

Utilizaremos as palavras “brinquedo, brincadeira e jogo” de forma distinta, pois

cada uma tem um significado diferente. De acordo com Tzuc Kishimoto (2001), o brinquedo é o material que dá suporte à brincadeira, haja observado que há brincadeiras que não utilizam brinquedos, tal como a amarelinha, esconde-esconde, pique pega, dentre outras. O jogo é a junção da brincadeira com as regras, quer dizer, há a ludicidade da brincadeira e há também regras para serem seguidas, a depender do contexto social no qual se inserem. Tomemos como exemplo a bola, a qual é um brinquedo que pode dar suporte tanto a uma brincadeira (brincar de bola), como a um jogo (vôlei e/ou futebol).

Quando pensamos em brinquedos, geralmente pensamos também em criança. No entanto, ao pesquisar sobre a história dos brinquedos, descobri que eles foram utilizados antes mesmo de existir a noção de criança. Segundo o historiador Philippe Ariès (1981) a noção de criança como um ser distinto das/os adultas/os não existia até o fim do século XVIII; já sobre os brinquedos constam relatos desde os tempos mais longevos.

Portanto, nessa época a criança não tinha uma infância protegida, ou seja, não tinha sido ainda isolada em um mundo próprio criado para elas, elas viviam totalmente integradas à sociedade, junto aos adultos. Nesse contexto, a maioria dos brinquedos era compartilhada tanto por adultos quanto por crianças, tanto por meninos como por meninas, nas mais diversas situações do cotidiano (Ligia MEFANO, 2005, p. 19).

Além disso, de acordo com Walter Benjamin (1984), a maioria dos brinquedos na Antiguidade eram utilizados para rituais religiosos, como, por exemplo, o chocalho – muito utilizado pelos/para bebês ainda na atualidade.

(...) desde os tempos mais remotos, o chocalho é um instrumento para afastar maus espíritos, que deve ser dado justamente aos bebês. Há um grande equívoco na suposição de que são simplesmente as próprias crianças, movidas por suas necessidades, que determinam todos os brinquedos. Muitos dos mais antigos (a bola, o papagaio, o arco, a roda de penas) foram de certa forma impostos às crianças para serem, ao longo da história, transformados em brinquedos e produzidos em série (BENJAMIN, 1985, p. 250).

A história das bonecas não foi diferente, pois também é pertencente a um mesmo contexto. Isto é, sua trajetória histórica caminha de forma correlacionada à religiosidade e, posteriormente, aos brinquedos em série. Segundo Ariès (1981):

Os historiadores dos brinquedos e os colecionadores de bonecas e de brinquedos-miniatura sempre tiveram muita dificuldade em distinguir a boneca, brinquedo de criança, de todas as outras imagens e estatuetas que as escavações nos restituem em quantidades semi-industriais e que sempre tinham uma significação religiosa: objetos de culto doméstico ou funerário, ex-votos dos devotos de uma peregrinação etc. (...) Aquilo que na Idade Moderna se tornaria seu monopólio, ainda era partilhado na Antiguidade, pelo menos pelos mortos. Essa ambiguidade da boneca e da réplica persistiu durante a Idade Média, por mais tempo ainda no campo: a boneca era também o perigoso instrumento do feiticeiro e do bruxo

Mais precisamente, ao se referir às bonecas como objeto do brincar, Ligia Mefano (2005) as descreve, apesar de não se ter datado com precisão a origem, como um exemplo de brinquedo que está presente em todas as culturas. Em sequência, ao relatar o contexto histórico das brincadeiras de boneca associa o objeto (boneca) às meninas da seguinte forma:

(...) sabe-se que há 40 mil anos, na África e na Ásia, foram encontradas as primeiras estatuetas de barro feitas para rituais”. Historiadores que realizaram pesquisas sobre esse tema consideram que a transição das bonecas como ídolos para brinquedos ocorreu no Egito, há 5 mil anos. Foram achadas em túmulos egípcios de crianças bonecas esculpidas em pedaços de madeira. Os bonecos e bonecas nessa época não representavam crianças, eram miniaturas de adultos tendo os sexos bem definidos. Uma criança egípcia não podia brincar com um boneco que representasse um ídolo, e sim com um boneco que fosse um servo. Na Grécia e em Roma, em 500 a.C., as bonecas recebiam nomes de *nympha* e *pupa*, que significavam “moça pequena”. Tinham braços e pernas articulados e cabelo humano. As meninas gregas brincavam com bonecas até se casarem, quando dedicavam sua boneca à Afrodite, deusa do amor e da fecundidade. Os meninos romanos, por sua vez, brincavam com bonecos feitos em cera e argila que representavam soldados (MEFANO, 2005, p. 10).

Com o passar dos anos, a partir do processo de expansão industrial em meados do século XVIII, as bonecas foram se transformando em objeto do “desejo de preparação das meninas para a maternidade” e, em 1413 na cidade de Nuremberg na Alemanha, surge a primeira fábrica de bonecas (MEFANO, 2005, p.11). Essas bonecas ainda não eram as bonecas bebês que utilizamos como objeto do “brincar de boneca”, as quais demandam cuidados – banho, comida/mamadeira, fazer dormir, trocar a fralda, fazer parar de chorar, etc. As bonecas bebês surgiram no século XIX em Paris e logo ganharam espaço também na Alemanha. Suas cabeças eram feitas de “porcelana e biscuit; os olhos, de cristal; os cabelos, feitos com fios de cabelos naturais; e o corpo, de madeira ou pelica, com enchimento de serragem” (MEFANO, 2005, p.12). A plastificação das bonecas chega ao mercado de brinquedos após a segunda guerra mundial, substituindo as matérias primas naturais.

Ao longo da pesquisa sobre a história dos brinquedos e principalmente da boneca, percebi que os brinquedos acompanharam cada geração, contextualizavam a época e foram se aprimorando conforme as exigências do mercado. Principalmente no que tange às bonecas, elas ganharam gradativo espaço, formas e sobreviveram, inclusive, ao surgimento da era digital; segundo as pesquisas de mercado, elas ocupam o topo da lista dos brinquedos mais desejados no dia das crianças e natal (Marta, CAVALLINI, 2016).

Na atualidade as bonecas apresentam-se alinhadas a infinitas possibilidades de brincadeiras: elas têm profissões, adereços, tamanhos e funções bem diferentes umas das outras. Contudo, entre essa gama de variedade há algo em comum, o público

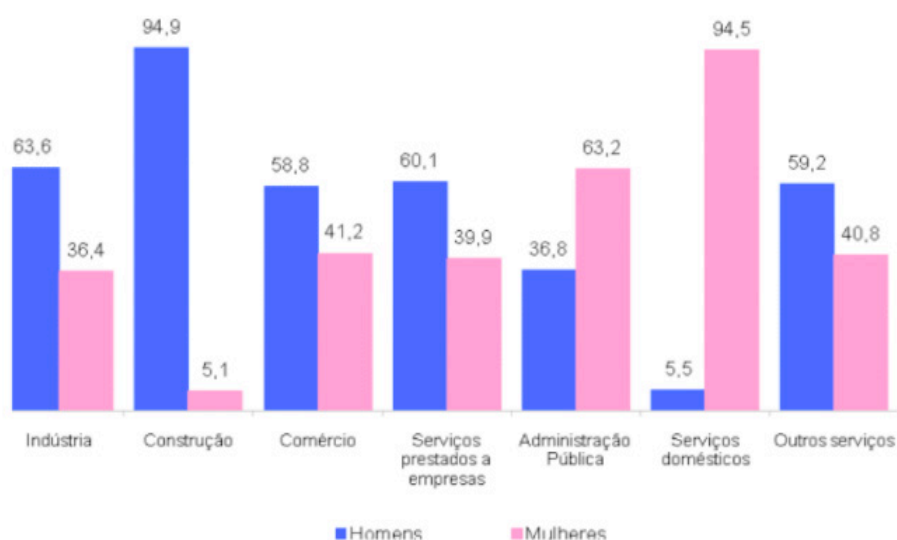
alvo: as meninas.

Quando as bonecas foram ganhando espaço no universo infantil, elas passaram a reproduzir um conjunto cada vez maior de traços da vida/cultura da época em que eram confeccionadas. Nos idos do século XVIII, as mulheres de classe alta e média não trabalhavam fora de casa, se ocupavam basicamente das tarefas domésticas, dos cuidados com o marido e filhas/os, enquanto que as mulheres de classe baixa trabalhavam fora de casa e geralmente tinham como ofício os afazeres domésticos nas casas das famílias mais abastadas ou/e o plantio nos campos – agricultura familiar. No entanto, independente da classe em que pertenciam, ambas tinham muitas filhas e filhos e, a partir dessa expectativa de que as crianças do sexo feminino seriam futuras mães de extensa prole, elas se afeiçoavam às bonecas como uma forma de se preparem para seu futuro.

De acordo com Elisabeth Badinter (1985), o amor materno ganhou força a partir do século XVIII, sendo instituído como um valor social e natural das mulheres. A associação do “amor” com o “materno” institucionalizou a mulher como mãe. A maternidade passa adquirir outro sentido, pois além de cuidar das filhas e filhos passa a ser também responsabilidade da mulher assegurar sua educação. Neste sentido, estes deveres são fixados pela sociedade como sendo da “natureza” da mãe e, conseqüentemente, do sexo feminino.

Em dias atuais, pelo contrário, nós mulheres não ocupamos só os espaços domésticos. A grande maioria, sejam ricas ou pobres, trabalham para seu sustento e sustento de suas famílias. Segundo dados do IBGE (2010), os percentuais de mulheres inseridas no mercado de trabalho pouco se diferem dos percentuais de homens.

Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo 2009*



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2010.

Percebam que nos agrupamentos que incluem a Indústria, Construção,

Administração Pública e Serviços Domésticos a disparidade entre os sexos é bem grande. Analisando a tabela acima sob a ótica da categoria gênero, não me surpreende o fato de as mulheres ainda serem a minoria nas Indústrias e nas Construções e a maioria nos Serviços Domésticos. Afinal, como foi citado, há todo um processo histórico que categoriza as mulheres como seres que têm, naturalmente, interesses e dons para os trabalhos que envolvem o ambiente doméstico.

No delatado contexto em que se afloram os mencionados dons inatos às mulheres, conseguimos entender porque as bonecas são preferências das meninas, certo? Errado, não deveria ser assim. Uma vez que as mulheres passaram a ocupar os espaços não domésticos (mercado de trabalho), a exclusividade dos afazeres do lar não deveria ser nossa, pois o que ocorre é um acúmulo de funções. A supracitada pesquisa do IBGE demonstra que quase 90% das mulheres que trabalham fora de casa também são responsáveis pelos trabalhos do lar em que vivem (IBGE, 2009). Inclusive, segundo a mesma pesquisa a carga horária feminina de afazeres domésticos equivale a um segundo emprego de meio período.

A esse ponto, quando retomamos o olhar para o “brincar de boneca”, a separação binária entre brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos, acrescida de vários outros comportamentos que são estimulados desde a mais tenra idade, perfaz um dos principais mecanismos por meio dos quais a sociedade estabelece os estereótipos de gênero e, aos poucos, acaba por “colocar cada sexo/indivíduo no seu devido lugar”. Meninas são educadas para serem passivas, submissas, maternais, delicadas, e meninos para serem viris, fortes, dominantes, um sobrepondo o outro.

Ainda, ao disponibilizarmos e incentivarmos o uso das bonecas só para as meninas, estamos contribuindo para a perpetuação dessas relações hierarquizadas e dos estereótipos de gênero. Em um mundo com tanta diversidade, e aqui não estou falando apenas de orientações sexuais, há necessariamente uma diversidade de identidades: mulheres que não querem ser mães, outras que se identificam com a área das exatas, outras que não são vaidosas, nem meigas, que priorizam o trabalho e não a família; da mesma forma como homens que são vaidosos, sensíveis, os que querem casar, que gostam de cuidar das/os filhas/os, etc. É incompreensível e injustificável o estímulo da prática enviesada de se estereotipar o brincar de boneca como sendo algo exclusivo de meninas, pois além de limitar o processo de aprendizado das crianças, acaba por incentivar e perpetuar uma cultura de preconceitos e de suplantação das individualidades.

Relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Assim estaremos dando a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos, vivendo a infância com sua inteireza, em sua plenitude (Daniela FINCO, 2003, p.100).

Muitos pais e mães não incentivam seus filhos (sexo masculino) a brincarem de

boneca ou de casinha por terem medo de que se tornem homossexuais. Mas pensar que determinados objetos influenciarão a sexualidade das crianças é um olhar muito simplista sobre a questão. O ato de brincar é fundamental na infância, é a principal forma de aprendizagem e de compreensão do mundo para as crianças pequenas, além de proporcionar prazer e permitir várias maneiras de expressão. A neurologista e pesquisadora Lise Eliot (2013) afirma que:

Existe uma razão muito simples para os pais hesitarem em promover o brincar não tradicional: o medo. As mães poderiam se preocupar: “Meu filho já é tão apegado a mim. Se eu deixar brincar com bonecas e com meus sapatos de salto, será que isso não afetar a sua masculinidade? Isso não o tornará gay?” A resposta é não. Deixando de lado a questão de alguns pensarem que a homossexualidade é errada, a maioria das evidências nos mostra que a orientação sexual de uma criança não é algo que os pais possam controlar, mesmo que quisessem (Lise ELIOT, 2013, p.135).

O professor Anderson Ferrari (2015) fez uma palestra sobre relações de gênero e sexualidade na escola e nesta ele cita um caso de uma professora que apontou um de seus alunos como sendo homossexual com base no fato de que na hora do recreio ele não queria brincar com os meninos, só com as meninas (ou então com ela, a professora), além de não gostar muito de brincar de bola. Ferrari, então, interpela a professora da seguinte forma: “Mas onde está a homossexualidade? Nele, ou em você?” e explica:

Percebam que ela (a homossexualidade) está na professora e não no menino. Calma com essa classificação, calma com essa pressa. A criança está se descobrindo; nós estamos constantemente construindo nossas identidades. Há uma necessidade de rotular as crianças desde muito cedo (informação verbal).

As crianças não têm desejo sexual e nem uma orientação sexual definida, mesmo porque elas não têm relações sexuais, considerando estas não como somente sendo o simples ato de intercursos sexual. Logo, devemos nos despir desse olhar adultocêntrico quando estamos lidando com as crianças. Nessa mesma linha, em pesquisa de mestrado pude perceber que:

O controle e a vigília sobre os corpos e a sexualidade das crianças ainda são muito fortes nas escolas, não proporcionando uma verdadeira liberdade de expressão para esses sujeitos. Há uma pressão para manter as identidades hegemonicamente construídas, de forma que as crianças sejam submetidas diariamente ao exacerbamento do poder das pessoas adultas que fazem uso dele para realizarem a conformação das crianças ao ideal estereotipado da sociedade (Lorena AGUIAR, 2016).

Proibir, inibir ou evitar que as crianças brinquem com determinados brinquedos ou brincadeiras são atitudes perversas de repressão contra a criança e apenas concorrem com o intuito de reafirmar crenças que as/os adultas/os têm sobre o que

é certo e errado, normal e anormal. A questão de brincar de bonecas, por exemplo, segundo Eliot (2013) é uma atividade muito saudável para meninas e meninos.

Os pais de meninos devem prestar atenção, porque brincar com bonecas ou cuidar de bebês trazem muitos ganhos. Brincar de boneca e encenar os papéis de pai e mãe reforça habilidades sociais e emocionais: cuidar de outras pessoas, levar em conta suas necessidades e atendê-las, bem como perceber o que elas estão sentindo (ELIOT, 2013, p. 155).

O documento “*Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica*” coloca que um dos propósitos dos meninos brincarem de boneca é que, tal como as meninas, “durante as brincadeiras, especialmente com bonecas, as crianças expressam seus conhecimentos sobre os cuidados pessoais: tomar banho, pentear o cabelo, vestir-se, trocar fraldas” (BRASIL, 2012, p. 39).

Anteriormente ao citado manual, a pesquisadora e professora Daniela Auad já havia publicado um estudo sugerindo algumas práticas educativas que corroboram a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, sendo que dentre elas há: “Incentivar, igualmente, meninos e meninas a brincar de boneca, cozinhar, fazer marcenaria, costura e todo tipo de trabalho manual” (2006, p. 83). Percebemos, então, que há indícios de que brincar de boneca contribui para o desenvolvimento das crianças independente do seu sexo.

Há pais e mães e educadoras/es que argumentam que essa distinção dos brinquedos para meninas e brinquedos para meninos é uma escolha das crianças ou tendência de cada sexo. Contudo, esse argumento também não é válido, uma vez que contraria pesquisa realizada pela doutora Melissa Hines (2009) da Universidade de Cambridge, onde 120 bebês de até 2 anos de idade, distribuídos na mesma quantidade de meninos e meninas, mostraram ter preferência iguais por bonecas, cores e objetos circulares; somente a partir dos dois anos os meninos passam a demonstrar preferência por carrinhos. O estudo concluiu, então, que o gosto por brinquedos é adquirido socialmente, não é algo inato nas crianças. De acordo com Kishimoto e Ono (2008, p. 210) “os pais que constroem o primeiro ambiente de brinquedos da criança, antes que ela comece a fazer suas escolhas” e, ao longo dos anos, as mães e pais vão reforçando as atitudes desejáveis e indesejáveis segundo a opinião delas/es. Como coloca Eliot (2013):

[...] os pais respondem mais positivamente quando a criança escolhe um brinquedo adequado ao seu gênero, por exemplo, quando o menino pega um martelo e a menina empurra um carrinho de compras. E é mais provável que fiquem arrepiados quando a criança brinca com o tipo “errado” de brinquedo – o menino abraça uma boneca ou a menina brande uma espada. Os pais (homens) reagem mais fortemente que as mães, especialmente quando veem o filho em alguma brincadeira tipicamente feminina (ELIOT, 2013, p.134).

Durante todo o processo de pesquisa e escrita de dissertação com tema correlato, pude averiguar que as crianças estão muito abertas às novas formas de relacionar com outras crianças e com o mundo. Elas escutam o que as professoras/es e adultos/os dizem, questionam, problematizam e ainda contribuem para extinguir a desigualdade de gênero. Algumas pesquisas das autoras Danielle Carvalhar (2009) e Daniela Finco (2004) já haviam demonstrado que as próprias crianças procuram transgredir os estereótipos de gênero e reinventam suas brincadeiras nessa direção; elas não se apropriam dos elementos culturais de forma passiva.

A brincadeira é o trabalho da criança e, assim como não deveríamos separar profissões de homens e profissões de mulheres, também não deveríamos separar os brinquedos e as brincadeiras segundo o sexo. Afinal, quem denomina se algo é para menina ou menino, mulher ou homem, são as/os adultas/os e, geralmente, desconsiderando a opinião das crianças.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os brinquedos que apresentamos para as crianças foram/são estruturados a partir de uma cultura e estão carregados de significados. São produtos prontos e que contribuirão para que as crianças se apropriem dessa cultura. Os brinquedos também servem como recurso para elas se inserirem em um universo de fantasias onde elas entram em contato com suas subjetividades e expressam seus sentimentos, sejam de angústia, medo ou anseio.

Entretanto, não basta apenas oferecer ao menino uma boneca e à menina um carrinho ou um super-herói, é preciso insistir, estimular, demonstrar o quanto é legal e divertido brincar com aqueles brinquedos, embora elas, as crianças, não tenham familiaridade. A livre escolha dos brinquedos será o produto final desse processo, permitindo então que as crianças vivenciem de forma ativa os seus conflitos pessoais que de outra forma não foram passíveis de serem expressados, assim como não deixem de brincar devido a preconceitos de gênero. Ressalto que esse estímulo às brincadeiras naturalizadas como femininas ou masculinas deve acontecer de forma gradual, de forma que as crianças compreendam a proposta de rompimento de estereótipos de gênero. É muito importante que todas as atividades, brincadeiras e ações que são apresentadas para as crianças façam sentido para elas, caso contrário os estereótipos/preconceitos de gênero muitas das vezes não serão desconstruídos.

Resta evidente profícuo campo de estudo, no qual busca se inserir este artigo, direcionado à ampliação dos conhecimentos acerca do universo de fenômenos referentes ao campo da educação infantil, especialmente no que diz respeito à temática dos brinquedos estereotipados segundo o sexo, seu atual tratamento dentre as instituições (família e escola) e qual a desejável trajetória a ser percorrida para a consecução de uma sociedade fundada em preceitos de igualdade e de democracia

de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1981. p.279
- AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus Editorial, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Brinquedos e Brincadeiras de Creches: Manual de orientação pedagógica*. 2012. Disponível em: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/arquivo_concurso_2015/brinq_e_brinc_MEC.pdf>. Acesso em: 11 set 2015.
- CARVALHAR, Danielle. *Relações de gênero no currículo da educação infantil: A produção das identidades de princesas, heróis e sapos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CAVALLINI, Marta. Setor de brinquedos traz os lançamentos para 2016: Os fabricantes apostam na tecnologia e na tradição. *G1*, São Paulo, 2016, p.1.
- DRUMOND, Viviane. É de menina ou de menino? Gênero e Sexualidade na Formação da professora de Educação Infantil. In: *Anais – Fazendo Gênero 9*. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278281542_ARQUIVO_artigo-Viviane.pdf>. Acesso em: 05 mai 2015.
- ELIOT, Lise. *Cérebro azul ou rosa*. O impacto das diferenças de gênero na educação – Porto Alegre: Penso, 2013.
- FERRARI, Anderson. *Embaralhamentos entre relações de gênero e sexualidades nas escolas*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tPvEfq1IzjY>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- FINCO, Daniela. *Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil*. Pro-Posições: Dossiê: Educação Infantil e Gênero, vol. 14, nº 42, 2003, pp.89-102.
- _____. *Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas relações de meninos e meninas na pré-escola*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- _____. A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil. In: Faria, Ana Lúcia G. de. *O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes*. São Paulo, Cortez, 2007.
- _____. *Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero / Daniela Finco; orientação Cláudia P. Vianna*. São Paulo: [s.n.], 2010.
- HINES, Melissa. Play and gender. In *The Child: An Encyclopedic Companion*. R.A. Shweder, T.R. Bidell, A.C. Dailey, S.D. Dixon, P.J. Miller, & J. Modell (eds.) University of Chicago Press, Chicago, in press, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PME – Pesquisa Mensal de Emprego*, 2010. [online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf> Acesso em: 20 jul 2016.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. *Pro-Posições* [online]. 2008, vol.19, n.3, pp. 209-223. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000300011>>. Acesso em: 03 ago 2016.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil*. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>> Acesso em: 20 jul 2016.

LEITE, Maria Isabel F. P. *Brincadeira de menina na escola e na rua: reflexões da pesquisa no campo*. Cadernos Cedes, ano XXII, n° 56, Abril de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n56/10865.pdf>> Acesso em: 10 ago 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. *In: Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n° 6, pp. 1992, pp. 53-67.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica editora, 2001.

_____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Pró-Posições*. v.19, n.2, maio-ago, 2008.

MEFANO, Ligia. *O Design de Brinquedos no Brasil: Uma arqueologia do projeto e suas origens*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Artes e Design, Rio de Janeiro, 2005.

CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO

Cláudia Pereira Ferraz

Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Antropologia pela PUC-SP. Doutoranda em Ciência Política no Programa da Pós Graduação em Ciências Sociais pela PUC-SP. Bolsista CNPQ. Membro do Grupo de Estudos inscrito no CNPQ: Juvenália (Sobre Políticas, Juventude e Consumo) do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade ESPM. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

RESUMO: Este estudo vai traçar os movimentos ciberfeministas em seus percursos históricos. Para isso, parte da crítica desempenhada pelas primeiras ciberfeministas sobre a condição de (re) colonização do ciberespaço, para posteriormente, discorrer sobre a intimidade política no uso das redes digitais pelas mulheres e suas causas. Através da metáfora ciborgue atrelando os feminismos e as tecnologias online no tecnocapitalismo, este artigo tem o objetivo de refletir a potência política da mulher, emergindo no contexto ambíguo das tecnologias online. Pelas amostras selecionadas em páginas feministas em rede social, e os temas tratados por elas, mapeia a política de morte, levada às mulheres, quando não enquadradas nas normatizações consagradas pelas matrizes conservadoras do poder. Desse modo,

trabalha-se a hipótese de que a apropriação das tecnologias online pelas mulheres para a atuação das causas feministas, reforça a ideia clássica do feminismo, em que a intimidade é política. A pensar os feminismos em rede online como frentes potentes contra os valores patriarcais da base do Império tecno-capitalista, em suas ações em redes e ruas.

PALAVRAS-CHAVE: Ciborgues, Ciberfeminismos, Tecnocapitalismo, Redes Sociais Online, Bio/Necropolítica.

INTRODUÇÃO

Ao menos no ambiente do ciberespaço, as ciberfeministas de meados da última década do século passado, tinham em vista, a libertação da mulher das amarras binárias sobre gêneros e imposições estéticas femininas, pois ao final do século XX, as tecnologias de comunicações não dispunham dos dispositivos que baixam fotos e imagens pessoais em redes sociais online, ou seja, os desdobramentos da realidade mundana ainda não estavam nas redes sociais. Dessa maneira, no campo do Facebook, e nas demais redes online, é possível pensa-las fazendo parte do aparato que garante a perpetuação dos conceitos e valores mercadológicos, típicos das antigas mídias. Pois, durante décadas, as técnicas das velhas mídias, agiram como vetores

das subjetividades, a partir do direcionamento da construção das normatividades econômicas e de gênero, modulando as conveniências da existência. As mídias, de modo geral, servem como combustível ideal para o funcionamento da máquina capitalista, inovando sempre na fabricação de modos de viver e novas tendências de consumos. No entanto, aqui, o que, principalmente se busca observar na tecnologia, é o outro lado, que atrelado aos feminismos, revela sua potência política, bastante forte.

A inspiração em “*Manifesto Ciborgue*”, obra repercutida como a base dos ciberfeminismos, coube quando sua manifestação contesta a visão única da narrativa política e a aponta como força das *piores ilusões*. Em seu pensamento, a política-ciborgue seria, então, fruto da *premonição ao conceito da biopolítica*. Onde o fundamento de tal conceito, sob o ponto de vista de Foucault, faz-se essencial para extrapolar a visão ideológica dicotômica entre as estratégias das democracias, pautadas nos poderes institucionais – que em nome do controle da vida, investem no trabalho da morte. Sobre este aspecto, esta pesquisa desenvolve um estudo, pelo olhar de Mbembe (2001) em torno da *necropolítica*, gerando *sequências de injustiças e opressões*, conforme adiante, será abordado no decorrer deste estudo sobre os feminismos online demonstrando o trabalho de morte da biopolítica às dissidências das normatividades sociais legitimadas pela sociedade e estado. É no paradigma da passagem de sociedade disciplinar para sociedade de controle onde Hardt e Negri (2005) reelaboram o conceito da biopolítica, quando tratam das resistência às articulações das redes de poderes, pela transfiguração do sentido de biopoder. Nesta redefinição, a biopotência é o que ativa as resistências e os ativismos, típicos do conceito, que tais autores elaboram sobre a *multidão*, e que aqui, será entrelaçado ao conceito *ciborgue*.

Ao pensar a metodologia a ser empregada, os preceitos de Haraway (1995), sobre a construção científica e as metáforas inspiraram a *visão* necessária à localização e interpretação dos saberes feministas, que tomam as tecnologias da comunicação dando vozes às suas políticas de ação. O estudo incorpora as técnicas de observação oculta em comunidades em rede online propostas por Skågeby (2013) com as teorias de ator/rede de Bruno Latour (2013), sobre as coletas de dados, que partem da observação dos outros, e as redes de conexão que estas ações online estabelecem. Partindo de tal premissa, amostras selecionadas, e citadas neste trabalho, formam os recortes dos diferentes feminismos em rede online como os novos ciberfeminismos, potencializados pelas recentes tecnologias de comunicação online. O mapeamento se fez possível, pautando-se no exercício de observação oculta como parte do método proposto por Skågeby (2011:411,414). Neste caso, acompanha-se o conteúdo e a discussão das páginas dos feminismos no Facebook, sem atuar ou interferir nas mesmas, apenas as seguindo, coletando e analisando os dados. Por esse viés metodológico se reconhece como os primeiros momentos da pesquisa, a inserção nas comunidades online do Facebook, permitindo o início da coleta de dados. Neste quadro, a quantificação das

mensagens feministas online foram selecionadas pelo critério de atuação¹ social/digital na esfera feminista em grupos do Facebook, que, pelas postagens, geram agendas, debates e informações que estas executam. Tal trabalho, sobre a atuação feminista envolvida com a tecnologia e sua interação entre rede/rua, desenvolve-se conforme Latour (2012:191,197), sugere, quando defende *tecer redes de atores* - visando permitir o *estabelecimento de uma gama de combinações e operações* onde todos os passos e ações constituem-se dados.

Estudos sobre os ciberfeminismos e ativismos feministas na rede se fazem significativos, pois os feminismos formam teorias críticas sobre a vida social, que não se fazem importantes apenas nas relações de gênero, mas sim, como representações que trazem à tona, as críticas sobre as diversas esferas da hegemonia da dominação em nossa sociedade.

O ESTUDO CIENTÍFICO SOBRE OS FEMINISMOS EM REDES SOCIAIS ONLINE

A conceptualização do ciborguismo no *Manifesto Ciborgue* por Donna Haraway (1985:02), ao final do século XX, serviu de grande inspiração aos ciberfeminismos em suas essências. Embora não seja um conceito recente, a autora destaca sua potência *como entidade, blasfemo irônico, incompleto*, que segue *minando* as categorias tão prezadas *pela sociedade ocidental*. O ciborgue também seria uma construção *de um animal-humano, numa máquina orgânica física e não física*; e, na sociedade capitalista/patriarcal, é visto como *desleal e insurrecional*. A apropriação das tecnologias de comunicação online pelos feminismos, permite visualizar os espectros de visões sobre opiniões, fatos e acontecimentos no mundo em fotografias digitais da realidade. Haraway (1995:02,03) em referência às abordagens sobre *os saberes localizados na questão da ciência para o feminismo*, traz a idéia de que, a metáfora é um convite à investigação dos aparatos como tecnologias, as quais estamos embutidos. Segundo ela, é onde, podemos *intervir nos padrões de objetificação* do mundo, o qual pertencemos e somos responsáveis. O que sugere na utilização da metáfora, o processo da *simbiose* com o *real*, enriquecendo demasiadamente a produção científica. Ao defender que, o desenvolvimento da ciência leva em seu bojo, o desenvolvimento da tecnologia, defende que ambas, podem ser contadas ou narradas de mesmo modo. Desse modo, as tecnologias digitais repercutem as práticas de *habilidades e visão*, ou seja, são os desdobramentos dos *modos de vida e ordens sociais*. E lembra o fato, de que as revoluções tecnológicas e científicas, não foram sempre *liberadoras*, no entanto, as concebe como sempre *visionárias*. Para a autora, o ciborgue tem a capacidade de assumir um papel que ela nomeia como *sujeito pós-moderno de guerrilha*, que é aquele que pega para si, as qualidades potentes de seu inimigo e as utiliza aos seus

1 O critério do olhar que seleciona os perfis significantes na atuação política social digital dos movimentos feministas no Facebook, segue neste estudo, a proposta de Latour, quando propõe o desdobramento dos atores como redes de mediações, cultivando sempre as descrições dos Atores em Rede.

próprios fins ideológicos, (re) apropriando os instrumentos do próprio sistema para combatê-lo. No tecnocapitalismo, há fluxos que ainda ambicionam uma revolução *tecno-orgânica* – a partir da exaltação das tecnologias de comunicação exercendo um impulso na cooptação à subversão dos tradicionais valores, rumo a outra concepção de *progresso* (histórico e intelectual).

O que aqui, é denominado como *Ciberfeminismos online*, está no sentido de subverter o uso do aparato digital; gerando informações, debates, agendas de manifestações e mecanismos de apoio às mulheres, vítimas de violências, assédios e estupros através da conexão em rede social. O estudo cumpre seu objetivo ao localizar nestes feminismos em rede social, as expressões das mulheres com suas forças de resistências aos múltiplos fascismos cotidianamente normatizados pelo ideal patriarcal ainda bastante persistente no tecnocapitalismo. Mas, para isso, traçou brevemente, o histórico da relação entre mulher e tecnologia, a partir dos ciberfeminismos. Cabe destacar, que se reconhece a tecnologia em redes online conjugada ao sistema capitalista contemporâneo, repercutindo o que este trabalho trata como tecnocapitalismo. Para reconhecer que, o avanço da tecnologia não repercutiu no avanço da humanidade na solução de seus conflitos e problemas sociais, onde as questões técnicas se sobrepõem às questões humanas de modo normatizado. No entanto, na ação da resistência, o peso da metáfora do ciborgue de Haraway trouxe à esta pesquisa, a proposta da ação política ao aparato tecnológico, subvertendo humanamente, as técnicas próprias da era tecno-capitalista e suas máquinas sociais normativas.

Quando Donna Haraway (1995:01-27) escreve sobre o *privilegio da perspectiva parcial*, propõe uma *metáfora sensorial* sobre a *visão*. Esta parte dos sentidos é essencialmente necessária, segundo sua colocação, se quisermos evitar as *oposições binárias*, na objetividade da incorporação de projetos científicos voltados aos estudos dos feminismos. Assim, a garantia do desempenho da ciência feminista, se dá de maneira crítica, em saberes *localizados* dos feminismos, os quais, entre si, são diferenciados. Tal localização esteve no mapeamento das páginas feministas no Facebook, e são referentes à perspectiva que atende a proposição da autora, na ação *de conhecimento potente* no sentido de *construir mundos mais livres das organizações formadas por eixos de dominação* e hierarquia. Ao introduzir as mediações tecnológicas simultâneas e transparentes em registros viáveis pela *tecno-ciência* da cultura digital (ideia estruturada antes do fenômeno das redes sociais online), Haraway oferece uma interpretação visionária, a qual, esta pesquisa se inspira. Para desse modo, criar as explicações científicas e políticas do *corpo/máquina* na ação feminista - em comunicação online, pela difusão digital de suas manifestações políticas. A função da *visão* aqui, segue sua proposta na não *passividade* do olhar em sua função, no *sistema de percepção ativo* nas *construções de traduções* e maneiras *específicas de visualizar os modos de vida*, pela rede digital. As palavras da autora indicam a necessidade de *fidelidade à visão do outro*, mesmo quando, o *outro é nossa*

máquina! Ela encaminha esse estudo, na busca da *compreensão dos sistemas visuais* em sua *funcionalidade técnica, social e psíquica*, trabalhando a imaginação e a razão, na combinação entre a *visão visionária e a visão objetiva* dos dados que emergem sobre os feminismos das redes e nas ruas.

Sob o ponto de vista dos ativismos feministas ativos na rede social/digital, ao investigar os dados coletados e categorizados, encontraram-se elementos que comprovam a vinculação política das ações dos movimentos ciberfeministas em rede com o espaço público - demonstrando como as atuações dos grupos sociais/digitais contemporâneos encontram-se globalmente, e automaticamente sinérgicas entre as esferas online e offline, o que também permite pensar a condição ciborgue emergente da sinergia entre corpo-humano e tecnologia. Cabe mais uma vez, voltar a Haraway (1995:25) para refletir sobre os processos do estudo científico sobre os ciberfeminismos, considerando estes saberes localizados, *em conversas e códigos feministas*, desempenhando a compreensão dos *significados possíveis*, à estimular a revisão dos valores sociais, a partir, da *decodificação* dialogada, entusiasmada pela *esperança de responsabilidade na política* do cotidiano tecno-capitalista. A leveza das máquinas como os smartphones com câmeras de vídeos que cabem na palma da mão é uma realidade já acenada pela autora em seu manifesto (Haraway, 1985:07-09) onde atribuía a esta tecnologia, a emissão das luzes e sinais eletrônicos como *uma secção do espectro social* na co-presença em telas conectadas na internet, representando os fragmentos da *intensa dor humana* que se inflige *quotidianamente*. A transgressão das fronteiras que era entusiasmada pela metáfora ciborgue está pautada na fusão das possibilidades entre objetos e pessoas na progressão de um trabalho político, sem as dualidades entre *mente e corpo; animal e máquina; idealismo e materialismo* nas ações sociais/digitais. Ou seja, as *formações simbólicas* contidas nos artefatos físicos e tecnológicos como organização das resistências. As tecnologias de comunicação online apropriadas pelos feminismos servem de elo entre grupos, em que, formados pelas atrizes sociais/digitais tentam resistir aos valores sociais mundanais do patriarcado na dimensão das redes sociais e nas ruas. Este contexto pode capacitar as subjetividades das novas gerações para outros significados que envolvem hierarquias, dominação e poder na esfera das questões sociais e de gênero. Portanto, para pensar os grupos feministas conectados em redes digitais e suas ações rede e ruas, este presente paper se apropriou da metáfora de Donna Haraway e sua proposta *Ciborgue*, entrelaçando-a ao conceito de *Multidão* de Hardt e Negri (2005), para estabelecer a compreensão sobre a imanência dos ativismos feministas online e sua relação rede/rua. O que adiante foi tratado como a *multidão ciborgue*, se mapeia nas atuações dos feminismos na rede social digital como sintomas típicos do tecnocapitalismo – partindo da tecnologia inserida na vida social em termos de comunicação ativando a potência de subversão pelos questionamentos sobre os valores patriarcais, estruturantes em tal sistema.

MULTIDÃO CIBORGUE

Esta nomenclatura foi inspirada na junção de dois conceitos que Preciado (2003:03) fez em seu artigo intitulado, *Multidões Queer*. Neste caso, seu texto reconhece como potencialidades políticas, os corpos e performances que resistem ao padrão de normatividade, desenvolvendo-se no que chama de *Império Sexual*. O que inspira a pensar que, a tecnologia faz parte do *Império*, e segundo Hardt e Negri (2000:185), ele é gerado como uma *república universal*, ou seja, na *rede de poderes*, arquitetados de maneira *ilimitada e inclusiva*. Tal rede de poderes, comumente, perpetua o imperativo em torno da dominação das subjetividades, modelando afetos e desejos. No que se refere às novas tecnologias de comunicação, pode se afirmar que, não revolucionam por si, e seu grande propósito está fortemente amparado no mercado. São instrumentos do Império, historicamente dominados pela categoria masculina, na concepção patriarcal e corporativista. O conceito de *Multidão*, se diferencia das *massas*, e sua condução irracional, diagnosticada, a partir, da segunda guerra mundial com seus totalitarismos. E se distingue do *povo*, pois este, segundo Hardt e Negri (2006:12), corresponde a unidade, sempre sujeita a soberania do estado e do capital em suas relações subordinadas às condições hierárquicas. Segundo o próprio Negri, (2004:15,18,21,22) a *teoria da multidão*, demanda que seus sujeitos expressem por si mesmo em suas *singularidades* sem lideranças representadas. E é sempre, a expressão da *potência* transformando suas práticas. Assim, a *resistência* vai acumulando capacidades *contra a exploração* que *subjetiviza* pela *tomada de consciência*. Portanto, o conceito *ciborgue* de Haraway e a *multidão* como conceito de Hardt e Negri formam segundo os mesmos, o símbolo do êxito da *deserção*, onde difundem *comportamentos singulares extensivos*, fugindo *das grades*, reclamando *ferozmente* da *miséria* e do *comando*.

Para pensar a extensão do conceito de *multidão* de Negri, ao advento das tecnologias de comunicações e na metáfora ciborgue de Haraway, este paper evidencia a *multidão ciborgue* pela dupla capacidade de potência nesta junção de concepções. Onde aparecem como a força da biopolítica que inverte os signos dos parâmetros da sociedade capitalista voltada apenas à acumulação e consumismos. De maneira a conduzir deste modo, às inovações de intenções revolucionárias nos planos subjetivos, almejando outras formas de existência, vociferadas, a partir das tecnologias de comunicação. A potência desta junção, *mescla, hibridiza e transforma* demasiadamente, os corpos no tecnocapitalismo, onde conectados e pela co-presença das câmeras ligadas às redes online, torna-se impossível estar só, mesmo estando fisicamente só.

Segundo Negri, *o dispositivo materialista da multidão* apenas permitirá ter como princípio, especialmente, o corpo e sua a batalha contra a exploração. Expressando desse modo, sua *potência*, a partir da *metamorfose dos corpos*, tanto em seu *conjunto*, quanto em sua *singularidade*. A *metamorfose dos tempos* implica na *metamorfose dos*

corpos, e aqui destaca-se no sentido da dupla capacidade de potência que compõe a essência da *multidão ciborgue*.

A visualização dos feminismos, se faz sob o olhar da *política ciborgue*, onde mulheres não almejam *o sonho de uma comunidade* na estrutura de *modelo de família orgânica*, considerando, desse modo, a falência deste espectro de valores. Neste aspecto, a atitude ciborgue de Haraway (1985), coloca as *esperanças* longe do encontro do *pai para salvação*. Dispensando, assim, *a fabricação de um parceiro heterossexual* como suplemento da totalidade na vida da mulher. As respectivas partes, humanas e tecnológicas, constituem na perspectiva ciborgue, a dissolução da noção dicotômica entre *natureza e a cultura* - onde *uma não deve ser mais objeto de apropriação da outra*, bem como, levanta a necessidade dos questionamentos críticos constantes sobre as *polaridades e hierarquias*.

Referenciais da Multidão ciborgue, em ação rede e rua podem ser localizados nas passeatas da Primavera Feminista de dois mil e quinze em diversas partes do Brasil, onde mulheres saíram contra o PL5069 que restringia a pílula e o aborto em caso estupro, e também no dia primeiro de Julho de dois mil e dezesseis, quando a passeata na avenida Paulista em São Paulo, contra a cultura do estupro, também reivindicava autonomia ao corpo e aos afetos de maneira não dicotômica nos gêneros, exclamando: “Eu beijo homem, eu beijo mulher beijo quem eu quiser!”. Outro exemplo enfático, está na mobilização organizada pelo grupo e a hashtag NI UNA A MENOS convocando uma greve geral na Argentina em 19 de outubro de 2017, tomando as ruas, em manifestações simultaneamente, no Uruguai, México, Bolívia, Chile, Nicarágua, Honduras, Porto Rico e Paris contra os feminicídios, a partir da morte da adolescente argentina, Lúcia Perez - drogada, estuprada e empalada. Levando o grito: - Não mais, assassinadas pelo patriarcado, heteronormatividade e o capitalismo! Ou mesmo nas organizações das mulheres contra os perigos dos ideais fascistas no poder político institucional.

Localizando as ações feministas nas redes sociais digitais, disponíveis nas opiniões e posicionamentos projetados nas páginas feministas online, torna-se possível, encontrar a energia ativista ativa do que Haraway chama de tecno-biopotência do feminismo e sua articulação rede/ rua como o combustível da *Multidão Ciborgue*. É a apropriação da tecnologia comunicacional viabilizada pelo tecnocapitalismo na condição da subversão aos ideais controladores, operantes das subjetividade com novas dinâmicas para se pensar, questionar e resistir contra as estruturas sólidas do *Império* e suas redes soberanas de poder. Ressalta-se então, a condição *ciborgue*, metaforizada na competência de estimular o imaginário num caminho de resistência tecno-biopolítica contra a pretensão totalizante na dominação da vida e dos desejos, que o *Império* abarca. Dessa maneira, se ativa sua potência em propor outro espectro à biopolítica, confrontando a esfera da dominação patriarcal normatizando a sociedade em suas condicionadas modulações. Afim de identificar e multiplicar a indignação nas expressões de resistência, através da energia ativista ativa, atrelada à tecnologia –

entendida como a tecno-biopotência da *Multidão* ciborgue. Tanto como utopia como projeto concreto ativo, a condição ciborgue na multidão social/digital é encarada, como defesa ao incômodo gerado por uma crise global da democracia e seus sistemas políticos condutores das desigualdades, que derivam e se alastram, a partir, da herança deixada pelo modelo patriarcal e colonizador, na economia tecno-capitalista brasileira.

A luz intelectual do Ciberfeminismo, como já colocado anteriormente, foi dada por Donna Haraway (1985:05) e seu *Manifesto Ciborgue*, que é parte do seu livro *Simians, Cyborgues and Women - The Reinvention of Nature* traz em sua metáfora a ressignificação do conceito *ciborgue* gerado na Guerra-Fria para ferramenta de luta feminista, instrumentalizada pela ciência e pela tecnologia. Isto sugere pensar a retroalimentação constante dos sistemas de rede desconstruindo muitas das *categorias dicotômicas estruturadas* sob a base patriarcal, hierárquica e colonialista: *natureza / cultura; ser-humano / máquina; masculino / feminino*; e assim por diante. O reconhecimento da *multidão ciborgue*, serve de contraponto e corte sobre tais máquinas ideológicas normativas. São os feminismos potencializados pela apropriação da tecnologia permitindo reivindicar e existir num lugar, que, mesmo a princípio online, serve de grande alcance e ampla dimensão na rede digital. Em benefício da ação política, e na reivindicação de direitos, atingindo seu status político de movimento social. A *tecno-biopotência* de Haraway inspira como resistência e remanejamento do *tecno-biopoder*.

A *Multidão Ciborgue*, em sua essência, leva em consideração, o papel da própria tecnologia na produção dos dispositivos competentes em ativar outros pontos de subjetividades e maneiras de existir. Tais *dispositivos* de subjetividade competem à noção de Foucault, quando Deleuze (1996:03) os interpreta como máquinas, que *agem biologicamente / socialmente* e nos fazem capazes de: *falar, fazer vermos e sermos vistos*. Em cada dispositivo perpassam linhas de mutações que envolvem os *campos estéticos, científicos, políticos*, entre outros. Foucault resgata a subjetividade ateniense quando a eleva, para além dos poderes, econômicos ou religiosos reconhecendo outras tipologias de formações subjetivas. Esta é a via onde os ciberfeminismos podem representar este recorte da *Multidão* online/offline. Segundo tal leitura de Deleuze sobre Foucault, *as formações subjetivas não são fixas*, proporcionado assim, produções de subjetividade que saem dos *poderes e dos saberes* de um dispositivo para o outro, potencializando *outras formas de ser e nascer*.

Delimita-se então, a condição política da *multidão ciborgue* mapeada em metáfora aos feminismos contemporâneos localizadas nos feminismos em rede digital, quando utilizam-se do ambiente no ciberespaço contra as variadas crueldades do poder patriarcal, dicotômico e hierárquico, utilizadas como meio de perpetuar a violência pela dominação. O foco desta análise se estende analisando a instrumentalização da tecnologia da comunicação como aliada dos feminismos, e conseqüentemente, desempenhando leituras críticas sobre os valores da base colonial/patriarcal do tecnocapitalismo. Onde os considerados *subjugados*, sofreram e ainda sofrem as

consequências deixadas pelo *legado imperialista / colonialista*, o qual este trabalho os visualiza sua articulação movimentando intensamente na vida, na contemporaneidade tecno-capitalista.

A alusão na metáfora *multidão* aos recentes ativismos feministas online, visa portanto, extrapolar os limites fixos do objeto e analisar as disposições políticas engajadas na construção dos feminismos, em redes de posicionamentos diferenciados. Feminismos nas redes e nas ruas, revigorados pelas tecnologias de comunicações derivadas do tecnocapitalismo - críticos, desertores dos princípios de dominação deste sistema, e por isso, considerados em sua potência, conforme será abordado adiante.

CIBERFEMINISMOS E FEMINISMOS EM REDES SOCIAIS

No texto de abertura do site *Las Cyborgues - Ciberfeminismo*² sem referência da autoria, discorre sobre o movimento ciberfeminista, constituindo-se na aliança entre as mulheres, máquinas e novas tecnologias acionadas no ciberespaço. Todavia, conta que preferiam evitar as definições e questões que o delimitassem. Mas deixa claro que, a base do movimento está na conjunção com a tecnologia gerando a possibilidade de construção de outras identidades, sexualidades pela projeção digital. O que pode ser considerado como uma entrada conceitual na quebra de muitos estereótipos genéricos, totalitariamente impostos. Uma outra importante definição sobre o movimento ciberfeminista, foi a elaboração de uma paródia *sobre o que o Ciberfeminismo não é: a 100 Anti-teses*³, repercutindo as cem negações constitutivas de sua proposta, no centro da política ciborgue. Tal texto de *Las Cyborgues*, diz que a ironia desta *ante tese*, distanciou o ciberfeminismo do feminismo tradicional, que evidenciou seu desprezo sobre a ferramenta tecnológica para intuito político destas feministas. Para tentar localizar melhor os Ciberfeminismos, Ileana Stofenmacher (2013:01), em seu texto sobre a *feminização da rede*, conta que o movimento Ciberfeminista a princípio nasceu no final do séc. XX em Adelaide, uma cidade da Austrália, no momento em que um grupo de trabalhos e estudos, composto por *Josephine Starrs, Juliana Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barrat*, decidiram trabalhar com arte e teoria feminista francesa, além de prestarem homenagem a Haraway e seu conceito ciborgue em sua primeira obra-texto artística: *Vns Matrix – Manifesto para o séc. XXI*. Após algum tempo, esta onda atingiu grupos intelectuais e feministas localizados na Austrália, Estados Unidos e Europa, numa forma de resposta contra a *cultura popular do jogo de vídeo, Internet e ideologia ciber-punk*. Os grupos ciberfeministas realizaram três congressos internacionais, o primeiro foi em vinte de setembro de mil novecentos e noventa e sete, em Kassel, na Alemanha; o segundo em março, dois anos depois e noventa e nove; e o terceiro em dois mil e um em Hamburgo, na Alemanha. Mas, conforme Stofenmacher, partiu das australianas a conquista dos espaços digitais,

2 Disponível em: <http://www.obn.org/cfundef/100antitheses.html>. Acesso. 20.09.2016.

3 Disponível em: <http://www.nodo50.org/mujeresred/internet-ciberfeminismo.html> Acesso. 20.09.2016.

afim, de criar uma cultura tecno na *vanguarda do conceito*, que utilizava a *tecnologia como linguagem artística*.

Os movimentos dos ciberfeminismos clássicos e recentes são correntes distintas, em tempos distintos, mas em ambos contextos, questionadoras ou reproduzidas das redes de poderes do *Império*, no ciberespaço (re) colonizado a partir dos valores ocidentais. Cabe destacar as categorias ciberfeminista emergiam ao final da década de noventa, comprovaram e reacenderam o debate sobre caráter dicotômico e hierárquico do ciberespaço, o qual Winner (1983) já apontava atrelado ao tronco da tecnologia. A indagação sobre a potência do ciberespaço começava a se fazer presente no debate entre mulheres ciberfeministas, quando, o Ciberfeminismo Utópico Liberal, liderado por Sandie Plant, defendia, que o ciberespaço seria um ambiente de emancipação e de novas possibilidades, enquanto o Ciberfeminismo diatópico-radical ia em outra direção, pois este era um movimento que encontrava na essência teórica, os trabalhos de Ziauddin Sardar e Judy Wacjman, a tese sobre o ciberespaço representar a *recolonização do ocidente*, portanto para elas jamais transcenderia a condição normativa da sociedade. E por final, o Cyberpunk em referência ao princípio da ciber rebeldia - vertente da ficção científica que naquele tempo, inspirava-se diretamente no “*Manifesto Ciborgue*” de Haraway contra as polaridades e hierarquias.

Na esfera do tecno-capitalista, este estudo tem a ver com o que Rosi Braidotti (2002:01), apresenta a respeito da pós modernidade estar intimamente ligada com a realidade eletrônica. E seus fluxos de informações como dados passíveis de controlados e instrumentalizados, de modo bastante problemático. Neste ambiente os ciberfeminismos seguem o que Faith Wilding (1998) atribui como a representação da narrativa *irônica e paródica* em importantes manifestações das subjetividades e representações no ciberespaço. Lugar onde encontramos *uma vasta articulação feminista e proto-feminista*, segundo ela. É onde se afirmam os ciberfeminismos sociais como movimentos baseados na conexão entre os princípios *antiglobalização neoliberal e direitos humanos*, ou seja, *feminismos como estratégias de transformação social* pela apropriação da tecnologia. A atmosfera ao final do século XX, inspirava uma revolução tecnológica pela realidade eletrônica transformando a vida social. A *Techno-utopian*, foi a terminologia desenvolvida por Wilding (1998:09-12), usada na qualificação das respostas ciberfeministas para as desconstruções dos valores patriarcais dominantes na questão de gêneros. Reprogramando o sentido da tecnologia de comunicações, com vista em dar suporte à transformação da condição normativa, partindo na idéia de dissolução dos gêneros. E pelo fato do Facebook⁴ americano conter mais de cinquenta e seis tipos de gêneros, se acende a reflexão sobre a tendência ao não binário e dicotômico simbolizada na rede social/digital.

Mas, continuando ainda na reflexão de Wilding, a junção entre *ciber e feminismos* criou uma importante formação na história do feminismo e na mídia eletrônica do

4 Disponível em: <http://ladobi.uol.com.br/2014/02/56-opcoes-genero-facebook/>. Acesso. 12.12.2016

tecnocapitalismo. O que determina assim, o trânsito transnacional na participação dos ativismos feministas pela liberdade e justiça às mulheres, e nas construções das não normativas, identidades gêneros da contemporaneidade tecno-capitalista. Embora o termo *ciber* seja originário de uma vontade de poder e controle que se evidenciava sobre as convicções norteadoras da cibernética, sua conjuntura com os feminismos, pode oferecer possibilidades dos feminismos revigorarem-se pelo o uso das mídias eletrônicas online, e suas práticas digitais. Para esta autora, estes movimentos proporcionaram o *empoderamento* das mulheres pela *tecno cultura*. No entanto, diz que precisam evitar danos prejudiciais, quando não abordam questões contidas no feminismo tradicional, relativas à *exclusão, lesbofobia e racismo*, desprezando as análises e estratégias feministas acumuladas até então. Nos coloca que, a definição em torno do ciberfeminismo pode ser *fluida, e afirmativa* nas estratégias e metas dos feminismos contemporâneos, e sua a grande colaboração, está no fato das ciberfeministas elaborarem uma vasta leitura e projetos web ao redor da *Teoria da visibilidade da diferença sexual*, sobre a representação digital da mulher em escala digital. Os questionamentos ciberfeministas colaboraram imensamente em tornar a mulher visível nas tecnologias da comunicação do tecnocapitalismo, criticando os valores *falocêntricos da tecno-ciência*, na dominação capitalista global das redes de comunicação. Ainda seguindo o pensamento da autora, coube a tais movimentos, redesenharem as pesquisas e estratégias da vanguarda feminista, no entanto, não deixa de reconhecer que *necessitam de crítica sobre as construções utópicas das relações no ciberespaço*, e sobre o patriarcado atuante nos dispositivos da biopolítica em códigos totalizadores do comportamento. Ela defende, a necessidade de uma *declaração ciberfeminista de solidariedade* entre as iniciativas do feminismo *pós colonial*, com a tecnologia da comunicação no suporte das estratégias políticas na era tecno-capitalista, ao elucidar sobre as páginas ciberfeministas atuais, que ativam o pensamento sobre as consequências do colonialismo, repercutindo no atual tecnocapitalismo.

Como exemplo das recentes ações ciberfeministas em redes sociais, onde se sai da arte manifesto, para intensificar a militância feministas nas redes e nas ruas, selecionou-se as seguintes páginas no Facebook: *Marcha Mundial das Mulheres*⁵ e *Pão e Rosas*⁶. Tais amostras representam críticas feministas que enfatizam a questões como o racismo, e a luta da classe trabalhadora, as condições sociais, econômicas e culturais, principalmente, no que diz respeito às mulheres, comumente, subjugadas pelo sistema de dominação, que se revigora em suas tecnologias, nos distintos espaços e tempos da história. Ao realizar o monitoramentos das páginas feministas percebe-se que e *Marcha Mundial das Mulheres* em sua página do Facebook, serve como uma prévia amostra da potência subversiva nos novos ciberfeminismos. Mapeada entre na

5 Disponível em: <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/?fref=ts>. Acesso. 12.12.2016

6 Disponível em: [//www.facebook.com/PaoeRosasBrasil/about/](https://www.facebook.com/PaoeRosasBrasil/about/). Acesso. 11.12.2016

multidão ciborgue, se apresenta sendo um movimento sem líder ou partido apresentada como uma proposta global de luta: *feminista e anticapitalista na mudança do mundo e da vida das mulheres*, contra a *pobreza, a violência sexista, a mercantilização dos corpos das mulheres* e a favor do aborto. Frequentemente, a marcha desempenha a ocupação do espaço público em diversas cidades do país, sob esta circunstância: sem líder, e se inte-relacionando em vários formatos de mídias integradas por blog, site e imagens e mensagens publicadas em página no Facebook. A outra página investigada chama-se *Pão e Rosa*, e começou atuar no Facebook em dois mil e nove, onde integra o movimento latino americano *Pan y Rosas*, com representações no *Chile, na Argentina, na Bolívia, no México e no Estado Espanhol*. Levantam o direito ao pão e também às *rosas*, em alusão às trabalhadoras operárias de Massachusetts, as quais, no início do século XX, foram protagonistas da luta na defesa de direitos à cultura, arte e lazer como forma de desenvolverem-se em alimentar não só o corpo, mas a alma. Assim, a página propaga o clamor pela condição de mulher contra a sua exploração como força de trabalho, e máquina procriadora. Reivindicando as *flores* para alimentar a alma feminina em suas subjetividades; nos diversos lugares da América Latina, onde seus povos colonizados foram e ainda são explorados e subjugados desde a colonização até a atual globalização tecno-capitalista.

O estudo sobre as páginas feministas em rede social online e a revitalização do feminismo, pode ser elucidado, em outro aspecto, a partir do trabalho de Aina Fernández i Aragonès (2009:09) da Universidade Oberta de Catalunya, a qual, discorre a cerca da *feminização da internet* e suas estratégias. Ela apresenta o ciberfeminismo social culminando a conexão dos movimentos ante *globalização e neoliberal* pelos grupos *pacifistas e ativistas na ecologia e defesa dos direitos humanos*, desde os anos noventa. Estabelecendo desse modo, os pontos de convergência com os feminismos, proclamados pelas novas tecnologias como estratégias que visam abalar as estruturas de bases profundas no patriarcado - em a busca de justiça, igualdade e direitos. Por outro lado, o estudo de Maria Rubio Liniers (2003:167,168) do CSIC de Madri, lembra que os ciberfeminismos se enfraqueceram por perderem suas ideologias e debates políticos. E é possível dizer, que ganharam novamente força nos últimos tempos, com a difusão das ideologias reacendidas pelas redes sociais digitais, proporcionadas pela comunicação no tecnocapitalismo.

Adiante, esta pesquisa discorre sobre os efeitos das consequências para mulher do colonialismo no tecnocapitalismo, e como se emergem as redes de poderes que são determinantes para as diferentes condições sociais sobre as diferentes categorias de mulheres. São construções, socialmente pautadas em estruturas, que em nome da dominação e organização da vida, realizam um trabalho de morte na vida feminina. As seguintes amostras de páginas feministas em rede social online, permitirão a abordagem mapeada, partindo do conceito da *necropolítica* na condição feminina do atual tecnocapitalismo.

O RECORTE DA MORTE NAS CAUSAS DAS MULHERES

O tecnocapitalismo brasileiro tem raízes fincadas no colonialismo, este aspecto da história ainda irriga os valores de certas concepções sociais atuais. Agravando, Achille Mbembe (2003;11-13) marca na história do pós colonialismo, o colapso do ideal socialista, a partir das experiências históricas, como perda da referência de um instrumento de análise - prejudicando a vitalidade dos questionamentos críticos sobre as *dependências econômicas* e os *fenômenos sociais e políticos*. Em sua visão, tudo passa a estabelecer redes de representações, onde pouco se resiste ao caráter de contingência da violência das instituições do estado no controle do territórios. Em que, o referencial colonialista, é revigorado no tecnocapitalismo e permanece alimentando a hierarquia das estruturas de dominação, impossibilitando muitas vezes, aos considerados subjugados pelo sistema, conquistarem a autonomia e direito da própria vida. De acordo com Mbembe, em diversos pontos, esta estrutura de dominação típica do colonialismo, se aproxima do *poder fálico* com consequências implicantas nas relações de poder. Fazendo *ligação direta entre a economia e a sexualidade*, em torno do *falo como estrutura de masculinidade e poder patriarcal*. Os dados coletados dos ciberfeministas recentes, por suas expressões na rede social social/digital, acendem contra a *necropolítica* do estado e dos moralismos sociais, operantes fatalmente na violência de gênero. Servem neste presente estudo, como amostras que se aproximam deste diagnóstico, as páginas do Facebook: *Geledés*⁷, *Transfeminismo*⁸, *Mães de Maio*⁹ e *Feminismo sem Demagogia*¹⁰.

Geledés, no Facebook, representa a organização criada em mil novecentos e oitenta e oito, com meta de lutar contra *o racismo e o sexismo*, promovendo a *valorização das mulheres negras e o debate sobre políticas públicas de inclusão*. Pelo contexto *online*, sua contestação dá vozes contra as cruéis e perversas fragmentações do colonialismo, ainda gritando no tecnocapitalismo. Defende o *princípio de igualdade e oportunidades para todos*, onde muitas vezes, nas expressões de suas postagens, deixam clara a revolta contra a supremacia colonialista, branca, historicamente construtora de padrões nos modelos de beleza e categorização de mulheres: as que “servem” ao casamento, às relações sexuais, aos cuidados da casa, dos filhos e assim por diante. Dentro da categoria de análise entre os diferentes feminismos, pelo processo histórico do colonialismo, constata-se que as negras historicamente saem com mais mortes, cicatrizes e dores, em relação às brancas, tais dados demonstram a consequência dos fragmentos do colonialismo atuantes na necropolítica do tecnocapitalismo. Como discorre Haraway (1993:286) o princípio da diferença do feminismo pode ser constatada no já citado texto: *O humano numa paisagem pós humanista*, onde, ela prossegue dizendo que nos Estados Unidos

7 Disponível em: <https://www.facebook.com/geledes/?fref=ts>. Acesso. 23.07.2017

8 Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/?fref=ts>. Acesso. 21.07.2017

9 Disponível em: <https://www.facebook.com/maes.demaio/?fref=ts>. Acesso. 12.07.2017

10 Disponível em: www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/?fref=ts. Acesso. 12.07.2017

do século XIX, as mulheres possuidoras das liberdade no sistema patriarcal branco eram bastante oprimidas mas valiosas como progenitoras, *herdando os negros e negras como propriedade*. Enquanto as brancas, se enquadravam na *necessidade de descendência racialmente “pura”*, as negras eram a propriedade que tal descendência garantia. Tal fato, colocava as mulheres que desfrutavam de uma certa liberdade em espaços *simbólicos*, diferentes, das que não tinham liberdade nenhuma. Tornando essas *assimetrias, muitas vezes, incompatíveis*. Por consequência do colonialismo, as mulheres negras ainda representam as principais vítimas de violência, em comparação às brancas.

Outros dados oriundos do I Seminário sobre Biopolíticas e Mulheres Negras¹¹, realizado em vinte de julho de dois mil e dezessete na cidade de Salvador, tratam de dizer que, a promotoria do Ministério Público comprova tal fato, e o atribui aos problemas associados à escravidão. Apresentando os diagnósticos do Mapa da Violência¹², do ano de dois mil e quinze, constata-se que homicídios de mulheres negras aumentaram cinquenta e quatro por cento, por outro lado, na mesma época, o número de homicídio de mulheres brancas caiu. Nesta perspectiva da morte, este presente trabalho verifica que tal sintoma, evidencia no contexto tecno-capitalista, o outro lado da biopolítica: a *necropolítica*. Cabe lembrar que Achille Mbembe (2003:11) elabora este termo sob o paradigma da soberania no poder de controle e/ou eliminação do outro. Não apenas o assassinato político da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher negra, mãe e lésbica fazendo um trabalho notório de inclusão e direitos das minorias sociais na política institucional, mas a produção acadêmica de Marielle Franco (2014) em sua crítica às atuações das UPPS (Unidades Pacificadoras do Estado) no território da Favela da Maré trazem à tona os tentáculos da necropolítica. Ao falar sobre estado de guerra pela intervenção das forças do estado, fica claro o desdobramento de necropolítica que ela acusa atuando na direção de seu intelecto, do seu corpo, na geografia de onde vem e estudou, e na sua atuação política. Principalmente, quando ela não se dobra à normatividade dos poderes colonizados, e ao questionar e enfrentar os poderes institucionais de matrizes conservadoras, repercutindo os efeitos da política de morte no controle dos espaços, da subjetividade e dos corpos.

Como um ponto interseccional dos feminismos, está a questão do direito ao aborto, outro ponto que delimita o trabalho de morte da biopolítica. Nas páginas feministas online, encontram-se a reivindicação sobre o direito ao próprio corpo e a própria vida na escolha em prosseguir ou não a gravidez. Onde as estatísticas sobre a morte da mulher pelo aborto ilegal, se faz exemplo, da consequência da moralidade social exercendo a *necropolítica* na política nos corpos femininos. Segundo o site *Woman on Waves*¹³, cerca de quarenta e sete mil mulheres morrem por ano, no mundo,

11 Disponível em: <http://muraldeeventos.com.br/eventos/i-seminario-biopoliticas-e-mulheres-salvador-2007/>. Acesso em: 12.12.2017

12 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/homicidios-contra-mulheres-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-estudo>. Acesso em: 12.12.2017

13 Disponível em: <http://www.womenonwaves.org/pt/page/380/safe-abortion-saves-women-s-li>

devido às *complicações no útero, hemorragias ou pelos efeitos tóxicos de substâncias e métodos indutores do aborto*. Neste fato, a biopolítica, em nome da vida do embrião gera a necropolítica sobre o corpo da mulher, quando ela não possui condições dignas à opção do aborto. A biopolítica, em nome da ordem normativa não permite, muitas vezes, a ocupação livre sobre próprio corpo, onde ser sujeito de si mesmo, torna-se um risco. É a fundamentação da política fascista sobre o ideal de direito, julgando quem vai merecer viver ou ser abandonado a morte. Seguindo a lógica descartável e supérflua da vida feminina, ativando a subjetividade e o corpo feminino, tecnicamente, para agir socialmente, pelo viés normativo tradicional. Graças à idealização social da mulher passiva e procriadora - não protagonista das escolhas e caminhos de suas próprias histórias.

“Mães de Maio”, como outra página online no Facebook analisada, embora não levante nenhuma bandeira explicitamente feminista, é uma página do Facebook protagonizada pelo trabalho das mulheres mães, e pode ser considerada um outro forte eixo online, da contestação e denúncia da necropolítica operante na vida da mulher no tecnocapitalismo. Pois, é uma iniciativa desempenhada pelas mães que perderam seus filhos, mortos pela política de segurança do estado em São Paulo, numa guerra social e racista ainda executada brutalmente pela polícia militar. Tal ação, relaciona o que Mac Gregor (2013:28), observa a partir de Mbembe como o *entrelaçamento da violência e direito com exceção e soberania* na administração da lógica governamental da *política de controle, distribuição e regularização da vida*. Determinando desse modo, certas situações em que o estado e a política criam um trabalho administrativo baseado no *trabalho de morte*. Assim, *legitimam o estado de exceção pelo direito de matar*, selecionando os que merecem ou não, o direito de viver.

Aos que não acessam os bons *estilos de vida* e não se encontram na conformidade da política de controle e conservação da vida, na biopolítica; o tecnocapitalismo e sua racionalidade tecnológica passa a ter peso fatal, em sua dimensão necropolítica. Destaca-se a proposta do já citado, o historiador e filósofo Achille Mbembe (2003:14), assinalando não só, o correlato entre a *soberania e a exceção*, mas enfocando a vida por sua *descartabilidade*, numa *curva que converte profundamente* até a contemporaneidade - os *processos coloniais desembocando nos fascismos atuais*. Esta é uma hipótese, a qual este estudo, está comprovando, através dos dados extraídos em observações ocultas, no campo online das comunidades feministas, em atuação na rede social Facebook. Aspectos como a questão do aborto, estupros, assassinados de mulheres, violência doméstica, lesbofobia e transfobia, estão entre os assuntos que mais repercutem publicações nas páginas ciberfeministas no Facebook. O acesso à tais dados, pode vir a iluminar o espectro letal da biopolítica, sob a necropolítica, e demonstrar como o caso a seguir, também se aproxima da dimensão desta hipótese.

No dia dois de julho de dois mil e dezesseis, a página do Facebook chamada

Transfeminismo¹⁴ publicou um vídeo sobre o brutal assassinato da transexual Laura Vermont¹⁵, e é possível assistir à cena onde sua mãe, chorando desesperadamente diante da presença dos assassinos no julgamento, reclamava dos algozes alegarem o ato do crime, em nome da “família”. E, desesperadamente, ela perguntava às câmeras: - *E a minha família?* Isso leva a pensar que, em nome dos dispositivos normativos sobre o valor da vida, no seio da família heterossexual, tomada pelo poder de controle e disciplina normativa dos corpos, se assassinam e se destroem as vidas de sujeitos desarmados e fieis a si na maneira de ser. As matrizes em raízes patriarcais e normativas, com seu ideal de soberania sobre o outro, não permitem a humanidade aos que encontram-se fora das modulações programadas sobre “o bom estilo de vida”. Pedro Samarco, autor do livro, *Travestis Envelhecem*¹⁶, diz que a expectativa de vida de uma travesti é de trinta e cinco anos, frente à média de setenta e quatro, setenta e cinco anos, segundo o IBGE, do ano de dois mil e treze. Morrem muito cedo, seja pela transfobia ou crimes no contextos da prostituição ou suicídio.

O tecnocapitalismo avançou racionalmente na tecnologia, mas não se desenvolveu dispensando os conservadorismos, fascismos e os valores consequentes da supressão dos desejos. Reich (2004:192) diz que as leis patriarcais oriundas da religião, na formação da cultura da família tradicional e do casamento, desenvolvem-se predominantemente *contra a sexualidade*. Por isso, uma humanidade forçosamente nega sua lei biológica e conseqüentemente, essa negação transforma-se numa segunda natureza, a anti-natureza, onde debate-se em *exaltação irracional*, quando quer restaurar a sua função biológica básica. No caso do trabalho sexual desempenhado pelas transexuais e travestis faz com que esta negação ao que foge do normativo (mas ativa dispositivos de prazeres eróticos) desse legitimidade para matar: quando se pensa que, acabando com o que seduz sexualmente, acabaria ao mesmo tempo com o que representa uma afronta aos ideais normativos e conservadores da sociedade. Marcuse (1999:58) pode ajudar a explicar tal fenômeno, quando faz lembrar que o indivíduo eficiente na sociedade, é como aquele, cujo o desempenho, considera-se uma ação individual apropriada, conforme os requisitos do aparato, e por isso, a liberdade fica confinada ao propósito do que é socialmente imposto.

Ao percorrer entre os diferentes feminismos, encontra-se a página “Feminismo Radical Didático¹⁷”. Esta página, denuncia as opressões de gênero apenas relacionadas à mulher do sexo feminino. Se apoia na resistência a qualquer dominação do homem, se apegando na condição dualista e dicotômica da noção de gêneros. Deste modo, se verifica esta dominação como a primeira forma de opressão, e desconsidera como objetivo da causa feminista, abraçar a reivindicação sobre violência sofrida pelas

14 Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/?fref=ts> . Acesso: 21.11.2017

15 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MwJQz3S2Qm4>. Acesso: 22.11.2017

16 Disponível em: <http://www.nlucon.com/2015/02/expectativa-de-vida-de-travestis-e-de.html>. Acesso: 22.11.2017

17 Disponível em: <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/?fref=ts> . Acesso: 06.06.2017

mulheres transexuais ou as travestis. Por não considerar travestis e transexuais “realmente” mulheres, acreditam que o feminismo deva estar relacionado com o fator biológico dos órgãos sexuais. Essa ideia fica evidente, quando dizem que a *opressão da mulher acontece porque ela nasce com vagina e útero*¹⁸, deixando claro que é sobre esta dimensão do feminismo, que a página deseja debater e defender. Pensam a condição transexual como uma apropriação indevida do feminino *vulgar*, construído e explorado midiaticamente. A homogeneização totalitária da modulação racionalidade normativa, também afeta a racionalidade crítica, segundo Marcuse (1977:72), há sempre a *submissão à fatalidade competitiva*. Neste caso, é possível pensar sobre o mercado do casamento patriarcal, em que cabe ao homem a escolha da mulher que viverá com ele o ideal de família normativa, e pelas leis do mercado tecno-capitalista, em que estimula-se permanentemente a competição entre as mulheres. A subjetividade tomada pela totalidade competitiva, pode levar a pensar que, a dignidade e aceitação social da identidade das mulheres transexuais e travestis trariam ao mercado de trabalho outras profissionais na concorrência pela oferta de trabalho. Por outro lado, no mercado do casamento, as travestis e transexuais intensificam a ameaça sob esta instituição, pelo conhecimento do uso instrumentalizado da estética e comportamento no erotismo - instrumentos consagrados e adquiridos pela associação com trabalho no mercado do sexo. Isso ainda remete ao pensamento de Marcuse, quando retrata a *sociedade da técnica* estar completamente envolvida pela *uniformidade competitiva*, dentro de todas suas esferas de interesses. Lembrando que, o ambiente do mercado sexual é comumente fonte compulsória de expectativas de sobrevivência e prazer para as travestis. A vida sexual, acaba sendo um dispositivo ativo na construção da subjetividade e subsistência das travestis e transexuais, mesmo que isso, muitas vezes, fatalmente, valha as suas vidas. A página Feminismo Radical – Didático no Facebook, envolve sua concepção à normatividade da dicotomia de gênero, binária, limitada entre masculino e feminino, onde as proposições voltam a fazer parte da cultura estabelecida. Para endossar sobre o que não segue às tais modulações construídas tradicionalmente em torno das genitálias, são situações indignas de humanidade para adesão às bandeiras feministas. O que as leva a desconsiderar as mortes brutais de travestis e transexuais, que tornam o Brasil, o país campeão de crimes de homofobia¹⁹; fato que pode resultar em mais um espectro da necropolítica sob a tutela do estado, na biopolítica fascista sobre os corpos desviantes. Vale ressaltar, que o tecnocapitalismo, coloca as questões técnicas acima das questões humanas, conforme apontado no início deste trabalho. E a preferência da identidade feminina no corpo masculino (e vice versa), confronta e afronta as técnicas normativas dos modos tradicionais de vida.

Ainda inspirando-se nas análises de Marcuse (1999:87), agora em seu *pensamento*

18 Disponível em: <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/photos/pb.1645014095762875.-2207520000.1468631773./1661390344125250/?type=3&theater> . Acesso: 05.05.2017

19 Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/homofobia-discussao-evoluiu-mas-brasil-e-campeao-em-crimes,8310ccc080c5b410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso: 12/08/2016.

sobre tecnologia, guerra e fascismo, reflete-se sobre a categoria normativa econômica e de gêneros, nos aparatos do tecnocapitalismo, dispondo-se de tipos de trabalhos – que, tanto físicos como psicológicos, requerem uma combinação particular de capacidades que modelam os seres humanos. Desse modo, a Educação torna-se um meio que faz com que a personalidade seja instrumentalizada, controlada e regulada na garantia da perpetuação maquínica do sistema. A contemporaneidade recente, demonstra o quanto isso é relevante, quando os setores conservadores do cristianismo da bancada evangélica instrumentalizam o estado, desconsiderando e recriminando a ciência e o debate sobre gênero, em relação às interpretações equivocadas a respeito do criacionismo e da leitura da bíblia.

A página, NuSex²⁰ (Núcleo de estudos em corpos, gêneros e sexualidades dissidentes) ressalta numa entrevista²¹, a importância da educação sobre gênero nas escolas contra o machismo, a cultura do estupro, a transfobia, entre outras patologias do sistema de dominação tecno-capitalista. Porém, em âmbito brasileiro, projetos fruto de vertentes conservadoras, ainda tramitam para que os debates sobre sexualidade e política sejam aniquilados da Educação, de modo que ela se defina ainda mais, como parte da engrenagem mecânica de um sistema que canaliza a potência de existência na contingência da necropolítica: quando não visa humanizar, aceitar e respeitar as diversas formas de ser e se reconhecer no mundo. Uma educação que reproduz a uniformidade do interesse pessoal e competitivo, é segundo Marcuse (1977:72), facilmente manipulada como massa, dissolvendo as formas de contrato social. Mas de outro modo, segundo o próprio autor, o processo tecnológico pode impulsionar a conversão numa nova forma de desenvolvimento humano, na abolição dos objetivos competitivos. O contexto tecno-capitalista mecaniza, digitalizando as relações e interliga as subjetividades em rede online. Onde tornam-se indiferentes, os limites entre as relações pessoais e as conexões sociais digitais. Na sociedade técnica, do tecnocapitalismo, por Marcuse, fica possível entender sua lógica, mesmo antes dos fenômenos dos dispositivos em rede social digital. O olhar do autor, se faz visionário ao expor os aspectos do sistema, que impulsionam a dominação das regras do aparato, estendendo sua ordem às relações sociais. Concebe-se então, que a cultura da dominação, da força, e da morte, tão presentes no colonialismo, desdobra-se no tecnocapitalismo brasileiro, deixando seus espectros operarem na vida da mulher de modo nefasto. Percorrendo a página Feminismo sem Demagogia²², uma publicação em treze de setembro de dois mil e dezesseis, apresenta dados que sustentam a comprovação pertinente à hipótese, levantada sobre a violência, a dominação e a necropolítica serem operantes na condição social feminina. Pois, segundo a pesquisa publicada nesta página, realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo

20 Disponível em: <https://www.facebook.com/nucleocgsdissidentes/?fref=ts> Acesso:12/08/2016.

21 Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/entrevista/306608-sem-educacao-genero-escolas-sociedade-vai-retroceder-afirma-defensora-publica.html> Acesso:13/07/2016.

22 Disponível em: <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/posts/1108155789276409>. Acesso em 12.12.2016

Federal, a cada doze minutos, uma mulher é violentada no Brasil. Pela exibição do Mapa da Violência, a cada dez minutos, uma mulher é estuprada. E através do IPEA, demonstrou-se que a cada noventa minutos, uma mulher é assassinada no país. Sem contar os dados de outras mortes, como nas condições precárias de aborto, transfobia e lesbofobia, conforme exposto anteriormente neste texto.

Parafrazeando Mac Gregor (2013:23) e sua leitura de Mbembe, o estado de soberania e exceção e a conformação sobre a *descartabilidade da vida* selam *um acordo muito mais profundo* que com os *fascistas do séc. XX e mesmo aos dos processos de colonização* - por sua estrutura contemporânea estar sempre fortificando intensamente o *Império* e suas redes de poderes.

Nota-se pelos feminismos online, a possibilidade de ferramentas, afim, de elucidar, pensar e contestar sobre a política contemporânea e os valores da sociedade que contemplam a *lógica de administração* da violência, dominação e morte. O que leva a compreensão sobre os *fascismos não estarem localizados na história do passado*, já que as suas condições, ainda seguem operando na base do tecnocapitalismo global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo, repercutem sobre as novas atuações ciberfeministas redimensionando suas propostas nas redes e nas ruas, levando em consideração a amplitude e abrangência do tecnocapitalismo, onde historicamente, interligam-se as opressões de gênero às questões políticas e econômicas. As ciberfeministas como propostas de questionamentos diferentes sobre a tecnologia, desdobram-se nos ativismos feministas online, sem que isso fosse um projeto consciente das ciberfeministas do final do séc. XX. Porém, entre suas pautas, ainda destaca-se a resistência sobre o modelo tecno-capitalista entrelaçado aos valores patriarcais e dominantes economicamente. Os recentes ciberfeminismos, em grande parte, reconhecem o vetor do sistema totalizador, ao mesmo tempo, discriminador e normatizador do controle e da violência contra os espectros femininos do ser humano. A conexão e participação em redes sociais digitais, também marca a essência deste tempo. Sobrepondo-se a atividade de ócio, narcisismo e entretenimento, a conexão em comunicação digital, quando articulada politicamente, tende a viabilizar outros olhares e questionamentos, os quais esta pesquisa se encarregou de abordar, quando estão relacionados aos feminismos. Outro aspecto, que esta pesquisa pretendeu destacar, está sobre o sistema atuante no tecnocapitalismo enaltecer as inovações – contemplando as tecnologias de ponta, em detrimento das razões críticas sob as consequências da exacerbação consumista, implicando na descartabilidade dos objetos, pessoas e relações. Os movimentos feministas desdobrados nos ciberfeminismos em rede social online, podem reforçar a resistência, à histórica estrutura de poderes, hegemonicamente capitalistas e patriarcais; alimentando os dispositivos de subjetividades com a potencialidade de transmutação e transformação sobre valores das bases do tecnocapitalismo. Como

representação deste movimento dos dispositivos, a máquina em conexão em rede social online pode ser vista como um campo fruto do ideal colonizador e patriarcal. Mas é visualizada também como um campo que pode proporcionar elementos para a reinvenção das subjetividades.

Esta pesquisa está cumprindo seu projeto de localizar nas redes sociais digitais e nas ruas, remetendo novamente, ao que Foucault (1991) e seu prefácio à obra de Deleuze e Guatarri, traduz pela busca do *desejo*, em sua intensidade *política*, podendo *reverter a ordem* que ainda permanece sob a norma dominante, violenta e fascista - *vigorando nos desejos das massas*. A pesquisa vem assim, verificando onde a prática política feminista pode agir socialmente, intensificando o pensamento, culminado em outras maneiras de pensar e intervir politicamente.

Compreendendo que o *indivíduo é produto do poder*, conforme as palavras de Foucault, esta tese percorreu sua proposta de *agenciamentos em diversos deslocamentos* feministas que incorporam a tecnologia na militância e ação crítica no questionamento das redes de poderes baseados nos padrões de normatividade héteronormativa, com ideal dominante no soberano branco, aristocrático e repleto de posses. As amostras dos feminismos online, mencionadas neste estudo, mostram subversão ao uso comum da tecnologia da comunicação, apropriando-a como fonte de contestação, estratégia de articulação, proteção e diálogo contra os transfigurados fascismos cotidianos, enraizados na matriz do pensamento brasileiro. E lança ainda, seus espectros na dominação dos valores, que seguem ditando as regras sobre o corpos, as moralidades e os costumes impostos às categorias femininas, comumente, subjugadas pelo sistema tecno-capitalista-patriarcal.

Aberto à pluralidade de vozes e discursos ciberfeministas, o ciberespaço com suas redes sociais é um espaço público não alheio aos sistemas de dominação social e/ou gênero, porém aqui, coube considera-lo também, espaço com potência política. E, entendendo a consideração do feminismo sobre a intimidade ser política; o campo digital viabiliza a intimidade da mulher traduzida em sua subjetividade na rede, o que justifica desta forma, o ciberespaço em conexão, como um campo público de atuação social/digital, altamente político para as mulheres.

Compete então, finalizar, salientando que, considerável parte dos ciberfeminismos, mapeados na *multidão ciborgue*, confrontam e enfrentam as estruturas de poderes do *Império* mediado pelo estado, onde aqui, as mulheres e suas ações feministas são as *subjetividades desviantes*, que pensam, clamam e reclamam nas redes e nas ruas por uma forma mais justa e democrática de viver e existir – na pretensão de interagir e se apropriar com autonomia, o aparato das tecnologias materiais e sociais do mundo para torna-lo mais humano, que técnico.

BIBLIOGRAFIA.

ARAGONES, Aina Fernánides, *La Feminització d'Internet. Ús d' estratègies femenines en la cultura hacker*, Univerdisidat Oberta de Catalunya, 2009.

BAIDOTTI, Rosi: Diferença diversidade e subjetividade nômade. Tradução de Roberta Barbosa. In: *Labry's Estudos Feministas*, 2002.

DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

<https://pt.scribd.com/doc/48275693/O-que-e-um-dispositivo-Gilles-Deleuze>. Acesso em 05.08.2017

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/MarielleFranco.pdf> Acesso em: 18.09.2018.

FOULCAULT, Michel: *Introdução a uma vida não fascista* : Tradução de Carmem Bello, Rio De Janeiro. Holon Editorial, 1991. In: *O Anti- Édipo – prefácio*. NY, 1987

HARDT, Michel; NEGRI, Toni. *Multidão*: Tradução: Clovis Rossi Marques; Rio de Janeiro, ed Record, 2005.

HARAWAY. Donna; *MANIFESTO CIBORGUE – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, 1985. In: <http://www.rodrigomedeiros.com.br/pos/download/oriana/01-ManifestoCyborgI.pdf>. Acesso em 11.09.2018.

HARAWAY. Donna; *O humano numa paisagem pós humanista*. Estudos Feministas 1993. In: *Revista de Estudos Feministas*. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16064/14593>. Acesso em 11.11.2017

HARAWAY. Donna *saberes localizados: a questão do feminismo e o privilegio da perspectiva parcial*, 1995 http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf. Acesso em 04.11.2017

LATOURETTE, Bruno; *Reagendando o Social – uma introdução à teoria Ator-Rede*. Tradução do Gilson Cesar de Sousa; Salvador/Bauru ed. EDUSC, 2012.

LINIERS, Maria Rubio; *La Imagen Virtual de la Mujer – dos estereótipos tradicionais al Ciberfeminismo*. Revista Feminismo/s, Madri, Espanha, 2003

MAC GRAGOR, Helena Chaves - *Necropolítica - A política como trabalho de morte*. Revista Ábaco, V.4 número 48. Miradas Sobre um Fascismo Insistente. México, 2013.

MARCUSE, Herbert; *A Ideologia da Sociedade Industrial – o homem unidimensional*; Tradução de: Giasone Rebuá. Ed. Zahar, 1979.

MARCUSE, Herbert; *Algumas Implicações sociais da tecnologia moderna*. Tecnologia, Guerra e Fascismo. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MBEMBE, Achille; *Necropolitics*. Translated by Libby Meintjes, Duke University, 2003 In: <https://www.dartmouth.edu/~lhc/docs/achillembembe.pdf> . Acesso em 15.12.2017

NEGRI, Antônio; *Para uma definição ontológica de multidão* in: Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia nº19-20, janeiro de 2004 - Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PRECIADO, Paul; Biopolíticas del gênero, 2009. in <http://masculinidad-es.blogspot.com.br/2009/09/biopolitica-del-genero.html>. Acesso em 18.12.2017.

PRECIADO, Paul ; Multitudes *queer*. Notes for a politics of “abnormality”, 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002 . Acesso em 20.04.2018.

STOFENMANCHER, Ileana: Feminización de la red. Revista Aura Digital – estudos de la cibercultura hipertextual. http://vc.uoc/04_999_01_u07/ciberfeminisms47.html Acesso em 12.10.2017.

SKÅGEBY, Jörgen. Online Ethnographic Methods: Toward a Qualitative Understanding of Virtual Community. Sweden: Ed. IGI Global, 2013. Acesso em 14.10.2017.

WINNER, L. *¿Tienen política los artefactos?* Organización de Estados Americanos para la Educación, la Ciencia y la Tecnología (1986) p.19-29. Documento disponible en: <http://www.oei.es/salactsi/winner.htm> Acesso em 07.08.2017.

WILDING, Faith ; Where is the Feminism on Cyberfeminism? – The Feminist, 1998.

II Paradoxa, V. 2 E- Zine, 2013. In:www.feministezine.com/feminist/cyberfeminist.html. Acesso em 21.11.2017.

BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?

Alexandra Sudário Galvão Queiroz

Especialista em Educação Infantil-UFMT

Prof^a do CAp/UERJ

profalexandraqueiroz@gmail.com

Maicon Salvino Nunes de Almeida

Mestrando em Educação - UFRJ

NESEI/LaPEADE-UFRJ

maiconsalvino@gmail.com

Celia Nonato

Doutorando – UNIVERSO

Colégio Pedro II

celianon2108@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os brinquedos e as brincadeiras infantis sob a ótica do estudo de gênero, e fazer um levantamento de autores e matérias de jornais a fim de problematizar o porquê de o menino brincar de carrinho e a menina brincar de boneca. O que está por trás desta aparente inocente brincadeira? Percebemos a partir de imagens, análise de matérias de jornais e revisão bibliográfica, que existem papéis sociais interagindo através dos brinquedos e das brincadeiras para as crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Brinquedo, Gênero.

1 | INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é trazer para a discussão temas que atravessam categorias como a infância, brinquedo e gênero, a partir de dois recortes de reportagens atuais de brinquedos destinados às crianças, oriundas de duas geografias distintas, a saber: do Brasil (Estado do Maranhão) e da Suécia. Este texto ocupar-se-á em analisar criticamente as imagens produzidas nesses espaços geográficos.

Apresentaremos as reportagens e discussão sobre os possíveis preconceitos advindos de brinquedos ditos para meninos e meninas. Autores como Kamii (1981), Piaget (1932) e Vygotsky (1982) concordam que o brinquedo e a brincadeira concorrem para desenvolvimento infantil, afirmam que experiência vivencial das aprendizagens da criança acontece quando ela brinca.

Partindo do princípio que para se tornar adulto o ser humano precisa passar por uma fase anterior, e que essa etapa é construída de modo diferente nas culturas, a historiografia da infância, contada por Philippe Aries, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981) nos traz elementos para pensarmos como foi construído o conceito de infância.

Carvalho & Silva (2004) nos fala que os séculos XV e XVI são marcados pelo surgimento

da Idade Moderna, transformando a vida feudal. Temos o nascimento do comércio e as viagens além-mar, que resultaram na colonização americana. Berman (1986) coloca a primeira fase da modernidade, entre os séculos XVI e XVIII, marcada pela idade de que algo está mudando, acontecendo. As modificações ocorrentes no campo da filosofia e da ciência também contribuíram para um pensamento que foi de encontro às concepções medievais.

Em se falando nas modificações, nos deparamos com muitas diferenças, preconceitos no olhar, gestos, atitudes e maneiras de falar em relação às brincadeiras das crianças como mostra a reportagem do G1 – MA (2016): “Movimento feminista no MA diz que a lista de material escolar é sexista. Lista pede ferramentas para meninos e Kit cabelo e cozinha para meninas. Escola diz que aquisição é opcional e não reflete preconceito.”

Em matéria ao Jornal G1, o movimento é apresentado.

O movimento feminista maranhense “Coletivo Fridas” divulgou, por meio de postagem na página do grupo no Facebook, nesta segunda-feira (11), para meninos uma nota de repúdio contra o colégio “O Bom Pastor”, em São Luís. Segundo o grupo, a escola particular pediu, como material opcional de apoio pedagógico e lúdico, um “kit de ferramentas (médico ou bombeiro)” para meninos e um “kit cozinha ou cabelereiro” para meninas. De acordo com a nota, o pedido da escola estaria reforçando e naturalizando o machismo e o sexismo. “Dessa forma, essas meninas são ensinadas que seu papel na sociedade é estar em casa, calada e obediente. A elas, não são dadas a oportunidade de sonhar com um carrinho, super-heróis ou brinquedos que trabalhem o desenvolvimento psicossocial da criança”, diz o texto”. Para o coletivo, o movimento “reforça a lógica do patriarcado machista, que tem como consequências a misoginia e a violência à mulher”. “Meninas podem sim brincar de carrinho, usar azul, serem médicas ou bombeiras. Por uma sociedade menos sexista!”. Resposta da escola: O colégio “O Bom Pastor” também usou sua página oficial no Facebook para responder à nota. No texto, a escola afirma que os pedidos estão de acordo com os “preceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais” e os “objetivos educacionais propostos pela própria LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes de Base da Educação)”. A assessoria da escola explica que a lista não “reflete preconceito numa exteriorização de brincadeiras exclusivas para meninas ou meninos” porque a prática, em sala de aula, ocorre em “perspectiva de interação e envolvimento de todos os alunos, independente de sexo ou gênero”. A escola também afirma que o pedido foi feito para que os materiais didáticos fossem dispostos “em quantidades equilibradas, de modo a permitir a variedade necessária” e que a aquisição é “opcional.” (G1- MA, 2016).

Fonte: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/01/movimento-feministadivulga-repudio-escola-por-lista-de-materiais-no-ma.html> Retirada da Web 11/01/2016 21h38 - Atualizado em 11/01/2016 22h04.

O que percebermos com a contra resposta da Escola Bom Pastor, que eles não têm clareza do fato ocorrido. Para a escola é normal os pedidos dos brinquedos, quando fala “[...] que os materiais fossem dispostos em quantidades equilibradas, de modo a permitir a variedade necessária[...].”

Quando nos deparamos com esses assuntos temos que parar e fazer algumas reflexões, pois estamos no século XXI, era da pós-modernidade. Colocamos os seguintes temas para reflexões:

- “A escola precisará fazer uma formação atualizada sobre as mudanças de gênero, tanto os funcionários, quanto os professores?”
- “A escola precisará ser atualizada, mas todos querem mudanças?”
- “Como oferecer ajuda a essas escolas e outras, sendo que muitas vezes se escondem, nas suas subjetividades para não oficializar o preconceito?”

Mostraremos reportagens que são opostas ao machismo e sexismo, só que não são do Brasil. Campanha de brinquedo sem preconceito no G1-SP (2012). Em seguida, a reportagem dos catálogos da loja de brinquedo na Suécia, Jornal o Globo: “Sem preconceito: menino brinca de boneca em catálogo de brinquedos Atitude da loja sueca Top Toy visa promover a igualdade entre os gêneros.”



Figura 1 - Catálogo de brinquedos da loja sueca Top Toy

Fonte: <http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/sem-preconceito-menino-brinca-de-bonecaem-catalogo-de-brinquedos-6951923>. Retirado da web: O Globo, 06/12/2011 5:46 Atualizado 06/12/2012 16:13.

Quando diante desta imagem, paramos e nos perguntamos: é isso mesmo? Sim, um menino brincando de escovar o cabelo da menina, “a troca de papéis”, diante de uma sociedade machista. As crianças estão felizes brincando, sabemos que é um catálogo de brinquedo, mas a realidade das crianças quando brincam é essa, o importante é a brincadeira, não o pensamento dos adultos com preconceito.

Essa imagem é de um catálogo de uma loja de brinquedo sueca, lá a cultura é diferente em relação ao preconceito das pessoas, mas não podemos afirmar como é o costume delas fora da mídia.

Como os adultos interferem nas brincadeiras e nas escolhas dos brinquedos das crianças e como podemos fazer para ajuda - lá a terem seus momentos criativos e “livres”?

Abaixo a reportagem do G1- SP (2012) sobre o catalogo de brinquedos:

RIO - Quem disse que menino não brinca de boneca? A fim de se livrar do

preconceito, a Top Toy, maior loja de brinquedos da Suécia, dona da franquia “Toys R Us” no país, colocou em seu catálogo de brinquedos fotos de meninos brincando com bonecas e utensílios domésticos. Numa das imagens, um garoto aparece usando um secador de cabelos e outros objetos que podem ser encontrados em um salão de cabeleireiro para brincar com uma amiga. Em outras fotos, os meninos brincam com ferro de passar roupas, aspirador de pó e também uma boneca. Há também imagens que mostram meninas se divertindo com uma pista de carrinhos de brinquedo e uma pistola d’água. Em uma nota publicada no jornal britânico “Daily Mail”, a empresa afirma que brinquedos são feitos para crianças, sem distinção de sexo. “Por muitos anos, nós acompanhamos o debate sobre os gêneros crescer no mercado sueco e tivemos que nos ajustar. Com esse novo pensamento, não há nada que seja certo ou errado. Não é um brinquedo de menino ou menina, é um brinquedo para crianças”, diz o texto da loja. A atitude da Top Toy faz parte de uma campanha mais ampla, promovida pelo governo da Suécia, para acabar com discriminação sexual no país. Mas a ação deu o maior trabalho. Foi necessário apagar digitalmente as imagens das meninas nas fotografias e inserir meninos no lugar, e vice-versa. O “treinamento” foi dado à loja de brinquedos por meio de uma agência autorreguladora de publicidade, semelhante à brasileira Conar, que orienta que os anúncios sejam feitos para “um gênero neutro”. No passado, a rede de lojas havia sido repreendida pela agência reguladora por ter divulgado um anúncio no qual uma menina aparecia vestida de princesa e um menino, de super-herói (Jornal o Globo,2012).

Atenção para a imagem:



Figura 2 - Catálogo de brinquedos da loja sueca Top Toy

Fonte:<http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/sem-preconceito-menino-brinca-de-boneca-em-catalogo-debrinquedos-6951923>.Retirado da web: O Globo,06/12/2011 5:46 Atualizado 06/12/2012 16:13.

Menina brincando de carrinho, catálogo de uma loja de brinquedo na Suécia, na mídia parece que é comum, mas será que lá na sociedade sueca é assim, também? Aqui no Brasil, não temos costume de visualizar imagens de meninas brincando de carrinhos e sabemos que não é uma brincadeira comum na nossa cultura.

Em se tratando de nosso país, sabemos que o preconceito nas brincadeiras e nas falas dos adultos é muito grande, mas as pessoas acham que estão “certas”. Isso nos remete a lembrança de como é tratada a questão familiar. Como muitas reflexões e tentativas de mudanças de visão de alguns professores e tendo a mídia a favor, mesmo assim o processo de desconstrução do preconceito ainda está lento. Então, como mudar a visão das pessoas para melhorar a convivência entre elas?



Figura 3 - Catálogo de brinquedos da loja sueca Top Toy

Fonte: <http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/sem-preconceito-menino-brinca-de-boneca-em-catalogo-de-brinquedos-6951923> Retirado da web: O Globo, 06/12/2011 5:46 Atualizado 06/12/2012 16:13.

Estamos vendo um menino e uma menina brincando com uma boneca. Eles estão felizes e sem achar “estranho”. Muitas pessoas relatam que meninos brincam com bonecas, tende no futuro serem ótimos pais, afetuosos e dedicados. A brincadeira para criança pode tratar questões de preconceitos, bullying, assédio, agressões, violência, enfim, precisamos ter um olhar diferenciado para não deixar a criança traumatizada e sem criar suas brincadeiras e usá-las prazerosamente. Como podemos começar a desconstrução do preconceito sem prejudicar a brincadeira das crianças?

Já mostramos neste artigo um comentário sobre uma lista de material e depois duas propagandas de brinquedos sem preconceito, mas será que todo mundo acha normal? Deparamo-nos com as diferenças da lista de material e a discriminação, quanto ao brinquedo de menino e brinquedo de menina. Nas reportagens de uma loja específica, deduzimos que não há discriminação, porém, quantas lojas há no mundo e por enquanto, só está se manifesta diferente?

Ainda falta muito para que as pessoas do planeta tomem consciência que brinquedo não tem gênero e o imaginário da criança não tem diferença nestas questões. Uma criança está muito distante de um adulto para saber se será ou não homossexual, existem outras questões das quais não é nosso objetivo retratar agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que custaram alguns séculos para que se notabilizassem as mudanças de imagem da criança vista como um adulto em miniatura. As crianças precisam interagir com suas brincadeiras para começarem a construir suas identidades, sua consciência em relação às diferenças e o respeito à inclusão na interação com o grupo que convivem.

Na infância moderna segundo Kuhlmann Jr (1998), independente de diferentes classes e grupos sociais que vivem as crianças, é possível reconhecer atributos e manifestações típicas do seu mundo. Na interação com o outro, as crianças brincam e

seus brinquedos não tem gênero, podendo ser de menino e ou de menina.

Por isso a escola, os professores e demais funcionários precisam contribuir para a desconstrução de (pré) conceitos como o que menino deve brincar só com carros e bolas e meninas com bonecas. As práticas pedagógicas dos professores devem estar permeadas de situações contra o preconceito, no dia a dia dos alunos, em relação às diferenças de gênero, ao racismo.

No universo infantil, as relações do significado e as práticas educativas sobre gênero, mostram muitas maneiras de ser menina e ser menino sem categorizá-los, possibilitando a interação com novas descobertas.

A escola tem um papel importante na vida das crianças e seus familiares, e se a partir dela for possível iniciar as mudanças de atitudes em relação aos brinquedos e brincadeiras e campanhas de conscientização, com certeza influenciará os pensamentos dos adultos, porém, sabemos que tudo tem seu tempo.

Modos e costumes que vêm de séculos e séculos não mudam de um dia para o outro, por isso, pensamos que o lugar de início de mudanças pode ser a escola. Nela pode-se principiar uma nova cultura, desde que toda a equipe tenha consciência das mudanças e estar aberta a elas, caso contrário não acontecerá. Partindo para mudança, a escola em suas reuniões de pais e textos informativos, podem fazer reflexões do tipo: como vocês (pais) interferem na escolha das brincadeiras e brinquedos de seus filhos, sem afetar sua autonomia?

Quando um adulto dá palpite nos brinquedos e vem com aquela frase pronta “esse é de menina e esse é de menino”, a criança se depara com o universo machista e sua criatividade nas brincadeiras fica tolhida. Será que essas crianças estão construindo sua autonomia? A criança deve ter liberdade de escolha, possibilidade de trocar ideias com outras crianças para assim, compreender e participar do seu ambiente de brincadeiras sem preconceito.

Supomos que a partir da construção da autonomia, a criança que tem troca de ideias, livre escolha de suas brincadeiras e brinquedos, diálogo com adultos e convivência num ambiente de cooperação, terá menos dificuldades de questionar o que é certo ou errado e terá muitas possibilidades de desconstruir o preconceito imposto e dito pela sociedade machista. Desta forma, pensamos que o primeiro passo para a mudança de desconstrução do preconceito em relação às crianças seja a afirmação de todos a sua volta, de que brinquedo não tem gênero, e que podem escolher seus brinquedos com autonomia.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade**. São Paulo: companhia das Letras, 1986.

CARVALHO, C. H.: SILVA, M. P. **Infância e Modernidade**: redimensionando o ser criança. Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, MG, v.3, 2004.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**. In: Pro-posições. Campinas: v.14, n.3 (42), set./dez. 2003. p.89-101.

G1-MA22h04.<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/01/movimento-feministadivulga-repudio-escola-por-lista-de-materiais-no-ma.html> Retirada da Web: 11/01/2016 21h38 - Atualizado em 11/01/2016

KAMII, Constance. **Aritmética: Novas Perspectivas - Implicações da teoria de Piaget**. Campinas, SP: Papyrus,1977.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Instituições Pré-Escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922)**. São Paulo: Caderno de Pesquisa,1971.

O Globo Jornal.<http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/sem-preconceito-menino-brinca-de-boneca-em-catalogo-de-brinquedos-6951923> Retirado da web: O Globo,06/12/2011 5:46 Atualizado 06/12/2012 16:13.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM).

Uberaba – Minas Gerais

Bruna Afonso Gibim

Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Uberaba – Minas Gerais

Rafael De Tilio

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM).

Uberaba – Minas Gerais

RESUMO: O presente capítulo aborda a experiência de estágio em Psicologia ocorrida em um programa de atendimento às mulheres em situação de violência da Secretaria de Saúde de um município no Triângulo Mineiro. A experiência ocorreu de agosto de 2015 a julho de 2016 através de parceria entre a o curso de Psicologia de uma Universidade Federal com o próprio programa e a Secretaria de Saúde do município. Os objetivos do estágio foram: prestar acolhimento, atendimento psicológico individual e realizar encaminhamentos para a rede de saúde e assistência social de mulheres que sofreram ou que sofrem qualquer tipo de violência; proporcionar ao aluno experiências em políticas públicas na área de saúde, especialmente junto às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; desenvolver

escuta clínica atenta, humanizada, ética e crítica sobre violência de gênero. Como relato de caso, citaremos um caso clínico. A partir do relato de caso apresentado, é possível afirmar que o atendimento ofereceu à paciente um lugar de amparo, que ela nunca antes teve, para que pudesse falar da violência vivenciada e se sentir cuidada, amparada. Assim, o estágio constituiu-se como uma prática de aprendizado potente e transformadora que contribui para pensarmos acerca da prática no cuidado e atenção à mulher em situação de violência.

PALAVRAS- CHAVE: violência contra a mulher, psicanálise, psicologia

ABSTRACT: This article discusses the psychology internship experience occurred in a care program to women in situations of violence of Health Department of a city in Triangulo Mineiro. The experience took place from August 2015 to July 2016 through a partnership between a Psychology course of a Federal University with the program itself and the city Health Department. The internship objectives were: provide welcoming, individual psychological care and conduct referrals to health services and social care of women who have suffered or suffering any kind of violence; provide the student with experiences in health public policies, especially among women in situations of sexual and domestic violence; develop an

attentive, humanized, ethical and critical clinical listening about gender violence. As a case report, we will mention a case of a patient. From this case report, we can say that the care offered to the patient a place of refuge, that she never had before, so she could speak about the violence experienced and feel cared for, supported. Therefore, the internship was constituted as a powerful and transformative learning practice that helps to think about the care practice and attention to women victims of violence.

KEYWORDS: gender violence, psychoanalysis, psychology

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda a experiência de estágio em Psicologia (ligado a um curso de graduação em Psicologia de uma universidade pública federal) ocorrida em um programa de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e/ou doméstica da Secretaria de Saúde de um município no Triângulo Mineiro. O programa está inserido em uma unidade de saúde especializada para atendimento às mulheres vítimas de violência e oferece atendimento social, psicológico e médico-ginecológico (continuidade da profilaxia para os casos de violência sexual) para as mulheres do município, independente de terem feito denúncia policial, e que procuraram pelo serviço através de demanda espontânea ou encaminhamento da rede setorial e/ou intersetorial. O serviço foi inaugurado em outubro de 2013 e já realizou cerca de 1293 atendimentos individuais e 279 ações educativas e preventivas junto à população (dados colhidos de outubro de 2013 até junho de 2016).

A equipe do programa é composta por duas psicólogas (sendo uma delas a Profissional Referência Técnica do Programa), uma assistente social, um médico e duas estagiárias de psicologia. Em casos nos quais há a necessidade de avaliação psiquiátrica e uso de medicamentos (casos graves de depressão, ansiedade, tentativa de autoextermínio e/ou outras comorbidades) o caso é encaminhado para psiquiatras da rede, que tem sido grandes parceiros no auxílio da melhoria de vida das mulheres.

A experiência de estágio no Programa ocorreu de agosto de 2015 a julho de 2016 através de parceria entre o curso de Psicologia de uma Universidade Federal com o próprio programa e a Secretaria de Saúde do município. Os objetivos do estágio foram: (I) prestar acolhimento, atendimento psicológico individual e realizar encaminhamentos para a rede de saúde e assistência social de mulheres que sofreram ou que sofrem qualquer tipo de violência; (II) proporcionar ao estagiário experiências em políticas públicas na área de saúde e suas intersecções com a psicologia, especialmente junto às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; (III) desenvolver escuta clínica atenta, humanizada, ética e crítica sobre violência de gênero. Além do acolhimento e atendimento psicológico e dos encaminhamentos para a rede parceira, as estagiárias participaram de ações específicas do programa como o preenchimento da ficha de Notificação/Investigação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/

ou Outras Violências (importante instrumento do Ministério da Saúde para viabilizar, avaliar, monitorar e efetivar políticas públicas) e realizaram ações educativas sobre violência de gênero na comunidade de entorno dos usuários assistidos pelo serviço.

Os atendimentos clínicos objetivavam amparar a mulher em sofrimento, acolhendo, orientando e realizando os encaminhamentos necessários, tendo como abordagem teórica e prática a psicanálise. A supervisão clínica era realizada pela Referência Técnica do Programa.

2 | A ESCUTA PSICANALÍTICA

O estágio foi embasado na teoria psicanalítica, pois a psicanálise auxilia a compreender o indivíduo e seus mecanismos internos, além de compreender a forma de se relacionar com o outro e seus sintomas; além desses aspectos relacionados à esfera individual, a Psicanálise muito nos ajuda a pensar a dinâmica da violência na sociedade. Ademais, a prática clínica psicanalítica permite um encontro do sujeito consigo mesmo, propõe um rico espaço de escuta, de acolhimento e contribui para que o paciente questione sua relação com o mundo, de forma a se responsabilizar por seus sintomas (Gibim, 2015).

De acordo com Khel (2002), a Psicanálise trabalha com a circulação da palavra, tentando escutar e acolher os efeitos que ela produz nos indivíduos e na sociedade. Esse saber se interessa pela pergunta que não quer cessar, pelo que a sociedade não quer saber, por seu mal-estar. Assim, podemos compreender que a psicanálise se sustenta na indagação e na escuta do dito e do não-dito. Gibim (2015) propõe uma escuta que acolha o mal-estar e a alteridade, oferecendo sustentação para que perguntas surjam e interpretações façam relevo sobre aquilo que remete ao sofrimento e ao desamparo. Promover o acolhimento do mal-estar é fundamental em um atendimento que remeta às questões da violência, pois não são todos os profissionais que conseguem lidar com este tipo de sofrimento. É comum ouvir queixas das pacientes do Programa em questão sobre terem sido mal atendidas nos serviços especializados quando buscaram ajuda, duplicando a violência a que foram submetidas, o que pode demonstrar a dificuldade dos profissionais em lidarem com esse tipo de demanda de forma acolhedora e humanizada.

Portanto, é fundamental estar aberto à essa escuta, é necessário escutar mais do que se relata, mais do que se diz. Minerbo (2009) compara a escuta analítica com a atividade do fotógrafo:

Pode-se comparar a escuta analítica com a atividade do fotógrafo. A realidade do mundo está ali, tudo é e está visível. Entretanto, o fotógrafo com sua visão criativa, dirige seu olhar para um muro aparentemente banal e flagra, num canto, certa composição cromática inusitada ou uma textura interessante. Recorta e amplia aquele pedacinho, transformando o que sequer seria visto por nós em algo

Em um atendimento psicanalítico não temos como função ou objetivo dar respostas prontas ou pré-estabelecidas aos sujeitos, mas sim possibilitar que o sujeito se aproprie de seu discurso (e das suas consequências) através das intervenções que são realizadas. Para Silva Jr. e Besset (2010), a proposta é que o sujeito acredite em seu sintoma, acredite que possa dizer algo sobre ele. Portanto, é fundamental reintroduzir a palavra onde há violência. A palavra permite o adiamento, a simbolização, fornecendo contorno, limite e meios para que o sujeito possa pensar e nomear seu mal-estar e fazer algo com ele. Se houver essa oportunidade, a violência pode perder seu valor destrutivo e seu valor de gozo, permitindo ao sujeito encontrar os meios de sair da repetição imposta por seu sintoma.

Os casos atendidos no Programa retratam essa experiência de escuta psicanalítica e de apropriação do discurso pela própria paciente. Como relato de caso, citaremos um caso clínico de uma paciente que chegou ao Programa acompanhada pela filha de 16 anos e do marido. A Paciente foi acompanhada durante cerca de oito meses com atendimentos que aconteciam uma vez por semana. A demanda inicial era sobre a filha ter sido abusada sexualmente pelo seu irmão, que também foi atendida na unidade. A mãe se apresentava bastante abatida e, ao perceber isso, também foi oferecido um espaço de escuta. Durante o acolhimento ela relatou que também havia sido abusada quando criança e que nunca havia falado sobre isso com ninguém.

No decorrer dos atendimentos foram referidas e destacadas algumas falas como: “Ele não me leva para uma pizzaria, não fazemos nada do que eu quero, apenas o que ele quer” (sic), se referindo ao marido. Ao ser indagada se ela se colocava e dizia ao marido o que gostaria de fazer, ela responde que não. Com o questionamento do porque dessa atitude e dessa ação sempre ter que vir do outro, ela responde: “porque ele é o homem” (sic).

Dessa forma, ampliando a escuta e tentando compreender o não-dito, podemos inferir que a paciente se anula e que há uma grande rigidez no que se refere ao modo como entende e vivencia os papéis sociais de gênero atribuídos aos homens e às mulheres. Ao ser apontada essa rigidez em relação aos estereótipos de gênero a paciente diz: “Acho que isso tem a ver com a minha criação, eu fui educada como se tivessem obrigações que são de homens e obrigações que são de mulheres. Mas a mulher também pode fazer um convite, pode dizer o que ela quer, né?” (sic). Dessa forma, a partir da escuta do não-dito e das interpretações ancoradas no saber psicanalítico, foi possível intervir de modo a fazer a paciente refletir sobre como os papéis de gênero são vivenciados na sociedade e também em seu lar, causando uma mudança de posição subjetiva, mudança essa que permite o empoderamento das mulheres - fator primordial para o combate da violência de gênero.

Com relação ao abuso vivido aos nove anos de idade, a paciente se apresentava

bastante resistente ao falar no assunto, sempre projetando seus sentimentos e angústias na vivência da filha. Uma fala utilizada era: “que bom que a minha filha falou o que aconteceu. A sociedade culpa muito quem vive esse tipo de situação” (sic). No decorrer das sessões essa fala tornou-se recorrente. Utilizando a perspectiva psicanalítica, podemos compreender que ao falar sobre a importância da filha estar sendo atendida, ela também diz de um desejo se ter sido escutada e de uma falta no que se refere ao amparo que não teve quando sofreu a violência (na sua infância). Além disso, podemos pensar no sentimento de culpa quando diz da reação da sociedade com relação a esses acontecimentos. De acordo com Rocha (1998), o desamparo, importante conceito freudiano, é uma experiência na qual o sujeito se encontra sem ajuda, sem recursos, sem proteção, sem amparo. Além disso, aponta que a angústia de desamparo manifesta-se quando a criança se sente ameaçada pela voracidade do desejo obscuro e desconhecido do Outro. Assim considerado, o desamparo é constituinte da inserção do sujeito no mundo da linguagem e deixa transparecer essencialmente uma falta fundamental.

Com o apontamento dessas questões a paciente relata: “me sinto culpada por não ter contado antes o que aconteceu. Talvez isso não tivesse continuado a acontecer e ele [o agressor] tivesse parado. É como se eu tivesse permitido” (sic). Também comenta receio em falar com a família sobre o que aconteceu. Ao ser indagada, a paciente chega a seguinte conclusão: “acho que eu ainda me culpo pelo que aconteceu, por isso eu tenho medo que as pessoas me culpem” (sic). Dessa forma, a paciente pôde se apropriar de seu discurso, nomear seus sentimentos, reconhecer seus medos e culpas, possibilitando que isso fosse amparado e ressignificado.

Durante as sessões de atendimento foram trabalhadas questões relacionadas ao sentimento de culpa. Nas últimas sessões a paciente relata: “ainda não consegui falar com a minha família sobre o que aconteceu quando eu era criança, mas estou tentando falar mais sobre o que eu sinto, sobre minhas vontades. No sábado, eu falei pro meu marido que eu tenho vontade de fazer outras coisas, que não podemos fazer só o que ele quer” (sic). Com isso, podemos perceber que a escuta psicanalítica possibilita uma apropriação do próprio discurso e da própria vida, sendo ferramenta de transformação e mobilização de mudanças na dinâmica familiar, contribuindo pra o empoderamento feminino.

3 | CONCLUSÃO

A experiência de estágio com mulheres em situação de violência possibilitou uma rica vivência clínica, possibilitando questionamentos sobre o lugar da escuta e do acolhimento no atendimento psicológico. Gibim (2015) pontua que se abrir para ouvir o violento é uma posição difícil, que mobiliza diversos afetos em quem escuta, possibilitando o encontro com o outro:

É a partir da posição de não-saber – posição dolorosa que envolve a falta de um terreno de verdades e certezas sobre o que outro é, tem e precisa – que se abre caminho para a mobilização que acolhe o sofrimento. O sujeito nessa posição é capaz de afetar-se, e assim, de suportar a dor do outro, no sentido de dar suporte, dar sustentação. A escuta acolhe o mal-estar e a alteridade, oferece sustentação para que perguntas surjam e interpretações façam relevo sobre aquilo que remete ao sofrimento e ao desamparo (GIBIM, 2015, p.77).

Dessa forma, a experiência de estágio foi um desafio que possibilitou a mobilização de afetos. Foram encontros que permitiram desvelar o que estava encoberto e dar suporte ao que estava desamparado. A partir do relato de caso apresentado, é possível afirmar que o atendimento ofereceu à paciente um lugar de amparo, que ela nunca antes teve, para que pudesse falar da violência vivenciada e se sentir cuidada, amparada. Assim, o estágio constituiu-se como uma prática de aprendizado potente e transformadora (tanto para os estagiários como para os usuários assistidos) que contribui para pensarmos acerca da prática no cuidado e atenção à mulher em situação de violência.

REFERÊNCIAS

GIBIM, Bruna Afonso. **(Re)Significando a violência: a escuta como produção de saber**. 2015. 111f. Tese (Mestrado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2015.

KHEL, Maria Rita. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 200, p. 11.

MINERBO, Marion. **Tentativas e erros na escuta infantil**. Revista Percurso, v. 21, n. 42, p. 57- 66, 2009.

ROCHA, Zeferino. **Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana**. Síntese Revista de Filosofia, v. 26, n. 86, p. 331-346, 1999.

SILVA JR, N. S., & BESSET, V. L. **Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?** Fractal: Revista de Psicologia, v. 22, n. 2, p. 323-336, 2010.

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

Alberto Magalhães Pires

Faculdade Estácio do Recife

Taiwana Batista Buarque Lira

Faculdade Estácio

Karla Romana Ferreira de Souza

Universidade de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

Rianne Rodrigues de Lira

Universidade Federal de Pernambuco

Wanderson Santos Farias

Faculdade São Miguel
Recife - Pernambuco

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

RESUMO: O estudo da transexualidade pela enfermagem ainda possui forte tendência de vinculação da sexualidade em aspectos biológicos. Com isso objetivou-se nesse estudo identificar demanda de publicações científicas nacionais e internacionais acerca da enfermagem sobre pessoas transgêneros

e transexualidade. Por ser uma Revisão Integrativa (RI), os dados foram coletados aos pares e no período entre março a maio de 2017, nas bases BDEF, LILACS, CINAHL, MEDLINE e biblioteca virtual SciELO. Através dos descritores “*Transgendered Persons*” OR “*Transgender*” integrado ao descritor booleano AND “*Nursing*” e seus análogos em português e em espanhol, todos padronizados pelo DeCS. Os critérios de inclusão da amostra foram: artigos publicados em inglês, português e espanhol, não tendo limites quanto ao ano de publicação. Como critérios de exclusão: teses, dissertações, monografias, editoriais e artigos de revisão. Todos os artigos da amostra final foram escritos no idioma inglês, em relação ao local de origem cinco foram dos EUA e dois da Inglaterra. Identificou-se que os conhecimentos da enfermagem quando se refere à transexualidade e sobre as pessoas transgênero ainda se configura como temática pouco abordada. Tornam-se importantes mais pesquisas que relacionem os enfermeiros com a população transexual, uma vez que o enfermeiro é um educador de saúde comprometido com a prevenção de doenças e promoção da saúde e a qualificação do enfermeiro para o cuidado holístico às pessoas transexuais, poderá contribuir com maior adesão aos serviços de saúde, todavia, as pessoas transexuais ainda vivenciam situações discriminatórias nos

serviços de saúde.

PALAVRAS- CHAVES: Pessoas transgêneros. Enfermagem. Conhecimento

INTRODUÇÃO

Transgêneros, disforia de gênero e transtorno de identidade de gênero, são termos utilizados para se referir a um estado no qual o indivíduo não reconhece o próprio sexo anatômico e cuja expressão de gênero não corresponde ao seu papel social atribuído ao nascer. Caracteriza-se por desconforto constante e a persistente sensação de possuir a genitália inapropriada a sua identidade de gênero. Por localizarem no corpo as principais características sexuais do masculino e do feminino, os transgêneros investem conhecimento, despendem tempo e dinheiro em busca da adequação do corpo a sua identidade de gênero (BENEDITTI, 2005).

Ao considerar que esses procedimentos representam grande risco à saúde do público transexual e que os profissionais deveriam lhes assistir em sua integralidade, torna-se evidente a necessidade de aumentar a visibilidade destes sujeitos que decidem adequação do corpo a sua identidade de gênero (ROMANO, 2008).

Por isso a necessidade dos familiares e dos profissionais de saúde respeitar esses indivíduos acolhendo-os para que o seu sofrimento diante do conflito do estabelecimento pelos padrões da sociedade e do sentido sejam amenizados até o estabelecimento pleno de sua identidade sexual.

No seio das profissões de saúde, a formação da enfermagem sempre esteve atrelada a fundamentos neutros e, no que se refere à sexualidade é abordado muitas vezes apenas seu aspecto biológico ou reprodutivo, o que torna o processo assexuado no desenvolver da assistência (SOUZA, 2015). As minorias sexuais que formam o grupo representado pela sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) sofrem, rotineiramente, atos discriminatórios e são estigmatizados socialmente, sendo ainda maior quando se relaciona às pessoas transexuais. E a enfermagem ainda se encontra um pouco afastada dessa realidade.

Nesse sentido, torna-se importante identificar publicação da enfermagem no âmbito da diversidade sexual e identidade de gênero de pessoas transgêneros em publicações científicas nacionais e internacionais contribuindo assim, para uma melhor adequação das práticas da enfermagem na assistência a esse público.

Trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização Gênero e Sexualidade onde o mesmo foi um dos requisitos para obtenção do título de Especialista.

Diante do exposto, esta Revisão Integrativa (RI) buscou avaliar a demanda das produções científicas nacionais e internacionais que abordem o tema proposto através de uma Revisão Integrativa, com a seguinte questão norteadora: Qual a demanda de publicações científicas acerca da enfermagem sobre a transexualidade e pessoas transgêneros?

REVISÃO DE LITERATURA

A transexualidade

Antes “do século XIX a ‘homossexualidade’ existia, mas a/o ‘homossexual’ não”, a sodomia deixa então de ser uma prática sexual e torna-se uma das características de uma nova espécie, o homossexual. Devendo ainda o sexo ficar restrito ao quarto do casal heterossexual, com a finalidade de perpetuar a espécie humana. O sexo (homossexual) torna-se perigoso e temido, sua infância, seus comportamentos, seu passado e seu corpo são analisados, pois sua sexualidade é a sua verdade (FOUCAULT, 2009).

Desde a Grécia Antiga a homossexualidade configura-se como um processo presente na história. Até o fim do século XX, a homossexualidade tinha como definição: “ser a atração sexual mútua entre indivíduos do mesmo sexo”. Entretanto no momento atual esse conceito pode ser explorado com uma diversidade de formas, já que existem inúmeros papéis sexuais em nossa sociedade, estando a transexualidade presente nestas variações (BENTO, 2014).

A homossexualidade deixou recentemente, em 1973, de ser classificada como patologia, porém, a transexualidade ainda permanece sendo categorizada como transtorno pela psiquiatria. Um meio de regulação das sociedades sobre as sexualidades “não procriativas” é provocar a sua patologização, do mesmo modo que aconteceu com a homossexualidade no século XIX ocorre com a transexualidade nesse século (SAMPAIO, 2012; PICAZZIO, 1999; ARAN, 2008). A literatura mostra que sempre houve sujeitos que viviam, vestiam-se e adotavam papéis sociais referentes ao sexo oposto, atravessando tempo, povos, raças, níveis sociais e regiões demográficas.

Em sociedades da América do Norte na primeira metade do século XX há relatos das *berdaches*, que seriam homens que passavam a vestir-se e terem comportamentos femininos, além de executarem tarefas e atividades exclusivamente femininas. Praticavam sexo com outros homens, sempre na situação passiva e eram reconhecidos como sendo mulheres tendo papéis sociais legítimos femininos. Podendo ainda ser apontados em outras sociedades primitivas as *Mahu* do Taiti que ocupavam destaque na definição das identidades na comunidade do que não poderiam ser; os *xanith* de Omã cuja ocupação mais comum é a prostituição, além de outras representação como as *fa’afafine* em Samoa e as *panema* no Paraguai (BENTO, 2014).

Segundo Louro (2000) a sexualidade é entendida como um “dispositivo histórico”, uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos que regulam, normatizam e produzem “verdades” sobre o sexo. Esse dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações decisões, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, dentre outras coisas. Sendo no âmbito da cultura e da história que se definem as

identidades sociais sendo todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe.

O gênero é tido como categorias que são historicamente, socialmente e culturalmente construídos, e são assumidos individualmente através de papéis, gostos, costumes, comportamentos e representações. O gênero precisa ser assumido pela pessoa, mas isso não acontece num processo de escolha, e sim de construção e de disputas de poder, porque, afinal, o sistema de gêneros é hierárquico e conta com relações de poder (BUTLER, 2010). A orientação sexual (e não opção sexual) diz respeito à inclinação da pessoa no sentido afetivo, amoroso e sexual, que podem ser as mais variadas e não se confunde com a identidade de gênero é o gênero com que a pessoa se identifica. Há quem se perceba como homem, como mulher, como ambos ou mesmo como nenhum dos dois gêneros: são os chamados não binários. Os Cisgênero identificam-se com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento, já os Transexuais e/ou Transgêneros identificam-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento (SAMPAIO, 2012; PICAZIO, 1999; ARAN, 2008; BENTO, 2014).

Inicialmente para falar em transexualidade é importante desconstruir o caráter patologizante que é atribuído ao saber oficial à experiência vivida pelos/as transexuais. (BENTO, 2014). Até meados da década de 50 à fronteira entre homossexuais, travestis e transexual ainda não estavam bem definidas, somente a partir desse período foi que começaram a surgir publicações e pesquisas sobre o “fenômeno da transexualidade”. Cronologicamente podemos apontar como ocorreram as mudanças que construíram o protocolo atual médico que patologiza a transexualidade (COSSI, 2010).

O nascimento do fenômeno da transexualidade é marcado por Henri Benjamin em 1953 ao criar o conceito de transexualismo a partir de um procedimento cirúrgico realizado pelo Christian Hamburger, na Dinamarca, em 1952, no ex-soldado de 28 anos Jorge Jorgensen. Para Benjamin, não haveria uma divisão absoluta entre “masculino” e “feminino”, sendo desta forma uma inadequação se basear a determinação do sexo apenas com bases anatômicas, pois o sexo seria composto por diversos componentes e a predominância de um destes fatores definiria o sexo do indivíduo, com a influência do meio social sobre o comportamento. Destaca-se que com a exceção do sexo genético (cromossomos XX e XY), os demais fatores (anatômico ou morfológico, genital, gonádico, legal, germinal, endócrino, psicológico e social) poderiam ser modificados pelo tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos, sendo a cirurgia a opção mais eficiente (BENTO, 2014; SPIZZINI, AZEVEDO 2010).

Entre o grupo LGBT, as pessoas transgêneros (classificação para designar mulheres e homens transexuais) devido a não adequação ao sexo biológico ou a não conformação ao conceito heteronormativo da sociedade tem muitas vezes seus direitos a saúde agredidos e negligenciados por falta de conhecimento e capacitação adequada, deixando muitas vezes essa população exposta a fatores de vulnerabilidade. Os serviços de saúde ainda apresentam um conhecimento muito restrito quando o

assunto é voltado à sexualidade e suas variantes de identidade de gênero e orientação sexual. Existem conceitos moldados nos padrões heteronormativos vigentes na sociedade, o que desencadeia a assistência inadequada frente ao público transexual (CARDOSO 2012; SAMPAIO 2012).

Saúde do público transexual

Quando a epidemia a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids*) surgiu na década de 80, o Ministério da Saúde do Brasil adotou estratégias de enfrentamento junto aos grupos gays que defendiam os direitos de seus integrantes, o que demandou visibilidade sobre as questões de saúde das minorias sexuais (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis); também reconheceu a complexidade da situação de saúde, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e identidade de gênero têm na determinação social e cultural da saúde(LIONÇO,2008) .

A população LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) por intermédio do Programa governamental “Brasil sem Homofobia” teve o reconhecimento da complexidade de sua saúde pela inserção de práticas e políticas de saúde voltada as especificidades dos seus integrantes. Sendo criada a Política Nacional de Saúde LGBT, que se constitui em um documento norteador e que legitima as necessidades e especificidades de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, estando assim em conformidade com a Constituição Federal de 88 e a Carta de Usuários do Sistema Único de Saúde publicada pelo Ministério da Saúde, que explicita os direitos e deveres dos usuários (LIONÇO, 2008; CARDOSO, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Embora estivesse contido na sigla do movimento LGBT, foi na década de 90 que as transexuais e travestis tiveram espaço neste movimento, com o advento da instituição de coletivos de transexuais, como o coletivo da Associação das Travestis e Liberados do RJ (ASTRAL) houve uma pauta do governo para o atendimento às demandas específicas a saúde desta população que anteriormente pontuava ações voltadas apenas aos homossexuais masculinos e femininos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Com isso, aconteceu o direcionamento de ações em prevenção à AIDS o que proporcionou maior visibilidade ao grupo, porém, sabe-se que os problemas de saúde das transexuais e travestis vão muito além do risco de contaminação pela AIDS ou de outras Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Essas pessoas possuem agravos á saúdes bem mais complexas e demandas ainda mais elevadas (CARDOSO, 2012), que envolvem as questões de gênero e de identidade de gênero decorrentes da discriminação e do preconceito, pelo impacto social e psicológico que eles causam na vida destas pessoas e, sobretudo, porque o estigma e a discriminação seguem como principais obstáculos para o acesso à saúde (CARDOSO, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A invisibilidade da diversidade de gênero nos cuidados de saúde continua sendo uma ameaça aos cuidados de enfermagem ética. Os efeitos da invisibilidade das

pessoas transexuais nos cuidados de saúde resultam em um ciclo de repetição onde aqueles que foram negados reconhecimento por sua vez evitar a divulgação. Há uma necessidade de educação adicional sobre a diversidade de gênero a fim de dissipar e combater mal-entendidos, estigma e invisibilidade. Isso pode ser conseguido através de esforços sustentados na investigação de enfermagem e currículos educacionais para incluir a diversidade de gênero e trans pessoas. São urgentemente necessárias políticas para a proteção daqueles que mudam de sexo ou se identificam fora do esquema dominante de gênero.

No seio das profissões de saúde, a enfermagem ocupa lugar singular e se distingue tanto pela importância do quantitativo de profissionais quanto pela prática culturalmente reconhecida do cuidar. Podemos conceber que o cuidado é próprio da ação positiva, tendo em sua prática um caminho terapêutico, que visa a manter o processo da vida e da promoção do funcionamento normal do ser humano; vêm a ajudar o crescimento, desenvolvimento e a prevenção, como também o controle e cura dos processos de doenças e danos (LEOPARDI, 2006).

A formação da enfermagem sempre esteve atrelada a fundamentos neutros e, no que se refere à sexualidade é abordado muitas vezes apenas seu aspecto biológico ou reprodutivo, o que torna o processo assexuado no desenvolver da assistência. As minorias sexuais que formam o grupo representado pela sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) sofrem, rotineiramente, atos discriminatórios e são estigmatizados socialmente, sendo ainda maior quando se relaciona às pessoas transexuais. E a enfermagem ainda se encontra um pouco afastada dessa realidade.

Nesse sentido, torna-se importante identificar publicações da enfermagem no âmbito da diversidade sexual e identidade de gênero de pessoas transgêneros em publicações científicas nacionais e internacionais contribuindo assim, para uma melhor adequação das práticas da enfermagem na assistência a esse público.

MÉTODO

Para a realização desta RI foram seguidas as seguintes etapas: 1) identificação do problema e elaboração da questão norteadora; 2) escolha dos critérios de inclusão e exclusão; 3) realizar a categorização dos artigos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação e 6) apresentação da revisão em forma de Trabalho de Conclusão de Curso (SOUZA, SILVA, CARVALHO 2010).

A coleta de dados aconteceu de março a maio de 2017 nas Bases de Dados: BDEF (Bases de Dados em Enfermagem), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), CINAHL (Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e na biblioteca virtual de busca SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

A busca nas bases de dados ocorreu a partir dos critérios de inclusão, tendo sido definidos que fariam parte da amostra artigo original, escrito nos idiomas Inglês,

Português e Espanhol não tendo sido definido espaço temporal e/ou país de origem das publicações. Como critério de exclusão foram desconsiderados os editoriais, as revisões integrativas, sistemáticas e conceituais, bem como também a repetição de publicação de estudos em mais de uma base de dados e os artigos que não responderam à questão condutora do estudo.

Foi realizada a busca nas Bases de Dados e Biblioteca Virtual utilizando o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) através dos descritores “*Transgendered Persons*” OR “*Transgender*” integrado ao descritor booleano AND “*Nursing*”; e seus análogos em português: pessoas transgêneros, transexuais e enfermagem; e em espanhol: “*Personas Transgénero*”, e “*Enfermería*”, todos padronizados pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

Após os cruzamentos nas bases foi percebido pelos pesquisadores responsáveis pela coleta o aparecimento da vasta quantidade de artigos que também associavam a enfermagem com Gays, Lésbicas e Bissexuais, desta forma os mesmos foram excluídos da busca com o uso do booleano NOT para os descritores “Gay , Lesbian e Bissexual”. A figura 1 representa o fluxograma de seleção para análise e avaliação dos artigos.

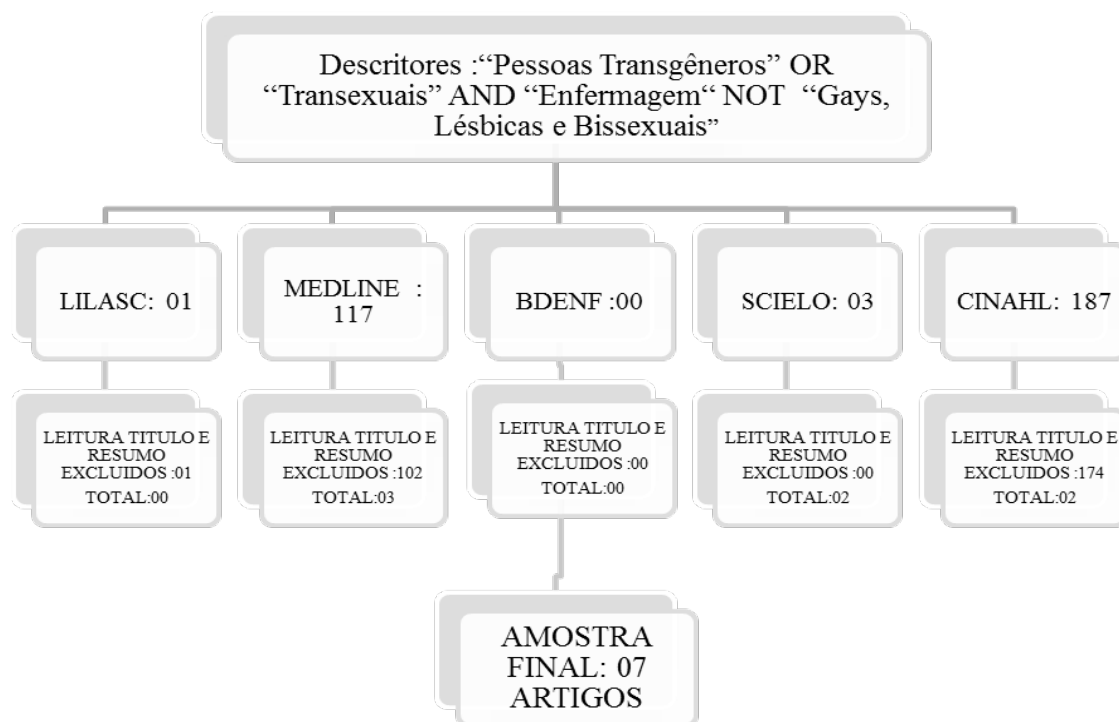


Figura 1 – Fluxograma da coleta dos artigos nas Bases de Dados e Biblioteca virtual **Lilacs** , **Medline**, **BDEFN**, **Cinahl** e **Scielo**. Recife (PE), Brasil, 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sete artigos da amostra final, foram escritos no idioma inglês, e em relação ao local de origem cinco foram dos EUA e dois da Inglaterra. O período de publicação dos mesmos ocorreu entre 2008 a 2016.

Nos centros acadêmicos a diversidade afeto-sexual ainda configura-se como

um tema pouco discutido, as concepções relacionadas a vivência LGBT é permeada por representações discriminatórias, conservadorismo e estigma. O contexto social marcado por ideologias heterossexuais, segmentos religiosos excludentes, negação dos direitos sociais e de saúde compõem os limites enfrentados diariamente e tornando-se precursores de vulnerabilidades (FERREIRA, 2014).

A evasão dos transexuais dos serviços de APS e predição por serviços emergenciais requer discussão ampliada acerca do acolhimento, vínculo e cuidado longitudinal, que atendam a demanda e especificidades dos transexuais. (CICERO, 2016; POLLY, 2011; ROGERS, 2016).

O processo de formação no âmbito da Enfermagem precisa contemplar a ciência do gênero, confrontar dicotomias entre homens e mulheres, apreender a construção das identidades de gênero e correlacionar as demandas iminentes de saúde (SOUZA, 2015). Estudos retratam a vulnerabilidade dos transexuais e risco ao suicídio, uso abusivo de drogas e exposição a violências físicas e psíquicas, o que implica em situação de estresse e danos à saúde do corpo e mental, daí a importância em discutir fatores sociais que implicam no processo saúde/doença (CARABEZ, 2016).

Diante disso, os enfermeiros possuem função relevante na promoção da saúde, desmistificação social dos preconceitos e construção de estratégias de acolhimento e respeito, a exemplo, a utilização de pronomes de tratamento adequando a identidade de gênero e ao nome social. O vínculo irá prover melhor adesão, confiabilidade e cuidado integral, a atuação profissional humanizada é imprescindível para a garantia dos direitos e prevenção (PETRY, 2012; LEVITT, 2015).

Pode-se identificar que a discriminação na oferta de cuidados à saúde encontra-se disseminada amplamente nos serviços de saúde (BAUER, SCHEIN, 2014; BENEDITTI, 2005). As experiências negativas explanadas vão desde assédio verbal, negação na igualdade de tratamento, até agressão física. Em um estudo, realizado por Shires e Jaffee (2015) foi mostrado que as transexuais que utilizam o nome social sofrem discriminações ainda maiores em relação ao atendimento dos cuidados à sua saúde.

Os profissionais da saúde são postos em situações éticas delicadas, porque, na maioria das vezes, não se sentem habilitados e nem com experiência suficiente para atenderem as demandas específicas desta população, a dificuldade em tratar as transexuais fica, assim, nítida (NIEDER et al , 2011). O aconselhamento adequado e o apoio objetivo, entretanto, tornam-se extremamente vantajosos para a saúde mental e física dos transgêneros, principalmente, nos primeiros anos de transição e no início de tratamento (GUADAMUZ et al , 2011 ; NIEDER et al , 2011).

A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com afinco dentro das universidades e não pode ser compreendida como uma forma de refúgio social. O público transexual não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, eles precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio

de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986.

Dentro deste contexto, cabe aos gestores, tanto a promoção de uma educação em saúde de caráter permanente para aqueles profissionais que já estão na assistência e muitas vezes não sabem como intervir ao ter contato com um paciente transexual, como a inserção de uma educação humanizada canalizada ao público trans dentro das universidades que irão formar novos enfermeiros.

Trazer novas visões, reflexões críticas, acerca do padrão heteronormativo que molda condutas de discentes e docentes é sensibilizá-los e direcioná-los ao atributo social fundamental que a academia configura, sendo esta uma ferramenta de fundamental importância para ampliação de políticas educacionais que trabalhem para deslocar as discussões acerca da diversidade sexual para o campo de uma educação democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com afinco dentro das universidades e não pode ser compreendida como uma forma de refugio social. As atitudes discriminatórias devem ser erradicadas, visto que reflete no futuro da nação por meio de uma forma pejorativa, tanto para a população transexual que têm seus direitos violados, quanto para os enfermeiros que acabam por não cumprir com os seus deveres perante a vida humana e deixam a desejar os seus conhecimentos voltados à bioética.

Os princípios doutrinários do SUS são formados por três pilares: a universalidade, que reflete no acesso às ações e serviços de saúde de maneira garantida a todas as pessoas, independente de sexo, além de outros fatores, a equidade que é um princípio de justiça social que garante a igualdade da assistência à saúde sem preconceitos de qualquer espécie e a integralidade, a qual significa contemplar a pessoa como um todo, devendo as ações de saúde procurar atender a todas as suas necessidades. Isso significa que o público transexual não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, mas que precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986.

A ausência de reconhecimento social e a intolerância ao gênero conduzem as populações transexuais às doenças psíquicas e não psíquicas, em que leva a prejuízos emocionais e físicos. No entanto é necessário que os enfermeiros exercitem um olhar humano, já que a palavra humanização é a traduzida por Brasil, como valor, à medida que resgata a vida humana. Então, o Ministério da Saúde reforça definindo a humanização como um meio de resgatar o respeito à vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em

todo o relacionamento humano. O enfermeiro deve ser um profissional além de tudo humanizado.

Para tanto é necessário à aquisição de educadores qualificados e comprometidos de forma pessoal e profissional que enxerguem a nação transexual com respeito, dignidade e ética. Além disso, mostrar a importância da autonomia para a população transgênero, estabelecer que os alunos entrem em contato com esses valores desde a vida acadêmica e compará-los com a realidade desses indivíduos é de extremo destaque, uma vez que, toda cultura só pode ser mudada através da educação, desse modo deve acontecer com o preconceito de gênero.

A educação que orienta quanto aos cuidados com a pessoa transexual é de fundamental relevância para a formação dos profissionais de enfermagem, pois impedirá que ocorra o descumprimento dos princípios éticos comuns aplicados à sua categoria e transformará o cuidado em uma ação mais confortável e eficiente para ambos com a garantia da assistência contínua e a melhor aceitação da população aos cuidados rotineiros oferecidos pelas instituições de saúde.

Dentro deste contexto, cabe aos gestores à promoção de uma educação em saúde de caráter permanente para aqueles profissionais que já estão na assistência e muitas vezes não sabem como intervir, quando se defronta de um paciente transexual.

Mais pesquisas são importantes para complementar esse estudo e elucidar ainda mais as questões voltadas a essa temática, uma vez que ainda não há medidas clara e totalmente empregadas para que haja uma inicial dissolução para a situação abordada. Assim como a enfermagem os demais profissionais de saúde devem identificar as especificidades que esse público apresenta e se adequarem ao contexto vivido por esse público.

Faz-se importante que haja a introdução de conceito sobre a diversidade de gênero e sexualidade para que desta forma a formação e também a assistência às pessoas transexuais passem a refletir uma assistência de qualidade.

REFERENCIAS

ARAN. M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. **“Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva”**. Psicologia & Sociedade; 20 (1): 70-79, 2008.

BAUER GR, SCHEIN AI, DEUTSCH MB. **Reported emergency department avoidance, use, and experiences of transgender persons in Ontario, Canada: results from a respondent-driven sampling survey**. Ann Emerg Med , v.63, n.6, p.713-20, 2014.

BENEDETTI, MR. **Toda feita**: o corpo e gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2ª ed- Natal; EDUFRN,2014.

CARABEZ RM, ELIASON, MJ , MARTINSON M. **Nurses ’ Knowledge About A** Qualitative Study. v.39, n.3, p.257–71, 2016.

CARDOSO, MR; FERRO, LF. **Saúde e população LGBT: Demandas e especificidades em questão. Psicol : Ciência e profissão**, v.32, n.3, p. 552-563, 2012.

CICERO EC, BLACK BP. **“I Was a Spectacle...A Freak Show at the Circus”**: A Transgender Person’s Experience and Implications for Nursing Practice. *J Emerg Nurs.*, v.42, n.1, p.25–30, 2016.

COSSI, R.K. **Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA MOV, SANTOS LP. **Diversidade Sexual e docência na produção do grupo de trabalho** 23 da ANPEd (2004/2011). *Rev. educ. PUC-Camp. set./dez*, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GUADAMUZ TE, et al. **HIV prevalence, risk behaviour, hormone use and surgical history among transgender persons in Thailand**. *AIDS Behav.* v.15, n.3, p.650-8, 2011.

LEOPARDI, M.T. n. 2a ed. Florianópolis (SC): Soldasoft; 2006.

LEVITT N. **Clinical nursing care for transgender patients with cancer**. *Clin J Oncol Nurs.*, v.19, n.3, p.362–6, 2015.

LOURO, G.L (organizadora). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.p.1-20.

LIONÇO, T. **Que direito à saúde para a população GLBT?** Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde soc*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, June 2008.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

NIEDER TO, et al. **Age of on set and sexual orientation in transexual males and females**. *J Sex Med.*;v.8, n.3, p.783-91, 2011.

PETRY AR, SC D, KLEINPAUL WV. **Artigo original Nome social** : uma conquista dos movimentos sociais desconhecida por serviços de atenção básica em um município do Rio Grande do Sul. *Enfermagem Brasil.*, v.15, n.1, p. 26-32, 2012.

PICAZIO, C. **Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: GLS, 1999.

POLLY R, NICOLE J. **Understanding the transsexual patient: culturally sensitive care in emergency nursing practice**. *Adv Emerg Nurs J.*, v.33, n.1, p.55–64, 2011.

ROGERS J, TESSER-JÚNIOR ZC, MORETTI-PIRES RO, KOVALESKI DF. **Saúde & Transformação Social Pessoas Trans na Atenção Primária** : análise preliminar da implantação no município de Florianópolis 2015, *Sau. & Transf. Soc.*, v. 7 ,n.3, p. 49–58, 2016.

ROMANO, VF. **As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa**. *Saúde soc*, v.7, n.2, p.211-219, 2008.

SAMPAIO, LL; COELHO, M T; ÁVILA D. **Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde**. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v.16, n.42, p.637-649, Set. 2012.

SHIRES AD, JAFFEE K. **Factors Associated with Health Care Discrimination Experiences among a National Sample of Female-to-Male Transgender Individuals**. *Health & Social Work*, [Internet]. Jan. 2014.

SOUZA LL De. **Problematizações de gêneros no campo da enfermagem: diálogos com**

feminismos e a teoria queer. Revista NUPEM, v.7, n.13, p. 121–42, 2015.

SOUZA MT, SILVA MD, CARVALHO R. **Revisão Integrativa**: o que é e como fazer? Einstein. [Internet] 2010. [Acesso em: 2016 de Ago de 06]. 8: 102-6. Disponível em: http://www.astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf

SPIZZINI, G; AZEVEDO, R N. **Travestismo de duplo sentido ou bivalente**: considerações gerais. Diagn. Tratamento. v. 16, n.1, p. 29-32, Nov. 2010.
v.19, n.3, p.362–6, 2015.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato – Ceará

Felipe Silva Duarte

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato – Ceará

Joseane de Queiroz Vieira

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio -
UniLeão
Juazeiro do Norte – Ceará

RESUMO: Esta pesquisa tem como temática o estudo da violência de gênero, no âmbito das relações privadas, em desfavor das mulheres negras. Dessa forma, objetiva-se, de modo geral, compreender os motivos da existência da violência doméstica e familiar contra as vítimas ora estudadas, e, em específico, analisar os dados que dizem respeito a tal violência – especialmente contra as mulheres negras, compreender os fenômenos sociais que fazem perdurar a violência contra a mulher e estudar quais normas jurídicas as amparam em âmbito doméstico e familiar. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, a partir de métodos exploratórios e descritivos, fazendo uso, essencialmente, de pesquisas bibliográficas em livros, sítios eletrônicos, artigos e revistas científicas. Com isso, concluiu-se que a negritude feminina é o principal alvo da violência

doméstica e familiar no Brasil, e tal fato é oriundo da desigualdade de gênero, visto que a sociedade patriarcal torna a mulher submissa e inferior ao homem; e da desigualdade de raça, pois as mulheres negras são tratadas com discriminação devido à cor da sua pele. Por tal verdade, é que a mulher negra é a que mais se beneficia com a Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha.

PALAVRAS-CHAVE: Negritude feminina. Desigualdade de gênero. Violência doméstica.

ABSTRACT: This research has as its theme the study on the Gender Violence, in a private relationship environment and in disfavor to the black women. This way, the main objective is to understand why the dwelling and familiar violence against the studied victims still exists, specifically against the black women; to comprehend the social phenomena that makes the violence against the women continue and study which legal regulations support them in both dwelling and familiar environment. Therefore, it was used a qualitative approach, based on exploratory and descriptive methods, using, essentially, bibliographical researches in books, websites, scientific articles and scientific magazines. Between this and that, it was concluded that the female blackness is the main target of the dwelling and familiar violence in Brazil, this fact arises from the gender inequality,

keeping in mind that the patriarchal society makes the women submissive and lower to the men; and from the inequality of race, because the black women are treated with discrimination due to the color of their skin. Being this truth, the black women are the most benefit to the Law No 11.340/06 – Lei Maria da Penha.

KEYWORDS: Female blackness. Inequality of gender. Dwelling violence.

1 | INTRODUÇÃO

Representa consenso social e científico o fato de que ainda no século XXI as mulheres são tratadas como inferiores e subordinadas ao gênero masculino, tal fato possui reflexos em diversas esferas da sociedade, seja nas relações laborais ou no seio do âmbito doméstico, por exemplo. Essa luta de gênero tem como última consequência a violação de direitos fundamentais do gênero feminino, tal violação ocorre preponderantemente no ambiente doméstico e familiar e tem como principal vítima a negritude feminina.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa realizou uma abordagem acerca da análise da violência de gênero dirigida à mulher negra no âmbito doméstico e familiar. Diante disso, têm-se como objetivo geral compreender os motivos da existência da violência doméstica e familiar contra as vítimas supracitadas.

Além disso, também será objeto de investigação a análise de dados que dizem respeito à violência nas relações privadas, em especial, contra as mulheres negras, assim como compreender os fenômenos sociais que fazem perdurar a violência contra a mulher e estudar quais normas jurídicas amparam as mulheres em âmbito doméstico e familiar.

Para a realização da pesquisa aqui apresentada, foi utilizada uma abordagem qualitativa através de métodos exploratórios e descritivos utilizando-se de pesquisas essencialmente bibliográficas consultadas em livros, sítios eletrônicos, artigos científicos e revistas periódicas.

A justificativa do presente trabalho partirá da iniciativa de verificar os fatos e os preconceitos que levam a perpetuar as ações violentas em desfavor da saúde física e psicológica da mulher negra. Ademais, partirá da relevância de se discutir a temática da violência contra a mulher negra no meio acadêmico, visto que, pesquisas desse cunho são minimamente desenvolvidas pela comunidade universitária. Também se mostra relevante tal temática tendo em vista que a região do Cariri cearense, espaço geográfico de publicação deste trabalho, apresenta altos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher.

2 | ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO VOLTADA À FEMINILIDADE

As razões que levam as mulheres a sofrerem atos violentos em desfavor de sua saúde física e psicológica possuem raízes em múltiplos fatores. Entretanto, não há como discordar que a sobreposição de gênero é a fonte principal de violação de direitos da feminilidade e o âmbito doméstico e familiar é, indiscutivelmente, o espaço mais suscetível para ocorrer essas agressões aos direitos fundamentais das mulheres.

Sabendo disso, faz-se necessário, antecipadamente, discutir as distinções entre gênero e sexo, pois tal classificação auxilia na melhor compreensão do fenômeno de violência que a feminilidade sofre cotidianamente, em especial por pessoas com vínculos afetivos com a vítima.

Segundo Moser (1989), conforme citado pela Doutora em Direito do Estado Irene Nohara (2015), sexo diz respeito aos elementos inatos ao ser humano, ou seja, possui relação com questões biológicas, enquanto o gênero está interligado com a cultura e com os papéis sociais que o indivíduo desenvolve em sociedade.

Compreender esta distinção entre gênero e sexo faz-se imprescindível para a análise da temática aqui proposta, pois parte do pressuposto de que as funções e papéis desempenhados pelo homem e pela mulher na sociedade não lhe são inatos, mas construídos socialmente a partir de tradições culturalmente transmitidas. Desse modo, percebe-se que o fato de a figura feminina ser geralmente associada à fragilidade, ao espaço doméstico, à pureza ou sensibilidade, enquanto a figura masculina está ligada à força, coragem, espaço público, virilidade, não são atributos propriamente inatos, mas construídos a partir das relações sociais.

No que se refere à violência sofrida por questões de gênero, constata-se que tal fenômeno se faz presente em qualquer classe social e em qualquer tipo de cultura. Gláucia Fontes de Oliveira (2010) ensina que a violência de gênero pode ser compreendida como uma problemática de cunho cultural, em que a própria sociedade incentiva e transmite, por meio de gerações, que os homens exerçam sua força de dominação e de potência contra as mulheres, tornando-as subordinadas, inferiores e submissas ao gênero masculino.

Frente a isso, conclui-se que o fator sociedade se faz presente para perpetuação da violência contra a feminilidade, tendo como autor ativo da violência, majoritariamente, o sujeito masculino que age com a finalidade de sobrepor e dominar o gênero feminino, expressando, dessa forma, um verdadeiro reflexo da cultura em que o sujeito ativo faz parte.

Em seus dizeres, Eva Faleiros (2007, p. 62) revela uma análise mais elaborada na questão da violência de gênero, pois, para ela, esse fenômeno tem fundamento na sexualidade e no trabalho, sendo que ambas as bases estabelecem os lugares, os papéis e os poderes da masculinidade e da feminilidade.

Violência de gênero é uma questão de sexualidade para Faleiros (2007, p. 62), porque a feminilidade – este chamado pela autora de “gênero não-masculino” – é

considerada, pelo patriarcado, inferior e subordinada. Na mesma passagem, a autora ainda revela que não somente o sexo feminino compõe o “gênero não-masculino”, pois há homoafetivos, travestis e transexuais, que por possuir traços de feminilidade também são alvos de violência, de punição e de dominação.

Violência de gênero também é uma questão de trabalho, pois, para Faleiros (2007, p.63), o patriarcado estipulou para cada gênero um lugar nas relações laborais. Portanto, conforme essa teoria, a violência surgiria quando os “gêneros não-masculinos” contestassem as atividades laborais que lhe foram determinadas, inserindo-se, intrusamente, no mercado de trabalho pertencente ao gênero masculino, ameaçando, conseqüentemente, a estrutura patriarcal.

Diante das imposições patriarcais e da violência de gênero presente no cotidiano de várias mulheres brasileiras, surge, então, no ano de 2006, a Lei Maria da Penha, que representou uma medida mais efetiva por parte do governo brasileiro no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

3 | VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NEGRA SOB A ÉGIDE LEI MARIA DA PENHA

No que se refere à violência sofrida pela mulher negra no espaço de suas relações privadas, sabe-se que tal violação de direitos é amparada pela Lei nº 11.340/06, conhecida popularmente por Lei Maria da Penha.

Nessa norma jurídica há, na verdade, uma proteção a toda mulher que esteja sob a jurisdição brasileira e que viva em situação de violência no âmbito doméstico e familiar. Com isso, ao se interpretar de forma estrita o artigo segundo da Lei Maria da Penha, é possível perceber que aquela mulher negra que, porventura, tenha seus direitos fundamentais violados em plena convivência doméstica e familiar, poderá requerer a aplicação da Lei 11.340/06, pois seu caráter abrangente possibilita que nenhuma mulher deixe de ser amparada pelos seus dispositivos.

Insta discutir, ainda, o artigo 5º da Lei Maria da Penha, pois ele tratou de abordar de outra delimitação populacional a qual tal lei irá abarcar. Tal artigo elenca as definições acerca do que seria uma relação doméstica e familiar, a qual pode ser espaço de violência contra o gênero feminino. Conforme pode ser constatado a seguir:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006, p. 1).

Simioni e Cruz (2011, p. 189), ao analisarem o primeiro inciso do artigo ora estudado, aduziram que a violência, quando consumada por um agressor que reside na mesma casa que a vítima, é considerada competência da Lei Maria da Penha. Inclusive, o sujeito passivo pode ser um agregado, como empregadas domésticas que moram em seus locais de trabalho, por exemplo.

Acerca do segundo inciso, as mesmas autoras afirmaram:

[...] Nele [inciso II] estão abarcados maridos, companheiros, namorados, amantes, filhos, pais, padrastos, irmãos, cunhados, tios e avós (com vínculos de consangüinidade, de afinidade ou por vontade expressa) [...] (SIMIONI; CRUZ, 2011, p. 189).

Simioni e Cruz (2011, p. 189-190) ainda revelaram que o inciso III da Lei 11.340/06 abrange as relações afetivo-sexuais momentâneas, duradouras ou situacionais, visto que a expressão “em qualquer relação íntima de afeto” faz com que o inciso não estabeleça critérios ou tempo mínimo para um relacionamento baseado em agressões possa ser enquadrado como violência doméstica e familiar contra a mulher.

Acerca do parágrafo único do artigo, bem como ensina Cortês e Matos (2009, p. 23), há um grande avanço no conceito de família, pois o mesmo parágrafo passou a considerar as relações homoafetivas como entidade familiar, gerando, dessa forma, um amparo às mulheres que estão em relacionamentos homoafetivos e que podem ser vítimas de violência no âmbito privado tal qual um casal heteroafetivo.

As razões que levaram a Lei 11.340/06 amparar, especificamente, as mulheres em âmbito doméstico e familiar são claras, foram os altos índices de violência nas relações privadas, o que ainda pôde ser constatado em âmbito nacional nos dois anos anteriores a conclusão dessa pesquisa. De acordo Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a violência contra a mulher ainda é preponderante no meio doméstico e familiar, sendo que em 2014 correspondeu a 94,04% dos relatos de violência e em 2015 correspondeu a 89,11% dos relatos (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2014, 2015).

Os números da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 mostraram que os companheiros e os ex-companheiros ainda são os que mais violam os direitos das mulheres: 2014 foram 82,53% e 2015 foram 72% (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2014, 2015).

As pesquisas da Central ainda revelaram que as mulheres negras – pretas e pardas – são as maiores vítimas de violência, sendo que em 2015 corresponderam a 58,86% dos casos e em 2014 não foram realizados os levantamentos dos indicadores de raça (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2015, 2014).

São todos esses dados que provam que a cultura machista ainda gera a violação de direitos das mulheres, que junto ao racismo, culminam em atos violentos diários contra a feminilidade negra, especialmente no âmbito privado.

É nessa perspectiva que a Lei Maria da Penha emergiu, com o intuito de agir diretamente no combate a qualquer forma de violência doméstica contra a mulher. Ela trouxe tratamento especial por meio dos órgãos públicos, deu a possibilidade de aplicação das medidas protetivas de urgência e optou por facilitar os processos judiciais de cunho cível e criminal, eis que a Lei diferenciou os procedimentos, os juizados, as delegacias, as promotorias e as defensorias públicas que, juntas, se incumbiriam de combater esse mal que ainda persiste e que atinge, especialmente, a mulher negra.

4 | EM BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO E RACIAL

A partir do que foi discutido nas seções anteriores, segundo Sueli Carneiro (1993, p. 09), o fato das mulheres serem subjugadas a diversos graus de submissão e opressão, e, a criação da cultura de aceitação de um papel subordinado socialmente para as mulheres, são justificados por diversos aspectos, dentre eles destaca-se o biológico, o religioso e o cultural.

Nesse sentido, Brazão e Oliveira (2010, p. 110) destacam algumas consequências do papel de subordinação das mulheres, tornando-as mais vulneráveis às diversas formas de violência, e, assim, possuindo sua integridade física e sua saúde mental comprometidas como resultado da violência doméstica, sexual e racial. Não deixando de destacar que tais consequências são visíveis sendo, até mesmo, reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Destarte, têm-se a preocupação e relevância de estudar a violência doméstica e familiar contra as mulheres negras, que além de lutarem pela igualdade de gênero, buscam a igualdade racial. Como assinalam tais autoras, “o racismo submete as mulheres negras [...] a formas de violência institucional (da polícia, da justiça) que não são vividas pelas mulheres brancas [...]” (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 106).

Brazão e Oliveira (2010, p. 34) ainda destacam um fato de suma importância: “[...] o racismo é uma das variáveis determinantes para a discriminação e violência sofrida pelas mulheres negras (quase metade da população feminina) e pela situação de pobreza em que vive a grande maioria [...]”.

As autoras Brazão e Oliveira (2010, p. 34) aduzem que as mulheres negras são responsáveis pela criação do movimento feminista brasileiro e do movimento negro, porém, observaram a existência de desigualdades mesmo entre as próprias mulheres. Assim, com o intuito de encontrar uma interseção entre os movimentos supracitados, tais mulheres criaram o seu próprio movimento - Movimento de Mulheres Negras.

O movimento de mulheres negras também foi protagonista nas campanhas contra a esterilização em massa das mulheres negras, bem como foram as responsáveis

por trazer ao debate político do movimento feminista brasileiro as implicações combinadas do racismo e do sexismo no cotidiano das trabalhadoras domésticas, assim como sobre o assédio sexual e moral na vida das mulheres negras (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 36).

Constata-se ainda que as mulheres negras são duplamente vítimas, sofrendo violência racial e institucional por causa da cor da sua pele, mas também pelo fato de ser mulher. Quando se soma estas condições com a pobreza econômica, tem-se o perfil das maiores vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil: mulher, negra e pobre. Estes fatores alertam para o fato de que a compreensão do fenômeno criminoso aqui abordado envolve diferentes aspectos que precisam ser considerados para que possa ser possível delinear formas de enfrentamento.

5 | CONCLUSÕES

A partir do que foi abordado no presente artigo, pôde-se elencar por meio dos métodos apresentados uma série de justificativas utilizadas para a concretização da violência doméstica e familiar contra a mulher negra. Assim, através de levantamentos e de análises de dados de pesquisas na área foi exposto que a negritude feminina é o principal alvo de tal violência.

Diante disso, com o intuito de prevenir, punir e coibir atos violentos contra a mulher criou-se a Lei Maria da Penha, que ampara em grande maioria a mulher negra visto que corresponde a mais da metade dos casos de violência doméstica registrados pelos órgãos públicos mencionados no referencial teórico desse artigo.

Destarte, constatou-se que as razões para a realização desse crime contra as vítimas pretas e pardas, além de envolverem um preconceito de raça, possuem raízes na desigualdade de gênero, pois o patriarcado existente na sociedade acaba por sobrepor a masculinidade sobre a feminilidade, propiciando que o homem acabe por exercer diversas formas de violência contra a mulher para manter sua superioridade nas relações laborais e no exercício da sexualidade.

Desse modo, percebe-se que, apesar de neste ano de 2016 estar fazendo 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha, o debate e a reflexão acerca de sua aplicabilidade e do porquê de sua existência ainda se mostram pertinentes e relevantes, em especial quando se conjuga a questão de gênero com a questão de raça, no caso, reconhecendo a mulher negra como a principal vítima da violência doméstica e familiar e, conseqüentemente, a principal destinatária deste instrumento normativo e das políticas de atendimento por ele instituídas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1.
- BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira César (orgs.). **Violência contra as mulheres**: uma história contada em décadas de luta. 1ª Ed. Brasília: CFEMEA, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulher Negra**. Caderno IV. São Paulo: Geledés, 1993. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CORTÊS, Íaris Ramalho; MATOS, Myllena Calasans de. **Lei Maria da Penha**.... 2ª Ed. Brasília: CFEMEA, 2009.
- FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella Regina (Org.). **Violência contra mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-65. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_mulher_adolec_jovem.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- NOHARA, Irene. **Qual a diferença entre gênero e sexo?** Disponível em: <<http://direitoadm.com.br/qual-a-diferenca-entre-genero-e-sexo/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- OLIVEIRA, Glaucia Fontes de. **Violência de gênero e a Lei Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/violencia-de-genero-e-a-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Balço 2014**: ligue 180. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- _____. **Balço 2015**: ligue 180. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- SIMIONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia Abs da. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org). **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 185-193.

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisa Silva Alves

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba

RESUMO: A temática sobre o universo feminino cada vez mais se torna alvo de debates, construções e desconstruções no cenário social. O trabalho em questão, diverge para as perspectivas atuais do papel social da mulher, tendo em vista uma construção fundamentada em composições históricas que ao decorrer do tempo vão se adaptando à novas ideologias e acompanhando o processo de produção capitalista. Agregando as expectativas impostas para as mulheres desde momentos primórdios, é visto que sua aceitação social é imposta por determinados padrões pré-estabelecidos, o que intriga um papel generalista de submissão em diversos aspectos, pondo-se assim a um novo momento de discussão sobre a temática. Aplicado no cenário do espaço público, o texto discute o isolamento das mulheres no corpo social, tal concepção evidência a sublimação cultural patriarcal sobre os corpos femininos, o qual deveria ofertar a subjetividade individual de cada uma, em como identificar seu papel social. Com base nisso, inicia-se uma discussão sobre medidas em que essa cultura opressora é inserida em várias áreas da sociedade, desde

a religião ao comércio, contribuindo para a repressão e assim mantendo um controle social generalista, produzindo consequências da mulher em âmbitos coletivos e no seu individual psicológico, causando receios, traumas e a negação de sua própria individualidade feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Feminina, Mulher, Ideologia.

ABSTRACT: The theme about the female universe increasingly becomes the subject of debates, constructions and deconstructions in the social scene. The work in question diverges to the current perspectives of the social role of women, in view of a construction based on historical compositions that, over time, are adapting to new ideologies and following the process of capitalist production. Adding the expectations imposed on women from the earliest stages, it is seen that their social acceptance is imposed by certain pre-established patterns, which intrigue a generalist role of submission in several aspects, thus putting a new moment of discussion on the thematic Applied in the scenario of the public space, the text discusses the isolation of women in the social body, such conception evidences the patriarchal cultural sublimation on the female bodies, which should offer the individual subjectivity of each one, in how to identify its social role. Based on this, a

discussion begins on measures in which this oppressive culture is inserted in several areas of the society, from the religion to the commerce, contributing to the repression and thus maintaining a generalist social control, producing consequences of the woman in collective scopes and in their individual psychological, causing fears, traumas and the denial of their own female individuality.

KEYWORDS: Feminine, Woman, Ideology.

1 | INTRODUÇÃO

O seguinte artigo tem como tema uma crítica sobre a formação da ideologia de submissão feminina: em específico os espaços públicos, em que primeiramente aborda o quesito da formação de ideia da objetificação da mulher, levando como consequências atuações de posse arbitrárias, em seguida a introdução da ideologia do que ideologia em a partir de quais ideias ela é produzida e de como ela se denota, pois a atuação da submissão é vigente em diversos lugares e de diversas maneiras. Sendo assim o trabalho objetivou visar e enfatizar a formação do patriarcado, contribuindo assim a agregar conceitos que levam a perceber que a submissão existe em determinadas situações, atribuindo assim a mulher para a sua imposta posição social. Como abordagem, o artigo pressupõe a compreensão de um grupo social, em específico as mulheres, se torna pontual porque a submissão no cenário social vem a direcionar sua linha de pesquisa para um grupo em especializo. Como resultado do artigo, enaltecer a voz que a mulher tem, para lidar com a impertinência dessa temática, em que abrange além de uma simples atuação de machismo, mas sim, a forma em que essa pertinência afeta vitima, a qual não se deve ocultar ou conformar

DESENVOLVIMENTO

Abordando a expectativa da submissão em diversas vertentes, vê-se que a pertinência desse assunto é real. Podendo definir iniciar a discussão abordando o lado da submissão, sendo algo a tornar-se na condição de obediência e subordinação, vendo assim que é uma imposição. Logo incorporando à temática principal, se vincula a submissão imposta pela sociedade de um modo geral, para a mulher, independente da idade e classe social, a mulher sempre será exigida a cumprir determinados padrões de vida, a qual se vivencia diariamente e todos os âmbitos. A submissão é um reflexo de todo um fundamento construído ao longo do tempo, sua ideologia se torna cada vez mais fomentada e empoderada por mídias, livros, crenças e na família. Vê se que para se alcançar o resultado da formação ideológica desse retrato da submissão feminina, é necessário saber de todo um processo de concretização dessa abordagem, uma ideologia vai além de uma única definição, ela apresenta diversas vertentes por diverso olhares, é necessário abranger os fundamentos para que se possa chegar

a um denominador comum.. A partir da reflexão através do texto: o que é ideologia, de Mariela Chauí, em que a ideologia é algo mais complexo do que o simples fato de conceitualizá-lo como uma forma de agregar ideias dominantes para subordinar alguma classe, sociedade ou grupo específico. Com base na referência citada, somou de maneira explícita a oportunidade de ter uma abrangência melhor sobre a terminologia, pelo fato de que ao mesmo tempo que uma ideologia tem tamanho poder sobre determinada sociedade, seus vazios são falhos, pois em uma ideologia nem tudo se é mostrado, sua fragilidade facilmente pode culminar o projeto ideológico. Vale ressaltar o fato de que, os modos de produção e reprodução das relações sociais se comportam com grande importância, visto que, no decorrer no questionamento do que é ideologia, fomentar uma ideologia é algo racional e extremamente ponderado, em que dessa forma a dominação seja um véu sublime que encarregue na subordinação do sodalício, podendo assim, abranger uma totalidade de segmentos para que essa ideologia seja concretizada de forma coletiva e universalizada. Falar da formação dessa ideologia de opressão advem de uma amplitude de olhares. A partir de Joan Scott, em que:

“o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (...) Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens”

Esse aspecto supra citado, formaliza a concepção de que no âmbito social o gênero influencia a vivência, em qualquer que seja sua cultura ou ideologia, o gênero sempre será uma “divisão” e separação no sodalício. É importante discutir sobre esse sistema social enfatizando que do mesmo modo que o ato perpetua em diversas locações, ele pode se apresentar de jeitos diferenciados como de formas abusivas fisicamente ou de modo moral. A moral podendo ser considerado uma abordagem por algumas vezes mais grosseiras, como insinuações em ambiente de trabalho e além de assédios nas ruas. De forma oral, a qual muitos até mesmo machistas abordam a mulher com palavras de baixo calão diminuindo a própria com a concepção da mulher como objeto de sua posse. A submissão e a orientação de modos que a sociedade implica afetando a vida de modo pessoal e de uma maneira até mesmo mais ampla, por afetar sua relação social em si.

O surgimento dessa definição em torno dessa ideologia, veio por uma percepção histórica, a qual tratando em suma da mulher como objeto. A objetificação se trata da utilização de algo como objeto, nesse aspecto viabiliza a utilização da mulher como objeto das diversas formas, entretanto com as mulheres ao se referir dessa demarcação se alega no quesito da utilização do corpo. Atividades práticas diárias, são fáceis de ser viabilizada, como propagandas de cerveja, a qual fazem a utilização do corpo como atrativo da sua campanha publicitaria. Não só nos aspectos atuais com as

campanhas, mas assim como a construção da ideia patriarcal ao longo dos anos, fez com que a abstração da mulher como submissa ao homem, fosse consolidada, pois “A sociedade do início do século XXI entendia o homem como provedor e a mulher como dependente dele” (Lima, 2016), dessa forma pode-se assentar uma configuração que é utilizada até os dias atuais, entretanto se contradizendo no século XXI por questionar a atuação da mulher, pois a construção dessa ideia não condiz com a realidade, por fatores como a mulher ter a mesma capacidade de um bom desenvolvimento no âmbito trabalhista tão quanto o homem, visto que sexo ou gênero não determina a capacidade de pensar de alguém.

O patriarcado vigente é uma subordinação, a mulher foi tornada alguém que deve aceitar a imposição masculina, machista e patriarcal. Ela é obrigada por meio da sociedade, em gerir obediência e apenas consentir.

Esse modo racista e capitalista impõe uma formalização de mulher como alguém dependente e desprovida de qualidades que os homens possuem. Essa esfera abrange fortalecer a ideia da mulher como vítima desse sistema opressor, a qual para ela se atribui adjetivos de reprodutora, dona de casa e moça de família, assim, limitando a potencialidade da mulher ainda no século XXI.

A conquista para desmistificar esse fato, é uma batalha constante, a exemplo das primeiras mulheres que atuaram diretamente com o trabalho sendo fora de casa, foi perante o período da II guerra mundial, a qual por necessidade acabaram tendo que engrenar no mercado de trabalho, conseqüentemente foi uma das primeiras formas de empoderamento feminino no mundo, pelo fato de proporcionar de certa forma uma independência financeira, que mesmo com a atuação obtendo retorno de remuneração inferior ao masculino, já se tornara a partir daquele instante um início promissor.

Quando se fala da sonervação de alguns tipos de insinuações e perseguições, é quando as próprias mulheres chegam ao um ponto de submissão tão fluente do dia a dia e rotineiro que gera a percepção de conformismo da sublimação do patriarcado fomentado ao longo dos anos. A intimidação gerada por carregar a necessidade de reprodução e associação de realizar as necessidades masculinas, causa de certa forma, a repressão social da mulher, fazendo com que perca seu próprio individualismo. Com base em Heleieth Saffioti, se reflete na “A diferenciação social entre os papéis femininos e masculinos, papéis esses que se convertem em desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres.” Ou seja, a posição hierárquica pressuposta pela sociedade sofre influência direta no quesito do ‘lugar’ social pertencente a mulher. A perspectiva feminista Heleieth Saffioti, é uma das correntes teórica que mais orienta os trabalhos sobre violência contra as mulheres. Nas palavras de Saffioti, “O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”. O principal beneficiado do patriarcado capitalista é o homem rico, branco. A ideologia machista, na qual se

sustenta esse sistema, socializa a submissão de obediência para com as mulheres, definindo por meio do gênero, a sua intitulação de ser macho, o homem já tem suas funções direcionadas, sendo ela essa ideia fomentada, a qual diminui a mulher, pois essa ideia se agrupa com o sentido de suprir as necessidades masculinas.

Uma educação ideológica construída ao longo dos anos a qual deve haver um real desmonte. Para Saffioti, as mulheres se submetem à violência não porque consentam, elas são forçadas a ceder porque não têm poder suficiente para consentir, é uma construção histórica e marcada na sociedade, a qual essa construção ideológica só é fortificada socialmente e para quem é direcionada só oprime cada vez mais a sua individualidade e sua vida em conjunto.

Uma pergunta relevante seria qual o motivo para o parecer dessa imposição? Além do questionamento em que o homem recria a imagem da mulher como objeto a qual é de sua posse, por motivos já esclarecidos a cima, fatores de culpabilização da mulher são constatados, como o fato de que a ordem social é que sejam excelentes donas de casa e que agradem seus maridos. As respostas para essas indagações são tamanhas, pois os motivos citados anteriormente não condizem com a ação. Pelo fato da opressão e reclusão, induzindo para naturalização dessa ideologia violenta e exclusiva, transmitindo insegurança no dia a dia da mulher. É válido enfatizar que vem a ser de importante intermédio na sociedade são os meios inerentes a mídia. Os meios de comunicação digitais podem estimular ou não esse modo de ser pressuposto socialmente. O apoio em conjunto faz com que ajude a superar traumas, esses meios são de certa forma os mais acessíveis e os que têm capacidade de maior alcance no social, por isso a importância de ser bem utilizado é notável.

CONCLUSÃO

O artigo ressalta a luta diária da mulher por igualdade, além de exaltar suas conquistas o texto se predispõe a dizer que é preciso ir mais longe. A mulher ainda é tratada como um ser objetificado, que ferem todas, colocando que o homem é socialmente dominante. E se sente confortável para cometer esses delitos, passando-se ao longo do tempo a ser tratado como normal. Aplicado no cenário do espaço público, o texto discute o isolamento das mulheres no corpo social, tal concepção evidência a sublimação cultural patriarcal sobre os corpos femininos, devido à ideia de superioridade biológica masculina, acerca de suas influências nas relações sociais. Essa cultura é inserida em várias áreas da sociedade.

Abordando em sua totalidade uma sistematização a qual trouxe perspectivas oriundas da formação da mulher no cenário social, uma desmistificação foi atuada pelo fato de que a formação inicial de objetificação ter sido realizada no século passado. Logo ao desenvolver o trabalho, foi exposto que são extremamente preocupantes, essa imposição social para as mulheres.

A total ideia de posse do corpo da mulher para o homem é agudamente contestável,

causando inquietação não só das mulheres, mas também dos homens, pois a grande maioria tem o pensamento da objetificação da mulher, entretanto já existe uma quantidade considerável que retrai esse pensamento que pode ser considerado até mesmo primata, e que dessa forma atuam em conjuntura para cessar esse sistema.

A participação do privado e público deve existir na intervenção dessa impertinência, viabilizar na contribuição do combate se torna instigante para não ser uma luta solitária da parcela feminina. A relevância como contribuição acadêmica e social que o artigo incita, é o questionamento de como está a situação da mulher na sociedade, muitas vezes oprimidas, declinadas e culpabilizadas por atos que não se deve obter a real culpa, e não se tratando de pequenas atitudes e sim de ações que deixam marcas por toda uma vida, pois ser objetificada e oprimida diariamente e achar que isso é correto também se encaixa no erro. A mudança dessa forma de pensar deve ser pertinente, em razão que não só as mulheres em específico, mas ninguém deve passar por essa situação. E da mesma forma que o artigo funciona como um alarmante da atual situação, sua funcionalidade ocorre no mostrar que existem meios de tentar lidar.

Finalizo apoiando todas as mulheres a lutarem por seus direitos e que não se sintam oprimidas diante desse fato, é visto o quanto é difícil ser mulher no Brasil, entretanto não se pode calar-se, não se pode ter medo que ninguém apoiar essa mudança, não sinta vergonha pois você que é a vítima desse sistema e não se culpe.

REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 1052: Informação e documentação: Citações em documentos**. Rio de Janeiro. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 6022: Informação e documentação: Artigo em publicação periódica**. Rio de Janeiro. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 6023: Informação e documentação: Referências**. Rio de Janeiro. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 6028: Informação e documentação: Resumo**. Rio de Janeiro. 2003.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: Guia prático do estudante**. 3.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CIRQUEIRA, Caroline Santos. In: p.9. **O CORPO FEMININO E SEUS PARADOXOS: DA BUSCA PELO CORPO IDEAL AO ASSÉDIO SEXUAL**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rwQkSg>> . Acesso em: 25 out.2017 as 14h42min.

DAIE, Fábio Salem. **“Cultura e grau zero da ideologia”**. Le Monde Diplomatique. Jan, 2016.

FIGUEIREDO, de Candido. **Significado de Assédio**. Dicionário Aurélio. Disponível em <<https://goo.gl/>

cRNH3c >. Acesso em 26 out. 2017 as 23h53min

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Ed.). Gráfica da UFRGS. Direção geral de Sara Viola Rodrigues. Disponível em: <<https://goo.gl/KfMNcj>>. Acesso em: 25 out.2017 as 15h45min.

LIMA, Iana Alves da. **O que é objetificação da mulher** por. Politize, 11 fev.2016. Disponível em: <<https://goo.gl/cS6dEL>>. Acesso em: 23 out. 2017 as 17h07min.

MACHADO, Livia. **Casos aumentam. Mas estupro ainda é crime subnotificado**. G1SP, São Paulo, 2 set.2017. Disponível em: <<https://goo.gl/RSAQZP>>. Acesso em: 26 out.2017 as 12h26min.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa**. <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1>> Acesso em: 28 de maio 2018 as 21:32.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Heloisa/Downloads/482 1850-1-PB.pdf](file:///C:/Users/Heloisa/Downloads/482%201850-1-PB.pdf)>. Acesso em: 30 de maio.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTTI

Deyvid Braga Ferreira

Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL)
Maceió - AL

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL)
Maceió – AL

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do material de cursos online para policiais, especificamente no que concerne a orientações e o conceito de “informação”, e as formas sobre abordagens as pessoas da comunidade LGBTTI. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Ideológica (FI), presente no recorte do material didático que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos dúbios e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

PALAVRAS-CHAVES: Capacitação policial. Análise do Discurso. LGBTTI.

ABSTRACT: This article aims to analyze the material discourse of online courses for the police, specifically regarding guidelines and the concept of “information” and ways to approach people from the LGBTTI community. The methodology used to unveil this problem was the qualitative research, with a bibliographical review. Our theoretical perspective was that of Discourse Analysis of French language, which works on the relation of language, ideology and history. Our category of analysis was the Ideological Formation (FI), present in the cut of the didactic material that we selected. The results of this research showed that the training course presents unclear and unclear concepts, often relegating to the police the role that the State should adopt (protective, assistentialist ...), but is omitted.

KEYWORDS: Police training. Discourse of analysis. LGBTTI.

1 | INTRODUÇÃO

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações de uma mesma família, pois não é incomum entre os casais,

por exemplo, se comunicarem através das redes sócias, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Todos, de uma forma ou outra, estão conectados, utilizando-se dos vários meios/ formas de comunicação para que possam interagir neste cenário de incertezas e liquidez, que atende pelo nome de “internet”; estando sujeita a constantes mutações e variações, onde qualquer pessoa de posse de um simples celular pode ter acesso à informação instantaneamente, no exato momento em que ela esta ocorrendo (Peters, 2009).

Segundo Bauman (2007), este cenário atual de “modernidade líquida” traz a tona um profissional que deve qualificar-se diuturnamente, independente de sua extenuante jornada de trabalho, pois vivemos em constantes transformações, onde a vida e a sociedade não conseguem manter sua forma ou seus padrões por muito tempo, precisando serem continuamente reinventados.

Isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil é um país de proporções continentais. Com polícias, policiais e doutrinas diferentes em cada parte de nosso território. Necessário, então, buscarmos uma forma, via TIC’s para não só propiciarmos educação mas, principalmente, para buscar adotar padrões comportamentais símiles.

Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos cursos de qualificação profissional, onde os policia participantes poderão capacitar-se em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

Nosso objeto de análise será o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTI.

Conforme a apresentação do material (SENASP/MJ, 2009, pag. 02), fica claro que o agente de segurança, após o curso, deverá possuir conhecimentos que o capacitem para a prestação de um atendimento de qualidade ao grupo LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos) pois este grupo é extremamente suscetível de violação de seus direitos, sendo considerado “invisível”, por não ser percebido pela maioria da população.

Para podermos desvelar de que forma o “material oficial” do governo “capacita” os agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, que desenvolveremos no próximo tópico.

2 | AS MÍDIAS EDUCACIONAIS E O DISCURSO

Iniciaremos, com o conceito de discurso, na perspectiva da Análise de Discurso, fundada por M. Pêcheux. Segundo Cavalcante (2009, p.25) e Bakhtin (2006, p.41), o discurso não é apenas: a palavra, a fala, o texto. “Todo discurso é uma resposta a outro discurso com quem dialoga”; visto que os discursos são construídos para atenderem/ responderem as necessidades sociais de seu locutor, produzindo e reproduzindo a historicidade e a ideologia presente nas relações humanas. Uma vez que estas palavras

além de dialogarem com outras palavras já existentes que, ao serem perpassadas por diversas outras palavras, são tecidas conexões ideológicas, que servirão de base para a perpetuação de todas as relações sociais.

A Análise do Discurso adota como conceitos centrais: o sujeito, a história e a ideologia. Sua finalidade consiste não só em explicar a estruturação do texto mas, de que forma sua articulação léxica irá produzir sentidos, auxiliando a entender de que forma estes sentidos vão significar o discurso.

E isso é aplicado a toda materialidade discursiva, inclusive aqueles veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), pois neste “novo cenário”, as maneiras de ensinar e aprender já apresentam novos contornos, novos processos educacionais e novos recursos (Harasim, 2005, p. 340), que serão moldados de acordo com as necessidades daqueles que oferecem as instruções.

Será isto que buscaremos mostrar nas próximas sessões.

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários, nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado (Orlandi, 1993). Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso: mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isto, coloca-se em evidência questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, história e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/ situações, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (Orlandi, 2005).

Nesse sentido, este discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, onde a ideologia é o caminho de sua constituição/ materialização, que “possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva”, uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza, pois não existe um novo (o discurso “inédito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo à questão do gênero é externada nos curso de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

2.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS

As Formações Discursivas possuem um entrelaçamento, um embricamento entre Ideologia, Formações Ideológicas e as Formações Discursivas.

O homem é um ser social, reagindo e interagindo nas práticas rotineiras do seu dia-a-dia. Ou seja, o ser humano “apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas (Cavalcante, 2007, p. 40)”.

Nesse inter-relacionamento,

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los (Lukács, 1978, p. 5).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese,

dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas. Em relação ao conceito de Formação Discursiva, esse será extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Pêcheux, 1995, p. 160 - 161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso seja um bloco uniforme. São diversas formações discursivas, que atravessadas por diversas vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciantes não são

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (Cavalcante, 2007, p. 47).

O discurso produz –se e reproduz – se na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

Segundo Orlandi, (2005, p. 15).

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir de outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que “se citem, se afirmem, se refutem”, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito é que se denomina de interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, p. 31).

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Outra categoria da AD é o intradiscurso definido por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante a determinada conjuntura. seus e se significando, apresentando sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças á memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que comporão o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supões o (seu) enunciado inscrito na história (Brandão, 2004, p. 76 - 77).

Até agora falamos de nossas opções teóricas, sempre dentro do dizível, quer dizer, sempre buscando refletir acerca do dito, do posto. Entretanto, é de bom alvitre refletirmos que o não-dito, o pressuposto, o silenciado, também produzem sentido.

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silencio, que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silencio. Há silencio nas palavras; 2. O estudo do “silenciamento” (que já não é mais silencio, mas “por em silencio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que nos faz entender uma dimensão do não-dito. (Orlandi, 1997, p. 11 - 12).

Ora, o silencio não é um vazio, um mero coadjuvante da linguagem, uma perspectiva a-histórica. O silêncio relaciona o discurso sempre a outros discursos, complementa-se através das formações discursivas que o sustentam e o atravessam, fazendo sempre significar.

Por isto, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcada pela historia e pela ideologia que perpassam o léxico enquanto agente de interação social.

E em relação às TIC's?

Podemos dizer, que com o surgimento e difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, a economia mundial x relações de mercado x relações pessoais, estão profundamente marcadas, por conta de uma nova era, chamada de “sociedade da informação”.

Se antes a informação era mitigada e demorada, demasiadamente onerosa, hoje, através da TIC's, temos acesso a uma vasta gama de informações. É neste cenário que a EAD (Educação A Distância) mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar informação a qualquer local vencendo as barreiras geográficas e continentais de nosso país!

Não é segredo que no Brasil, possuímos um altíssimo grau de analfabetismo, baixa escolaridade e qualificação profissional. Nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem uma escola. Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas escolas tradicionais?

Com a EAD. Nele, as pessoas conectadas podem receber informações, pesquisar, produzir conhecimentos dentro de seu tempo e possibilidades, graças às “flexibilidades nos horários de acesso, ensino, aprendizagem e oferta de cursos”.

E o melhor: todo este processo correrá dentro de um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas onde o aluno deve cumpri-las/ atingi-las, sendo mediado por um tutor, através de diversas ferramentas como: feedback, correio, fórum, chat, conferência ...,

Com tais mecanismos, poderemos “monitorar” os participantes e gerir não só as produções desenvolvidas, mas de que forma estão interagindo e que trilhas estão percorrendo com o fito de uma “melhor orientação” quando a seu processo de ensino aprendizagem.

É a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar a as significações em relação à questão de gênero e as representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTI.

3 | A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO ONLINE DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

No Brasil, o único segmento do Estado que está presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” às pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa ao gênero merece um destaque especial. Cisne

(2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

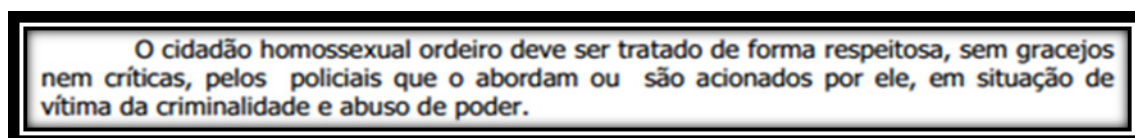
Com esta divisão sexual, inclui-se a questão da “comunidade LGBTTI” (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), visto que numa sociedade machista e conservadora, esta estereotopia socialmente construída, se transforma em mote de desigualdades, institucionalizando e banalizando os seus direitos (que deixam de serem reconhecidos ou legitimados).

O material didático propõe que, por meio de “instrução online”, os profissionais da segurança pública mudem sua forma de agir junto ao público LGBTTI, através de sentidos únicos que devem ser utilizados por todos os profissionais do país, em quaisquer situações.

Os sentidos mobilizados pela material didático, não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação, visto que trata-se de um material “pedagógico oficial”. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (A SENASP/ MJ) brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente,” termos um documento pedagógico que trate das questões de gênero, abrangendo uma infinidade de alunos. O referido documento irá contribuir com respostas a questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Extraímos do referido documento, duas sequencias discursivas para análise. Por este norte, poderemos compreender de que forma as questões de “gênero” presente no material didático são postas aos profissionais da Segurança Pública. É a partir das Sequências Discursivas (SD) eleitas, que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso País, inculcando em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que estes são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois é sua missão indelével –, o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês, alijando, por conseguinte, quaisquer possibilidades de práticas contra- hegemônicas de reflexão.

Vejamos a primeira sequencia discursiva.



O cidadão homossexual ordeiro deve ser tratado de forma respeitosa, sem gracejos nem críticas, pelos policiais que o abordam ou são acionados por ele, em situação de vítima da criminalidade e abuso de poder.

Figura 1 – Excerto do material didático.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Ora, para nós, isto é uma forma de produção de efeitos de sentido, que mandam claramente um recado: somente poderá ter direito o “homossexual ordeiro”. E quem não for? Silencia-se, aqui, todo e qualquer tipo de desigualdade, de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta pela exploração dos desiguais. Silencia-se também a obediência hierárquica a que está submetido todo agente de segurança, visto que se “garantiu um direito” a determinada classe.

A objetividade material da instancia ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social, estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, que tal discurso ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outros, sem que isto provoque embates, pelo fato de que, quem fala não sou eu ou você, mas o governo.

Gostaria de ilustrar com um exemplo.

Moradores de um condomínio de luxo aqui em Maceió, chamam a Polícia Militar para retirar vários “Homossexuais ordeiros” que se encontram as margens de um lago artificial num bairro nobre da capital, inclusive alguns destes “inquilinos”, dormem no local, provocando uma “poluição visual” ao moradores.

Depois de acionar o serviço assistencial da paróquia do bairro, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, um lar de acolhimento que encontra-se próximo do local, além de um grupo religioso que dava auxílio médico aquelas pessoas, por não obter resultados – que seriam a retirada imediata de todos aqueles indivíduos que se amontoavam a mais de uma semana naquele local – , o síndico chama a polícia , sob o pretexto de que aquelas pessoas circulando por ali trazem riscos aos moradores.

Chegando no local, a polícia encontra seis “homossexuais ordeiros” preparando-se para ir trabalhar. Todos de carteira assinada, alegaram que por ganharem menos de um salário mínimo, não tinham condições de individualmente alugarem uma casa para saírem dali.

Todos mostraram seus documentos, exceto de um, que informou ter perdido todos durante uma inspeção da vigilância sanitária naquele local, e encontrava-se sozinho e teve seus documentos apreendidos. Será que neste exemplo, os “homossexuais ordeiros” por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários de terreno da área nobre?

Assim, as classes abastadas não devem ser tratadas da mesma forma que as pessoas desprovidas de recursos. Entendemos ser pertinente, aqui, o que dizem Marx & Engels,(2006, p. 46).

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das antigas.

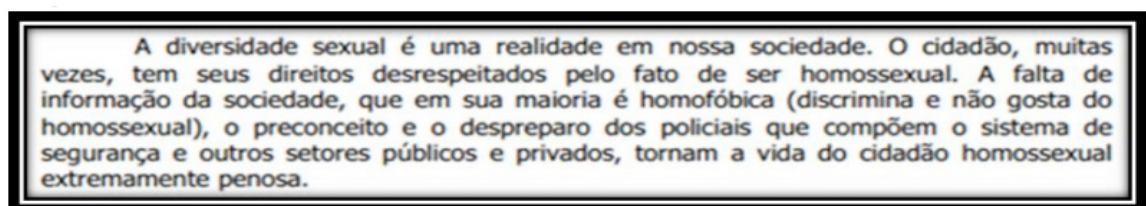
É nesse sentido que a palavra “*homossexual ordeiro*”, opaciza os conflitos inerentes à luta de classes e os antagonismos sociais que hoje se apresentam no Brasil. De um lado as elites historicamente postas no comando da máquina pública, servindo-se, não só dos AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado), mas principalmente dos agentes de segurança inscritos no interior dos ARE (Aparelhos Repressivos do Estado) para implementar seu projeto de sociabilidade. De outro, a sociedade civil organizada, buscando conquistar direitos e espaço na política.

É importante constatar a atualidade das reflexões de Marx & Engels (2005, p.32) quando assim se expressam,

A nossa época, [...], caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai dividindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

Com base no que fora exposto, é assente nas sequências discursivas a tentativa do governo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, pois apesar de aparentemente “cristalino” em concepção, tais sequências discursivas do material didático mostra-se atravessada pela ideologia do capital, onde quem apresenta o material (o governo), advoga propósitos louváveis, mas que escondem seus “reais interesses”.

Na terceira sequência discursiva, podemos observar que o material didático irá reportar-se a nosso atual modelo de sociedade.



A diversidade sexual é uma realidade em nossa sociedade. O cidadão, muitas vezes, tem seus direitos desrespeitados pelo fato de ser homossexual. A falta de informação da sociedade, que em sua maioria é homofóbica (discrimina e não gosta do homossexual), o preconceito e o despreparo dos policiais que compõem o sistema de segurança e outros setores públicos e privados, tornam a vida do cidadão homossexual extremamente penosa.

Figura 2 – Excerto do material didático.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Um detalhe que podemos perceber, é o silogismo que o texto retrata acerca da “desinformação da sociedade” e o desrespeito aos homossexuais. Como se, apenas informando a sociedade, todo seu caráter conflituoso e exploratório pudesse ser alijado com “informação”.

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referenciais ideológicos que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado,

é nodal para manter a subserviência de quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo; pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque,

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Será que existe mesmo, um interesse em “educar e conscientizar a população”? E, em relação aos policiais, como “educar, preparar e conscientizar”?

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, a malha curricular governamental ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outras, sem que isto provoque embates, pelo fato de que,

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influencia no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 05 - 06).

Ora, apesar do material didático trazer que a questão do gênero, em especial do homossexualismo, é normal em nossa sociedade, e que o profissional da segurança pública deve combater as discriminações sofridas por estes cidadãos, não é bem isso que acontece. Neste sentido:

O que quero dizer é que compreender a reprovação à homossexualidade, principalmente sobre os homens [...] ou sobre as mulheres [...], é uma chave para a compreensão das principais questões do gênero. Como se constituem as desigualdades e hierarquias entre os sexos, como se constroem as identidades sexuais e como se conformam as categorias do masculino e do feminino ... (FILHO, 2005, p. 148).

Isso significa que a feição que a sociedade possui, os sentidos que esta palavra “gênero” apresenta, é um sentido de oposição, de antagonismo que deverá reprimir sua atração ao seu homônimo.

É por isso que historicamente o gênero é construído entre o masculino e o feminino desprezando-se, no Brasil, até 1988 (com a Constituição Federal de 1988), as relações de atração entre o mesmo sexo.

No decorrer da história, o discurso que legitima o gênero, é aquele ao qual pertencente ao grupo politicamente dominante, onde a legitimação de suas determinações, que concretizam-se nas palavras “frias” da lei ou dos matérias

instrucionais, serão aqueles que ditarão o padrão de aceitabilidade social e manutenção da ordem, dialogando e comunicando-se com outros discursos. Isso ocorre por que não só as relações de poder e dominação, mas a construção da própria tessitura da sociedade, é estabelecida por meio da palavra.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente caras, hoje através da TIC's temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se as exigências atuais do mercado, tendo em vista que neste processo “todos ensinamos e aprendemos alguma coisa” (Moran, 2000) .

É neste cenário que a EAD mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar a humanidade de uma forma mais geral, numa forma de inclusão social, desde que prepare o indivíduo para interagir com seu meio de forma crítica, madura e autônoma, tornando a sociedade mais humana.

Só que não foi isto que pudemos observar.

Nesses discursos, presentes no curso de Atuação policial Frente a Grupos Vulneráveis, através dos recortes, suas FD's estão sendo resinificadas, com o fito de se lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja. A responsabilidade de mudança é deslocada totalmente de seu ator principal, que é o governo, sendo-lhe atribuída a um ator secundário, a força policial, que é mais visível e possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)?

O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade [...] de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real (Marx & Engels, 2007, p. 98).

Essa base real será exercida pela classe que, politicamente dominante, possui condições reais de ter suas vontades traduzidas em um documento (leis) que coadunem com o projeto de sociabilidade que melhor lhe convier. Mas, como atingir uma gama tão grande de pessoas, pois , nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem um curso de formação. Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas formações tradicionais?

Através das práticas educacionais à distância, que cercearão o tempo livre do trabalhador da Segurança Pública.

Todo este processo correrá dentro de um AVA (ambiente virtual de aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas onde o aluno deve cumpri-las/ atingi-las, sendo mediado por um tutor, através de *feedback*. Serão os *feedbacks* o instrumento utilizado pelo tutor para nortear o processo de construção do abstrato para o concreto do aluno, sendo indispensável para que ambos (discente e docente) trilhem o mesmo caminho e principalmente ao discente, para saber se está alcançando os objetivos dos módulos e do curso em si, pois “a meta principal consiste em maximizar o produto final” (Moore & Kearsley, 2010, p. 326).

O maior mérito da Análise do Discurso é ir além da relação estanque da língua, pensando-a não como algo pronto, algo acabado, mas como um lugar de construção e reconstrução, uma arena de significações.

Nessa arena, o discurso pedagógico é visto como a língua fazendo sentido, onde o ser que a profere (o ser humano) interage socialmente de modo a filiar-se, manter ou provocar rupturas nas relações sociais em que participa, ante o conteúdo ideológico no qual se insere, promovendo diante das práticas sociais que o interpelam no decorrer de sua vida social, externando sua posição frente aos antagonismos que uma sociedade estratificada em classes sociais díspares propõe.

Quem são esses polícias? Quem informações são essas? Será que realmente tais conceitos estão trazendo benefícios? Será que este curso, poderá vencer todos os obstáculos que as questões de gênero e representações sociais culturalmente arraigados a mias de cinco séculos no Brasil apresentam? Seus atores principais, os polícias, serão verdadeiramente capacitados? Ou estão sendo adestrados pra um fim maior?

Para Marx & Engels (2007), será a linguagem a forma de se obter o relacionamento entre os homens, na busca pela necessidade (incompleta) de intercâmbio entre os de sua espécie, sendo, portanto, um produto social.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste estereótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

Necessário, portanto, que o material instrucional, com o advento da nossa constituição de 1988, trate da questão de gênero como uma baliza de igualdade entre o masculino e o feminino, pois todos, independente da orientação sexual, precisam ter seus direitos mais básicos respeitados, como: direito a vida, liberdade, intimidade, declaração conjunta do imposto de renda e demais benefícios previdenciários, direitos sociais, direitos políticos, direitos trabalhistas (Praun, 2011).

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade, dando oportunidade ao profissional da segurança pública de construir uma pedagogia contra hegemônica, de forma que se adquira uma tomada de consciência política, objetivando o aumento, melhoria e aquisição de direitos civis, políticos, sociais e culturais, combatendo a estrutura perniciosa que produz e reproduz o modo de produção capitalista calcado na exploração do “homem pelo homem”. Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et all*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. SP: UNICAMP, 2004.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama “*et all*”. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Ana Lúcia Passos de Oliveira & MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Moodle no curso de ciências biológicas à distância: análise das contribuições no processo de ensino e aprendizagem**. In SOUZA, Robson Pequeno de “*et all*”. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARASIM, Linda “*et all*”. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. In: ORLANDI, E. Puccinelli (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. SP: UNICAMP, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MOORE, Michael & KEARSLEY, Greg. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel "*et al*". **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª Edição. São Paulo: Papyrus, 2000.

ORLANDI, ENI P. (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi *et al*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi *et al*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição: tendências e desafios**. 2ª Reimpressão. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder**. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358. Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. N° 1. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302> Acesso em: 15 de out. de 2015.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis**. SENASP/MJ: Brasília/DF. 129 Páginas. Última atualização em 10 de fev. de 2009.

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

Universidade Federal De Alfenas
Instituto De Ciências Humanas E Letras
Alfenas / MG

RESUMO: Este trabalho foi elaborado nos moldes de um relato de experiência no qual o autor pesquisou, na rede social ‘*Facebook*’, publicações que despertaram enunciados preconceituosos contra relações que fogem do padrão heterossexual. Através dessa pesquisa, buscou-se entender o que existe por trás desses discursos que disseminam a homofobia, na tentativa de problematizar, nestes casos, o que os sujeitos comentaristas pensam acerca da homossexualidade e o que emerge com relação às categorias heteronormativas. A pesquisa identificou que os ideais religiosos estão presentes nos enunciados de forma a qualificar o padrão normativo das questões que envolvem a sexualidade. Ainda emergiram enunciados contendo as seguintes perspectivas: promiscuidade, patologias, entidades demoníacas e, também, aqueles/as que acreditam que um sujeito pode se tornar homossexual por influência de terceiros/as. A rede social é um meio digital de vozes que carecem de análises e problematizações no que diz respeito às formas de violência contra

as diferenças, e nesse sentido são necessárias medidas que visem o combate a esse tipo de intolerância virtual.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. Facebook. Violência. Educação. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A Internet, através das redes sociais, tem sido uma grande disseminadora de informações, enunciados e opiniões acerca dos mais diversos temas, em diversas redes sociais. Através do *Facebook*, muitos movimentos debatem e defendem seus ideais, porém, há inúmeros/as usuários/as que utilizam deste espaço para expressarem suas opiniões e semearem discórdias, compartilhando informações de todas as espécies, e tudo isso de uma forma mais fácil, direta e sem receios de um contato real. Hoje, os grupos e perfis públicos são verdadeiros *chats* em que usuários/as despejam informações como bem entendem, sem se importarem se irão ou não atingir outros/as participantes. A legislação acerca dos crimes virtuais vêm ganhando destaque, mas, mesmo assim, o “povo virtual” quer falar, expressar e lutar por suas ideologias.

As temáticas que envolvem os/as LGBTQ+ têm ganhado cada vez mais espaço nas redes sociais e, com isso, são crescentes as

discussões acaloradas entre esse público e aqueles/as mais conservadores/as, que tentam justificar com inúmeros argumentos o porquê da “não-aceitação” da orientação sexual que divirja da heterossexual. Esse emaranhado de informações tórpidas, que agridem aqueles/as que não são heterossexuais, chamou-me a atenção a ponto de querer esmiuçar essas vozes tão eloquentes, e problematizar porque os/as seus/as portadores/as pensam dessa forma.

A homofobia, no *Facebook*, é compartilhada, curtida e comentada por pessoas todos os dias, em diversas páginas e perfis públicos. Problematizar o que leva esses sujeitos a incitarem ódio e discriminação numa rede social é importante para passarmos a entender o que motiva essa disseminação de preconceito e, a partir daí, levar às escolas e ambientes de trabalho debates que façam os/as alunos/as e colaboradores/as a refletirem sobre essas temáticas, formando cidadãs/ãos que sejam críticos/as e que também possam contribuir para o combate a esse tipo de intolerância.

É necessário entender o que faz esses sujeitos não aceitarem que a homossexualidade não é uma opção, mas sim uma orientação, da qual o indivíduo não tem capacidade de escolha, conforme CARRARA *et al.* (2009, p. 127):

“Muitos cientistas e ativistas não consideram correto, hoje em dia, referir-se à homossexualidade ou à bissexualidade como ‘opções’, dado que, em se tratando de escolhas, seria mais fácil ‘optar’ pela heterossexualidade, que é aceita como ‘normal’, ao invés de ‘optar’ pela homossexualidade, que é discriminada e perseguida. O que se sabe é que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle direto sobre ela. Não se trata, portanto, de algo que se escolhe voluntariamente ou se modifique segundo as conveniências”.

A maioria dos discursos que violentam verbalmente o público LGBTTT é composta de afirmativas das quais dão a entender que o sujeito “está” homossexual porque quer, e não porque ele assim o “é”. Comumente se vêem também enunciados vulgares que associam a homossexualidade com fatores negativos, como promiscuidade, drogas e a ausência de uma religião e/ou um Deus, de forma generalizada.

Posteriormente, apresentarei algumas publicações de diversas páginas públicas da rede social *Facebook*, contendo alguns enunciados homofóbicos, nos quais analisaremos o perfil e o que pensam esses/as disseminadores/as do preconceito. Serão utilizados nomes fictícios, visto que o foco da pesquisa está nos enunciados e nas problematizações surgidas a partir deles, e não nos/as próprios/as comentaristas. Os enunciados serão transcritos na linguagem empregada por seus/as redatores/as, ou seja, uma linguagem informal e com utilização do *internetês*, muito comum nas redes sociais.

HOMOSSEXUALIDADE *VERSUS* RELIGIÃO

Podemos observar, no *Facebook*, o quanto os/as líderes religiosos/as e suas igrejas e comunidades cristãs insistem em condenar a homossexualidade, utilizando-se de passagens bíblicas. No perfil “*Mães pela Diversidade*”, cujo lema é “*Tire seu preconceito do caminho, queremos passar com nosso amor*”, há uma publicação de um casal formado por duas senhoras com a seguinte frase “*Me explica de novo, como o casamento delas ameaça a sua família?*”. Trata-se de um casal homoafetivo, formado por duas mulheres idosas, que parecem ter conseguido algum reconhecimento de sua longa união. O que para elas é uma vitória, para alguns/mas é imoral e desrespeita a família cristã e tradicional, como podemos ver nos enunciados abaixo:

Júlia: *Linda imagem!!!!*

Regina: *E Deus fez o homem e a mulher para se unirem!!!!Fato leiam a bíblia!!!!*

Fausto: *Regina, Li a bíblia e tá mandando matar meu filho e dar como oferenda. Não quero. E agora?*

Paula: *Na Bíblia está mandando amar uns aos outros como nossos irmãos... E isso não acontece... Ao começar por você... Você é hetero um ser humano... sou homossexual e sou um ser humano e não te julgo por ser hetero... Mais amor por favor...*

Regina: *Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é. (Lv18:22) “Quando também um homem se deitar com outro homem, como uma mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles”. (Lv20:13).*

Diante do comentário de *Regina*, que se ampara na Bíblia para argumentar; *Fausto* traz também um argumento forte, que se diz também bíblico, para questioná-la, mas a mesma reforça sua ideia trazendo a citação bíblica que, segundo ela, condena pecaminosa a homossexualidade, e não responde a questão levantada pelo usuário *Fausto*.

Percebe-se o quanto as pessoas homofóbicas espalham seus discursos de ódio sem se preocuparem em ter subsídios para fortalecer seus argumentos. Utilizam-se de frases clichês, normalmente envolvendo versículos bíblicos. Ao citar Levíticos, observamos o quanto à religião se apodera de um livro bíblico do Antigo Testamento para reforçar sua ideia de que a homossexualidade é abominável.

Numa outra página do *Facebook*, intitulada *Parada Hetero Brasil*, uma publicação dizendo que casal é homem e mulher recebeu os seguintes comentários:

Marina: *O que Deus criou: Homem e Mulher.*

Elaine: *Isso sim é um casal.*

Vânia: *Isso mesmo.*

Rogério: *Coisa mais normal, simples assim.*

Mais uma vez temos argumentos “clichês” para defender os padrões heteronormativos. A presença de Deus como opressor e punitivo está subentendida na

fala de *Marina*, a partir do momento que fala na criação divina. Conforme NATIVIDADE (2009, p. 130):

“ao apresentarem o homossexualismo como prática contingente e moralmente condenável, os discursos sustentados por segmentos religiosos conservadores mais radicais subtraem a legitimidade às identidades LGBT e às reivindicações por cidadania correlatas.”

Teremos, a partir de agora, um exemplo disso. Na página do deputado e pastor Marco Feliciano, ele critica o fato do Governo estar aberto às questões referentes à diversidade sexual. No dia 23 de outubro de 2014, ele publicou uma imagem com o título “*Agendas Transversais – Ministério do Planejamento*”, que trazia as metas e objetivos dessa Agenda: “*Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência*”; “*Fortalecer um cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação e qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre homens e mulheres pelas instituições e pelos profissionais*”; e “*Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações etnicorraciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola*”.

Acima da imagem publicada, Marco Feliciano teceu o seguinte enunciado: “*Veja o que querem fazer com nossas crianças. Você concorda com isso? O PT ignorou as lideranças evangélicas e católicas, mas recebeu de braços abertos ativistas gays, destinando milhões de reais para a promoção de sua ideologia*”. Como vimos, apesar da agenda trazer vários objetivos, o pastor se atenta apenas para a questão da “homossexualidade”, e conseguiu mais de 4.600 curtidas, mais de 1.300 comentários e cerca de 140 mil visualizações. Abaixo, iremos ver alguns desses enunciados, redigidos por fiéis e admiradores/as do pastor, deputado, cantor, escritor, conferencista internacional, e Presidente da Igreja Assembléia de Deus Catedral do Avivamento, Marco Feliciano:

Fábio: *Estamos vivendo tempos de Sodoma e Gomorra!!! O PT está abrindo espaço para a degradação da moral.*

Laura: *Socorro! Pastor do céu... Temos que parar com essa palhaçada! Não sei como pode haver eleitores que ainda votam no PT.*

Reinaldo: *Tem muitas pessoas que se dizem cristãos, evangélicas ou crentes, e não tão nem aí para essas notícias! Infelizmente isso é muito triste!*

Márcio: *Poxa, vou votar no 45, você me convenceu por respeito ao senhor Marco Feliciano.*

Sara: *Só pelo fato do PT ir contra princípios de Deus já não devemos votar, mesmo que a Dilma fosse a melhor presidente. Não devemos ter aliança com quem é contra princípios cristãos. Respeito o meu próximo independente da opção sexual, eles devem ser respeitados desde que respeitem também, agora querer formar heteros em homossexuais já é demais, então quando a mulher ganha um filho ela nem pode dizer se é uma menina ou um menino?*

Miguel: *É por essas e outras que devemos mandar Dilma passear.*

Érica: Isso não tem nada a ver com cristãos... isso é caso de polícia... O governo federal tem que dar um basta nestas distorções... Crianças e adolescentes tem que ter seu tempo de inocência respeitado.

Raiane: *PT Partido das Trevas!*

Adriano: *Alguém ainda tem dúvida? Isso é terrorismo contra a família, contra a moral e a nossa dignidade, mas aonde já se viu, isto é imposição, ditadura, são pessoas pervertidas, cheio de imoralidade, é um bando de irresponsáveis, cambada de vagabundos. Toca um fio de cabelo nos meus filhos, aí tu vai ver o que é homofóbico, abaixo de Cristo, morro pelos meus filhos, e fica sabendo não tenho medo de vocês.*

Jéssica: *Só Jesus nessa causa e nós cristãos muito jejum e oração, é só o começo de muitas afrontas.*

Raul: *Olhem [marca diversos amigos do Facebook na publicação] Agora me digam. Dá pra cristão, católico ou evangélico votar no PT? Algum de vocês desconhece que o PT lamentou o aumento da bancada evangélica?*

Sandra: *Sou educadora, sou contra toda ideologia do PT nas escolas. Quer na pedagogia, quer nos conteúdos, quer nos métodos, quer na maneira de administrar a escola. Em 40 anos de magistério, nunca vi tamanho abuso em todos os sentidos. O pior é que eles douram as pedras mostrando-a como se fossem pérolas. Temos o direito de educar nossas crianças segundo nossos valores e crenças. NINGUÉM tem o direito de enfiar goela abaixo os conceitos de grupos radicais e muito menos de incentivá-los. Abaixo a tirania do PT.*

Alice: *Só a misericórdia de Deus. Vamos orar, Brasil.*

Luana: *Não aceito isso para meu filho, não que eu tenho preconceito mas crio meu filho para ser um homem de Deus e não gay.*

Diego: *Absurdo, além de serem ladrões e corruptos, são a favor da baixaria. Fora cambada do PT.*

Luís: *Essa ditadura gay nunca prevalecerá! Deus não permitirá que nossos filhos passem por isso! Levantemo-nos, estamos em guerra! Domingo começa a batalha! 45 Aécio! A família dessa nação será honrada!*

Hélio: *Do jeito que o diabo gosta!*

Edir: *João Campos (PSDB-GO), líder da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, pretende permitir que a homossexualidade seja tratada como um transtorno passível de cura. Para tanto, o projeto de decreto legislativo prevê a abolição de dois artigos instituídos em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia que proíbem a emissão de opiniões públicas ou o tratamento da homossexualidade como transtorno.*

Laís: *Eu tenho um vizinho que é gay, uma vez ele me falou que sabe quando é o espírito de uma mulher que vai no corpo dele, mas que não é sempre assim não...*

Francisco: *[Marcou o amigo do Facebook] Veja o que o governo que você tanto apóia quer difundir e financiar em todas as classes de nossa sociedade! Pense bem! Você tem sobrinhos! Isso é muito sério! É só uma das coisas podres que o teu PT apóia!*

Sílvia: *Absurdo. Uma coisa é orientar as crianças para que respeite o próximo, seja ele homossexual, heterossexual, pobre, branco, nortista, nordestino, índio, negro, estrangeiro, rico, portador de limitação, etc, pois é também dever da escola. Outra coisa é o que o governo imoral e corrupto do PT está fazendo, induzindo e estimulando nossas crianças a optarem pela homossexualidade, nos empurrando goela abaixo a ditadura do gaysismo, e tudo isso com o dinheiro que nos é surrupiado pela alta carga de impostos. Estamos num processo de gaysificação da sociedade, daqui a pouco, se não tomarmos nenhuma iniciativa, vamos ter que lutar contra um possível movimento HETEROFÓBICO.*

Catarina: *Deus é mais, pois eu tenho uma filha de oito anos e um de três e eu já ensino que isso é coisa do diabo, e se um dia na escola dela for distribuído essa cartilha gay eu tiro ela da escola na mesma hora. E o meu filho de três anos já tá aprendendo o que é de Deus o que é do inimigo. E tem tantas pessoas que se dizem cristã e vota no PT, piada isso né...*

Frederico: *Pergunte aos seus pais quando eles colocaram você no mundo se eles queriam vocês gays. Ou se seu pai fosse gay hoje você existiria...*

Cláudio: *Vamos para a guerra defender nossa crença, não é isso que os LGBT querem...?*

Daniilo: *É isso que o Brasil quer, uma pouca vergonha e temos que calarmos e ficar quietos porque senão *falam que somos homofóbicos...**

Alexia: *Não sou homofóbico... AINDA... mas estou enojada com as leis monstruosas criadas por monstros... Criaturas nojentas e asquerosas que rastejam como cobras e querem impor suas insanidades (...) Mas um pequeno grupo, sei que não são todos, os homossexuais são ignorantes como estes que querem que todos tenham profundo ódio de idiotas que querem que as pessoas aceitem leis insanas... São louco que outros loucos estão ouvindo... Tenho uma filha de dois anos, prefiro ser presa e nunca mandá-la a uma escola que ensine a ela a burrice que querem implantar... Na minha opinião e de muitos que conheço, essas propostas feitas por idiotas está saindo pela culatra... Nunca o preconceito contra os homossexuais foi tão debatido... E tão odiado! Espero que essas leis não vigorem... Não haverá cadeias para todos que vão ser contra... o preconceito vai virar ódio... e muitos assim como eu nunca mais irá votar em ninguém... para não dar poder a mais idiotas...*

Marcus: *Incrível muitos auto afirmarem que já nasceram homossexuais. Seria o mesmo dizer que todos já nasceram condenados. Sabe a diferença daqueles que sentem atração por criança ante aqueles que sentem atração por animais e pessoas do mesmo sexo? Mesma coisa! A diferença vem sobre o ato consumado, pois alguém precisa ter um comportamento homossexual para ser chamado de gay, da mesma sorte que um adulto precisa cometer abuso sexual contra a criança para ser considerado um pedófilo. Enfim, aqueles que sentem atração por animais para ser considerado pelo crime de zoofilia. O que eu tô tentando dizer é o seguinte que existem sentimentos e atrações sexuais despertadas em todo gênero humano e é uma tentação que precisa ser vencida. Ou seja, o mesmo espírito de pomba-gira que usa os homoafetivos podem usar os pedófilos, adúlteros, enfim. Pois muitos dizem eu nasci assim. Então aquelas pessoas que só sentem atração por menores, seria o mesmo dizer que eles nasceram assim? Deus nos criou totalmente perfeitos em espírito, ele jamais iria criar um ser humano desde o ventre pecador. A doença que precisa ser curada na vida dos homoafetivos e de todos aqueles que tem transtorno sexual é exatamente a libertação através da palavra de Deus.*

Os enunciados acima, expostos na publicação do pastor e deputado Marco Feliciano, foram tecidos às vésperas das eleições presidenciais de 2014, e mostram claramente que os/as seguidores/as do pastor compartilham de sua ideologia, que é contra os movimentos LGBTT, inclusive contra o curso de especialização do qual esse trabalho é o objetivo. Conforme expõe NATIVIDADE (2009, p. 130), essas pessoas fazem com que ocorra a reiteração da heterossexualidade compulsória:

“A reiteração da heterossexualidade compulsória em discursos religiosos pode se manifestar de maneiras e graus distintos, variando desde o total silêncio acerca da diversidade sexual e de gênero até a produção de estereótipos que operam por uma franca estigmatização de pessoas LGBT. O confronto de sujeitos que aderem a perspectivas conservadoras com a visibilidade e a articulação política de minorias sexuais enseja justificações religiosas que podem comparecer como fonte de legitimidade para estes juízos qualificáveis como homofóbicos, extraindo sua força de cosmologias, crenças e práticas cristãs. A homofobia religiosa, contudo, não se restringe ao plano das interações e aos manuais de cuidado pastoral. Formas de repúdio muito mais explícitas que a estratégia de acolhimento podem se configurar, atravessando a esfera privada e emergindo no espaço público.”

Percebemos que alguns comentários parecem, de certa forma, incoerentes e, em alguns momentos, até de difícil entendimento, até porque se trata de uma “troca de ideias” informal numa rede social. Mas analisaremos algumas situações em torno desse extenso diálogo, fazendo algumas observações acerca do que cada um/a dos/as comentaristas pensam acerca dos/as LGBTTT.

HOMOSSEXUALIDADE ASSOCIADA À PROMISCUIDADE

Os enunciados de *Fábio*, *Adriano*, *Diego* e *Danilo* mostram que eles consideram a orientação homossexual como sinônimo de “baixaria”, “perversidade” e “promiscuidade”. *Fábio* compara o momento atual, devido às lutas dos movimentos LGBTTT, a tempos de Sodoma e Gomorra, exaltando que, dessa forma está se abrindo espaço para degradação da moral. Na mesma linha, *Adriano* reforça a ideia de que os movimentos praticam terrorismo contra a família, contra a moral e contra a dignidade, chamando os/as homossexuais de “cambada de vagabundos” e “irresponsáveis”. *Diego* indigna-se com o fato do partido político ser a favor da “baixaria”, enquanto *Danilo* usa o termo “pouca vergonha”. Podemos perceber, através de NATIVIDADE (2009, p. 138-139), o quanto as questões discutidas pelos quatro comentaristas são as mais citadas pelos/as religiosos/as homofóbicos/as quando estes/as se utilizam da Bíblia para fomentar suas argumentações e, a partir daí, concluir que a homossexualidade está diretamente ligada a perversidade e promiscuidade:

“A conhecida passagem de Sodoma e Gomorra, localizada em Gênesis – capítulo 1, a partir do versículo 19 – é possivelmente a mais citada. Conforme esta leitura, a cidade de Sodoma teria sido destruída em razão do “pecado” do “homossexualismo”: a casa de Ló, sobrinho do patriarca Abraão, é invadida por “varões daquela cidade” que exigem manter relações sexuais com dois anjos do Senhor, que se encontravam ali hospedados. Deus teria destruído a cidade de Sodoma em decorrência da prática deste pecado, e desde então enviaria pestes, epidemias e morte de modo a dizimar homossexuais, nações idólatras e outros pecadores. A citação do livro de Levítico é também recorrente. Os versículos 19 a 30 tratam das uniões “abomináveis”. O versículo 22, especificamente, instruiria que o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo constitui uma abominação, visto que Deus reprovava o comportamento de “varão que se deita com outro varão”, “como se fosse mulher”. De acordo com esta interpretação da “Lei de Deus”, relações sexuais consideradas legítimas e não-condenáveis só poderiam se dar entre pessoas de sexos opostos. As passagens de Romanos, capítulo 1, e a Primeira Epístola aos Coríntios compõem também para legitimar este ponto de vista. A primeira compreende uma exortação do apóstolo Paulo – Romanos, capítulo 1, versículos 26 e 27 – contra as “paixões infames”. Ato sexual divergente da heterossexualidade constituiriam uso “antinatural” do corpo. Homens e mulheres que se deitam com pessoas do mesmo sexo cometeriam “torpeza”, estando sujeitos ao “castigo” de Deus. Já a passagem da Primeira Epístola aos Coríntios, conforme esta visão conservadora, afirma que “efeminados” e “sodomitas”, do mesmo modo que “ladrões”, “avarentos” e “prostitutas”, não teriam acesso ao “Reino de Deus”. Este trecho, em particular, é usado como prova de que gays e lésbicas estariam destinados à “danação eterna”. Tais passagens bíblicas constituem justificações religiosas para o interdito da homossexualidade, nesse contexto religioso, imbricadas a códigos de santidade e a definições rituais de estados de pureza e impureza”.

Parece-nos, então, que o pensamento dos quatro comentaristas são condizentes ao que os/as pastores/as e líderes religiosos/as expõem em seus cultos e suas pregações acerca da homossexualidade. Uma situação preocupante é o fato de que muitos/as homofóbicos/as, ao associarem a homossexualidade à promiscuidade, envolvem também questões ligadas à saúde, condenando as práticas homossexuais como disseminadoras de doenças, principalmente a AIDS, como mostra também NATIVIDADE (2009, p. 150 a 151), quando cita dados de uma revista intitulada “Mensageiros da Paz”:

“É recorrente também aqui a representação da diversidade sexual como fonte de perigo, associando-a principalmente à difusão da epidemia de AIDS no país. Uma reportagem do Mensageiro da Paz (Edição 1478, julho de 2008), intitulada “OMS admite que contaminação por AIDS é própria da prática homossexual”, retoma o tema. Este artigo afirma que “quem pratica ato sexual diferente daquilo que Deus projetou sofre consequências graves”, sugerindo que a AIDS seria uma dessas consequências: “Dados revelam: só há epidemia de HIV entre homossexuais, usuários de drogas injetáveis e promíscuos que praticam o que a Bíblia chama de sexo não-natural”. Segundo a reportagem, informações da Organização Mundial de Saúde revelariam que “inexiste a epidemia de AIDS entre heterossexuais no mundo”, pois “a epidemia entre heterossexuais nunca existiu”. A mídia teria manipulado dados para “despertar a simpatia com a causa homossexual”

A afirmação feita pela reportagem citada traz dados totalmente contrários à realidade. Dados do boletim epidemiológico, BRASIL (2013), no site do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, do Governo Federal, revelam que, entre os homens, 43,5% dos casos de infecção ocorreram através de relações heterossexuais, enquanto 24,5% por relações homossexuais, 7,7% por relações bissexuais, e o restante por outras formas de contágio.

Podemos entender que discursos como estes analisados neste tópico são baseados apenas em citações do Antigo Testamento e, além de associar a homossexualidade à promiscuidade, espalham a afirmativa equivocada de que a AIDS é um castigo que Deus enviou para punir aqueles/as que fogem do modelo heteronormativo. De acordo com JÚNIOR (2002), mesmo após mais de três décadas desde o surgimento da AIDS, no início dos anos 80, os/as homossexuais continuam a sofrer com os estigmas e o preconceito decorrentes da associação “homossexualidade – AIDS/HIV”. A doença que, no início era chamada de “câncer gay”, “peste gay”, “câncer rosa” e GRID (*Gay Related Immunodeficiency*), por muitos/as homofóbicos/as ainda é vista nesta mesma perspectiva dos anos oitenta. Em paralelo é importante lembrar que foram os/as homossexuais/as os/as primeiros/as a se mobilizarem diretamente para enfrentar os desafios da epidemia, inclusive na criação de manuais visando formas de prevenção e a promoção dos direitos humanos.

HOMOSSEXUALIDADE ASSOCIADA A ENTIDADES ESPIRITUAIS

Analisaremos agora os enunciados que deixam expostos que estas pessoas entendem a homossexualidade como a manifestação de entidades demoníacas ou espíritos obsessores. Este tipo de associação é bastante comum nos discursos homofóbicos, principalmente quando disseminados por religiosos/as, como aponta NATIVIDADE (2009, p. 145 a 146):

“Os sujeitos marcados como impuros nesses discursos evangélicos podem, eventualmente, ser demonizados, evidenciando uma sinergia entre intolerância sexual e intolerância religiosa. Um exemplo é o artigo de autoria atribuída ao Núcleo Cristão de Informação (NCI), intitulado “Adeus à inocência: manifesto cristão de alerta contra o avanço da defesa da pedofilia e da relação íntima entre ativismo homossexual e movimento pedófilo”. O texto veiculado no site deste grupo sugere a existência de uma agenda comum entre estes “movimentos”, e que uma parcela dos praticantes do homossexualismo que supostamente advogam em prol da pedofilia poderia ser de endemoniados: Isso mesmo: endemoninhados, possessos por espíritos malignos.”

A associação entre homossexualidade e pedofilia, abordada na citação acima, será discutida em outro tópico; por enquanto, iremos nos ater aos enunciados de *Raiane*, *Hélio*, *Laís* e *Catarina*. Os quatro levantam suas opiniões associando a condição do indivíduo “estar” homossexual ser relacionada a demônios e entidades que se apoderam de seu corpo. Subentende-se isso nas poucas palavras de *Raiane* – “PT: Partido das Trevas” – e de *Hélio* – “Do jeito que o diabo gosta”. Duas frases em que ambos, automaticamente, associaram homossexualidade à questão abordada. Mas os enunciados de *Laís* e *Catarina* são bem mais explícitos quanto a este modo de pensar. *Laís* conta, em seu comentário, que seu vizinho só “é” homossexual quando seu corpo é apoderado pelo espírito da pomba gira, uma popular entidade da Umbanda. *Catarina* expressa o medo de seus filhos, de oito e três anos, terem contato com uma suposta cartilha gay. A religiosa usa a expressão “Deus me livre!” seguida da frase que demonstra seu orgulho em ensinar aos filhos, desde cedo, que a homossexualidade é coisa do diabo.

Observamos o quanto a religião, mais uma vez, é uma das principais formadoras do estereótipo homossexual com tantos atributos negativos. Difundir a ideia de que homossexuais são seres possuídos por demônios é uma das formas mais eficazes de preconceito, utilizada pelas igrejas, para defender seus argumentos quando um/a homossexual que frequenta esta igreja está em conflito com a sua orientação sexual. São inúmeros os relatos de pastores/as que exorcizaram demônios de pessoas que “eram” homossexuais e, hoje, vivem “heterossexualmente normais”. NATIVIDADE (2009, p. 129) discute a “homofobia pastoral” que, inferiorizando os homossexuais, é:

“identificada na perspectiva evangélica de ‘acolhimento’ aos homossexuais, sustentada por certas iniciativas religiosas, que incorpora pessoas LGBT aos cultos, visando ao seu engajamento em um projeto de regeneração moral, pela

É perceptível que a associação do/a homossexual a entidades demoníacas é, automaticamente, uma forma de “desumanizar” este sujeito. Conforme SANTOS et al. (2009, p.9), em uma pesquisa acerca das autopercepções e das percepções sociais acerca da desumanização dos/as homossexuais, concluíram que:

“Com a história da humanidade sendo marcada por tantas perseguições contra os homossexuais, é notável que nos dias atuais ainda haja uma representação social hegemônica negativa construída sobre esse grupo. A visão que a sociedade tem da homossexualidade é ainda predominantemente relacionada aos estereótipos criados ao longo do tempo, o que indica que a norma antipreconceito contra os homossexuais não está sendo muito efetiva, permanecendo uma visão infrahumanizadora desse grupo social. Como vimos, a infra-humanização, assim como as outras formas de desumanização, pode ser utilizada para justificar e legitimar a discriminação e até mesmo a anulação dos direitos humanos dos grupos minoritários.”

A HOMOSSEXUALIDADE INFLUENCIADA

O medo do/a filho/a se “tornar” homossexual é algo comum na maioria das famílias, principalmente nas mais tradicionais e cristãs. É muito frequente os pais se esforçarem em ensinar o/a filho/a a ser um homem/mulher heterossexual desde muito cedo. A roupinha do time de futebol talvez seja a única preocupação do pai para o enxoval do filho, antes mesmo dele nascer. Após o nascimento, o pai e/ou a mãe já estimulam o filho a ser “macho”, a jogar futebol, a ser agressivo com os outros meninos, a olhar para as mulheres e esbanjar heterossexualidade. O exemplo acima é de um pai e/ou mãe para com o filho, porém, a preocupação é a mesma de uma mãe e/ou pai para com a filha, mas o que mais chama a atenção é o fato de que as famílias não estão preparadas para ter um/a filho/a homossexual.

Nos enunciados analisados, na publicação do pastor Marco Feliciano, temos o discurso de *Sara*, que tem, aparentemente, como único argumento contra o partido político em questão, o fato do mesmo ir contra o princípio de Deus, mesmo que a candidata à presidência fosse a melhor indicação ao cargo. O fato em questão é o Governo “*querer formar heterossexuais em homossexuais*”. A comentarista ressalta que respeita o próximo, independente da “opção” sexual, mas acha um absurdo a mãe ganhar um filho e não poder nem dizer se é um menino ou uma menina.

O discurso de *Sara* nos mostra que a mesma não sabe diferenciar “orientação sexual” de “identidade de gênero”, e ela acredita que discutir a sexualidade em sala de aula pode influenciar na formação de indivíduos homossexuais, visto que compartilha da ideia de que essa condição seja uma “opção” dessas pessoas. Conforme LOURO (2008, p. 18), “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente.” Sendo assim, não vai ser uma discussão em busca do respeito ao próximo que irá tornar uma pessoa homossexual.

A comentarista Érica chega a dizer que essa questão é um caso de polícia, e que as crianças e adolescentes precisam ter seu tempo de inocência respeitado, rebatendo que a diversidade sexual discutida nas escolas é uma distorção aos princípios cristãos. *Luana* mostra todo seu preconceito sendo impositiva ao dizer que não aceita isso para seu filho, porque o cria para ser um homem de Deus, e não um gay. O mais irônico é que, nesta mesma fala, ela diz *não* ter preconceitos.

Francisco aproveita o ensejo para marcar um amigo virtual na publicação a fim de alertá-lo sobre o risco que os sobrinhos deste correm, diante do apoio do Governo à difusão de “*coisas podres*” em todas as classes da sociedade brasileira. Percebemos que os temores desses/as comentaristas fazem com que as questões em torno da sexualidade pareçam ser mais importantes que qualquer outra questão prioritária ao Governo Federal. Como já exposto, *Sara* deixa claro que mesmo se a candidata fosse a melhor presidente para o país, não merecia a posição se não tivesse aliança com os princípios cristãos. Segundo LOURO (2000, p.22): “Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e ‘modos de vida’ ligados às identidades nacionais, éticas, religiosas, de classe”.

Sílvia faz um extenso discurso exaltando a importância da escola em orientar as crianças para que respeitem ao próximo, independente da orientação sexual, cor, etnia, raça ou classe social; porém, a mesma se indigna com o fato da escola passar a “induzir e estimular” as crianças “optarem” pela homossexualidade. De acordo com *Sílvia*, estaríamos vivenciando um “processo de *gaysificação*” da sociedade, e se nenhuma iniciativa for tomada, a população terá que lutar contra um possível movimento “*heterofóbico*”. Luís também teme a “*ditadura gay*”, mas promete uma guerra em que Deus não permitirá a destruição da família honrada.

Temos, também, no comentário de *Alexia*, a preocupação com a filha de dois anos diante de um ambiente escolar que discuta a diversidade sexual. A mesma chega a dizer que prefere ser presa e nunca mandar sua filha para escola, caso a menina tenha que “*aprender*” a burrice que querem implantar. E, por fim, o enunciado de uma professora, *Sandra*, que em quarenta anos do magistério, defende o direito de educar as crianças a partir de valores e crenças cristãs, sendo contrária aos conceitos de “*grupos radicais*” que querem incentivar a homossexualidade.

Para NATIVIDADE (2009, p. 125), “a homofobia corresponderia, deste modo, a um efeito constitutivo da norma da heterossexualidade compulsória – intrínseco a esta, condição sine qua non de sua reiteração”. Podemos observar que essa norma da heterossexualidade compulsória é muito forte e faz com que uma simples introdução da temática LGBTT nas agendas transversais dos currículos escolares pareça ameaçador e extremamente perigoso e, complementando, “ao se afirmar a ‘heterossexualidade’ como única e legítima forma de exercício do desejo, confere-se inteligibilidade, importância e materialidade ao ‘sexo’ biológico.” Nota-se, em muitos enunciados homofóbicos, a preocupação demasiada com o ato sexual em si, e com a ‘posição’ de cada um neste ato. O homofóbico não consegue enxergar que numa

relação homoafetiva possa existir cumplicidade, amizade e carinho, não existindo apenas a prática sexual.

O que leva esses/as disseminadores/as de preconceito a acreditar que a “homossexualidade” pode ser aprendida/ensinada é o grande problema que gera tamanha ignorância e preconceito que afeta milhares de famílias em todo mundo. O preconceito, em casa, se torna tão insuportável que é constatado que muitos/as jovens adolescentes homossexuais atentam contra a própria vida, como é abordado por RONDINI *et al.* (2012, p. 656):

“Inúmeros estudos mostram que a taxa de suicídios é elevada, entre o(a)s adolescentes homossexuais. Nos Estados Unidos, os jovens homossexuais (de ambos os sexos) representam um terço de todos os suicídios juvenis (enquanto os homossexuais constituem, no máximo, 5 ou 6% da população) (Remafedi, 1994; Savin-Williams, 1996). No relatório da Secretaria da Força-Tarefa do Governo dos Estados Unidos (Paul Gibson, 1989) sobre o suicídio juvenil, revelou-se que os jovens gays são de duas a três vezes mais propensos a tentar o suicídio comparativamente aos jovens heterossexuais, compreendendo o total de 30% anual de suicídios juvenis.”

E são justamente nessas famílias, de pessoas que são contra a inclusão da agenda transversal nas salas de aulas, que muitas vezes existem jovens que tiram a própria vida por não se sentirem aceitos/as, nem por eles/as mesmos/as. Fácil entender essa atitude, tendo em vista que a própria família é contra o que o/a seu/a filho/a “é”, e não o que ele/a se “tornou”, como pensam. As próprias famílias negam que, nas escolas, seus/as filhos/as sejam aceitos/as como qualquer outro/a jovem, independente de sua orientação sexual. A ignorância em pensar que a homossexualidade é algo que se aprende, fomenta, cada vez mais, as estatísticas de suicídio entre os/as jovens homossexuais.

HOMOSSEXUALIDADE ASSOCIADA A PATOLOGIAS

Apesar do termo “*homossexualismo*” ter sido abolido em 1973 da lista de distúrbios mentais da Associação Americana de Psicologia, quarenta anos depois, muitas pessoas ainda acreditam que a homossexualidade é uma doença, e que pode ser tratada, levando o indivíduo à cura. Nos enunciados analisados na publicação da página do pastor e deputado Marco Feliciano, há o comentário de *Edir*, que menciona, em época de eleições, o Deputado João Campos (PSDB-GO), dizendo que o mesmo é líder da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, e que “*pretende permitir que a homossexualidade seja tratada como um transtorno passível de cura. Para tanto o projeto de decreto legislativo prevê a abolição de dois artigos instituídos em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia que proíbem a emissão de opiniões públicas ou tratamento da homossexualidade como transtorno*”. Embora saibamos que o Deputado não tem poder para simplesmente “permitir” que façam tratamentos em homossexuais, e também nosso foco não é discutir se de fato o enunciado é verídico ou não, o que

temos que levar em consideração é a existência de pessoas que demonstram nas redes sociais que acreditam que a homossexualidade seja uma patologia.

Temos também o comentário de *Marcus* afirmando que a homossexualidade é uma doença, comparando-a à pedofilia. *Marcus* acha “incrível” os/as homossexuais afirmarem terem nascido com essa orientação, e diz que isso seria o mesmo que dizer que um indivíduo que abusa de crianças nasceu pedófilo. Os argumentos do comentarista são passíveis de problematização visto que ele faz um paralelo comparativo entre *homossexualidade – pedofilia – zoofilia*. O mesmo argumenta que todos os seres humanos possuem atrações sexuais que podem ser despertadas (homossexualidade, pedofilia e zoofilia, por exemplo), mas que é preciso se salvar desses transtornos sexuais através da libertação da palavra de Deus. Embora o intuito de *Marcus* seja associar a homossexualidade a entidades espirituais, como a pomba-gira, citada por ele, o mesmo associa a homossexualidade a dois transtornos psiquiátricos: zoofilia e pedofilia.

Em 2006, quando o Projeto de Lei da Câmara nº 122/06 propunha a criminalização de qualquer forma de discriminação motivada pela orientação sexual, os/as religiosos/as e/ou homofóbicos/as se uniram em uma estratégia de atuação contra o PLC, convocando a população para reagir contra a tramitação do projeto, através de orações, jejuns, passeatas, envio de abaixo-assinados aos/as parlamentares, entre outras ações. A argumentação era que a aprovação do projeto acabaria conduzindo “ao ‘extermínio do heterossexual’, à ‘destruição da família brasileira’, a atitudes heterofóbicas, ao crescimento da pedofilia no país, ao aumento da difusão da epidemia de AIDS.” (NATIVIDADE, 2009, p. 141)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode, com esse estudo, querer traçar perfis de homofóbicos/as, ou categorizá-los/as em uma espécie de “subtipos”, até porque é sabido que cada indivíduo traz uma infinita gama de vivências que abrange todo o seu conhecimento de mundo acumulado desde fatores históricos, econômicos, culturais e sociais; porém, é perceptível uma realidade em todas essas vozes desesperadoras: a necessidade por impor a “sua” verdade única, exigindo que o mundo aceite-a como superior a qualquer outra, e todas as suas argumentações visam persuadir o/a seu/a interlocutor/a a uma única forma de ser, viver e agir: a forma heteronormativa.

O discurso disseminado, em prol da heteronormatividade, passa a ser representado como um remédio contra os males que podem desestruturar os lares, as famílias, os relacionamentos interpessoais. Não aderir ao que esses enunciados pregam é contrariar o que eles/as defendem como normal e sadio, e, dessa forma, o sujeito que ir contra essa imposição, não faz jus a uma imensa lista de possibilidades que o tornariam melhor diante à sociedade e a Deus.

A intolerância visualizada nas redes sociais é preocupante, principalmente

quando ela passa a afirmar questões que denigrem os/as LGBTTT, a ponto de ocorrerem crimes violentos contra alguns membros desse grupo, como é visto diariamente nos meios de comunicação. Esse tipo de violência escancarada diariamente é produto dos discursos de ódio e preconceito gerados, nutridos e espalhados, na maioria das vezes, por religiosos/as e/ou conservadores/as que se dizem propagadores/as do amor e da palavra divina. Importante ressaltar que não se trata de uma generalização, porém, nos enunciados analisados para este trabalho, grande parte dos/as comentaristas se encaixa nesse perfil.

A necessidade de discutir, problematizar e refletir acerca do combate à homofobia é urgente. Essa educação reflexiva não deve ser só nas salas de aula, mas também nos ambientes laborais, explicitando a importância de que, independentemente de nossa orientação sexual, somos co-responsáveis pelos discursos intolerantes que lemos nas postagens das redes sociais; nossa forma de colaborar pode ser começando a denunciar esse tipo de publicação. O *Facebook* já possui essa ferramenta e funciona com muita precisão. Qualquer publicação considerada ofensiva pode ser denunciada e será analisada por uma equipe especializada. Cabe a nós, enquanto humanos/as e educadores/as, lutar por uma sociedade em que todos/as possam amar e se respeitarem pelo que são enquanto participantes ativos desta comunidade, e não pelos papéis exercidos em suas intimidades, num contexto sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 2013. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais**. Disponível em <http://www.aids.gov.br/pagina/aids-no-brasil>. Acesso em 26 de setembro de 2015.

CARRARA, S. L. (Org.); HEILBORN, Maria Luiza (Org.); ARAÚJO, L. (Org.); ROHDEN, Fabíola (Org.); BARRETO, A. (Org.). **Gênero e Diversidade na Escola - Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro; Brasília: CEPESC; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

FOSTER, David W. **Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividad en la literatura latinoamericana**. Letras: literatura e autoritarismo, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

JÚNIOR, Veriano Terto. **Homossexualidade e saúde: Desafios para a Terceira Década de Epidemia de HIV/AIDS**. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Horizontes Antropológicos, Vol. 8, nº 17, Porto Alegre, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832002000100008&script=sci_arttext. Acesso em 29 de setembro de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. 2008. **Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas**. Pró-Posições, v. 19, nº 2 (56), p. 17-23.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2000.

NATIVIDADE, Marcelo. 2009. **Sexualidades Ameaçadoras: Religião e Homofobia(s) em Discursos Evangélicos Conservadores**. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latino Americana, nº 2, p. 121-161.

PENHA, Ariane Rafaela Brugnollo. **Adoção por casais homoafetivos**. Intertemas, ISSN 1677- 1281,

Vol. 16, No 16. Presidente Prudente, 2008. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/677>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

SANTOS, Mayara Rodrigues; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; MENDONÇA, Priscila. **Desumanização dos Homossexuais: Autopercepções e Percepções Sociais**. XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009. Disponível em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=350&Itemid=96. Acesso em 31 de setembro de 2015.

TEIXEIRA FIHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. **Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas**. Saúde e Sociedade. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública., v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/6581>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **O que é o PLC 122/06? Entenda o PLC 122/06**. Disponível em <http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/#axzz3nN0zFY3H>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS

Dejeane de Oliveira Silva

Departamento de Ciências da Saúde.
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/
Escola de Enfermagem- Universidade Federal da
Bahia – UFBA
Ilhéus – Bahia

Mirian Santos Paiva

Escola de Enfermagem/UFBA
Salvador – Bahia

Edméia de Almeida Cardoso Coelho

Escola de Enfermagem/UFBA
Salvador – Bahia

Fernanda Matheus Estrela

Escola de Enfermagem/UFBA
Salvador – Bahia

Raiane Moreira Coutinho da Cruz

Escola de Enfermagem/UFBA
Salvador – Bahia

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado da Bahia - FAPESB

RESUMO: Considerando as lutas feministas e as questões de gênero como possibilidade de fomentar novas reflexões e aprofundamento teórico sobre a temática, o estudo objetivou identificar as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com características descritivas. Foram definidas como fontes de busca as bases

*Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), utilizando-se como descritores/termos de busca: feminismo, epistemologia e gênero. O recorte temporal para a realização do estudo tomou como ponto de partida o ano de 2005, a fim de analisar as produções científicas publicadas nos últimos 10 anos. Visando manter o rigor do método científico, foram selecionados somente os artigos que apresentavam as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero e, assim, chegou-se ao *corpus* de análise deste estudo constituído pelo conjunto de 08 artigos. Os estudos apontam para a importância do feminismo e da temática gênero para consolidação de lutas e mudanças de práticas relacionadas à mulher, bem como promove novas reflexões referentes ao objeto de estudo.*

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo.
Epistemologia. Gênero.

ABSTRACT: Considering the feminist struggles and the gender issues as a possibility to foment new reflections and theoretical deepening on the theme, the study aimed to identify the epistemological contributions of the Brazilian studies on feminism and gender. It is a systematic review of the literature, with

descriptive characteristics. The search bases were defined as the *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), using descriptors / search terms: feminism, epistemology and gender. The time cut for the study took as its starting point the year of 2005, in order to analyze the scientific productions published in the last 10 years. In order to maintain the rigor of the scientific method, only articles that presented the epistemological contributions of the Brazilian studies on feminism and gender were selected and, thus, the corpus of analysis of this study was made up of a set of 08 articles. The studies point to the importance of feminism and gender thematic to consolidate struggles and changes in practices related to women, as well as promotes new reflections regarding the object of study.

KEYWORDS: Feminism. Epistemology. Gender.

1 | INTRODUÇÃO

A epistemologia feminista estuda as maneiras em que o gênero influencia nas concepções do conhecimento científico. Além disso, argumenta a distinção entre o sexo e o gênero, partindo de uma concepção de que o sexo compreende as diferenças biológicas entre homens e mulheres e o gênero, como um conceito criado para opor-se ao determinismo biológico das relações entre os sexos, concebendo-lhe um caráter fundamentalmente social (SCOTT, 1995).

Nesse contexto, o conceito de gênero é um instrumento de análise do impacto das ideologias que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que repercute mais negativamente sobre a mulher (BAIRROS, 1995). Cabe-nos ainda destacar que as epistemologias feministas envolvem tanto análises dos problemas epistemológicos da perspectiva feminista, quanto uma teoria do conhecimento ou da ciência feminista. Segundo Cabral (2006), suas abordagens perpassam pelo empirismo ingênuo, o enfoque psicodinâmico, a teoria feminista do ponto de vista, o empirismo feminista contextual e as epistemologias pós-modernas.

O empirismo ingênuo é descrito como uma epistemologia que ver as tendências sexistas e androcêntricas na ciência como fruto do mau emprego do método científico clássico, cuja aplicação direta levaria a boa ciência. Já o enfoque psicodinâmico tem por objetivo explorar as consequências da ciência ter sido construída majoritariamente por homens a partir de estudos sobre as diferenças entre moralidade e raciocínio de homens e mulheres. Mencionamos ainda, a Teoria do Ponto de Vista, que coloca a experiência da opressão sexista como resultado da posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social se interseccionam em diferentes pontos, enquanto o feminismo pós-moderno concebe a ciência como “narrar histórias”, uma negociação de interesses, não de busca de verdade (CABRAL, 2006).

Assim, Sardenberg (2007) destaca o lugar do sujeito feminino na ciência e na

tecnologia como uma possibilidade de pesquisa para as mulheres e não simplesmente sobre as mulheres. O feminismo enquanto teoria e prática, tem se constituído como um movimento fundamental na luta e conquista de novos espaços, formação de grupos e redes e para o desenvolvimento de um novo modo de pensar o ser mulher.

Esse estudo justifica-se por subsidiar o entendimento das lutas feministas, fomentando novas reflexões acerca das pesquisas para as mulheres e não apenas sobre as mulheres, além de suscitar novas produções, maior interesse político e visibilidade sobre o tema. Assim, questiona-se: Quais são as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero? Para responder a essa inquietação, delineamos como objetivo: identificar as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero.

A partir dessa percepção e reflexão em torno da epistemologia feminista e das respostas à questão de pesquisa delimitada, poderão ser geradas formas de pensar e agir, com ações políticas que possam produzir novos olhares para a atual sociedade, no que se refere a posturas e condutas racista, sexista e androcêntrica.

2 | METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com características descritivas, que, de acordo com Berwanger et al. (2007), constitui-se em um modo de sintetizar informações disponíveis em dado momento, referente a uma temática ou problema específico, sem perder de vista a objetividade e clareza por meio do método científico. A revisão sistemática possui enquanto princípios gerais, a exaustão na busca das pesquisas analisadas, a seleção justificada dos estudos por critérios de inclusão e exclusão explícitos e a avaliação da qualidade metodológica.

Foram utilizadas como fontes de busca, as bases *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Literatura em Ciências da Saúde (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), consultadas a partir da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os descritores/termos de busca foram: feminismo, epistemologia e gênero e suas combinações na língua portuguesa com inter-relação do operador booleano and. O recorte temporal para a realização do estudo tomou como ponto de partida o ano de 2005 e analisou as produções científicas publicadas nos últimos 10 anos, considerando documentos publicados no período de 2005 a 2014. A coleta foi realizada durante o mês de junho de 2015.

Os materiais científicos foram organizados em uma tabela no *Microsoft Office Word* 2010 com os seguintes indicadores: bases de dados, títulos, resumos, critérios de inclusão/exclusão, autores e ano de publicação. Para a **primeira etapa de seleção**, foi feita a leitura dos 17 títulos a fim de identificar a relação dos mesmos com os objetivos da pesquisa, sendo utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos que possuíssem associação dos descritores selecionados em seu título, resumo ou

corpo do texto; disponíveis na íntegra e no idioma português, publicados no Brasil, no período de 2005 a 2014.

Desse modo, foram excluídos: as duplicidades; os estudos em espanhol, inglês e outros idiomas; um artigo que tratava de homenagem a uma pesquisadora feminista; pesquisas que abordavam o fenômeno da violência contra a mulher a partir da perspectiva de gênero, bem como um relato de experiência na implantação de grupo de pesquisa na área de saúde da mulher.

Adotados os critérios supracitados, 11 artigos constituíram o material para a **segunda etapa da seleção**. Nesta etapa, foi realizada a leitura dos resumos a fim de filtrar os estudos cujos objetivos se aproximassem daqueles propostos por esta pesquisa. Seguiu-se, então, para a **terceira etapa de seleção**, constituída por 10 artigos, que foram lidos na íntegra. Nesta etapa, foi utilizado um instrumento com questões orientadoras que buscaram identificar nos artigos as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. Visando manter o rigor do método científico, foram selecionados os artigos que apresentavam tais contribuições e, assim, chegou-se ao *corpus* de análise deste estudo constituído pelo conjunto de 08 artigos.

Sabendo-se que esta revisão sistemática utilizou dados secundários e não incluiu a participação direta de seres humanos, dispensou-se a apreciação pelo Comitê de Ética. Entretanto, a pesquisa considerou as questões éticas que envolvem as produções técnico-científicas, descritas no Art. 91 do Código de Ética de Enfermagem cujo conteúdo destaca o princípio da fidedignidade das informações e respeito aos direitos autorais (COFEN, 2000).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relacionado ao cenário, os estudos foram desenvolvidos em âmbito nacional, em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, havendo uma diversidade de estudos entre as capitais. Enfatiza-se que existe uma relação desses achados com o fato dessas Universidades terem um maior número de docentes com título de Mestre e Doutor, além de muitas universidades possuírem programas de pós-graduação de qualidade com altos índices de publicação (AQUINO et al., 2011).

O estudo revela que entre os anos 2005 e 2014 foram publicados apenas oito artigos originais. Chama atenção que embora o recorte anual limite tenha considerado o ano de 2005, a primeira publicação data de 2006. Três estudos foram publicados em 2008, um em 2009 e três em 2011. Estudo realizado em 2006 mostrou o crescimento acentuado nas produções científicas, sendo localizadas 98 dissertações, 42 teses e 665 artigos sobre gênero e saúde (AQUINO et al., 2006). No entanto, nos anos atuais houve uma queda dessas produções sinalizando a necessidade de novos estudos sobre a temática.

Quanto ao periódico, quatro artigos foram publicados na Revista Estudos Feministas, atualmente classificada em Qualis A2; um na Educação em Revista, com Qualis B1; outro na Revista Brasileira de Ciências Sociais com Qualis A2; outro na revista de Psicologia e Sociedade com Qualis A2 e um na Revista Motriz de Educação Física, com Qualis B1. Considerando as oito produções científicas, classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seis tem Qualis A2 e duas enquadram-se no B1. Segundo o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, podemos inferir que embora reduzida, a produção científica sobre a temática vem sendo divulgada em periódicos de circulação nacional e internacional considerados mais qualificados CAPES, visto que o Qualis B1 representa um bom estrato, atrás apenas do A1 e A2.

O Qualis representa a estratificação da qualidade dos veículos de produção intelectual. Esses estratos são definidos pela CAPES, cujo trabalho é realizado em parceria com o Ministério da Educação, incentivando a divulgação da produção científica, aprimorando a formação de recursos humanos e viabilizando a extensão, além de favorecer a consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), sendo a principal agência governamental de acompanhamento e coordenação das atividades de pós-graduação do Brasil (SANTOS; LEMOS, 2011).

Os artigos selecionados foram publicados em que apontam a importância do feminismo e da temática gênero para consolidação de lutas e mudanças de práticas relacionadas à mulher. Assim, após a análise de todo o material, elencamos as seguintes categorias: Contribuições epistemológicas no âmbito da saúde dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero (categoria 1); Contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero para o empoderamento de mulheres (categoria 2).

Categoria 1 Contribuições epistemológicas no âmbito da saúde dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero

O feminismo se constituiu em um dos maiores movimentos sociais já vistos no século XX, sendo um campo de estudo cada vez mais investigado, sobretudo, por representar um saber que permite o diálogo entre as diversas esferas de inserção e vivência das mulheres, de modo a permitir novos olhares sobre o conhecimento produzido (OLIVEIRA, 2008). Muitos estudos investigados chamam a atenção para essa afirmativa e esclarecem que o conhecimento é dinâmico e se relaciona diretamente com um sujeito em conflito e que tem relação contínua com a dúvida e com a inconstância (OLIVEIRA, 2008).

Sardenberg (2007) destaca que o objetivo maior do projeto feminista é deixar claro que as mulheres têm capacidade e autoridade do saber e é preciso produzir conhecimentos que venham a responder a interesses para a sua emancipação. Neste sentido, os artigos destacam que o processo de invisibilidade das mulheres no

mundo das ciências se prolongou por muitos anos, sendo esse segmento excluído das produções devido ao próprio sistema do patriarcado. Porém, a crítica feminista, que luta pela igualdade de gênero, vem se fortalecendo e fazendo duras críticas, sobretudo quanto ao fato de que a ciência não é neutra, permitindo a participação massiva apenas dos homens (OLIVEIRA, 2008; SARDENBERG, 2007).

Apesar do processo de invisibilidade pelo qual passou e, por vezes, passam as mulheres, observam-se avanços nesse contexto. No que tange a investigações relacionadas às mulheres, as pesquisas têm se constituído cada vez mais como um vasto campo de investigação para as diversas áreas de conhecimento. Concernente aos estudos feministas e de gênero, estes têm representado importante fonte de contribuição para essas áreas, sobretudo, a área da saúde. As pesquisas com orientação feminista e de gênero vem fomentar a possibilidade do diálogo da saúde com essas temáticas, maior emancipação política, com reflexões para práticas inovadoras e democráticas para o cuidado em saúde, principalmente para as mulheres (COSTA, 2011; OLIVEIRA, 2008).

Quando as pesquisas relacionadas à mulher dialogam com temáticas como o feminismo e o gênero, que são temas transversais e relevantes, torna-se possível a existência de uma abordagem interdisciplinar. Para isso, é necessário romper com paradigmas dominantes que conceberam a sociedade em seu contexto racista, sexista e marcada por inúmeras e permanentes desigualdades entre homens e mulheres (BAIROS, 1995; OLIVEIRA, 2008).

Os estudos motivam uma percepção mais profunda quanto às contribuições que o diálogo com o feminismo e com o gênero vem engendrando em temas como a violência contra a mulher e a situação do aborto no país. Não é possível conceber os resultados da violência sofrida por mulheres, seja por parceiros(as), profissionais de saúde, apenas como um ato isolado e com conseqüências físicas de curto prazo. É preciso vê-las como um fenômeno que produz efeitos emocionais, físicos, sociais, profissionais e existenciais, e diversas vezes permanentes (OLIVEIRA, 2008).

As pesquisas que se orientam no feminismo vêm alertando para o fato de que as mulheres devem ter o controle sobre o seu corpo e a sua sexualidade de modo que as possibilite romper com as relações hegemônicas de poder dominantes (serviços, companheiros(as), gestores, profissionais) sobre o dominado (a mulher) (OLIVEIRA, 2008). A dominação é um processo que tem uma conformação dialética e é preciso superá-lo. Há estudo que evidencia que a exclusão social e o domínio sobre grandes riquezas também contribuem para as diferenças entre mulheres, e o feminismo precisa está atento para a dominação de mulheres sobre mulheres (GIFFIN, 2006).

Outra importante contribuição da temática feminismo e gênero para a saúde se refere a questões relacionadas com o domínio do próprio corpo, da sexualidade e da orientação sexual. Quando discutimos sexo, há uma tentativa de se exercer o controle sobre os corpos das pessoas, com diversas cobranças que resultam em proibições e punições. Assim, ditam-se regras de exercício da sexualidade com normas bem

estabelecidas de monogamia, relações heterossexuais e dever reprodutivo. Busca-se com essas diretrizes fomentar práticas sexuais seguras nomeadamente chamadas de ideal de sexualidade. Essas condutas imprimem na mulher a negação dos direitos sobre o seu próprio corpo, sendo necessárias maiores discussões, sobretudo quanto à categoria gênero e não só o tema sexo puramente biologicista (ALTMAN, 2001; CÉSAR, 2009).

As orientações feministas buscam romper com um sistema que estabelece quais os papéis sociais que homens e mulheres devem exercer na sociedade, considerando que cada indivíduo tem sua própria biografia, com desejos e ações concretas e valores distintos. Ademais, as diferentes relações sociais perpassam por diferenças de gênero, raça, cor, devendo ser considerada a subjetividade e necessidade de cada pessoa, ainda que em uma relação hierárquica de poder (CÉSAR, 2009; CABRAL 2006; OLIVEIRA, 2008).

Os movimentos feministas tiveram e têm importante papel no que se refere a chamada “cegueira de gênero” nas ciências sociais, convocando a todas(os) pesquisadoras(es) para um debate mais próximo da emancipação da mulher em seu contexto individual, social, político e ideológico, reconhecendo-a não apenas como uma cidadã no/do mundo mas alguém com capacidade e conhecimento necessários para transformá-lo (HAMLIN, 2008). Autoras como Saffioti (2002) chamam a atenção para o fato de que é preciso estar alerta às contribuições trazidas pela discussão sobre gênero ao escopo das pesquisas e produções científicas. O sistema binário, tão hegemônico e que por muitos anos tem impedido a igualdade na sociedade, não deve ser repaginado e fortalecido com um sistema que garanta poder a um grupo em detrimento de outro, a saber: mulheres e homens, respectivamente (HAMLIN, 2008).

Scott (1995) chama a atenção para a discussão de gênero enquanto categoria analítica na saúde uma vez que essa discussão permitiu conceber as mais variadas perspectivas que se relacionam com o processo saúde-doença. Do ponto de vista do pensamento feminista e de gênero enquanto categoria de análise, muitas pesquisadoras mantêm a negação de que a ciência é neutra. Importante entender que as práticas em saúde devem garantir o encontro entre o cuidar e as perspectivas de classe, geração, cor, raça, gênero, orientação sexual, de forma a fortalecer e proporcionar um cuidado individualizado e integral (FERREIRA; NASCIMENTO; PAIVA; TEIXEIRA, 2012).

Para cuidar de forma individualizada é imprescindível que mulheres e homens sejam vistos para além dos aspectos biológicos. Não é possível cuidar, se o entendimento que se tem sobre condutas de homens e mulheres são sustentadas por uma visão binária, baseada em estereótipos ditados por normas hegemônicas que distinguem o que é legítimo e o que é ilegítimo. O feminismo e gênero vêm contribuir para o entendimento de que não deve haver condutas pré-determinadas para homens e mulheres e é preciso repensar normas e atitudes, sobretudo no que se refere às representações sexuais sobre o feminino e o masculino para que assim, possamos alcançar conquistas mais reais quando o tema for igualdade entre mulheres e homens

(ALÓS, 2011; BRASIL, 1998).

Assim, é preciso que novas reflexões e estudos sejam feitos para que haja um encurtamento entre o que se quer e o que se tem para mulheres e homens na sociedade atual. É essencial pensar o feminismo e o gênero como temas transversais e capazes de fomentar novas discussões quanto à saúde, com possibilidade de suscitar propostas de ações interdisciplinares para gerar novos aprendizados e mudanças de práticas no cuidado, e nas pesquisas para e com as mulheres.

Categoria 2 Contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero para o empoderamento de mulheres

Segundo Romano e Antunes (2002) o termo empoderamento passa a ser utilizado nos anos de 1970 com o fortalecimento dos movimentos sociais, dentre esses os movimentos feministas. Nos artigos analisados foi possível observar que segundo Gohn (2004) o empoderamento não possui uma característica universal. Para a autora, refere-se a mobilizações capazes de gerar em um grupo ou em uma comunidade a capacidade de desenvolver estratégias que promovam o crescimento, autonomia e progresso sucessivo em suas vidas, tanto no que se refere a bens materiais, quanto ao desenvolvimento de uma visão crítica da realidade social.

Os grupos sociais, em suas lutas, discussões e reflexões, encorajam o debate sobre novas práticas sociais para promover a visibilidade de questões, sobretudo relacionadas ao empoderamento de mulheres. Empoderamento aqui é entendido como o poder que um grupo possui de escrever a sua própria história sendo protagonista e autônomo em suas lutas e decisões. (SANTOS; LEMOS, 2011; GOHN, 2004; ROMANO; ANTUNES, 2002).

Os artigos abordam a importância dos movimentos sociais no processo de empoderamento de mulheres. Uma das contribuições do feminismo e gênero nessa perspectiva de tornar grupos empoderados é que esse processo proporciona mudanças estruturais que podem desarticular os processos de dominação das mulheres, das suas idéias, de seus corpos podendo gerar autonomia e poder de decisão. As conquistas dos movimentos feministas e das discussões acerca da temática gênero vêm proporcionar maior politização das mulheres e da sociedade com vistas a garantir direitos e conquistas individuais e coletivas, com resgate de uma perspectiva plural e multidimensional (MATOS, 2008; ROMANO; ANTUNES, 2002).

Ademais outra contribuição que as abordagens teóricas do feminismo e de gênero engendram é de chamar a atenção das(os) pesquisadoras(es), das mulheres e das feministas, quanto a necessidade de uma visão mais crítica e reflexiva quanto aos aspectos que envolvem a opressão, subordinação e subalternização de mulheres. É imprescindível o fortalecimento de ações emancipatórias e a ressignificação das relações de gênero e poder no cotidiano das lutas e relações entre homens e mulheres. (ALÓS, 2011; SANTOS; LEMOS, 2011; MATOS, 2008).

Cabe destacar que os artigos ressaltam a importância histórica da construção da mulher oprimida em que o homem possuía poder sobre ela. Ao destacar o empoderamento de mulheres, o feminismo e o gênero ressaltam a possibilidade de discussões/reflexões de temas fundamentais: a presença de uma mulher com potência suficiente para discutir politicamente a sua inserção e participação na tomada de decisão; a luta por uma sociedade com maior justiça social; as posições de gênero; as formas como são feitas a divisão social e sexual do trabalho; as relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens e a mobilização política das mulheres (SANTOS; LEMOS, 2011).

Outro aspecto levantado por alguns artigos analisados é do empoderamento de mulheres no que tange a possibilidade de fazer ciência e colaborar com a produção do conhecimento científico. Por muito tempo a mulher foi excluída desse processo, especialmente por questões relacionadas a religião e a algumas organizações científicas. Mais uma vez os movimentos feministas no século XX tiveram participação efetiva no redirecionamento de como se conceber o conhecimento (MATOS, 2008). Assim, buscou-se romper com a dominação do androcentrismo e lutar por debates científicos mais democráticos voltados para as questões relacionadas a gênero e as mulheres (HAMLIN, 2008; MATOS, 2008; SANTOS; LEMOS, 2011).

Devide et al. (2011) esclarecem que as mulheres também se mantiveram excluídas de algumas profissões consideradas por muitos, como masculinas, como é o caso da Educação Física, reforçando mais uma vez as relações de poder, o determinismo biológico e exclusão da discussão de gênero no âmbito das relações. Os movimentos feministas vêm fortalecer reflexões sobre a temática e lutar pela participação igualitária da mulher na esfera pública. Na Educação Física brasileira a temática gênero passou a ser incorporado nas discussões na década de 80 e ainda hoje persistem alguns equívocos em sua utilização, principalmente quando o termo é utilizado como sinônimo de sexo.

Diante disso, nota-se que os movimentos feministas e outros movimentos sociais tiveram importante papel nas lutas para o empoderamento de mulheres. É importante que haja outras discussões sobre a temática gênero e feminismo para que situações como opressão, subordinação, e ausência das mulheres no cenário político sejam desestimuladas e enfrentadas. É preciso maior participação da mulher na produção de pesquisas bem como na tomada de decisão frente a questões relacionadas ao processo de emancipação política, social e pessoal com conquistas não só individuais, mas coletivas.

4 | CONCLUSÕES

Relacionado ao cenário, todos os estudos foram desenvolvidos em âmbito nacional, em grandes e importantes universidades das capitais brasileiras. Entre os anos 2005 e 2014 foram publicados apenas oito artigos originais, o que revela um

número bastante reduzido nos dez anos pesquisados, correspondendo a menos de um artigo por ano. Os artigos foram publicados em periódicos de circulação nacional e internacional, o que contribui para a difusão de conhecimentos sobre a temática.

É indispensável refletir que o feminismo e o gênero são temas transversais, de suma importância para a sociedade e capazes de gerar diversas discussões no campo da saúde. Ao se aprofundar em tais temáticas é possível promover mudanças nas práticas do cuidado em saúde principalmente no que tange a mulheres. É importante considerar que o movimento de mulheres aliado aos diversos movimentos sociais, sobretudo no que se refere a gênero e feminismo, tem importante papel na luta para a consolidação da autonomia e do empoderamento dos mais variados grupos. No entanto, faz-se necessária maior participação das mulheres e da sociedade nas discussões de forma a vislumbrar conquistas não apenas individuais, mas também de caráter coletivo, principalmente nas questões relacionadas a emancipação política e social da mulher no cenário nacional.

Ainda é muita escassa a produção acadêmica no que diz respeito as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. São grandes os desafios políticos, epistemológicos e metodológicos para consolidação dos avanços alcançados. A grande diversidade de questões abordadas torna qualquer revisão de caráter panorâmico parcial e insuficiente. É preciso produzir sínteses dessa literatura em cada uma de suas vertentes para precisar melhor lacunas e caminhos de investigação.

Um grande desafio diz respeito à transversalidade do gênero e à necessidade de articular esta categoria analítica a outras como raça/etnia, classe social e geração. Existe uma possibilidade de maior enriquecimento da reflexão teórica, podendo ser somado a esforços intelectuais e políticos para a compreensão da saúde e de seus determinantes na luta contra as desigualdades e pela justiça social.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela M L. **Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil**. Rev. Saúde Pública. 2006.

AQUINO, Priscila de Souza et al. **Análise da produção científica sobre enfermagem obstétrica na base de dados Scielo**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene, 2011.

ALÓS, Anselmo Peres. **Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2011.

ALTMAN, Helena. **“Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais”**. Revista de Estudos Feministas, 2001.

BAIRROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados**. Rev Estudos Feministas. 1995.

BERWANGER, Otávio et al . **Como avaliar criticamente revisões sistemáticas e metanálises?**. Rev. bras. ter. intensiva, 2007.

- CABRAL, Carla Giovana. **Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica.** Rev Tecnologia e Sociedade, 2006.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”.** Educar, Curitiba, Editora UFPR, 2009.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN-240/2000 - Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.** Rio de Janeiro, 2000..
- COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. **Estendendo o fio de Ariadne: sexualidade feminina e a interseção com o cuidado nos discursos de enfermeiras.** Salvador/BA: Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2011
- DEVIDE, Fabiano Pries et al. **Estudos de gênero na Educação Física Brasileira.** Motriz, 2011
- FERREIRA Sílvia Lúcia; NASCIMENTO Enilda Rosendo do; PAIVA Mirian Santos; TEIXEIRA Simone Andrade. **Reflexões teórico-metodológicas sobre os usos do conceito de gênero nas áreas de saúde e de enfermagem.** In: O pensamento feminista e os estudos de gênero experiências na Escola de Enfermagem da UFBA. Sílvia Lúcia Ferreira, Enilda Rosendo do Nascimento e Mirian Santos Paiva (Org.). 2012
- GIFFIN, Karen Mary. **Produção do conhecimento em um mundo problemático: contribuições de um feminismo dialético e relacional.** Revista Estudos Feministas, 2006
- GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Saúde e Sociedade, 2004
- HAMLIN Cynthia Lins. **Ontologia e Gênero: Realismo crítico e o método das explicações contrastivas.** RBCS, 2008
- MATOS Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências.** Estudos Feministas, 2008
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento.** Estudos Feministas, 2008
- ROMANO, Jorge O. Romano; ANTUNES, Marta. **Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza.** In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Org. Jorge O. Romano e Marta Antunes. Rio de Janeiro : Action Aid Brasil 116p. 2002
- SANTOS, Daniele Vasco; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **Uma analítica da produção da mulher empoderada.** Psicologia & Sociedade, 2011
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** labrys, *études féministes/ estudos feministas*, 2007.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS Corpo, SILVA, Alcione Leite; CORREIA, Patrícia. Categoria de gênero na enfermagem. Rev. Bras. Enferm. v. 5, 1995
- SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS

Andrea Geraldi Sasso

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR
campus Campo Mourão),
Campo Mourão - PR.

Fabiane Freire França

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR
campus Campo Mourão), Departamento de
Pedagogia,
Campo Mourão - PR.

RESUMO: O trabalho tem como objetivo elencar discussões acerca da (re)produção de representações hegemônicas de gênero, demarcadas nas práticas educativas de uma instituição escolar municipal da cidade de Campo Mourão/PR - Brasil, nas modalidades de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentando propostas de intervenções pedagógicas voltadas à formação e prática docente. Nesta direção, busca-se responder: Como os Estudos de Gênero podem contribuir para uma formação continuada de professoras no âmbito escolar? Os dados para análise foram recolhidos da participação de um projeto de extensão envolvendo todas as profissionais da instituição (pedagoga, coordenadora, professoras e funcionárias), observações não-participantes em sala de aula e ações diversas do cotidiano escolar. Utilizamos os pressupostos da vertente teórico-

metodológica dos Estudos de Gênero com aporte dos Estudos Culturais nesta pesquisa, por proporcionar a problematização do que é considerado natural e normal pela sociedade, afim de perceber que, ao se trabalhar as relações sociais e culturais de gênero na educação, a identidade de homens e mulheres, são (re)produzidas e incorporadas ao longo da vida de acordo com o que as instâncias sociais propõem, dentre elas, a escola. Diante da categorização e análise teórica dos dados, ficou evidente o binarismo nas falas e ações das professoras e demais profissionais da escola, bem como nas ações dos/as alunos/as no contexto pesquisado. Em contrapartida, evidenciamos que pensar a educação na visão do gênero é possível e permite problematizar possíveis situações que surgem no decorrer do cotidiano escolar, seja dentro ou fora da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Representações de Gênero; Práticas Pedagógicas; Formação Continuada.

ABSTRACT: The objective of this work is to list discussions about the (re)production of hegemonic gender representations, which were demarcated in the educational practices of a public school in Campo Mourão / PR - Brazil, in the modalities of Children Education and first years of Primary School, presenting proposals

for pedagogical interventions focused on teacher training and practice. In this direction, it is sought to answer: How can Gender Studies contribute to a continuing education of female teachers in the school environment? The data for analysis were collected from the participation of an extension project involving all the professionals of the institution (coordinator, teachers and staff members - all women), non-participant observations in the classroom and actions other than school routine. In this research, we used the assumptions of the theoretical-methodological aspect of Gender Studies with the contribution of the Cultural Studies, because they provide the problematization of what is considered natural and normal by society, in order to realize that, when working the social and cultural relations of gender in the education, the identity of men and women, are (re)produced and incorporated throughout the life according to what the social instances propose, among them, the school. As per the categorization and theoretical analysis of the data, binarism was evident in the statements and actions of the teachers and the other professionals, as well as in the actions of the students in the context of research. On the other hand, we show that thinking about education in the gender perspective is possible, and it allows us to problematize possible situations that arise in the course of everyday school life, be it inside or outside the classroom.

KEYWORDS: Education; Gender Representations; Pedagogic Practices; Continuing Education.

1 | INTRODUÇÃO

Frente ao cotidiano reforçador (social, cultural, histórico, etc.) de tipos de comportamentos, posturas e maneiras/formas de *ser* que moldam e demarcam corpos, gêneros, sexualidades, etc., deparamo-nos muitas vezes, com atitudes preconceituosas, desiguais que refletem em sala de aula, seja por parte dos/as próprios/as alunos/as, por parte das professoras (neste trabalho, damos preferência à utilização do termo *professoras*, e não *professoras/as*, tendo em vista que as mulheres são maioria entre os docentes no período de alfabetização, além disso, o único professor homem da referida escola não aceitou participar do projeto de extensão), demais profissionais/funcionários/as ou em inscrições explícitas ou implícitas nas paredes, muros, portas, carteiras, etc. do ambiente escolar (LOURO, 2000).

Lidar com as representações (ideias/concepções) sobre os assuntos citados na escola, permiti-nos entender que não há respostas únicas, prontas e certas, mas sim, representações que se alteram e que se adaptam conforme os seus usos e circunstâncias do contexto histórico (HALL, 1997, p. 09, *apud*, WORTMANN, 2001).

Desse modo, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa vinculada ao programa de Iniciação Científica (UNESPAR/Campo Mourão) desenvolvido ao longo dos anos de 2012 a 2013 e fomentado pela Fundação Araucária, cujo objetivo foi investigar as representações de gênero presentes nas práticas educativas da Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública, municipal, da

cidade de Campo Mourão/PR, e nesta direção, provocar maiores discussões sobre a temática, além de refletir sobre ações e propostas pedagógicas na escola.

Diante da categorização e análise teórica dos dados, ficou evidente o binarismo nas falas e ações das professoras e demais profissionais da escola, bem como nas ações dos/as alunos/as no cotidiano escolar. Destacamos também, que nossas concepções acerca do mundo e de nós mesmos/as estão pautadas em visões hegemônicas, nas relações sociais vivenciadas e construídas com base em parâmetros de normalidade.

2 | METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, priorizamos o referencial teórico metodológico da abordagem dos Estudos de Gênero com aporte teórico dos Estudos Culturais. Para isso, a abordagem teórica propõe análises e intervenções sobre o que é considerado natural e normal pela sociedade, principalmente na instituição escolar.

Esta pesquisa, caracterizada como uma pesquisa-ação participativa (COSTA, 2003), permitiu a convivência com as participantes (diretora, pedagoga, professoras e funcionárias) do projeto de extensão, as observações não-participantes em sala de aula da relação professora e alunos/as, entre alunos/as e do ambiente escolar como um todo (cartazes, inscrições, brincadeiras). Na condição de colaboradora do projeto de extensão foi possível levantar os dados necessários para a realização do presente trabalho.

O projeto de extensão, desenvolvido pela universidade local (UNESPAR/Campo Mourão), envolveu ao todo 18 profissionais, dentre elas, a diretora, pedagoga, professoras da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e auxiliares de serviços gerais, que também demonstraram interesse em participar do projeto.

Foram realizados no total oito encontros, quinzenais. O foco principal dos encontros foi à abordagem das discussões de gênero, sexo e sexualidade na sala de aula, com ênfase nas diferenças de homens e mulheres que podem se configurar como desigualdades nas esferas sociais. O fato, por exemplo, de mulheres ocuparem os mesmos cargos profissionais de homens, mas não terem o mesmo reconhecimento social (FRANÇA, 2009). Para este trabalho, priorizamos a análise do sétimo encontro, por ser este voltado mais especificamente as discussões de gênero, além do mais, todos os encontros correspondem a um vasto material para posteriores estudos.

Foram realizadas observações em sala de aula (Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental) em uma instituição escolar pública da cidade de Campo Mourão/PR, onde atuam as profissionais participantes do curso, durante meio período (vespertino). Este projeto de extensão ocorreu no período de agosto a novembro de 2011. Foram utilizados registros em caderno de campo, com objetivo de levantar possíveis casos da desigualdade de gênero e usá-los nas discussões dos encontros com as participantes.

Também foram gravados em áudio e transcritos, todos os oito encontros com as profissionais juntamente com a equipe coordenadora do projeto. Buscou-se autorização da instituição para o uso das transcrições de todos os encontros na íntegra, cumprindo os termos éticos da pesquisa de não revelar a identidade das participantes.

Para análise, subdividimos os dados coletados, em dois momentos. Mediante as teorizações sobre as discussões de gênero, apresentaremos como primeiro momento de análise, as discussões do projeto de extensão, que representa as concepções que as professoras, diretora, pedagoga e demais profissionais abordam sobre as relações de gênero, denominada neste trabalho como “Concepções sobre gênero”. O segundo momento “Espaços (re)produtores de gêneros”, perpassa as observações, sobre as relações entre professores/as e alunos/as, entre alunos/as e demais marcações presentes fora da sala de aula, porém presentes dentro do espaço escolar.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Inúmeras são as situações, como observadas durante a realização deste projeto, em que sujeitos, de forma intencional ou não pré-julgam os papéis, comportamentos, pensamentos que não seguem os padrões estabelecidos. Um exemplo disso é quando escutamos certas expressões sobre a mulher, que na maioria das vezes, ainda é vista nesta sociedade como a frágil fisicamente, sem defesa, apelidada de o “sexo frágil”. Enquanto o homem é visto como aquele que se sobressai pela coragem, força e o vigor sexual. Exemplos como estes, mostram que os estereótipos ligados ao gênero são reforçados “[...] por práticas divisoras de sujeição, conseguidas pelas relações econômicas, pelos hábitos e tradições e, também, pela educação” (MESOMO, 2004, p. 101).

Diante disso, subdividimos a análise dos dados em dois importantes momentos: anotações e transcrição do áudio das representações das participantes durante o sétimo encontro do projeto de extensão e em segundo momento, as observações não-participantes nas salas de aula e demais espaços da escola que foram categorizadas na sequência.

O primeiro momento de análise contempla as anotações em caderno de campo das representações das participantes professoras, pedagoga, diretora e funcionárias da escola, tendo como ponto de destaque as “Concepções sobre gênero”.

No grupo de estudos foi relevante perceber os tipos de representações que aparecem nas falas dos professores/as e demais profissionais como padrões (as falas são diferenciadas das citações pela sua inserção em quadros com um formato em letra menor. Em alguns momentos são utilizados trechos das falas inseridos no corpo do texto identificado por aspas duplas. Todos os nomes citados são fictícios). A questão é que tais padrões, de modo direto ou indireto, refletem na identidade de cada uma, explicando assim, como se forma o *ser*, o que se quer *ser*, como *ser*, pois,

não há dúvidas de que em diferentes lugares, exigem-se diferentes comportamentos, aceitáveis e os não aceitáveis, influenciados por diversas instituições como a mídia, política, família e, sobretudo, a escola. É neste contexto que enfatizamos a opinião das participantes ao serem questionadas sobre os padrões de gênero,

Coordenadora: “Na sociedade nós temos muito demarcado a relação de que os homens ‘são’ o que as mulheres não ‘são’. Há diferenças pra vocês?”. As participantes responderam que são muitas as diferenças. A Coordenadora questiona: “Quais as diferenças Ana?”. Ana responde: “as mulheres são sensíveis e os homens são insensíveis”. A partir destas questões a coordenadora faz uma proposta: “Por conta dessas diferenciações eu vou pedir a vocês que escrevam neste papel, por gentileza. Nessa folha, escrevam as qualidades que são consideradas de homens e as qualidades que são consideradas de mulheres”. A participante Joana pergunta: “Ah meu Deus! Pode por defeito?”. Fernanda questiona: “Só as qualidades? Quantas?”. Carol expõe sua opinião: “Eu coloquei assim oh! Delicada, sensível, emotivas; homem racional, objetivos”. Sara complementa: “Responsáveis”. Helena contrapõe dizendo: “Nem todos né”, mas as mulheres também são”. Denise: “A mulher é muito detalhista com as coisas, elas se emocionam, a mulher se preocupa com duas ou até mais coisas ao mesmo tempo: trabalho, com quatro filhos ou com alguma outra coisa”. Carol: “Ela consegue conciliar”. Paula: “É ela tem essa versatilidade”. Denise: “O homem simplifica mais as coisas” (Trecho extraído da transcrição em áudio do 7º encontro – novembro/2011).

Notamos dúvidas e inquietações por serem essas qualidades também características “próprias” e pessoais que foram incorporadas ao longo do tempo sem tantos questionamentos, como mulher delicada e homem forte. Explicitamos durante os encontros a necessidade de percebermos outras qualidades tanto de homens quanto de mulheres, permitindo com isso, a oportunidade de as participantes falarem de suas experiências no cotidiano da instituição escolar, elencando inúmeros fatos e determinados comportamentos ligados à temática que permeia o trabalho escolar.

Muitos pensamentos que são colocados como “naturais”, como por exemplo, os conceitos de sexualidade e de gênero estão carregados de preconceitos e evidenciam concepções que podem e muitas vezes estão relacionadas à, “[...] conceitos dogmáticos, especulativos, preconceituosos, limitados e conservadores, [...]”, (SANTOS e ARAUJO, 2009, p. 13) também ligados à formação, em relação à falta de preparação utilizada como argumento de professores/as para repensarem suas práticas pedagógicas.

Compreende-se assim, que o ambiente escolar,

[...] se constitui num contexto propício não só para a propagação de concepções sociais fundamentadas em referenciais hegemônicos – *no sentido de privilegiar determinados grupos sociais* – mas também das ali produzidas, que muitas vezes promovem as diferenças como produtoras de desigualdades sociais (SANTOS e ARAUJO, 2009, p.15, grifos nossos).

Assim, professoras, educadoras como sendo os principais referenciais do conhecimento científico, segundo Santos e Araújo (2009, p. 15) tornam-se,

[...] referenciais da discussão sobre sexualidade na escola, pois podem optar por: não discutir, abstendo-se do “problema” (que não deixará de existir); [...] ou, ainda, problematizar de forma mais crítica a discussão da sexualidade para além da prevenção e promoção da saúde, considerando a intencionalidade e as relações de poder existentes na produção dos saberes.

Observamos, neste contexto, que valores permeiam as ideias que professoras/es carregam ao longo da vida, e que muitas vezes, são esses valores que são transmitidos nos conteúdos escolares e que delineiam construções de identidades dos/as estudantes. Muitas vezes estes valores reforçam os estereótipos para continuar mantendo a descrição dos sujeitos “normais” e “anormais” na sociedade, assim, aprovados ou não por alunos/as, tais valores penetram na nossa cultura e começa nos parecer natural, normal, uma verdade.

Estes valores podem ser percebidos em uma das afirmações feita pelas participantes quando consideram ser a mulher “[...] Delicada, sensível, emotivas;” e o homem “racional, objetivos” (Trecho extraído da transcrição em áudio do 7º encontro – novembro/2011), fixando ainda mais a visão já aceita e sempre reafirmada no meio social desta sensibilidade feminina e a objetividade masculina como uma visão dualista e binária.

O próximo exemplo contempla a diferenciação do sexo e gênero que muitas vezes são encarados como sinônimos. Uma das discussões abordadas durante o projeto de extensão é a diferença entre sexo e gênero. Uma das participantes do projeto de extensão estava grávida, então, a coordenadora aproveitou como exemplo a gravidez para problematizar situações do cotidiano que envolvem perguntas que normalmente são feitas e que remetem a pré-conceitos entre a diferença sobre sexo e gênero,

Coordenadora: “Quantas vezes já perguntaram para você se ia ser menino ou menina?” Participante: “Ah muitas vezes (risos), todo mundo pergunta”. Coordenadora: “E você já sabe?” Participante: “Não, ainda não”. Coordenadora: “Quando nós perguntamos se é menino ou menina, nós estamos perguntando sobre o sexo e não sobre o gênero [...]” (Trecho extraído da transcrição em áudio do 7º encontro – novembro/2011).

Há distinções significativas entre os conceitos de gênero, sexo e sexualidade que muitas vezes são interpretados como sinônimos pela maioria das pessoas, inclusive por nós profissionais da área da educação. Esses conceitos precisam ser refletidos para uma melhor compreensão dos significados presentes nas problematizações levantadas sobre essas temáticas da “[...] construção social que tem a ver com a distinção masculino/feminino incluindo as construções [...] que a sociedade forma não só a personalidade e ao comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece” (NICHOLSON, 2000, p. 02).

É neste sentido que o “[...] o conceito de gênero é uma produção histórico-social, permeada por relações de poder, interesses, conflitos, contradições e negociações

entre indivíduos e grupos” (FRANÇA, 2009), também é visto quanto à identificação do tipo de relação social que é estabelecido entre homens e mulheres, determinados pela cultura e tempo histórico que vivemos, pois, são através dos estereótipos que estão inteiramente ligados ao preconceito de gênero, que são produzidos papéis como regras às mulheres e aos homens, de forma a reproduzir comportamentos, separando-os por categorias. Separações e diferenças mal interpretadas também acontecem com o sexo e sexualidade, definidos por Heiborn, Araújo e Barreto (2010) como,

[...] ser biologicamente macho ou fêmea - ter os órgãos genitais e as capacidades reprodutivas apropriadas a cada sexo. [...] sexualidade: ter uma predisposição inata para a orientação sexual – eleger, necessariamente, pessoas do „sexo oposto “como objetos de desejo e parceiros de afeto.

Neste sentido, destacamos que a articulação biológica entre sexo, gênero e sexualidade não é inata, tampouco a única combinação possível. Podemos nos deparar com as mais variadas formas de ser, agir e pensar no mundo: homens femininos, mulheres masculinas, mulheres que gostam de relacionar sexualmente com mulheres, homens que gostam de se relacionar com homens vestidos de mulheres (LOURO, 2000). Nesta direção, a escola por ser um ambiente de pensamentos divergentes poderia abordar e trabalhar com as diferenças, porém, muitas vezes acontece o contrário, ela acaba sendo espaço de reprodução de desigualdades, como por exemplo, “certos” comportamentos atribuídos a meninas e meninos como “verdades” a serem incorporadas e reproduzidas por todos/as.

Assim, foi perceptível que as representações das participantes ressaltam a dicotomia das relações entre homens e mulheres na sociedade. Tais representações, possivelmente são transmitidas para os alunos e alunas, o que notaremos com mais ênfase na categoria a seguir.

No segundo momento de análise, percebemos nas observações em sala de aula, um “Espaço (re)produtores de Gêneros”, ou seja, práticas cotidianas e dinâmicas de (re)produção de comportamentos e identidades de gênero, ora entre alunos/as ora na relação das professoras com os alunos/as e no espaço como um todo. Seguem alguns exemplos de trechos extraídos dos relatórios de observação,

Logo após todos entrarem na sala para o início da aula, a professora diz a uma das alunas “‘ta’ parecendo moleque fazendo bagunça”, a aluna olha atentamente para a professora e senta (Trecho extraído do relato de observação – outubro/2011).

Neste exemplo, podemos analisar as construções sociais da ideia em torno do que esperar do masculino e do feminino. Ao encontro destas representações Auad (2006, p. 33) destaca que a “[...] a imagem de ‘bagunceiros’ ou ‘ameaçadores da ordem’” são termos muitas vezes instituídos como características dos meninos, com isso, remete-se a ideia que o comportamento da aluna, segundo a professora,

estava fora da disciplina tida como uma das características femininas, além de outras características como “[...] obedientes, cuidadosas, que trabalham duro e asseguram a ordem, sem jamais subvertê-la.” (AUAD, 2006, p. 35).

Em outra situação observada durante a prática de sala de aula acontece a seguinte situação,

A professora estava com uma parte do brinquedo na qual a bolinha de papel era vermelha quase pink, uma das meninas diz: “faz verde para os meninos” e a professora pergunta: “O que é que tem? Você gosta de azul?”. Ela responde: “Gosto”. A professora continua: “E de vermelho?” A aluna responde: “Eu gosto de todas”. A professora prossegue com os questionamentos: “Qual a cor dos meninos?”, “todas menos... (faz cara de dúvida) e responde: “Pink”. A professora acha graça e diz “minhas meninas espertas” (Trecho extraído do relato de observação – outubro/2011).

Nesta situação podemos ressaltar que as representações de gênero são reproduzidas de maneira hegemônica pelas práticas pedagógicas quando são atribuídas cores diferenciadas a meninos e meninas. Não apontamos a ação da professora como um erro ou omissão de questionar ou problematizar a situação, mas em contrapartida é importante sugerirmos que em situações como estas, os/as professoras/es repensem os significados, a formação da identidade de meninos e meninas que envolvem cores, brinquedos, atitudes, valores. Em outro exemplo observado,

De repente, uma das meninas diz para outra em voz alta: “A cueca dele (apontando para um dos meninos) ‘ta’ aparecendo”. O menino percebe e fica sem graça. A professora escuta o comentário e pergunta a todos: “Ninguém usa cueca ou calcinha? Só ele?” (Todos ficam em silêncio) e completa: “Pensei que era novidade!” E prossegue a aula (Trecho extraído do relato de observação – outubro/2011).

Diferentemente dos exemplos citados acima, neste, podemos observar a abordagem da professora frente ao comentário da aluna para o colega e de como o assunto deu-se por encerrado de uma maneira pontual. Destacamos por meio deste exemplo, como comentários que poderiam vir a constranger nossos/as alunos/as, podem de uma maneira simples, serem problematizadas por nós professoras.

O próximo exemplo refere-se às observações dos trabalhos expostos na parede do pátio da instituição. Apresentamos algumas discussões sobre as observações realizadas neste espaço, por ser o mesmo, frequentado não apenas por alunos/as e professoras, mas pela comunidade em geral. Espaço das brincadeiras dos alunos/as, apresentações em datas comemorativas, entre outras atividades,

Durante o intervalo, foi observado os cartazes do pátio, que eram sobre esporte, em cada cartaz continha uma figura de homens fazendo exercícios, exibindo corpos atléticos; mulheres jogando tênis e a foto de uma modelo. Percebeu-se o reforço das questões dos corpos nos cartazes, por serem de atletas, porque para “vencerem”, como estava explícito nas frases que continham a ênfase na vitória, não só nos jogos, mas também na vida, precisaríamos ser “atléticos” (Trecho

Deparamo-nos neste exemplo com a questão dos corpos, como são representados quando explícitos no nosso meio, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Nossos corpos constituem-se segundo Louro (2000, p. 08) “[...] na referência que ancora, por força, a identidade. [...] significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados”. Outro ponto que a mesma autora chama atenção é o de que,

[...] investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-lo aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres (LOURO, 2000, p. 08).

A partir deste apontamento, fica evidente que o delineamento feito pela sociedade que detém o poder frente aos corpos de homens e mulheres promove “[...] desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade” (LOURO, 2000, p. 09).

Mediante as relações de poder que é construída a figura do gênero como norma, que não pode ser questionada, refletindo nos papéis e características ditas masculinas e femininas. Por isso, a categoria gênero carrega ao longo do tempo atribuições hierarquizadas, estereótipos e marcas que são impostos e repassados a gerações, seja por meio das mais variadas formas de linguagem possíveis, e em instâncias duradouras, em casa, na mídia, na igreja e na escola.

E para atender a um dos objetivos de nossa pesquisa, apresentamos alternativas de propostas pedagógicas, com intuito de desconstruir possíveis paradigmas sobre as questões referentes ao gênero e de abordar a temática na instituição escolar, são elas: o uso de materiais teóricos e didáticos, como, a literatura infantil: *Faca sem ponta galinha sem pé*, da autora Ruth Rocha (2009), *Ceci tem pipi?* Do autor Thierry Lenain (2004), vídeos: *Era uma vez outra Maria* (2006) e *Minha vida de João* (2001), filme: *Billy Elliot* (1999), para serem utilizados em sala de aula com os/as alunos/as. Sugerimos ainda outras leituras dentre elas: (MESOMO, 2004; SCOTT, 1995), documentos (GOMES, 2007; BRASIL, 2007), livros (SILVA, 2004; LOURO, 2000; MEYER e SOARES, 2004), entre outros, para maior aprofundamento teórico sobre o assunto por parte de todas as profissionais.

4 | CONCLUSÃO

Esta pesquisa nos possibilitou questionar e perceber as relações de poder intrínsecas na figura do gênero como norma social, cultural e histórica, construída a

ser seguida ao longo do tempo pela imposição binária entre o dominante/dominado, e refletidas nos papéis e características ditas masculinas e femininas.

Diante das análises dos dados coletados, reafirmamos a necessidade de se estudar a relação e contribuições dos Estudos de Gênero na educação escolar, pois nos dois momentos analisados neste trabalho (grupo de estudos de professoras – projeto de extensão -, salas de aula e espaço escolar), notamos representações que normatizam e padronizam a identidade de meninos e meninas. Em contrapartida, evidenciamos que pensar a educação na visão do gênero é possível, e permite problematizar possíveis situações que surgem no decorrer do cotidiano escolar, seja dentro ou fora da sala de aula.

Porém, se por um lado, a escola (re)produz desigualdades de gênero, corpo e sexualidade, de outro lado, ela pode ser um ambiente que desenvolva discussões pertinentes sobre essas questões, por meio de propostas pedagógicas e de um processo de tomada de consciência dos sujeitos que a frequentam, ou seja, a comunidade como um todo, sobre seus pensamentos e ações.

Há caminhos possíveis de discussões e problematizações nas intervenções pedagógicas das professoras em sala de aula, sim, quanto à relação dos Estudos de Gênero na instituição escolar, não somente, através da formação continuada de professoras, mas contar com o envolvimento de toda equipe escolar (diretor/a, pedagogo/a, funcionários gerais), como observado durante o processo da realização do projeto de extensão é importante estratégia, pois, todos podem intervir em novas situações que estão presentes cotidianamente, em brincadeiras, conversas informais e formais com os alunos/as, dentro ou fora da sala de aula, possibilitando desconstruir quaisquer (re)produções e/ou (re)construções em torno do que esperar do *ser* masculino e do *ser* feminino.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BILLY ELLIOT. Produção de Stephen Daldry. Reino Unido, *Working Title Films*, 1999. (DVD). Duração: 1h 51min.

BRASIL, Secretaria da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. **Caderno SECAD 4**. Brasília, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa HESSEL; SOMMER, Luís Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. n. 23, p. 36- 61. Mai/ Jun./ Jul./ Ago., 2003.

ERA UMA VEZ OUTRA MARIA. Produção de ECOS (Comunicação em Sexualidade) em parceria com Instituto Promundo, Instituto PAPAÍ, *Salud Género, World Education*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6MEHIL L1EZg>> Acesso em: 11, julho, 2013, 15h15min.

FRANÇA, Fabiane Freire. **A contribuição dos estudos de gênero a formação docente: uma proposta de intervenção**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

Maringá-PR, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HEIBORN, Maria Luiza, ARAÚJO, Leila, BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça I GPP – Ger.: módulo II.** – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JARDIM, Sílvia Regina Marques; ABRAMOWICZ, Anete. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. **Estudos RBPG**, v. 2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005.

LENAIN, Thierry. **Ceci tem pipi?** Cia das letrinhas, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosangele de Fátima Rodrigues (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MESOMO, Aliandra Cristina. Educação e Infância: Ensaio sobre poder e controle. **Nuances**: estudos sobre educação, São Paulo, v. 11, n. 11/12, p. 99-113, jan./jun. e jul./dez., 2004.

MINHA VIDA DE JOÃO. Produção de ECOS (Comunicação em Sexualidade) em parceria com Instituto Promundo, instituto PAPAI, *salud Género, World Education*. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LESrHIGGon8>> Acesso em: 11, julho, 2013, 15h30min.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, CFH, CCE, UFSC, Brasil, Santa Catarina, v. 8, n. 2, pág. 8-41, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 30 de Abr. de 2012, 13h40min.

ROCHA, Ruth. **Faca sem ponta, galinha sem pé**. Salamandra, 2009.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAÚJO, Débora Cristina de. Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias. **Sexualidade**. SEED/PR, p. 13-27, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. O uso do termo representação na Educação em Ciências e nos Estudos Culturais. **Pro- Posições**, v. 12, n. 1 (34), p.151-161, março, 2001.

INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES

Lívia Ramos Sales Mendes de Barros

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Faculdade de Tecnologia – FAT

Wanessa Oliveira Silva

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Deyvid Braga Ferreira

Faculdade de Tecnologia – FAT

José Humberto Silva Filho

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

RESUMO: Esse artigo teve por objetivo entender como os sentidos das decisões judiciais de casos de estupro estão atravessados fortemente pela *visão androcêntrica*. Observamos através das estatísticas que a sociedade vem atualizando as formas de opressão sobre as mulheres, e muito embora, os números apontem para um aumento significativo dos crimes de estupro, o Sistema de Justiça Criminal, ainda reproduz os estereótipos que terminam por conduzir o julgamento nos crimes sexuais. Para tanto, elementos da construção desse julgamento devem ser problematizados: a reflexão acerca de como a formação sóciojurídica dos magistrados ratifica o modo que, por vezes, responsabiliza as vítimas pela agressão sofrida, inferindo, portanto, um sistema de categorização das mulheres que vem conduzido historicamente,

determinadas decisões judiciais nos casos dos crimes em questão. Tal prática está fortemente ancorada na visão androcêntrica estruturante das relações de gênero contemporâneas, sobretudo no modo pelo qual as mulheres são encaradas e divididas ao longo da história. Ao refletir sobre as recorrências, mudanças e permanências que constroem os vereditos a partir de parâmetros nem sempre presentes na lei, o presente trabalho se direciona ao debate de como o judiciário internaliza e perpetra uma prática social de violências físicas, sexuais, morais e institucionais reflexos de uma justiça que acompanha a lógica de uma cultura cujo ordenamento social é ditado pela estrutura patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro, decisão judicial, mulher, estereótipos, visão androcêntrica.

ABSTRACT: This article aimed to understand how the meanings of rapes' judicial decisions cases are strongly influenced by the androcentric vision. Statistics show that society has been renewing forms of oppression against women, and, although the numbers point to a significant increase in rape crimes, the Criminal Justice System still replicates the stereotypes that ultimately lead to trial in sexual crimes. In order to do so, elements of this judgment must be problematized: the reflection on how the magistrates' socio-juridical formation ratifies the

way in which the victims are sometimes blamed for the aggression suffered. All of this implies a system of categorization of women that has been conducted historically in certain judicial decisions. Such practices are strongly anchored in the structuring androcentric view of contemporary gender relations, especially in the way women are viewed and divided throughout history. Through reflection on the recurrences, changes and continuities that construct the verdicts from parameters not always present in the law, the present work is directed to the debate of how the judiciary internalizes and perpetrates, with a social practice of physical, sexual, moral and institutional violence, reflexes of a justice that follows the logic of a culture whose social order is dictated by the patriarchal structure.

KEYWORDS: Rape, judicial decision, woman, stereotypes, androcentric vision.

Com base nos dados disponibilizados através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a cada 11 minutos uma mulher sofre estupro no Brasil. De acordo com Menicucci (2013), houve um aumento de 168% nos registros de estupro nos últimos cinco anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que no Brasil, em 2013, aconteceram 527 mil casos ou tentativas de estupro, sendo que apenas 10% foram notificados às autoridades policiais (IPEA, 2014). A violência sexual contra as mulheres figura em 89% dos casos. Afirma ainda o documento do IPEA (2014) que

a maioria esmagadora dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em 1,8% dos casos, quando a vítima é criança, 4,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos e que 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima (IPEA, 2014, p. 9).

Com base neste panorama, retomamos as experiências de pesquisa empírica iniciadas em 2007, intitulada "*Análise do comportamento da vítima de crime de estupro para aplicação da pena*", e posteriormente em 2015 "*NÃO TEM COISA MELHOR DO QUE VOCÊ DISTRIBUIR JUSTIÇA! Poder e Dominação Masculina nas razões de decidir dos magistrados alagoanos nos crimes de estupro contra mulheres.*" nas quais buscamos analisar como os juízes alagoanos compreendiam e classificavam o comportamento da vítima para fins da aplicação da penalidade e quais eram suas razões de decidir.

De início, percebemos que mesmo em processos onde o réu foi considerado culpado, várias passagens das sentenças apontaram para o aparecimento de outro sujeito investigado: a vítima. Constatamos naquelas decisões que, no momento de aplicação da pena, os magistrados também analisavam o comportamento da vítima, que revelou que, na perspectiva dos juízes e juízas, quem sofreu a violência também poderia de algum modo concorrer para a ocorrência do estupro. Diante de tal *modus operandi*, pode-se perceber que a magistratura não está imune aos estereótipos ideologicamente constituídos nas relações de gênero, tradicionalmente atravessadas

por um olhar patriarcal (SAFFIOTI, 2004).

O discurso vigente a respeito de violência sexual contra mulheres no Brasil vem revelando a configuração dos processos criminais no tocante a esse crime, e mostra que há um sistema de classificação sustentado por uma *visão androcêntrica*, que, nas palavras de Bourdieu (2014), "impõe-se como neutra" (BOURDIEU, 2014, p. 22).

Por visão androcêntrica, nos apoiaremos no conceito de Bourdieu (2014) que em linhas gerais observa que a sociedade é dividida entre os "sexos" masculino e feminino, que são opostos. O masculino é visto como hierarquicamente superior e construído em oposição e em relação ao feminino. Essa desigualdade pode se dar através de estereótipos de gênero, que fundamentam a *visão androcêntrica* do todo social, delimitando papéis hierarquicamente definidos. Há uma construção social da "divisão das coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino" (BOURDIEU, 2014, p. 20). Bourdieu defende a *visão androcêntrica* enquanto uma violência simbólica que estrutura esquemas de pensamento num "sistema de oposição homólogas (...)" (BOURDIEU, 2014, p. 20), que se aplicam universalmente como "normal", "natural", em virtude de uma "socialização do biológico e de biologização do social" produzido nos corpos e na mente, construindo um princípio de divisão da realidade e da "representação da realidade" (BOURDIEU, 2014, p. 14).

Diante destas constatações, a pesquisa apresentada desenvolveu-se no sentido de buscar além da decisão judicial e seu conteúdo, os prolatores daquelas sentenças e suas razões para decidir nesses casos, a despeito das estatísticas e muitas vezes até da lei, pois os juízes enquanto indivíduos eram os sujeitos sociológicos protagonistas de nossas inquietações. A esse sentir, convinha entender motivações que dirigem as interpretações dos casos a serem julgados. A partir disso, nosso caminho orientou-se também pela compreensão de como as trajetórias de formação pessoal e profissional, bem como eventuais pressões externas, atuavam sobre suas razões de decidir.

Compreender a relação que se estabelece entre o processo de produção decisional " que pode estar atravessado por elementos que ultrapassam a interpretação do caso concreto ou a "distribuição da justiça", implica incorporar um conjunto de elementos "extralegais" capazes de nos dizer o que foi "conhecido" e apreendido pelos magistrados e magistradas em suas trajetórias de vida, bem como suas relações em sociedade, fora do gabinete.

Assim, quais são as "disposições duráveis de modos de agir, pensar e sentir; as formas de esquemas de percepção, avaliação e ação", isto é, o *habitus* (BOURDIEU, 1989), dos agentes do campo específico aqui problematizado?

CRIME DE ESTUPRO E OS SENTIDOS DAS DECISÕES JUDICIAIS

Quem são os sujeitos que julgam? Diante do contínuo aumento do número de mulheres na composição da magistratura brasileira, esta ainda é formada

majoritariamente por homens. Segundo os dados do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final do ano de 2012 e início de 2013, 64% dos magistrados eram do sexo masculino. Nos tribunais superiores eles chegam a representar 82% dos ministros.

Ao analisarmos outras variáveis a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, do universo de pouco mais de 17 mil magistrados no país, perceberemos também que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos. Já em relação à composição referente à cor/etnia dos juízes, desembargadores e ministros declararam-se brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4% pretos e 0,1%, indígenas. (CNJ, 2014).

Assim sendo, pensando nesses dados e refletindo sobre o perfil dos juízes, nos perguntamos qual a relação desses marcadores sociais e suas respectivas decisões. Quem então, como uma espécie de "porta-voz" da justiça tem por prática não somente "dizer o direito", (expressão largamente difundida nos corredores do Sistema de justiça), mas, transcendendo a letra da lei e transpondo em seus julgamentos contornos muito intimamente orientados pelas suas histórias de vida e suas posições no espaço social? Como então se dá a relação existente entre aquele que busca justiça para denunciar crimes cometidos contra si, e aquele que julga? A partir dessas retóricas de neutralidade/ imparcialidade que o judiciário termina por evocar, como é construída essa avaliação de quem são as vítimas e réus em crimes de estupro? Como se chega ao veredito? Como descobrir a verdade e garantir a justiça nesses casos?

Partimos da compreensão de que o estupro é uma forma de poder e dominação através do sexo. O interesse em estudar o fenômeno foi motivado pelas contradições que o Sistema de Justiça Criminal enfrenta quando se depara com esse delito.

Quando tratamos sobre a problemática de violência contra a mulher, o Brasil é um dos países mais violentos. A organização internacional *YouGov* efetuou uma pesquisa publicada no jornal britânico *Daily Mail*, posicionando o Brasil no vice-campeonato entre os países mais inseguros para mulheres viajarem sozinhas em todo o mundo, estando atrás apenas da Índia entre os destinos mais perigosos (ARAÚJO, 2015). A argumentação para posicionar o Brasil nesse ranking se dá com base em dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, segundo o qual o número de estupros aumentou 157% entre os anos de 2009 a 2012.

Os dados do 8º Anuário do Fórum de Segurança (2014) dizem que 50.320 casos de estupro (incluindo homens e mulheres) foram registrados pela polícia em todo país, e já apontava o estupro como um problema nacional. Contudo, estima-se que estes 50 mil casos seriam apenas os números oficiais, enquanto o número real seria o triplo. Tal levantamento faz uma consideração, que agrava ainda mais as estatísticas:

apenas 35% das vítimas costumam relatar o episódio às polícias, segundo pesquisas internacionais.

Ainda segundo os dados, em 2013, cerca de 143 mil estupros ocorreram no Brasil. Além dos casos consumados, o número de tentativas de estupro também cresceu e, em 2013, chegaram a 5.931 casos, o que quer dizer uma média de 2,9 por cada 100 mil. O Estado com maior taxa de estupros é Roraima, onde registra 66,4 casos por grupo de 100 mil pessoas. Depois vêm Mato Grosso do Sul (48,7), Rondônia (48,1), Amapá (45,4), Santa Catarina (44,3) e Acre (44,3). Goiás apresenta a menor taxa com 6,8. Alagoas registrou, em 2013, 512 casos de estupro – um aumento de 19 casos em relação ao ano anterior.

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com estudantes universitários revelou que um terço dos homens (31,7%) estupraria uma mulher se não houvesse consequências (NASSIF, 2015). No Brasil, um levantamento sobre as várias faces do machismo feito pelo Instituto Avon e Data Popular em todas as regiões do país ouviu 2.046 pessoas, entre 16 a 24 anos (POLATO; ALVES, 2014). Desse contingente, 1.029 entrevistadas eram mulheres. Ainda que a maioria reconheça a existência do machismo, grande parte dos jovens admitiu reforçar e reproduzir comportamentos que julgam as mulheres e as depositam em uma posição de desigualdade em detrimento dos homens. Segundo a pesquisa 78% das jovens entrevistadas relatam já ter sofrido algum tipo de assédio como cantada ofensiva, abordagem violenta na balada e ser beijada à força. Além do mais, três em cada dez garotas dizem ter sido assediadas fisicamente no transporte público (POLATO; ALVES, 2014).

O dado mais estarrecedor é que 9% das mulheres revelaram que já foram obrigadas a fazer sexo quando não estavam com vontade; e 37% que já tiveram relação sexual sem camisinha por insistência do parceiro. Outros dados se apresentaram latentes: 43% dos garotos e 34% das mulheres proferem distinções entre mulheres para "ficar" e "namorar"; 30% dos homens e 20% acreditam que mulheres com roupas justas estão "se oferecendo" (POLATO; ALVES, 2014).

São várias as informações que remontam e crescem diariamente nosso panorama sobre os estereótipos de gênero e crescentes casos do estupro e violência contra a mulher. No entanto, qual a relevância desses dados em uma pesquisa que retrata os sentidos das decisões judiciais em casos de estupro? Como todo esse fenômeno reflete um pensamento lastreado pelos modelos da moral sexual enraizada no patriarcado?

O conceito de gênero consagrado na literatura sociológica e feminista enquanto categoria analítica e histórica (SAFFIOTI, 1987, p. 45) tem alavancado as investigações e análises acerca da violência contra as mulheres. Da mesma forma, a dominação e violência simbólica relatados por Bourdieu (2014) vêm contribuindo para aprofundar os questionamentos acerca da assimetria nas relações entre os gêneros. Mathieu (2009) diz que, em geral, as sociedades opõem o sexo, que é biológico, ao gênero (gender, em inglês), que é social há uma construção histórico-social sobre o biológico

que produz maneiras de pensar, se comportar e agir e acionam uma determinada "adequação" entre gênero e a tradução patriarcal do sexo.

Em relação ao conceito de patriarcado, este apreende o sistema sobre o qual se ancora a dualidade de gênero, situando-o enquanto produto de relações sociais, isto é, historicamente produzidas. Saffioti (2004) assim defende o porque manter a denominação do patriarcado: "1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição" (SAFFIOTI, 2004, p. 58). Essa desigualdade pode se dar através de estereótipos de gênero, que fundamentam uma *visão androcêntrica* do todo social, delimitando papéis hierarquicamente definidos. A crítica feminista tem como característica fundamental a análise da dominação de gênero nas relações dos homens sobre as mulheres. No que diz respeito à sexualidade, centrou-se inicialmente na questão da "livre disposição do próprio corpo pelas mulheres" (MATHIEU, 2009)

Observamos que há uma construção de práticas socioculturais refletidas, nas práticas jurídicas, que naturalizam as relações sociais de violência, dominação, controle e poder. E o universo do Direito, ao apreciar casos concretos, pode muitas vezes promover, manter, criar valores que redundam na legitimação que preserva a "moral e os bons costumes" da sociedade.

Ainda que a jurisprudência esteja pacificada em dizer que a palavra da vítima é suficiente para conduzir a condenação do réu, notamos que grande parte das decisões são atravessadas pela dúvida e pela busca do "depoimento ideal" ou da "vítima ideal".

Nesse sentido, mesmo não mencionadas na legislação penal, características comumente encontradas na doutrina e jurisprudência, ressaltam a necessidade da presença de elementos como coerência, certeza, "perfeita convicção", um depoimento "em harmonia com os demais elementos de prova", um discurso "digno de credibilidade", como critérios imprescindíveis para elucidar o crime. Nessa linha, concordando com Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian (1998), o crime de estupro é o único que a vítima precisa provar o tempo todo que não é culpada e o sistema de justiça criminal se cerca de criteriosa vigilância para descobrir não apenas a verdade, mas principalmente a mentira.

Nosso questionamento nos leva a refletir quanto às possíveis interferências da *visão androcêntrica* no processo de produção das sentenças sobre os crimes de estupro, pelos magistrados, que se dizem imparciais e ancorados na letra da lei. Como resposta a isso, Bourdieu, nos ensina que as instituições estatais e jurídicas se destacam na eternização da subordinação feminina, por serem capazes de elaborar e impor os princípios de perpetuação da dominação masculina.

Para Bourdieu (2014), fundamentam, pois, a violência simbólica que constitui a *visão androcêntrica*, a qual se manifesta tanto na possibilidade em si da ocorrência e recorrência de todos os tipos de violência de gênero, bem como, nas classificações, estereótipos de gênero, presentes nas sentenças. Desse modo, ainda segundo esse autor (2014), o todo social constrói uma ordem simbólica a partir da "visão mítica do

mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

A pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a *Tolerância social à violência contra as mulheres* (2014) é um importante dado empírico sobre como a dominação masculina está inscrita na sociedade brasileira. O percentual de maior repercussão à época da divulgação era a afirmação de que 65% dos brasileiros concordavam com a seguinte assertiva: “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (IPEA, 2014). O IPEA divulgou em seguida que houve erro causado por uma troca de gráficos. Dos 3.810 entrevistados, na verdade seriam 26% aqueles concordes com a assertiva, que a nosso ver continua um número altíssimo e demonstra como uma parcela significativa da sociedade tolera e justifica a violência direcionada ao gênero feminino.

A errata do IPEA divulgada acompanhou enorme perda das atenções midiáticas sobre os resultados da pesquisa, muito embora o percentual continue se revelando assustador, e combine-se a outros percentuais tão extremos de intolerância e disciplinamento patriarcal do corpo feminino, quanto o que foi do erro, correspondente aos “alarmantes 65%”. Exemplo disso é o dado de que 58,5% dos entrevistados que possuíam a percepção de que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. (IPEA, 2014).

Para além da população em geral, entendemos ser importante revelar que a justiça incorpora e reproduz grande parte desses sentidos que o todo social entende em relação às mulheres e também as classifica, as culpa e as responsabiliza de algum modo, em maior ou menor medida pela violência que sofreram. "Os julgamentos de estupro, na prática, operam, sub-repticiamente, uma separação entre mulheres "honestas" e mulheres "não honestas". Somente as primeiras podem ser consideradas vítimas de estupro, apesar do texto legal" (ARDAILLON; DEBERT, 1987, p. 35).

Então, os magistrados, nosso recorte de pesquisa, longe de conduzir suas práticas buscando não aprofundar os abismos de gênero e reprodução da violência e da desigualdade, na produção da sentença, escudada num discurso (que se reivindica) universal, é incapaz em sua maioria, de compreender as formas de produção da violência e o sofrimento das vítimas, mulheres em grande parte dos casos.

Para Bourdieu (2014), a dominação masculina é continuamente ratificada pela ordem social, ao funcionar como "imensa máquina simbólica". Os princípios de percepção, avaliação e ação são estruturas objetivas e cognitivas. Fundamentam, pois, a *violência simbólica* (BOURDIEU, 2014.) que constitui a *visão androcêntrica*, a qual se manifesta tanto na possibilidade em si da ocorrência e recorrência de todos os tipos de violência de gênero, bem como, nas classificações presentes nas sentenças judiciais.

Desse modo, o mundo social constrói uma ordem simbólica a partir de divisões sexuais. Essa percepção de divisão sexuada é, sobretudo, incorporada "ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica", conformando uma "visão mítica do mundo,

enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como a divisão do trabalho, na realidade da ordem social" (BOURDIEU, 2014, p. 22-24). Nesse sentido, a sociedade marcada pelo patriarcado espera que os crimes sexuais contra mulheres ocorram para aquelas que descumpriram os papéis socialmente atribuídos pelo que foi convencionalizado como "lugar da mulher".

Nos casos em que a palavra da vítima é colocada em questão, a prova material ou o exame de conjunção carnal é a única forma de se comprovar que existiu uma relação sexual, mas que também não confirma a autoria " a não ser que um exame de DNA seja realizado " e nem a existência de relação forçada, caso não tenha havido violência ou a vítima tenha sido coagida psicologicamente ou por meio de arma de fogo, por exemplo, e por isso não tiver oferecido resistência.

A partir de uma abordagem foucaultiana, Couloris (2010) discute a questão da materialidade por meio da compreensão de que o estupro " enquanto enunciado "possui uma temporalidade própria, ou seja, não depende exclusivamente da data do acontecimento em questão.

(...) serão, agora, organizados através de outros critérios e categorias de distinção, distribuição, seleção, descoberta e produção da verdade. Outros princípios, outra lógica, muito mais ampla. Um novo regime de verdade, que não busca exatamente saber o que "aconteceu", mas quem são as pessoas envolvidas, quem é a vítima e quem é o acusado, qual a sua "potencial" periculosidade, seus desejos, sua intenção, seus segredos (COULORIS, 2010, p. 89-90).

Quando não há a comprovação material do estupro, o juiz, no receio de ser injusto quanto ao réu, submete a vítima a uma análise "rigorosa", onde não somente basta o relato do fato, mas também se faz necessária toda uma análise sobre sua vida pregressa. A rigorosidade dessa análise é, por sua vez, caracterizada por uma série de estereótipos que sistematizam toda uma linha de raciocínio até chegar à decisão. Chauí (1985) explica que:

(...) no espaço mais amplo da vida social, também diferenças são convertidas em desigualdades, as quais se convertem em relação de subordinação e esta por sua vez em possibilidade de violência: branca e negra, "honesta" e puta, cidadina e migrante, intelectual e não intelectual, "normal" e lésbica. Todos os preconceitos e estereótipos da sociedade de classes e das ideologias dominantes tecem o fio dessas relações, de tal modo que o fato de ser mulher ora é irrelevante, ora serve para discriminação normalizadora e disciplinadora, a partir de um uso muito peculiar da "natureza feminina" (CHAUÍ, 1985, p. 10).

Começa então um processo de avaliação do histórico de vida da vítima e do agressor: idade, antecedentes, condição financeira, perspectivas de futuro, passagem em unidades psiquiátricas, entre outras questões, poderão dar ou não credibilidade aos seus respectivos depoimentos, mencionados ou não nas sentenças, mas que formam os sentidos para os magistrados e magistradas decidirem.

É esta análise, e todos os conceitos que ela comporta " objetiva em alguns casos,

mas na sua maioria subjetiva ", que irá demonstrar a relevância ou *valor da palavra* da vítima. Como afirma Bourdieu (2014), esquemas de pensamento que adquirem aplicação universal colocam em voga traços distintivos, inclusive em matéria corporal, que inscrevem todo um sistema de diferenças.

Neste contexto, vê-se que a prática das decisões jurídicas supostamente pautadas pela busca da técnica e objetividade baseada na lei, doutrina, jurisprudência e outras fontes do direito, confrontam-se ou interligam-se com um sistema de interpretação que povoa o imaginário de cada magistrado, podendo atribuir ou não certo grau de confiabilidade quando a vítima em seu discurso, incrimina o agressor e quando o crime não apresenta os padrões esperados, como a ausência de materialidade.

Essa descredibilidade encontrada largamente na doutrina mais atualizada sobre o tema contra a palavra da mulher, deixa claro a perspectiva em que o judiciário vem historicamente se inserindo: uma cultura de discriminação, onde, segundo Andrade (2003), são acrescentadas a humilhação e a estereotipia. Afinal, se as mulheres vivem em uma série de relações em que é submissa " sejam as familiares, com pai e marido; seja a trabalhista, com o chefe " como acreditar que, ao ser inserida em um sistema penal, fugirá desse *continuum*?. Segundo a autora, há um controle informal determinado por família, e um controle formal determinado pela justiça.

O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo em todos os níveis. De alto a baixo, tanto em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e **infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família**. Do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. **Essa forma é o direito**, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a **transgressão e o castigo**. Quer se lhe empreste a forma do príncipe que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder **sob uma forma jurídica** e se definem seus efeitos como obediência. Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito " que é "sujeitado" "e aquele que obedece. À homogeneidade formal do poder, ao longo de todas essas instâncias, corresponderia, naquele que o poder coage " quer se trate do súdito ao monarca, do cidadão ante o Estado, da criança ante os pais, do discípulo ante o mestre ", a forma geral da submissão. Poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro. (FOUCAULT, 2014, p.92 -93, grifos nossos)

Assim, se os dados recolhidos durante essa análise não estiverem de acordo com aquilo que os indivíduos compreendem tradicionalmente como um comportamento adequado, dificilmente a mulher vítima poderá se valer da sua versão dos fatos para garantir que seu algoz seja punido, sobretudo se isto se coadunar com o estereótipo do suspeito supostamente incompatível com aquilo que se espera de um criminoso (COULOURIS, 2004).

DOS ESTEREÓTIPOS DE CLASSIFICAÇÃO REPRODUZIDOS POR JUÍZES

Tendo em vista que os elementos que formam a pena transcendem aos aspectos técnicos, avançando para estereotipias das características pessoais, o que seria um comportamento da vítima que poderia interferir no advento do crime?

Por se tratar de uma violência de difícil comprovação material, na maioria dos casos, os juízes dizem reservar à fala da vítima uma enorme relevância. Ao mesmo tempo, percebemos que o depoimento se fragiliza ao concorrer com critérios adotados pelo Juiz quando se refere a fatores como comportamento (no momento do crime e/ou em momentos anteriores), personalidade, vida sexual e condição financeira da mulher, resultando em um processo de *classificação das vítimas*, muitas vezes considerados quando da produção da sentença, influenciando sobremaneira o tratamento da vítima pelo Sistema de Justiça Criminal.

Tal manutenção, de maneira implícita ou explícita, indica que a vítima possuidora de comportamento interpretado como inadequado, exagerado, promíscuo " isto é, visto de modo diferenciado " pode ser *classificada* como provocadora da sua própria vitimização, quando não recebe parcela de culpa pelo próprio crime que a vitimizou.

Das 28 sentenças as quais tivemos acesso, somente dois casos não fizeram nenhuma referência à contribuição, justificção, motivação, influência do comportamento da vítima para o crime, na maioria baseando-se no artigo 59 do Código Penal. Vejamos exemplos das sentenças alagoanas:

(...) o acusado não é primário e não tem bons antecedentes, conduta social normal, sua personalidade está maculada, os motivos e circunstâncias do crime não beneficia o acusado e que a **vítima não concorreu para o crime** (SENTENÇA nº 15, fls. 20 Alagoas: 2009).

Consequências do Delito: foram danosas para a vítima e para o próprio autor. Motivo do crime: é altamente reprovável injustificado e condenável. Circunstância do Crime: são desfavoráveis ao réu pois poderá ter causado um problema maior, o comportamento da **vítima devido a sua idade não incentivou a ação do agente, apenas favoreceu sua atitude** (SENTENÇA nº 20, fls. 36, Alagoas 2009)

Tentativas como essas de justificar uma suposta contribuição da vítima para vir a achar que ela mereceu a violência sofrida, além de colaborar para o desrespeito e a banalização da pessoa que foi violada, ainda faz com que ela seja submetida reiteradas vezes a processos de novas violências. Essa prática também é dotada de outro prejuízo: não buscar o combate efetivo dos crimes da discriminação dos que vivenciam situações vitimizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propósito de tecer nossas conclusões, consideramos importante retomar a motivação desse trabalho, a qual foi despertada pelo expressivo aumento conjuntural da

violência contra as mulheres nos últimos anos no Brasil, notadamente no que se refere aos crimes de estupro. A última pesquisa do Ipea sobre o tema, intitulada Tolerância social à violência contra as mulheres (2014), ganhou enorme destaque midiático devido ao problema ocorrido na divulgação dos dados (supracitado anteriormente), mas mantendo sobretudo dados alarmantes quanto à opinião popular imbuída de uma visão androcêntrica (BOURDIEU, 2014) que naturaliza a violência contra as mulheres, porque naturaliza a feminilidade e a masculinidade do patriarcado.

Diante dessa prática tão sedimentada socialmente, qual a relevância do Sistema de Justiça e especialmente do poder judiciário no movimento dessa engrenagem que envolve o estupro e a forma como ele é entendido socialmente?

Buscamos compreender as conexões entre as decisões dos magistrados e a influência dos estereótipos difundidos em toda a sociedade na construção das decisões em crimes sexuais. Questionamos se a visão androcêntrica estaria presente no tratamento do poder judiciário sobre os crimes de estupro. Os sujeitos prolores dessas decisões judiciais, e a relação do poder judiciário com o crime de estupro, concorrem com a lei. Assim, elementos do perfil das partes envolvidas denotam forte contribuição na produção simbólica dos princípios patriarcais que constroem os estereótipos encontrados historicamente nas sentenças de crimes sexuais e é base, muitas vezes para formação das razões de decidir.

Inferimos que o magistrado pesquisado, também tem um constructo pessoal, formação intelectual, valores culturais que estabelece não somente distância social dos dilemas tratados no cotidiano dos processos, o que a nosso ver, contribui para a incorporação e reprodução dos valores largamente difundidos nas decisões judiciais.

No entanto, nossa questão parte de que, diferente dos julgamentos dos sistemas de controle social, o judiciário, que se pretende imparcial e técnico, suficiente para “dizer o direito”, termina por determinar a justiça, a liberdade, a vida, a paz, em suas sentenças.

Nesse sentido, a produção dos estereótipos, perpetrado no Sistema de Justiça Criminal, particularmente na pessoa do juiz, no entendimento bourdiano, propõe a existência de uma verdadeira máquina produtora dos princípios da dominação, das relações de poder, que ordenam simbolicamente a constituição dos *habitus* posicionados verticalmente em todos os campos (BOURDIEU, 2014) e que o judiciário está imerso. Como sujeitos sociais alocados numa determinada estrutura, os agentes jurídicos e seus discursos reproduzem a dominação de gênero, estabelecidos por valores tradicionalmente patriarcais que dão sentido aos julgamentos por eles construídos/ proferidos corroborando fortemente para a vitimização feminina, quando, inversamente, deveria atuar na proteção da mulher vítima de violência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina P. **A soberania patriarcal. O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 48, p. 260-290, 2004.

_____. **Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e o sistema de justiça criminal.** *Boletim IBCCRIM*. Ano 11, no 137, abril, 2005, p.02.

_____. **Sistema penal máximo x Cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARAUJO, Thiago. **Brasil aparece em 2º lugar em lista dos destinos mais inseguros para mulheres viajarem sozinhas no mundo.** Notícia. Brasil Post " Editora Abril. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2015/02/24/lista-destinos-perigosos-mulheres_n_6744170.html Acesso em 14 de março de 2015.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio.** Brasília: Cndm, 1987.

BARROS, Lívy R. S. M. de; JORGE-BIROL, Aline P. **Crime de Estupro e a Vítima: a discriminação da mulher na aplicação da pena.** In: Revista do Ministério Público de Alagoas. Nº 21, p. 135-156, jan/jun. 2009.

BARROS, Lívy R. S. M. de. **Análise do comportamento da vítima de crime de estupro para aplicação da pena,** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Estácio de Alagoas.

_____. **"NÃO TEM COISA MELHOR DO QUE VOCÊ DISTRIBUIR JUSTIÇA!" Poder e Dominação Masculina nas razões de decidir dos magistrados alagoanos nos crimes de estupro contra mulheres.** 2015. Dissertação de mestrado (Sociologia) " Universidade Federal de Alagoas.

BRASIL. IPEA. Nota Técnica nº 11 **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf.%20Acesso%20em:%20em%203%20de%20mar%C3%A7o%20de%202014.

_____. **Tolerância social à violência contra as mulheres** (2014). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em: 2 de março de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre a mulher e a violência.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **História da sexualidade II " o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 8º Anuário do Fórum de Segurança. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica. Acesso em: 1 de março de 2016.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Sexo e gênero.** In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP,

2009.

NASSIF, Luiz. **Se não fossem penalizados, um terço de homens estupraria uma mulher.** Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/se-nao-fossem-penalizados-um-terco-de-homens-estupraria-uma-mulher>. Acesso em: 8 de março de 2016.

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A.L.; PANDJIARJIAN, V.. **Estupro: crime ou "cortesia"?** **Abordagem sociojurídica de gênero.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

POLATO, Amanda e Cida Alves. **48% dos jovens acham errado mulher sair sem o namorado, diz pesquisa.** Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/12/48-dos-jovens-acham-errado-mulher-sair-sem-o-namorado-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 3 de março de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA S.S. de. **Violência de gênero "poder e impotência.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

VARGAS, Joana Domingues. **Crimes sexuais e sistema de justiça.** São Paulo: IBCCrim, 2000.

MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Lycia Rinco Borges Procópio

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
São Cristovão-SE

Jarbene de Oliveira Silva Valença

Universidade Tiradentes (UNIT)
Aracaju-SE

RESUMO: O exercício profissional de forma justa entre os gêneros ainda é um grande desafio na sociedade brasileira. Objetivou-se neste trabalho identificar e analisar crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao exercício profissional que se enquadrem como “machismo invisível” presentes tanto no gênero masculino como no feminino, bem como sua relação com a faixa etária da população. No total, 183 pessoas de cinco diferentes municípios brasileiros participaram da pesquisa. Os participantes foram divididos em quatro faixas etárias. Os resultados mostraram que apenas 38% das mulheres participantes da pesquisa aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem como empregado doméstico ou diarista. Entre os homens, 25% demonstraram que aceitariam sem nenhum problema essa atividade profissional. O serviço de babá foi considerado de forma geral como o mais humilhante para ser exercido por um homem, ressaltando-se também que apenas

29% das mulheres aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem nessa área. Culinária foi a atividade profissional mais aceita para ser exercida pelos próprios homens e por suas esposas, demonstrando que o estereótipo de “profissão de mulher” declinou ao longo dos anos. Estes resultados revelam a reprodução da ideologia do machismo e a existência do sentimento de vergonha pelo exercício de profissões estereotipadas como femininas, tanto pelos homens como pelas esposas, evidenciando que o machismo invisível relacionado à atividade profissional está presente tanto em homens como em mulheres. A segmentação de profissões classificadas como masculinas ou femininas continua existindo na sociedade brasileira, mesmo no segmento populacional de menor faixa etária.

PALAVRAS-CHAVE: machismo invisível; psicologia social; exercício profissional.

ABSTRACT: The professional practice in a fair manner between the genders is still a huge challenge in Brazilian society. The objective of this study was to identify and analyze beliefs, attitudes and behaviors related to the professional exercise that fit as “invisible sexism” present in both the male and female gender, as well as its relationship with the age group of the population. In total, 183 people from five different Brazilian municipalities

participated in the survey. Participants were divided into four age groups. The results showed that only 38% of the women participating in the survey would accept without problem that their husbands worked as domestic or day workers. Among men, 25% showed that they would accept this professional activity without any problem. Nanny service was generally considered the most humiliating to be exercised by a man, and it was also noted that only 29% of women would accept without problem that their husbands worked in this area. Cooking was the most accepted professional activity to be exercised by men themselves and their wives, demonstrating that the stereotype of “women’s profession” has declined over the years. These results demonstrate the reproduction of the ideology of sexism and the existence of a shame feeling in the exercise of professions that are stereotyped as being feminine, by both men and wives, showing that invisible sexism related to professional activity is present in both men and women. Segmentation of professions classified as male or female continues to exist in Brazilian society, even in the lower age group.

KEYWORDS: Invisible sexism; social psychology; professional practice.

1 | INTRODUÇÃO

Na sociedade machista, todo mundo é machista, incluindo as mulheres, e todos acabam vítimas do machismo, incluindo os homens.

Marina Castañeda

A maneira como pensamos, sentimos e nos comportamos perante o fenômeno do machismo na contemporaneidade não é inata, mas sim produto de um engendramento educacional, político, social, econômico e histórico sobre o corpo e a mente das pessoas, transmitido e operado *pela* e *na* cultura da qual estamos inseridos. A ideologia do machismo é antes de tudo um comportamento aprendido. Desde a infância, são repassadas definições do que é ser homem e do que é ser mulher, fundamentando categorizações que estabelecem a-priori roteiros permitidos ou não para cada sexo.

Os sistemas históricos de reprodução de padrões culturais estereotipados do patriarcalismo e do machismo ainda são vigentes no início do século XXI. São sistemas homogeneizantes que persistem no mercado de trabalho e continuam segregando homens de um lado e mulheres de outro. As crenças, atitudes e os comportamentos machistas são incompatíveis com a riqueza da vivência da pluralidade das trocas equitativas entre os homens e as mulheres, que podem ser suscitadas através de novos processos de subjetivação a partir da experimentação política da heterogeneidade, inclusive no exercício profissional. A concepção da ideologia do machismo marca uma polarização radical, da qual impõe papéis e ocupações exclusivas em todos os âmbitos da vida de um homem e de uma mulher.

As manifestações mais explícitas do machismo vêm diminuindo gradativamente ao longo do tempo, pois muitas delas foram interpretadas como transgressões aos

direitos das mulheres e até mesmo intituladas de desigualdade de gênero, sendo tais comportamentos passíveis de punições que podem chegar ao âmbito jurídico. Todavia, há inúmeros comportamentos machistas ainda muito presentes na sociedade brasileira, que podem ser caracterizados como discretos, sutis, implícitos, camuflados, ou como brilhantemente denominados por Marina Catañeda (2006) de “machismo invisível”. “O machismo está tão profundamente arraigado nos costumes e no discurso que se tornou quase invisível, quando não exerce suas formas mais flagrantes, como a violência física e o abuso verbal” (CASTAÑEDA, 2006, p. 16).

As crenças, atitudes e comportamentos que compõe o “machismo invisível” estão presentes no ambiente familiar, no trabalho, nas instituições educacionais e nos espaços públicos e, muitas vezes, não são susceptíveis de repreensão do ponto de vista legal, mas afetam significativamente a qualidade de vida de inúmeras mulheres, bem como a vida de inúmeros homens. É preciso evidenciar os vários casos de transtornos psicológicos que acometem igualmente homens e mulheres, e que tem como pano de fundo a disseminação comportamental da cultura do machismo, ainda vigente de forma explícita e implícita em nossa sociedade tida pós-moderna. “As relações humanas no mundo público se formaram de acordo com as mesmas regras que determinaram as relações dentro da família” (SENETT, 2016, p. 262).

O machismo visível ou invisível em todas suas formas de alienação e reprodução é um instrumento nefasto e poderoso de subjetivação cultural, que incapacita e impede o Outro de se tornar sujeito de sua própria vida, logo o agente da ação comete um crime de humanidade. “O Eu diante do Outro é infinitamente responsável” (LÉVINAS, 2012, p. 53).

No contexto histórico, a própria filosofia nutriu de forma acentuada a cultura do machismo e o aniquilamento do sexo feminino em relação aos espaços públicos, acentuando a polarização dos sexos, como pode ser visto na citação do filósofo Schopenhauer, no livro *a Arte de Envelhecer*.

Como, no fundo, *as mulheres* existem unicamente para a propagação da espécie do que para os indivíduos; levam mais a sério as questões da espécie do que as individuais. Isso confere certa leviandade a toda a sua ação e, de modo geral, uma orientação fundamentalmente diferente daquela do homem, o que provoca a desarmonia tão frequente e quase normal no casamento (SCHOPENHAUER, 2012, p. 24).

“Durante a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas) e, aos homens, as atividades extradomésticas e produtivas (públicas)” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 131). Ademais, Araújo e Scalón (2005) apontam que ao longo dos anos a formalização do trabalho produtivo passou a ser visto como masculino, enquanto que o trabalho doméstico foi atribuído como de cunho feminino, já que o cuidar é concebido como uma ação natural da mulher.

Historicamente, a situação de inferioridade imposta ao gênero feminino, decorrente apenas da maior força física dos homens, foi extrapolada para outras esferas da vida, resultando em limitações e discriminações ideológicas do ponto de vista educacional e profissional.

De acordo com Beltrão e Alves (2009), o hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. O maior ingresso das mulheres no campo educacional ainda não refletiu significativamente em outras esferas da vida social, como o hiato de gênero no mercado de trabalho, o acesso a renda e a propriedade, a representação parlamentar, etc.

Mesmo nos dias atuais, aonde a mulher vai gradativamente ocupando maior espaço no mercado de trabalho, é comum encontrar uma realidade de injustiças em relação ao gênero masculino. Menores salários, menor participação em cargos de alta gestão, menores oportunidades de ascensão profissional (BRUSCHINI, 1994; GALEAZZI, 2001). Esse quadro que subestima a capacidade profissional das mulheres intensifica a padronização de profissões em masculinas ou femininas, o que restringe ainda mais as oportunidades de trabalho por parte das mulheres. Segundo Belo et al. (2010, p. 24), “embora tal discriminação seja economicamente real, na maioria das vezes não se admite publicamente que ela exista”, podendo-se dizer que se apresenta de maneira sutil, pouco reconhecível à primeira vista, justamente dentro do conceito de “machismo invisível”.

O psicólogo como um profissional que auxilia na compreensão e atenuação das dores e sofrimentos humanos, tem um papel fundamental de se posicionar em consonância com a interdisciplinaridade envolvida no tema do machismo, descortinando as crenças, atitudes e comportamentos incrustados na sociedade brasileira. Desse modo, a psicologia pode dar a sua contribuição a fim de sanar essa cegueira coletiva reproduzida pela sociedade. Arraes (2013) afirma que “ser psicólogo não é estar limitado e reduzido a um campo clínico que apenas enxerga o individual como desligado de representações e fatos sociais”.

Os padrões de comportamentos machistas polarizadores e discriminatórios, com discursos e convicções modelados e transmitidos pela cultura, podem ser desaprendidos. Importa para a psicologia conhecer e revelar os processos de subjetivação e os efeitos da dominação masculina e da conseqüente subjugação feminina pela disseminação da ideologia do machismo, desatando suas amarras e desvelando os arranjos de relações inter-humanas que se estabelecem historicamente entre os sexos.

O efeito da dominação simbólica [...] se exerce não pela lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2002, p. 49-50).

Diante deste cenário, objetivou-se neste trabalho identificar e analisar crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao exercício profissional que se enquadram como “machismo invisível”, presentes tanto no gênero masculino como no feminino. Também, verificar se há relações entre o “machismo invisível” e a faixa etária da população.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se enquadra dentro dos estudos de gênero, seguindo os preceitos da Psicologia Social, sendo desenvolvida na abordagem quantitativa, envolvendo elementos da pesquisa correlacional.

As unidades experimentais foram formadas por tipos de gêneros e por indivíduos pertencentes a diferentes faixas etárias, sendo as variáveis compostas pelas percepções acerca do exercício profissional e suas relações com o machismo invisível.

Foram aplicados dois questionários, sendo um destinado a pessoas do gênero masculino e outro as do gênero feminino. Os questionários constaram de cinco perguntas de múltipla escolha. No total, 183 pessoas (103 mulheres e 80 homens) de cinco diferentes municípios brasileiros (Aracaju-SE, Londrina-PR, Maringá-PR, Rio Verde-GO e São Mateus-ES) responderam o questionário. Os participantes foram divididos em quatro faixas etárias: 18 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos e 50 a 59 anos.

Após a coleta e tabulação dos dados, os mesmos foram agrupados conforme as classes de avaliação e comparados por meio de instrumentos da pesquisa correlacional.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aceitação de homens e mulheres em relação ao tipo de trabalho exercido pelo homem (marido) foi avaliada na presente pesquisa. Apenas 38% das mulheres participantes da pesquisa “aceitariam sem nenhum problema” que seus maridos trabalhassem como empregado doméstico ou diarista, sendo que 14% destas apontaram que nunca aceitariam tal fato, e 26% aceitariam somente se o marido estivesse desempregado há muito tempo. Entre os homens, 25% demonstraram que aceitariam sem nenhum problema o emprego doméstico fixo ou como diarista, mas apenas 10% disseram que nunca aceitariam exercer tal função, ou seja, essa rejeição drástica foi maior no grupo feminino.

Segundo Silva e Oliven (2010), no Brasil, em 2005, 6,5 milhões de pessoas identificaram-se como trabalhadores domésticos. Desses, 6 milhões eram mulheres, o que corresponde a 93,3% do total de ocupados, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O serviço de babá foi considerado de forma geral como o mais humilhante para ser exercido por um homem. Apenas 29% das mulheres aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem nessa área, sendo que 22% destas afirmariam que nunca aceitariam que seu companheiro fosse babá. Entre os homens, apenas 20% afirmaram que trabalhariam como babá sem nenhum problema, e 30% destes colocaram que nunca exerceriam essa profissão. Os dados vão de encontro com a afirmação de Coronel (2010, p. 12), de que “no ocidente não se imagina uma babá ou um empregado doméstico homem”, um explícito exemplo de gênero, ou seja, uma classificação que não tem relação com a biologia. Coronel (2010, p. 12) questiona ainda: “Por que um homem não poderia cuidar de uma criança, ou cuidar da casa? Qual impeditivo biológico teria um homem para trocar fraldas ou preparar mamadeiras?” A ideologia do machismo opera na perspectiva polarizada de sexos, há uma cisão da experiência humana em duas áreas mutuamente excludentes.

Aceitar que o marido atue como camareiro de um hotel foi consentido sem nenhum problema por 56% das mulheres que participaram da pesquisa, mesmo assim 10% destas mostraram que nunca concordariam com essa situação. Entre os próprios homens a rejeição foi maior, apenas 29% afirmaram que aceitariam exercer essa atividade sem nenhum problema, mas 18% destes deixaram claro que nunca seriam camareiros em um hotel.

A abordagem da associação da figura e da imagem masculina com determinadas atividades profissionais continuou a ser investigada neste trabalho. Cinco cursos profissionais foram apresentados aos participantes da pesquisa de ambos os sexos no intuito de se apreender a vinculação destes com a ideologia do machismo. Entre as mulheres, a concordância do marido em fazer os seguintes cursos com vistas ao exercício profissional foi: corte e costura (31%), culinária (88%), tricô e crochê (22%), maquiagem (23%), manicure e pedicure (19%) e nenhum dos listados (6%). Entre os próprios homens a aceitação em trilhar uma nova profissão foi: corte e costura (5%), culinária (63%), tricô e crochê (5%), maquiagem (5%), manicure e pedicure (5%), nenhum dos listados (30%). A culinária, que antes era restrita ao universo feminino, irrompeu as formas fixas de subjetividade e permeou o cotidiano de muitos homens. A culinária é um exemplo de profissão historicamente circunscrita como “o lugar da mulher”, que foi profundamente revisitada e flexibilizada, abrindo espaço de presença, atuação, aprendizado e transmissão também para os homens, inscrevendo uma nova significação social para essa profissão. Na contemporaneidade, a culinária exercida dentro do contexto do lar-privado tem se tornado uma área social-pública, frequentada por homens e mulheres. As demais atividades profissionais listadas ainda aparecem com restrições tanto dos próprios homens como de suas esposas. Segundo Chies (2010, p. 507), “no decorrer das transformações sociais que levaram as mulheres ao campo de trabalho assalariado foram criadas profissões específicas a elas, ou seja, foram desenvolvidas ocupações que detêm uma porcentagem maior de mulheres e, por vezes, são estereotipadas como femininas”.

Esses resultados demonstram o “medo” e/ou a “vergonha” das mulheres em terem seus maridos associados a empregos feminilizados, sendo tal temor muito próximo ao demonstrado pelos homens, onde mais uma vez percebe-se que o machismo invisível se encontra disseminado também no gênero feminino. É importante salientar que as maiores restrições foram verificadas na menor faixa etária (18 a 29 anos), fato não esperado e preocupante. Pressupõe-se que as novas gerações vêm recebendo mais informações sobre a importância *sine qua non* da equiparação igualitária entre os sexos, todavia quem os educa? Informação não quer dizer formação intelectual e moral, interessa aprender a pensar sobre os fenômenos que estão encarnados na sociedade. Saber pensar é um recurso valioso de liberdade contra as formas alienantes de assujeitamento do indivíduo.

Homens e mulheres necessitam aprender a refletir e questionar politicamente seu mundo circundante, implicados nas causas e efeitos dos processos instituídos que capacitam uns em detrimento a outros. “Um sujeito moral é, pois, um sujeito em conformidade com sua própria razão, pois ela é autônoma, ou seja, não se submete a outra lei a não ser àquelas que ela impõe a si mesma” (FREIRE, 2014, p. 219).

A aceitação de mulheres ou de seus maridos em entrar no mercado de trabalho para exercerem atividades executadas atualmente mais por homens foi também objeto de avaliação no presente trabalho. As mulheres demonstraram maior aceitação em exercer essas profissões em relação à concordância dos homens (seus maridos). A opinião das mulheres apresentou a seguinte concordância em se capacitar para exercer essas atividades profissionais: mecânica de autos (55%), motorista de ônibus (41%), segurança patrimonial (31%), árbitro de futebol (32%) e nenhum dos listados (21%). Já os homens demonstraram a seguinte aceitação em relação às suas esposas: mecânica de autos (30%), motorista de ônibus (32%), segurança patrimonial (35%), árbitro de futebol (30%) e nenhum dos listados (47%). Destaca-se que 47% dos homens não gostariam que suas esposas exercessem essas atividades tidas como “masculinizadas”, enquanto que as mesmas apresentam restrições para 21% das mulheres entrevistadas. Em trabalho realizado por Belo et al. (2010) na cidade de João Pessoa-PB, foram identificadas, aproximadamente, 80 profissões “caracterizadas” ou “rotuladas” pelos entrevistados como femininas e 130 como masculinas. “Antes de classificar as diferenças, em especial aquelas apontadas para explicar a segregação ocupacional no mercado de trabalho, é preciso refletir se a limitação biológica apontada existe de fato ou se é apenas mais uma construção ideológica” (CORONEL, 2010, p. 11).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O machismo invisível relacionado ao exercício profissional está presente tanto em homens como em mulheres. A divisão de profissões classificadas como masculinas ou femininas continua existindo na sociedade brasileira, mesmo no segmento populacional de menor faixa etária.

As formas simbólicas que operam na ideologia do machismo afetam negativamente o direito dos homens e das mulheres frente à pluralidade e a liberdade nas escolhas das profissões.

Para a erradicação das crenças, comportamentos e atitudes machistas relacionadas ao exercício profissional são necessárias políticas públicas específicas de caráter educacional e interdisciplinar, objetivando a desnaturalização das multideterminações dos métodos e regras instituídos que promovem esse tipo de polarização e enfermidade social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 15-77.
- ARRAES, Jarid. 2013. **Uma breve reflexão sobre o papel político da Psicologia**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questao Degenero/2013/10/30/uma-breve-reflexao-sobre-o-papel-politico-da-psicologia>. Acesso em: 05/abr./2014.
- BELO, Raquel Pereira; SOUZA, Tâmara Ramalho de; CAMINO, Leoncio. Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 23-31, 2010.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, número especial, p. 179-200, 1994.
- CASTAÑEDA, Marina. **Machismo Invisível**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo, A Girafa Editora. 2006.
- CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010.
- CORONEL, Maria Carla Fontana Gaspar. 'Mulheres domésticas': profissionais de segunda classe. **Revista de Direito**, v. 13, n. 17, p. 7-18, 2010.
- FREIRE, Geraldo. O projeto pedagógico moderno e sua crítica: a propósito de Kant e Adorno. In: MENEZES, Edmilson. (Org). **Leituras Kantianas**. Aracaju: EDISE, 2014. p. 209-247.
- GALEAZZI, Irene Maria Sassi. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Revista Mulher e Trabalho**, v. 1, p. 61-68, 2001.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de envelhecer**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- SILVA, Leonardo Rabelo de Matos; OLIVEN, Leonora Roizen Albek. O "doméstico" do doméstico-parte 2: o caso mangureira. In: Encontro Nacional do CONPEDI, 19, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 1994, p. 8783-8792.

O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS

Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte

Universidade do Estado do Rio grande do Norte.
dianadayane1@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho de caráter bibliográfico é resultado de questionamentos produzidos através da conclusão da dissertação de mestrado da autora em questão. Neste breve relato foi abordado uma problemática acerca do feminismo no corpo mulher trans (travesti, transexual e drag queen) e como a produção da existência de um corpo dissidente pode também produzir fissuras dentro das lutas centrais do feminismo a partir de questionamentos acerca da heteronormatividade. Com esse objetivo foram utilizadas referências teóricas sobre as análises de discurso, o corpo como processo de intervenção próstética e a teoria da performatividade ressignificada por Judith Butler.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, gênero, sexualidade, heteronormatividade.

Como o feminismo se expressa no corpo da mulher transexual? Essa foi uma pergunta gerada (e que hoje é gestada) por meio da conclusão da dissertação de mestrado da autora deste trabalho. A dissertação teve como título: “Arte dos Parangolés, *confetos* e resistência a heteronormatividade: uma pesquisa Sociopoética¹.”

O processo de encerramento de uma pesquisa é, às vezes, oposto ao sentido de qualquer conclusão. Ao estudar sobre resistência à heteronormatividade, a questão nunca foi circunscrita a existência de um corpo despojado dos processos de sexualidade dominante. O poder e a sexualidade estão intimamente relacionados, de modo tal que não se pode conceber uma sexualidade subversiva e emancipada, livre de qualquer discurso normatizador. A questão central da pesquisa foi, no entanto, como resistir aos sintomas de inferioridade produzidos pela

¹ A Sociopoética se constitui por meio de cinco princípios básicos norteadores. A formação do grupo pesquisador que deverá incluído em todos os momentos da pesquisa, da escolha do tema gerador as análises dos dados. A pesquisa deverá valorizar grupos não centrais, ou seja, aqueles que habitam na margem, que sofrem os processos de sujeição, que produzem resistência, pois eles criam múltiplas formas de compreender o mundo. Em terceiro está a consideração do conhecimento como expressão emocional e intuitiva que age sobre o corpo todo, essa busca pela produção de sentidos as linhas de fuga à universalidade racional que a tudo tenta capturar. Assim, no campo da pesquisa, deve ser construído possibilidades criadoras que façam expressar esses conhecimentos no terreno do inconsciente. Por último a Sociopoética revela um compromisso ético, espiritual e político para a pesquisa, pois não se coloca apenas no mundo acadêmico de modo a desconsiderar formas de habitar e interpretar o mundo, mas busca essas formas como penetrar a academia, revelando devires inconstantes e imprevisíveis. biológica e nem se inicia nele, mas traz um sentido escapatório às identidades sem necessariamente anulá-las.

heteronormatividade contra os sujeitos que não preenchem as normas de inteligibilidade do corpo.

Com esse objetivo, utilizamos a abordagem metodológica da Sociopoética de modo a fazer emergir, pelas técnicas artísticas do parangolé de Hélio Oiticica, o fazer desse corpo fugidio e movediço por meio do grupo co-pesquisador. Um fazer nem sempre consciente, mas que trouxe a cena o feminismo que não se encerra no corpo da mulher biológica e nem se inicia nele, mas traz um sentido escapatório às identidades sem necessariamente anulá-las.

É importante ressaltar que o movimento feminista foi construído a partir da busca por uma modificação na estrutura interna da sociedade. Uma sociedade cuja participação das mulheres na atividade política, científica e econômica era bastante reduzida e depreciada. As vitórias políticas carregam seus sucessos e escorregam nos seus excessos. O feminismo ultrapassou os objetivos aos quais se propôs. Se havia uma demanda por maior participação política, como por exemplo, a busca pela extensão do voto como pleno exercício de cidadania e reconhecimento de direitos para a mulher reconhecido pelo próprio Estado, haveria de surgir um campo científico de análise completamente novo, um campo que questionava a própria noção de sujeito universal.

O homem, branco e heterossexual tornou-se ponto de partida da crítica feminista. A autoridade da posição masculina e sua constituição como sujeito universal já não poderia ser fundamentado como essência reguladora de todos os corpos ou mesmo premissa para análises daquilo que divergia dessa centralidade. Com isso, fazia-se a denúncia de uma ciência que se construía sobre caráter particularista, sexista e racista. Eram os saberes ocidentais que se mostravam incapazes de pensar na diferença e com a diferença.

Além da crítica ao modo de produção dominante do conhecimento científico, existem propostas alternativas que operam de forma diferenciada em consideração a experiência cultural, histórica e social diferenciada da masculina. É importante ressaltar que a produção diferenciada de conhecimentos não ocasiona a ruptura total dos modelos dominantes, pode também reproduzi-los. A questão aqui é que esses conhecimentos processam uma nova forma de análise por surgirem da mutação, da potência do detalhe.

Estruturas basilares da ciência como a neutralidade e a objetividade são retiradas de eixo porque as normas científicas são impregnadas de valores masculinos. Autores como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida foram utilizados como aporte teóricos para se pensar em outras perspectivas fora do marxismo, novas formas de operar a produção do conhecimento revendo o processo artificial da construção das identidades supostamente “naturais”, sendo efeito do discurso e não uma síntese múltiplas das determinações, como dirá Karl Marx.

Sobre esse tema, Butler (1990) fará um exaustivo aparato teórico acerca da trajetória do feminismo enquanto corrente epistemológica de crítica a esse sujeito

universal. Ela destaca também que, embora a teoria feminista considere a unidade da categoria de mulheres, acaba introduzindo uma divisão nesse sujeito feminista por não conseguir romper com os postulados universalistas aos quais criticaram.

Quando o feminismo buscou estabelecer uma relação integral com as lutas contra a opressão racial e colonialista tornou-se cada vez mais importante resistir à estratégia epistemológica colonizadora que subordinava diferentes configurações de dominação à rubrica de uma noção transcultural de patriarcado. (BUTLER, p.72, 1990).

Para além do debate acerca do conceito de patriarcado, o ponto a ser compreendido é a tentativa de apropriação de uma lei que se enraíza num fundamento universal e determinante. A busca por essa lei pretende entender, por meio de mecanismos não biológicos, não somente a construção do gênero a partir do sexo, mas também a natureza cultural da opressão.

Com isso Butler (1990) afirma que o termo gênero não é derivado ou consequência do sexo. Ele não tem começo nem fim. Quer dizer, o gênero é efeito do que se faz e não do que se é. Sendo o sexo não natural, a trajetória seguida pelo movimento feminista é rompida por meio das problematizações de caráter pós estruturalista. O corpo “se torna” a partir da construção do discurso e suas práticas de enunciação.

A proposta não é buscar a metafísica do gênero como se tem feito tradicionalmente, até o final do século XX. Mas observar que o gênero é um efeito, podendo ser investigado genealogicamente por meio de seu mapeamento político compreendendo como as configurações culturais do gênero tem sua hegemonia incrementada por meio da autonaturalização bem sucedida.

Dessa forma, dentro da epistemologia feminista que havia se firmado como crítica a formas centralizadoras e sexistas da ciência, também incorporou e reproduziu as mesmas estruturas binárias as quais denunciava. Definiu o corpo da mulher por meio da concepção biológica da genitalização a qual reduzia as expressões do feminino e do masculino de forma dualista, opositiva e hierarquizante. A busca pela inclusão de todas as mulheres provocou silenciamento e questionamentos políticos importantes para o movimento de mulheres, quer dizer, quem eram essas mulheres que pareciam tomar para si o significado da luta feminista?

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que “não” aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. [...] Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, p. 20,21. 1990)

Ao contrário do que apregoa a sororidade², a fragmentação da teoria feminista não representa necessariamente um fracasso no campo político, mas demonstra que a multiplicidade é capaz de criar formas de expansão da luta feminista para além de uma unidade que se transformou, muitas vezes, em formas veladas de subcategorização do feminino não hegemônico.

Os estudos *Queer* possibilitaram a interpretação das experiências da sexualidade que ocorreram fora desse centro. Revelaram precariedade da unidade da diferença sexual em torno de uma só categoria e como a busca pela construção da cidadania em termos de garantia de direitos produzem as mesmas exclusões que buscam combater. Todo esse esforço ocorre porque a noção construída a partir dos movimentos que produziram a teoria *queer* apontam para um dado de não fixidez e de resistência aos padrões de gênero denunciando processos regulatórios onde as normas de gênero operam e dão inteligibilidade às performances de gênero.

A teoria *queer* não funciona somente no campo acadêmico, mas em nível de práticas corporais. O corpo carrega seus signos de modo exteriorizado, como uma espécie de campo que não se constrói de modo pacificador, instruído pela vontade, mas que se coloca em constante combate, operado por diferentes dispositivos. Ou seja, o corpo não possui uma existência anterior que espera por sentidos, ele é investido de forças e produzido. O sexo e o gênero são, portanto, realizados de modo repetitivo, garantindo sua permanência e encontrando dificuldade para serem tensionados devido a rigidez provocada pelas constantes tentativas de fixidez.

É justamente por meio do conceito de performatividade readaptado e desenvolvido por Judith Butler, redefiniu o que o gênero será compreendido como sendo desenvolvido a partir de atos repetitivos garantindo, portanto, a sua inteligibilidade. As afirmações de Butler ao teorizar o gênero como sendo uma construção totalmente independente do sexo, este último passa a ser, desse modo, livre de amarras, de tal forma que o homem masculino poderia se encontrar num corpo feminino, como a mulher feminina poderia se encontrar num corpo masculino.

Nem sempre os corpos foram interpretados dessa maneira. De acordo com Bento (2008) até o século XVII, os anatomistas trabalhavam com a perspectiva do isomorfismo, ou seja, um único corpo e dois gêneros, no mínimo. No isomorfismo, a vagina era analisada como sendo um pênis invertido. Os ovários eram os testículos embutidos, a vagina era uma espécie de pênis pouco evoluído. As mulheres traziam dentro de si tudo que os homens carregavam exteriormente. Desse modo, naquela época não havia nada de estranho uma mulher se tornar um homem. Os corpos não eram divididos por meio do pênis ou da vagina, mas porque acreditava-se que o homem produzia mais calor, energia necessária para gerar a vida. Por ser um homem

2 Sororidade é um termo disseminado por uma parte do movimento feminista a qual defende a união de todas as mulheres como forma de combater o dissenso, a competitividade e a dominação masculina. De acordo com Penkala (2014), trata-se de uma espécie de pacto de irmandade que, supostamente, auxiliará na promoção, do empoderamento feminino.

imperfeito a mulher carregava em si pouco calor. A ordem social era fundamentada a partir do calor e o corpo era representado por meio de uma continuidade e nunca como uma divisão de naturezas opostas e inatingíveis uma pela outra.

Ainda segundo Bento (2008), essa disputa entre isomorfismo e dimorfismo apontava para uma redefinição das posições sociais entre o masculino e o feminino em função do crescimento, já no século XVIII, de mulheres que se passavam por homens a fim de resistirem aos novos condicionamentos dado as mulheres. Elas deveriam agir como donas de casa e esposas, era o curso da imputação do feminino na sociedade da época.

Por volta do século XIX, o trânsito do gênero é interrompido, instalando-se nos corpos dos sujeitos o sexo e a ciência como instrumento de normatizar a “normalidade”, determinando o verdadeiro sexo e fazendo dele um exame extremamente criterioso. Os corpos seriam resultados de um discurso que serviria para justificar lugares hierarquizados e milimetricamente direcionados. A divisão sexual binária definiria as condutas devidas de cada sexo. A mulher, o lar, ao homem, o mundo. Nesse discurso científico não há negociações, não há semelhanças entre os corpos de homens e mulheres e, atrelado a isso, não há nada em comum entre o masculino e o feminino. A única maneira desses corpos se encontrarem e dividirem o mesmo espaço é através do sexo.

Não obstante, Bento (2008) por meio de uma pesquisa histórica acrescenta que “apenas em 1700 o órgão sexual feminino passa a ter um nome diferenciado” (BENTO, 2008, p. 23). O órgão definidor das mulheres é a vagina, tendo como condições de normalidade a heterossexualidade e a maternidade.

Ou seja, antes de sermos anunciados como humanos, precisamos ter um corpo sexuado. Os maiores campos produtores de saberes universais, como a Igreja, a ciência ocidental positivista, o senso comum como saber universal imediatista, agem no sentido de compor polaridades em torno do sexo e da sexualidade. Dizendo de outro modo: não se trata de uma prática sexual, mas de um regime político administrador dos corpos e gestor da vida no campo da biopolítica.

O que está sendo colocado aqui não é a construção dos corpos por meio do discurso, essa questão já é auto evidente e bastante debatida. Será colocado aqui a questão debatida por Butler como forma de compreender o espaço tensionado pela desconstrução, os constantes exercícios de exclusão, a marginalização e a abjeção dos corpos que disputam territórios dentro de si e do mundo. Butler persegue a construção discursiva que pode ser infiltrada e subvertida arbitrariamente porque não há determinismo – menos ainda voluntarismo – em função de não existir formas completas e acabadas mesmo quando consideramos o caráter repetitivo de materialização dos corpos. Isso não quer dizer que haja uma construção exterior absoluta, mas encontrar fissuras e instabilidades que implicam na impossibilidade de assentamento das normas e suas produções.

A problemática da análise do corpo e da constituição do gênero e da identidade,

não se dão apenas no campo do discurso, da metafísica da substância ou da psicanálise, mas também no nível das tecnologias do corpo, das modificações prostéticas. De acordo com Preciado (2011), há uma sexopolítica aliada ao biopoder que territorializa os órgãos genitais, definindo suas funções e seus desejos.

A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas. Isto é, a partir de um órgão sexual preciso este marco abstrato de construção do “humano” nos é permitido reconstruir a totalidade do corpo. O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso. Segundo essa lógica, a partir de um órgão periférico (o nariz, a língua ou então os dedos, por exemplo) é impossível reconstruir a totalidade do corpo sexuado. Assim, então, os órgãos sexuais não são somente “órgãos reprodutores”, no sentido que permitem a reprodução sexual da espécie, e sim que são, também e sobretudo, “órgãos produtores” da coerência do corpo como propriamente “humano”. (PRECIADO, p.130-131, 2011)

De acordo com Preciado (2011) há muita dependência da linguagem psicanalítica do falo para as análises feministas *queers*, mas foi por meio delas que não somente tornaram óbvias as operações tecnológicas da masculinidade e da feminilidade nos últimos anos, mas também demonstraram que a feminilidade e a masculinidade estão sujeitas às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle.

Com o advento das tecnologias, em 1950 assiste-se uma ruptura ao regime disciplinar do sexo. As máquinas de naturalização do sexo e a definição de papéis de gênero não estavam apenas na “consciência” biopolíticas, agora eram materializadas por médicos como John Money que se utiliza do termo “gênero” para interferir nos corpos dos intersexuais através de métodos cirúrgicos e hormonais. As crianças intersexuais, ainda bebês, passavam por cirurgias de castração ou “correção” da genitália porque, antes mesmo delas chorarem pela vida, já estavam incutida na regulação normativa do corpo hétero.

Com isso quero dizer que existe a possibilidade de intervenção da biotecnologia de modo a produzir uma subjetividade sexual outra que não sirva apenas como instrumento de enquadramento dos corpos. Ou seja, não é simplesmente a contraposição a estratégias identitárias, não é a existência de sujeitos acima da lei, sexualmente irreduzíveis, únicos proprietários dos seus corpos como “desidentificação” (PRECIADO, 2011).

Ou seja, por meio dessa reflexão se propõe interpretar o corpo como materialidade plástica orgânica, o sexo é na realidade, uma tecnologia biopolítica. As perucas, os cílios e unhas postiços, as próteses de silicone, os batons, o uso de delineador, as cirurgias de redesignação sexual não são formas de buscar atingir um feminino hegemônico, a ideia de ser uma mulher autêntica. Essa composição de corpos dissidentes age (mesmo que de modo inintencional) de forma a provocar as normalizações dos corpos femininos e masculinos e inventar novos modos de prazer e convivência.

A mulher transexual, sobretudo aquelas que possuem os meios necessários de

acesso as tecnologias de mutabilidade corpórea, mesmo sem necessariamente fazer parte de algum movimento político feminista, produz dentro dessas correntes teóricas o questionamento de suas fronteiras, denuncia a fragilidade das categorias dos corpos e anuncia a precariedade de uma verdade universal.

É preciso, portanto, compreender como o feminismo é expressado no corpo da mulher transexual, quais são seus deslocamentos e desterritorializações. Quais são suas propostas dentro de um contexto marcado por estigmas e exclusões e quais os efeitos políticos e epistemológico para a teoria feminista.

O feminismo teve como estopim a crítica de uma sociedade dominada por homens e pelo sentido da masculinidade e é justamente a potência de deslocamento da crítica que produziu dissidências importantes no feminismo. Sem nunca tentar apagar a representação ou anulá-la, as problematizações fizeram repensar as táticas de luta e contribuir para a atuação dos demais espaços variados, ampliando o sentido da identidade e da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Loudes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas** Florianópolis. Vol. 16, n. 1, Jan./Abr. 2008

BERENICE, Bento. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiésis**, Niterói, n. 15, p. 47-71, jul. 2010. Disponível em: <Disponível em: <http://www.poesis.uff.br/sumarios/sumario15.php> >. Acesso em 14/06/2018.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In Rabinow P e Dreyfus. **Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária

GAUTHIER, Jacques Zanidê. **Notícias do rodapé do nascimento da sociopoética**. Mimeografado, 2003.

PENKALA, Ana. **A mulher e o novo preto**: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série *Orange is the new black*. Trabalho apresentado IV SIGAM – Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória em novembro de 2014. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/13_dossie_04_artigo_penkala.pdf Acesso em 12/06/2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid, Pensamiento Opera Prima, 2002.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**: y outros ensaios. Trad. Javier Saéz y Paco Vidarte, n. 2, ed. Egales, Barcelona, 2006.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte. ed. Autêntica, 2012.

O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO

Lissa Furtado Viana

Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail:
lissa_viana@hotmail.com.

Emannuely Cabral de Figueiredo

Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail:
emannuelycfg@gmail.com

Otávio Evangelista Cruz

Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail:
otavio.e.cruz@gmail.com

Raíssa Feitosa Soares

Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail:
raissa.fs@hotmail.com

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Universidade Regional do Cariri (URCA),
e-mail:djamiro.acipreste@urca.br

RESUMO: Apesar das alarmantes estatísticas brasileiras acerca das mais variadas formas de violência contra a mulher, o lugar-comum de culpabilizar as vítimas de violência sexual, bem como a persistente objetificação da imagem feminina nos diferentes extratos sociais, continua a gerar consequências funestas para a sociedade como um todo. Abordando o problema do patriarcado, busca-se, evidenciar os prejuízos do institucionalizado domínio masculino para a manutenção de uma cultura de objetificação do corpo feminino, ainda postulado como mero depósito de desejos e fantasias. Através da revisão das bibliografias

pertinentes, a exemplo dos textos de Gerda Lerner, Susan Faludi e Simone de Beauvoir - Sobretudo “O Segundo Sexo”-, em pesquisa calcada no método indutivo, a abordagem permitirá que se observem os desdobramentos da chamada “cultura de estupro” não apenas em relação à mulher, mas também acerca do que se deve alterar quanto ao homem e ao patriarcado vigente para a efetivação dos Direitos Humanos em sua integralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura de Estupro, Direitos Humanos, Patriarcado.

ABSTRACT: Despite the alarming brazilian statistics on the most varied forms of violence against women, the commonplace of blaming the victims of sexual violence, as well as the persistent objectification of the female image in the different social extracts, continues to generate disastrous consequences for society as a whole. Approaching the problem of patriarchy, we seek to evidence the damages of the institutionalized male domain to the maintenance of a culture of objectification of the female body, still postulated as a mere deposit of desires and fantasies. Through the revision of relevant bibliographies, such as the texts by Gerda Lerner, Susan Faludi and Simone de Beauvoir - especially “The Second Sex”, in a research based on the inductive method, the approach will allow us to observe the unfolding

of the so-called “culture of rape” not only in relation to women, but also about what must be changed in relation to man and the current patriarchy for the realization of Human Rights in their entirety.

KEYWORDS: Culture of rape, Human Rights, Patriarchy

1 | INTRODUÇÃO

É mais simples criar um episódio no imaginário sobre o estupro do que perceber que o crime pode acontecer mais próximo do que se supõe. O delito pode ocorrer em qualquer contexto econômico e social. É comum entre famílias com poder aquisitivo médio ou alto, mas as denúncias são ainda mais raras nestes casos. Geralmente não são comunicados por receio de exposição e, neste processo, deixa-se de punir o agressor.

Outro problema observado é o estereótipo formado em torno do perfil do esturador. O agressor pode ser uma pessoa do convívio da mulher ou alguém que ela jamais presumiria ser autor deste tipo de crime. Ele pode transmitir confiança à vítima e a impressão de que jamais cometeria a violência sexual.

Depois de muitas lutas, o gênero feminino supostamente conquistou direitos e garantias, entretanto, o que persiste, não só no Brasil, mas também em outros países, é o império do machismo. As mulheres ainda são vistas como dependentes do gênero masculino. E, em diversas culturas, a mulher ainda é extremamente objetificada.

Só a partir da segunda metade do século XIX as mulheres passaram a organizar-se na tentativa de se colocarem enquanto Sujeitos, reivindicando equidade de papéis na sociedade. Embora tais lutas tenham aparentemente resultado em conquistas como o direito à educação, à cultura ou ao voto, a plenitude dos direitos humanos das mulheres é ainda questionável.

A despeito dos avanços, a cultura patriarcal permanece como alicerce da maior parte das sociedades, constantemente reforçada pelas camadas dominantes e refletindo-se no cotidiano pós-moderno.

2 | METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, com aplicação do método indutivo. Através da análise da literatura que aborda os temas de direitos humanos, feminismo e políticas públicas de gênero, o estudo em questão versa sobre a violência sexual contra a mulher. Ver o comportamento da vítima, e não do autor, colocado em questão é o lugar-comum entre as mulheres vítimas de violência sexual. Culpabilizar a mulher é torná-la mais vítima de uma situação em que já foi colocada neste papel.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A construção do crime de estupro no Brasil

O termo estupro vem do latim “*stuprum*” que significa “manter relações culpáveis”. O estupro não nasceu a partir de um marco civilizatório. Em suas origens não está a transgressão de uma lei, mas sim, a imposição de uma vontade de um sujeito perverso sobre a vontade de um outro, fazendo prevalecer a vontade do mais forte. Durante os períodos pré-históricos, do paleolítico ao neolítico, nos quais os seres humanos viviam nas chamadas hordas primitivas, era comum a prática do estupro de machos humanos contra fêmeas humanas ou contra machos mais fracos. Durante os tempos pré-históricos, nos quais as condições de sobrevivência eram adversas, mormente e mais ainda, quanto à fêmea humana, devido à sua maior vulnerabilidade no que tange à força muscular, era bem menor o número destas do que o número de machos humanos. O estado selvagem no qual transitava em cada ser humano, livremente, os seus instintos, tinha por resultado a prática corrente do estupro, a conjunção carnal forçada, a despeito da vontade da fêmea ou de um macho mais fraco. (CAMPOS, 2016).

É importante que se faça um apanhado histórico das relações entre os senhores e seus escravos, que perpassava, necessariamente, pela análise do contato forçado na intimidade doméstica e na sexualidade. Dizia-se que meninos brasileiros tinham sua iniciação sexual com as escravas dos pais. Tal iniciação, obviamente, não considerava o consentimento das envolvidas, pouco importando sua idade. O caráter lúbrico da escravidão existia na própria organização hierárquica: para preservar a honra das moças de família - futuras sinhazinhas - os senhores estimulavam a iniciação sexual de seus filhos com as escravas adolescentes. As esposas brancas eram usadas apenas para reprodução, enquanto as escravas serviam para a satisfação dos verdadeiros desejos. (SILVA, 2014).

Com o fim da escravidão, o Brasil possuía uma população de mais de 70% de não brancos, mas desejava ascender e ser reconhecido como Estado Moderno (FIGUEIREDO, 2015). Na Europa, tinha-se a ideia de que a miscigenação ligada a mestiçagem era uma degeneração. O Brasil era mestiço, e portanto, “condenado ao fracasso”. A solução foi criar suas próprias teorias para dar conta dessa questão e do conceito de raça: clarear os mestiços e embranquecer a população. (FREITAS; SANTANA, 2017).

O Estado colonial, baseado na raça pura, tinha uma lógica simples: enaltecia a serenidade no comportamento sexual das mulheres brancas, qualificando-as, por exemplo, como frígidas com o objetivo de condenar seu útero para garantir apenas filhos brancos. Já as mulheres negras, a certeza da mestiçagem, eram incentivadas para o sexo, produzindo no imaginário masculino branco a ideia de que elas eram

quentes, fáceis, desejáveis e que podiam ser violentadas. Quanto ao homem negro, restou a maldição de um sexo forte e doloroso em uma narrativa pensada para afastar o interesse da mulher branca sobre ele. A primeira geração dos mestiços foi decorrente dos estupros coloniais. (FREITAS; SANTANA, 2017).

Nessas imagens, o patriarcado encontrou justificativas, no período colonial, para o estupro colonial, amenizado com o nome de relações extraconjugais. “A mulher negra retratada como exótica, sensual, provocativa, enfim, com fogo nato. Tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual” (CARNEIRO, 2002).

A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. Isto se dá por dois caminhos: pela imputação da culpa pelo ato à própria vítima (ao mesmo tempo em que coloca o algoz como vítima); e pela reprodução da estrutura e simbolismo de gênero dentro do próprio Sistema de Justiça Criminal (SJC), que vitimiza duplamente a mulher. (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

No rastro do movimento feminista dos anos 1970 e 1980, com a Constituição Federal de 1988 a mulher passa, formalmente, a lograr um papel de igualdade nas funções, no âmbito familiar. Não obstante, até 2009 o estupro ainda era tipificado como um crime de ação privada contra os costumes. A partir da sanção da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, o estupro passou a ser um crime contra a dignidade e liberdade sexual. Portanto, somente nos últimos anos o legislador reconheceu explicitamente a dignidade e a liberdade sexual como um bem jurídico protegido, em que toda pessoa humana, independentemente do seu sexo, tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais alheias. (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

A análise da violência sexual quase sempre tende a unir seus protagonistas, o que significa confrontar não somente a culpabilidade do agressor, como até mesmo a própria existência do delito, com um profundo e detalhado exame acerca da conduta da vítima, se ela observa ou não os preceitos de moralidade pública, se amolda-se ao padrão de decência sugerido pela comunidade. A vergonha da vítima e as constantes suspeitas que recaem sobre seu consentimento e comportamento são fatores que eufemizam a brutalidade do ato. O resultado: julgam-se os envolvidos, em especial a vítima, não o crime. (SILVA, 2014).

3.2 A cultura de estupro e o problema do patriarcado

Não são poucos os antropólogos e cientistas sociais que afirmam que o macho humano desconheceria a sua participação na procriação da espécie humana durante os tempos primitivos. Neste período de desconhecimento, período longo durante a pré-história, as fêmeas humanas seriam concebidas como “deusas”, detentoras exclusivas do poder da criação, dando azo a modelos de organização social durante o neolítico nos quais teriam existido, senão matriarcados, mas estruturas horizontalizadas com distribuição mais equitativa de poder entre homens e mulheres. O giro paradigmático teria, então, sido dado, quando os homens, que não mais viviam em hordas primitivas nômades e extrativistas, mas sim, sedentários em tribos e clãs em torno de atividades agrícolas, teriam, enfim, se apercebido da conexão entre o ato sexual e o seu fruto filial. Com a inauguração da paternidade onde antes só havia maternidade, os homens teriam tomado para si o poder, instaurando-se, assim, o patriarcado e a sua estrutura hierarquizada. (CAMPOS, 2003).

Ademais, a associação entre o início do patriarcalismo e o surgimento da propriedade privada é também recorrente, haja vista que à partir desse marco a mulher também passou pelo processo de coisificação, tornando-se mais uma das posses masculinas, restrita ao espaço fechado do lar. (BEAUVOIR, 2009)

A expressão “cultura do estupro” tem sido pouco utilizada no Direito, mas tornou-se frase corrente no ativismo feminista para se referir a um conjunto de comportamentos e ações que toleram o estupro praticado contra mulheres em nossa sociedade. A expressão “cultura do estupro” não é nova. A cultura do estupro no Brasil não pode ser desvinculada de nosso passado colonial e escravocrata. As mulheres negras, escravas, eram consideradas “coisas”, propriedades dos donos das fazendas e eram sistematicamente estupradas, além de sofrerem diversas outras violências. Eram responsabilizadas pelas mulheres brancas e pelos homens brancos pela suposta sedução do “senhor”. O comportamento violento dos senhores brancos, donos das escravas e escravos, não era questionado. A hipersexualização das mulheres negras advém dessa criação para justificar o estupro. Assim, o sexismo e o racismo fundamentam a cultura do estupro no Brasil. Não é por outra razão que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência doméstica e sexual em todo o país. (CAMPOS; MACHADO ET AL, 2017).

As mulheres tem um algoz e o seu nome é o patriarcado, que opera violências e perpetua sistematicamente a morte das mulheres todos os dias, com uma reiteração tão assombrosa nessa sociedade doente que reproduz a cultura do estupro em forma de piada. Não existe vitimismo quando se fala em machismo. Esse sistema destrói mulheres, edifica medo e desespero. Reproduz relações de força e de submissão entre os gêneros, reitera a violência e o ódio, tortura, enfraquece e despreza a mulher (LORENZI, 2016).

A cultura do estupro é, em termos gerais, a banalização e normalização desse

crime pela sociedade que compactua e estimula essa cultura de diversas maneiras, por exemplo, quando objetifica as mulheres nos meios de comunicação, culpabiliza as vítimas, não vê problemas nos assédios que as mulheres sofrem diariamente nas ruas.

A cultura do estupro faz parte do patriarcado enquanto sistema maior, sendo por ele reforçada. Vale ressaltar, o sistema patriarcal consiste na estrutura de pensamento que insiste no modelo de interação baseado na dominação dos homens sobre as mulheres. Nesse sistema de pensamento, o dominador/homem crê ser superior à dominada/mulher. A crença deriva dos discursos de validação da hierarquia histórica e culturalmente estabelecida, tal como o discurso, por exemplo, que define a mulher, dentre outros, como objeto do prazer masculino. Com esses discursos de validação da hierarquia o dominador procura justificar as atrocidades cometidas pelos homens às mulheres (SILVA, 2017).

3.3 O patriarcado como entrave à efetivação dos direitos humanos das mulheres

Na perspectiva ideológica patriarcal, a figura masculina tinha domínio sobre tudo, inclusive sobre suas mulheres, o que propiciou, de uma maneira ou de outra, diversos casos de violência contra pessoas do sexo feminino, pois os homens sentiam-se proprietários de suas próprias esposas ao ponto de tratá-las de modo humilhante e perverso. (CATÃO, 2016).

Porém, muito embora não apresente-se de forma explícita como antigamente, o patriarcado ainda existe e deixa inúmeros reflexos nas sociedades contemporâneas. Para que se constate isto, basta verificar que mesmo nos dias atuais diversos homens ainda se compreendem como seres superiores com relação às mulheres, com muitos deles ainda acreditando ser proprietários de suas companheiras, podendo tratá-las da maneira como quiserem, inclusive praticando diversas formas de violência contra elas, dentre elas, o estupro. De forma que o patriarcalismo deixou uma espécie de “herança maldita” às sociedades atuais, sendo possível observar reflexos desse legado patriarcal em diversos casos de violência no país. (CATÃO, 2016).

Para reforçar o aspecto de que o patriarcalismo ainda encontra-se impregnado em nosso meio social, observa-se o fato da vítima do estupro, ser estigmatizada pela própria sociedade, como se ela estivesse contaminada pelo sêmen do estuprador e, portanto, “suja”, em casos de estupro com conjunção carnal. Ora, uma pessoa é forçada, por meio de violência ou grave ameaça, a praticar relações sexuais ou atos libidinosos com outrem, ferindo sua dignidade e liberdade sexual, e ainda assim é vista de modo preconceituoso por parte da sociedade. O patriarcado, em conjunto com a cultura do estupro, de certa forma fazem com que a conduta do estuprador seja esquecida, pois, em conformidade com esses ideais, a vítima tem culpa por ser violentada, como já destacado. Sem dúvida, na concepção destas ideologias, se a vítima “se submeteu” às condições para ser estuprada, não é uma pessoa boa e de

família, merecendo ser estigmatizada como uma pessoa “suja”. Enquanto isso, a ação praticada pelo agressor é naturalizada e praticamente esquecida, pois houve uma culpabilização imputada à vítima. (CATÃO, 2016).

O crime de estupro no Brasil é tipificado como crime hediondo, previsto no art. 213 do Código Penal Brasileiro. No entanto, apesar do rigor da lei, dados oferecidos pelo 9o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam que em 2014, a cada 11 minutos, foi feita uma notificação de estupro no Brasil. Todavia, os dados também apontam que apenas 35% dos casos foram notificados. (CAMPOS, 2016).

A Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009 reconfigurou o entendimento do estupro. Nela, compreendeu-se que o crime é praticado contra a pessoa e não contra os costumes e eliminou-se a ideia de atentado violento ao pudor. Toda a interação forçada (que se dê por meio de violência ou grave ameaça) em termos de sexo foi categorizada como estupro, não havendo gradações de penas quanto aos chamados “atos libidinosos”, que substituíram o atentado violento ao pudor. Além disso, foi criada a categoria de “estupro de vulnerável”. No código anterior, entendia-se que estupro ou atentado violento ao pudor, praticados contra menores de 14 anos ou pessoas com distúrbios cognitivos, continham presunção de violência, mesmo sem o emprego de violência observável; presumia-se que a condição vulnerável da vítima indicava violência. Com a legislação de 2009, contudo, a presunção de violência foi retirada e o critério de idade foi estabelecido como suficiente para considerar estupro qualquer interação sexual com crianças. (ENGEL, 2017).

Parte importante dos juristas mostrou-se incomodada com o entendimento da legislação de 2009, segundo a qual abusos são atentados graves e paralelos ao estupro, e manifestou intenção de corrigir essa ideia na própria lei. Ademais, a permanência da necessidade de que se comprove violência e grave ameaça é um indicativo do tipo de vítima e algoz que se espera para que interações sexuais indesejadas sejam consideradas crimes sexuais. (ENGEL, 2017). A necessidade de violência, especialmente contida em argumentações de juristas em dicionários de direito penal, reforça a constante suspeita da vítima, que precisa provar a violência e a ameaça grave, não bastando a afirmação de que o sexo ou o ato tenha sido contra a sua vontade. (NADAI, 2012).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo do trabalho, analisar o comportamento da vítima e não do autor, é vivência comum entre as mulheres em situação de violência sexual. A culpabilização impacta diretamente na falta de confiança que as mulheres esperam na denúncia. Elas não buscam ajuda, também, por medo de serem desacreditadas, discriminadas e humilhadas.

A cultura do estupro, como um reflexo do patriarcado, não terá fim enquanto a culpa for colocada na mulher; não houver punição para os estupradores e existirem representantes do alto judiciário coniventes com o estupro e com o estuprador.

Para combater a cultura de estupro e a violência contra as mulheres é necessário começar com a educação, um processo mais longo, sim, porém com resultados mais sólidos. Apesar das dificuldades de conscientização e alteração das formas de pensar patriarcalistas e heteronormativas impregnadas nas sociedades, é preciso uma educação que ensine aos meninos, desde crianças, que o corpo da mulher não é objeto, que ele não existe para ser violado e/ou agredido. É necessária uma educação onde o respeito ao outro seja ensinado.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMPOS, Carmen Hein de Et Al. **Cultura do estupro ou cultura antiestupro?** Revista Direito GV, São Paulo, v. 13, n. 3, p.982-1006, 2017.

CAMPOS, Andrea Almeida. **A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, p.1-13, ago. 2016.

CATÃO, Marconi Gomes do Ó. **O atual cenário do crime de estupro no Brasil**: Um olhar sobre a exposição e culpabilização da vítima a partir de práticas institucionais e midiáticas. 2016. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

CAMPOS, A. **Subversões – Homens e Mulheres nas Entrelinhas**. Lisboa: Editora Universitária, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça**. In: BRUSCHINI, C & UNBEHAUM, S. (org.) Gênero, democracia e sociedade brasileira, p. 167-193. Editora 34: São Paulo, 2002.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). IPEA, Brasília, p.1-30, mar. 2014.

ENGEL, Cíntia Liara. **As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil**, Brasília, p.1-37, out. 2017.

FALUDI, Susan. **Backlash**: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FIGUEIREDO, Ângela. **Relato de uma ex mulata à Judith Butler**. Revista Periódicos, n.3, v.1, pp.152 – 169, mai-out, 2015.

FREITAS, Bárbara Ferreira de; SANTANA, Márcia Tavares. **Da casa grande para a rede de tráfico de pessoas**: uma análise do estereótipo das mulheres traficadas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, p.1-12, 2017.

LORENZI, Mariana. **Contra a cultura do estupro e o patriarcado**. 2016. Disponível em: <<http://levantar.org.br/blog/?p=1062>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

NADAI, L. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas**: uma etnografia entre documentos oficiais da delegacia de defesa da mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao

pudor. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, Vânia dos Santos. **Patriarcado e a cultura do estupro no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/app/noticia/301723-1>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA, Danielle Martins. **O estupro de vulneráveis no Brasil**: uma breve análise histórica, legislativa e do discurso jurisprudencial, Brasília, p.1-14, fev. 2014.

PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS

Izabel Cristina Oliveira Martins

Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande-PB

RESUMO: Estudos como os de Dalcastagnè (2005) e Silva (2010) comprovam a tímida presença de mulheres como produtoras literárias e confirmam que o cânone literário se configura como um espaço de exclusão, visto que a maioria dos autores são homens, brancos, heterossexuais e pertencentes à burguesia e à classe abastada. É certo que os estudiosos citados desenvolvem suas pesquisas voltando-se, principalmente, ao cenário literário brasileiro. No entanto, se levarmos em consideração o cânone da literatura do restante do continente americano e do continente europeu, o que se percebe é a conservação de nomes de escritores e de seus textos, sem a menor preocupação para a produção literária feminina. Partindo dessas observações, o artigo direciona sua atenção ao continente africano e apresenta uma investigação sobre a presença de mulheres escritoras nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Como aporte teórico, foram utilizados os estudos de Mata & Padilha (2007), Dalcastagnè (2005), Silva (2010), Duarte (2012), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Africana, Mulher, Cânone.

ABSTRACT: Some studies like Dalcastagnè (2005) and Silva (2010) prove the discreet presence of women as literary producers and confirm that the literary canon is a space of exclusion, in view of the authors are men, white, heterosexual, belong to bourgeoisie and wealthy class. These mentioned scholars obviously develop their research mainly in relation to the Brazilian literary scenario. However, if we consider the canon of literature on the rest of the American continent and the European continent, what is perceived is the preservation of names of writers and their texts, without the slightest concern for women's literary production. Based on these observations, the article focuses its attention on the African continent and presents a study about the presence of women writers in the '*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*' (Portuguese-Speaking African Countries - PALOP). As a theoretical contribution, we used the studies of Mata & Padilha (2007), Dalcastagnè (2005), Silva (2010), Duarte (2012), among others.

KEYWORDS: African Literature, Woman, Canon.

1 | INTRODUÇÃO

A questão do cânone literário, sua formação e seu estabelecimento estão, atualmente, entre as discussões mais frequentes. No meio acadêmico, inúmeros são os eventos científicos realizados acerca do assunto, assim como também é numerosa a quantidade de artigos publicados e de pesquisas conduzidas, principalmente, no âmbito da pós-graduação. Em geral, ao contrário do que sugere Harold Bloom, em *O cânone ocidental* (1995), grande parte desses estudos pleiteia o alargamento do cânone e sugere que o destaque ininterrupto de obras literárias tomadas como imprescindíveis em detrimento de outras consideradas dispensáveis é um processo inaceitável e mantenedor de um cânone excludente.

Thomas Bonnici (2011) pontua que a formação do cânone literário e sua consolidação estavam (e estão) atreladas ao poder da classe dominante. “Portanto, a escolha e a interpretação de determinados autores e livros e, concomitantemente, a exclusão de outros, são tarefas poderosas executadas a partir de uma posição social que reflete a ideologia de quem julga e interpreta” (BONNICI, 2011, p. 113). Nesse sentido, o estudioso explica que não é incomum obras entrarem no cânone quando elas veiculam mensagens que reforçam os conceitos de autoridade e controle da classe hegemônica. Por outro lado, o mesmo não acontece com produções que subvertem e questionam os padrões do grupo dominante.

A não-neutralidade da literatura constatada por Thomas Bonnici também é considerada por Regina Dalcastagnè em sua pesquisa “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004” (2005). Para a autora, a literatura é um artefato humano que, como todos os outros, participa de jogos de força dentro da sociedade. Não reconhecer isso, é “escamotear um processo em última instância autoritário: aquele que define o que pode ser considerado literatura em meio a tudo o que é escrito ou que se pensa em escrever um dia” (DALCASTAGNÈ, 2005, p.62-63).

Efetivamente, muitas mudanças ocorreram nos últimos tempos e com elas algumas lutas por direitos civis desembocaram também na literatura. Negros, judeus, mulheres e outros grupos minoritários ou dominados estão, timidamente, aparecendo nos mais diversos cenários literários. No entanto, como Dalcastagnè (2005) chama a atenção, não foram incorporados de fato.

No caso específico das obras de autoria feminina, apesar da existência de escritoras e de obras em momento bem anterior ao atual (conforme atestam inúmeras pesquisas realizadas, contemporaneamente, como as desenvolvidas por Zahidé Lupinacci Muzart), poucas foram as que tiveram visibilidade. A exclusão dessas mulheres e de suas obras ocorreu de tal forma que seus nomes nunca entraram nas grades curriculares das instituições de ensino.

De acordo com Silva (2010), a “não substancial alteração” da presença feminina ao longo do último século, pode ser comprovada a partir das histórias da literatura particular de cada cultura que formam o cânone escritural de uma dada sociedade. Para

o pesquisador, o que se percebe no cânone é “a manutenção de nomes de escritores e textos que são perpetuados ao longo dos séculos, ali inclusos e interpretados como *clássicos*, sem a menor discussão em torno de textos de autoria feminina” (SILVA, 2010, p. 24. Grifo do autor).

Em África, a situação da mulher escritora não diverge daquela apresentada na maioria dos espaços literários. Para Mata & Padilha (2007, p. 13), tal exclusão se repete em todos os sistemas literários nos quais há nitidamente a prevalência de vozes masculinas, porque “os textos como produtos simbólicos e como ‘documentos do imaginário’, na expressão de Jacques le Goff, submetem-se aos mesmos aparatos de dominação impostos pelas ideologias hegemônicas”.

Um olhar, mesmo que bastante rápido, permite confirmar que poucas são as mulheres que conseguem visibilidade para seus escritos, embora a literatura de autoria feminina de muitos países africanos já tenha demonstrado excelência através de nomes como os de Mariana Bâ (Senegal), Buchi Emecheta (Nigéria), Ama Ata Aidoo (Gana), Scholastique Mukasonga (Ruanda) Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria), Yaa Gyasi (Gana), Aminata Forna (Serra Leoa), ou ainda, entre tantas outras, a promissora e mais jovem autora do continente africano Michelle Nkamankeng (África do Sul), de apenas dez anos de idade, que já conseguiu por meio de sua obra inaugural *Waiting for the Waves* (Esperando pelas ondas, 2016) se destacar entre os melhores escritores infantis do mundo.

Tratando de modo particular das literaturas africanas de língua portuguesa, que desde a descolonização reivindicam o acesso à legitimidade e à existência literárias, a constatação do silêncio em relação à produção escrita feminina é ainda mais surpreendente, sobretudo quando se considera o papel de relevância “desempenhado pelas mulheres na luta de libertação de seus países, como força organizadora da resistência” (MACÊDO, 2003, p. 155), como é o caso da santomense Alda do Espírito Santo e da moçambicana Noêmia de Souza.

Em vista da pouca visibilidade e pouca divulgação das produtoras literárias dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), o estudo parte em busca de vozes femininas desse contexto, vozes que quando emergem no texto, segundo Zuleide Duarte (2012), apresentam uma visão particularizada das mais diversas questões, sem nada ficar a dever aos discursos predominantes no cânone. A ideia alinha-se ao desejo de evidenciar não apenas as autoras mais divulgadas e consagradas. Pretende-se comprovar a existência de tantas outras escritoras que também contribuíram e/ou ainda contribuem para a formação destas literaturas, a fim de garantir-lhes não simplesmente seus nomes em uma lista, mas, sobretudo, removê-las do confinamento de bibliotecas e da profunda escuridão a qual foram relegadas.

2 | DESCOBRINDO ESCRITORAS AFRICANAS LUSÓFONAS

Em Angola, considera-se o livro *Esportaneidades da minha alma: Às senhoras africanas* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, a primeira obra produzida por um angolano. Trata-se de um livro de poesias dedicado às senhoras de sua terra, como bem especifica o subtítulo. A este primeiro trabalho de Maia Ferreira, paulatinamente, obras e autores foram surgindo de modo a encorpar a literatura de Angola e torná-la tal qual se conhece hoje. Um detalhe que chama a atenção neste cenário é o fato de que apenas em 1944 (quase um século depois da publicação de Maia Ferreira) vem a público uma obra de autoria feminina: o romance *Panguilla* de Lília da Fonseca (1916-1991). A ela, seguem, dez anos depois, Maria Joana Couto com o livro de poesia *Braseiro Ardente* (1954) e Maria José Pereira da Silva com o livro *Ilha dos Amores: Poesias* (1961), num espaço intervalar de quase outra década.

Subsequentemente, e com um lapso temporal menor entre as publicações, outras escritoras marcaram seus nomes neste espaço, ainda no período colonial, dentre as quais podem ser citadas: Maria Eugênia Lima, *Entre a parede e o espelho* (1964); Alda Lara, *Poemas* (1966) Publicação Póstuma; Manuela Cerqueira, *Menina do deserto* (1969); Wanda Ramos, *Nas coxas do tempo* (1970); Honorinda Cerveira, *Kiangala* (1971); Maria do Carmo Marcelino, *Obra poética* (1972); Olga Gonçalves, *Movimento* (1972); Lygia Salema, *Desterro de mim* (1973). Registre-se que apesar de quase todas estas autoras terem produzido mais de um trabalho literário, apenas Alda Lara conseguiu notabilidade, tornando-se uma das autoras angolanas mais antologadas e aclamadas pela crítica literária.

A partir da independência política angolana, presencia-se um número cada vez maior de mulheres como produtoras literárias. Na poesia, Ana Paula Tavares apresenta “uma nova dicção poética que dá voz à mulher, tornando-a capaz de expressar, eroticamente, seu corpo e de dizer, criticamente, a história de seu país” (SECCO, 2017, p. 119). Sua geração (e aqui podem ser incluídas Ana de Santana, Maria Alexandre Dáskalos e Lisa Castel) imprimiu a marca genuína do feminino na poesia de Angola, a partir da elaboração de um discurso com “perspectiva inovadora que apresenta a mulher angolana com uma carnadura mais concreta. Os problemas, os sentimentos, as intimidações femininas são abordadas poeticamente” (SECCO, 2017, p. 120).

Na prosa, além de nomes conhecidos como Amélia Dalomba, Chó do Guri, Maria Celestina Fernandes, Rosária da Silva e Sónia Gomes, podem ser mencionados inúmeros outros como Aida Gomes, Ana Paula Castro, Anabela Frazão, Branca Clara das Neves, Carla M. Soares, Djaimilia Pereira de Almeida, Djamba Dàllá (Dulce Ferreira A. M. Vasconcelos), Dulce Braga, Luana Sul (Maria José Ferreira Rodrigues), Lueji Dharma, Madalena da Silva Vilela, Maria Alice Gouveia, Maria David, Maria Jawaá, Marihel Ramos.

Destacam-se ainda autoras que se concentram na prosa voltada para crianças e adolescentes, como Alice Berenguel, Cremilda Lima, Gabriela Antunes, Helena Osório,

Kanguimbo Ananaz, a já mencionada Maria Celestina Fernandes, Maria Eugênia Neto, Paula Russa, Rosalina Pombal, Yola Castro e Zulinni Bumba.

Em Cabo Verde, a notoriedade em relação à escrita feminina não é muito diferente daquela apontada em Angola, apesar de ter sido de uma mulher, Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), a primeira publicação literária cabo-verdiana, no ano de 1841. Também é conferido a esta escritora o título de primeiro autor do arquipélago a colaborar no *Almanach de lembranças luso-brasileiro* (Lisboa, 1851 a 1932), com o poema “Um cipreste”, no ano de 1854.

Assim como Antónia Gertrudes Pusich, colaboraram nos almanaques de “Lembranças” as escritoras Emília dos Mártires Aguiar, Maria Luísa de Sena Barcelos (Africana), Adelaide Maria das Neves, Gertrudes Ferreira de Lima (Humilde Camponesa) e Maria Cristina Rocha.

Embora assinalem uma profícua produção literária e jornalística no arquipélago cabo-verdiano, as primeiras décadas do século XX não registram mulheres com atividades literárias. Apenas no fim dos anos cinquenta, mais precisamente em 1958, sublinham-se os nomes de Sílvia Crato Monteiro e Yolanda Morazzo no Suplemento Cultural, que se seguiu à revista Claridade.

De acordo com Simone Caputo Gomes (2010), dando continuidade à tarefa de construir o discurso poético feminino em Cabo Verde, algumas autoras divulgaram seus versos na revista *Mujer* (organizada pela OMCV – Organização das Mulheres Cabo-Verdianas), em antologias como *Canto Libertado* (1981) e *Mirabilis: de veias ao sol* (1991), ou em livro individual, a saber: Alice Wahnon Ferro, Alícia Borges, Ana Júlia Monteiro de Macedo Sança, Arcília Barreto, Dina Salústio, Eleana Lima, Lara Araújo ou Madalena Tavares, Lídia do Rosário, Luísa Chantre, MG’Nela – Helena Regina R. M. Teófilo, Manuela Fonseca, Margarida Moreira, Maria Guilhermina, Maria José da Cunha, Maria Lídia do Rosário, Nely, Paula Martins e Vera Duarte.

No que diz respeito à prosa, destacam-se nomes como: Maria Helena Spencer, Orlanda Amarílis, Ivone Aída Fernandes Ramos, Leopoldina Barreto, Maria Margarida Mascarenhas, Fátima Bettencourt, Dina Salústio, Haydeia Avelino Pires, Sara Almeida, Ondina Ferreira / Pseudônimo Camila Mont-Rond e Vera Duarte.

Contemporaneamente, surgem novos nomes femininos nas letras cabo-verdianas, trilhando pelas mais diversas formas de expressão textual (conto, romance, poesia), como também na literatura infanto-juvenil. A título de exemplo, merecem ser aludidas Artemisa Ferreira, Carlota de Barros, Carmelinda Gonçalves, Chissana Magalhães e Eileen Almeida Barbosa.

Na Guiné-Bissau, a presença tardia da imprensa e das editoras associada à falta de apoio das autoridades do país em relação à promoção da cultura nacional em geral e à literatura em particular contribuem para a lenta atividade cultural no país. Neste cenário, poucos são os autores. No entanto, conforme adverte Moema Parente Augel (2007, p. 21)

Trata-se de uma literatura [...] surpreendentemente vital. Seus escritos assumem, na ainda jovem história desse pequeno país, um papel de vanguarda intelectual, atuando como ponta-de-lança para o esforço de autodefinição do Estado-Nação e sua sociedade, retesando o arco entre as amarras de uma tradição rural e a busca de caminhos em direção a uma nação independente e moderna, dentro do quadro polifacético da diversidade étnica da população.

Considerando, de modo específico, a produção literária feminina da Guiné-Bissau, é possível afirmar que poucas são as autoras com obras individuais publicadas. As antologias constituem, desse modo, o principal meio de divulgação do que as guineenses produzem. Todavia, é necessário realçar, conforme destaca o escritor e estudioso Rui Jorge Semedo (2012), que pouca ou quase não se faz notar a presença feminina nessas publicações.

Em *Poilão* (1973), primeiro caderno de poesias guineense, por exemplo, apenas Eunice Borges comparece, com a publicação de um único poema, “Saí sem rumo”. Destaque-se que a mesma é natural de Cabo Verde, embora descendente de guineenses. De acordo com Couto & Embaló (2010, p. 113): “Quando se casou, [Eunice Borges] mudou-se para a Guiné-Bissau, onde exerceu diversos cargos na administração do país”. À época da publicação de *Poilão*, era funcionária do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria (SNECI), em Bissau. É certo que Eunice Borges encontra-se numa posição ambígua e desconfortável, ora sendo inscrita no contingente dos autores guineenses, ora no dos cabo-verdianos. Não se pretende aqui discutir o valor dessa classificação. Reconhece-se a situação da autora nessa linha difusa entre os dois sistemas e registra-se, sobretudo, sua contribuição na já mencionada antologia *Poilão*, como também na Antologia poética da Guiné-Bissau. Além da colaboração nas duas coletâneas mencionadas, de acordo com Couto & Embaló (2010), se desconhece a existência de outra publicação da autoria de Eunice Borges.

No que diz respeito à presença feminina nas seis primeiras publicações em forma de coletânea que marcaram a literatura nacional da Guiné-Bissau, pode-se fazer o seguinte balanço, a partir do estudo “Uma radiografia do processo literário guineense”, de Rui Jorge Semedo (2012): *Mantêhas para quem luta* (1977) - 14 poetas, nenhuma poetisa; *Momentos primeiros da construção* (1978) - 12 poetas e uma poetisa, Mariana Marques Ribeiro; *Antologia poética da Guiné-Bissau* (1991) - 14 poetas, entre os quais duas eram mulheres, Domingas Samy e Eunice Borges; *O eco do pranto* (1992), nove poetas dentre os quais uma mulher, Mariana Marques Ribeiro; *Kebur. Barkafon di poesia na kriol* (1996) - treze poetas dentre os quais duas mulheres: Dulce Neves e Odete Semedo; *Traços no tempo: antologia poética juvenil da Guiné-Bissau* (2010) - vinte e três poetas, sendo apenas três mulheres: Filomena Gomes Correia, Gina Có e Irina Gomes Ramos.

Quanto às publicações individuais, somente em 1993 é lançada a primeira obra escrita por uma guineense. Trata-se da coletânea de contos *A escola*, de autoria

de Domingas Samy, “um livro ainda incipiente, mas com o mérito do pioneirismo e de apresentar, pela via literária, diferentes aspectos da vida das mulheres no país” (AUGEL, 2007, p. 48).

O segundo nome a compor o panorama literário feminino com publicação de obra individual foi Odete Semedo, com o livro de poesia *Entre o ser e o amar*, trazido a lume em 1996. A este se seguem os livros de contos coletados da tradição oral: *Soneá: Histórias e passadas que ouvi contar I* e *Djênia: Histórias e passadas que ouvi contar II*, ambos lançados em 2001 e “reeditados em 2003, em um único volume, em Viana do Castelo, Portugal, juntamente com o memorável *No fundo canto*, poesia, que teve uma segunda edição em Belo Horizonte, Brasil, em 2007” (AUGEL, 2014, p. 130).

Acrescente-se a este panorama o nome da escritora Filomena Embaló e sua obra *Tiara* (1999), “que levanta o véu do delicado tema da integração familiar e social no seio da própria sociedade africana”, como afirma a autora (EMBALÓ, 2004). Apesar de ser de nacionalidade angolana, Filomena Embaló, cujas origens são cabo-verdianas, afirma-se “guineense de coração e por opção”, assumindo-se como guineense, embora sem rejeitar suas origens e sua vivência em Angola. Além de *Tiara*, Filomena Embaló publicou o livro de poemas *Coração Cativo* (2005) e o livro de contos *Carta Aberta* (2005).

Mais recentemente vem se sobressaindo as vozes poéticas de Saliatu da Costa e Antonieta Rosa Gomes. A primeira publicou *Bendita loucura* (2008) e *Entre a roseira e a pólvora, o capim!* (2011). Antonieta Rosa Gomes estreou na literatura guineense em 2014, com a obra *Retratos de mulher*. Por sua vez, na prosa, merece registro Né Vaz (Vanessa Margarida Buté Vaz), a mais jovem romancista da Guiné-Bissau. Seu livro de *Pérola roubada*, foi lançado em fevereiro de 2018, sob a chancela da Chiado Editora.

Em Moçambique, reduzido foi o número de escritoras que figuraram e se tornaram reconhecidas no período colonial e nos primeiros anos do pós-independência. Noémia de Sousa (1926-2002) é um desses poucos nomes de destaque. Todavia, é necessário lembrar que, mesmo conhecida, só teve seus poemas reunidos em livro no ano de 2001, sob a organização de Nelson Saúte. Antes disso, seus textos circulavam apenas em periódicos e antologias poéticas, como *No reino de Caliban*, volume III, tomo dedicado a escritores moçambicanos, coordenado por Manuel Ferreira.

De acordo com Nazareth Fonseca (2004) (2008), além de Noémia de Souza, também tiveram poesias publicadas em antologias as seguintes escritoras: Maria Manuela de Souza Lobo (*No reino de Caliban III*, 1988); Ana Pereira do Nascimento, Anunciação Prudente, Glória de Sant’Anna, Irene Gil e Marília Santos (*Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império – 1951/1963*, editadas pela Associação Casa dos Estudantes do Império, em 1994); Clotilde da Silva e a já mencionada Noémia de Sousa (*Antologia da nova poesia moçambicana*, 1989).

Contemporaneamente, novas vozes poéticas se distinguem em Moçambique, não só com publicações em obras coletivas, mas também por meio da edição de

livros individuais, a saber: Amélia Matavele, Celina Sheila Macome, Emmy Xyx (Maria Manuela Xavier), Gisela Ramos Rosa, Hirondina Joshua, Lica Sebastião, Rinkel (Márcia dos Santos), Sónia Sultuane e Tânia Tomé.

Na prosa, além das já conhecidas Maria Sorensen, Lília Momplé, Lina Magaia e Paulina Chiziane, podem ser citadas Amilca Ismael, Teresa Xavier Coito e Lídia Mussá. Aponte-se também a já referida Glória de Sant'Anna que, transitando da poesia para a narrativa, publicou em 1975 a obra *... Do tempo inútil*, livro de crônicas escritas de 1960 a 1970 (FERREIRA, 1977). Complemente-se, ainda, que Glória de Sant'Anna também se destaca por produzir literatura infanto-juvenil. Entre os seus livros com esta temática podemos citar *Zum-zum*, publicado em 1995 e *O pelicano velho*, que obteve duas edições, a primeira em 2002 pela Câmara Municipal de Ovar e a segunda pela Ndjira, no ano de 2003.

Além de Glória de Sant'Ana se dedicam à escrita para o público infanto-juvenil as escritoras Amélia Muge, Fátima Langa, Felizmina Velho, Teresa Noronha, Tatiana Pinto e Angelina Neves Oliveira.

Sem dúvidas, entre as escritoras, Paulina Chiziane está entre as mais conhecidas, sendo a moçambicana com maior visibilidade, alcançando espaço de destaque na análise de especialistas. Inúmeros são os artigos e ensaios sobre o conjunto de sua obra. Assim como também é crescente a quantidade de teses e dissertações que tem como objeto de análise suas narrativas.

Especificamente tratando da presença feminina na literatura de São Tomé e Príncipe, Amarino Queiroz (s/d) identifica a primeira metade do século XX como sendo o período em que se registram as primeiras escritoras santomenses. Nomes como os de Aurora Jardim (São Tomé, 1898-1988) e Sara Pinto Coelho (Príncipe, 1913-1990) são apontados pelo crítico e pesquisador como precursores, embora o mesmo esclareça que “em ambas as autoras não estejam delineados os contornos de uma motivação que se pudesse traduzir por reivindicação nacionalista”.

Ainda no período colonial, surgem nomes como os de Alda Espírito Santo e Maria Manuela Margarido, escritoras que, contrariamente a Sara Pinto Coelho e a Aurora Jardim, inscreveram sua poesia num projeto claramente nacionalista. Seus textos atestam o compromisso político e refletem o ideário de luta contra o colonialismo.

Comparecem no cenário literário santomense, atualmente, Ana Maria Deus Lima, com participação na *Antologia poética de São Tomé e Príncipe* (1978) e na *Antologia da poesia feminina dos PALOP* (1998) e outras escritoras com obras individuais como Otilina Silva, Goretti Pina, Olinda Beja e Conceição Lima. Dentre elas, as duas últimas são as mais conhecidas do público internacional.

Olinda Beja, por sua vez, é a autora santomense com mais livros publicados. Iniciou sua carreira literária, através da colaboração da Câmara Municipal de Aveiro (CMA), com a publicação de *Bô tendê?* (1992), *Leve, leve* (1993) e *15 dias de regresso* (1994). Até o momento, além das obras mencionadas, a autora escreveu *No país do tchiloli* (1996), *A pedra de Villa Nova* (1999), *Pingos de chuva* (2000), *Quebra-mar*

(2001), *Água crioula* (2002), *A ilha de Izunari* (2003), *Pé-de-perfume* (2004), *Aromas de cajamanga* (2009), *O cruzeiro do sul* (2011), *A casa do pastor* (2011), *Histórias da gravana* (2011), *Um grão de café* (2013), *Tomé Bombom* (2016), *À sombra do oká* (2016) e *O chá do Príncipe* (2017), totalizando quase duas dezenas de livros.

Trilhando pelas mais variadas formas de expressão textual (conto, romance, poesia), Olinda Beja se destaca também por ter obras traduzidas para o espanhol, francês, inglês, chinês e esperanto. Em 2013, venceu o Prémio Literário Francisco José Tenreiro, galardão atribuído à coletânea de poemas *À sombra do oká*. Em 2015, seu livro *Um grão de café* entrou para o Plano Nacional de Leitura de Portugal.

Com obras individuais também publicadas, porém com menos divulgação que as escritoras anteriores, merecem ser mencionadas: Adalvina Henriques D'Apresentação, com *Unidos pela força do mal* (2008); Maria Cristina Barbosa, com *Ye Rêguê* (2012); Aoní d'Alva, com *Miopia crônica* (2012); e Cristina Brandão Lavender, com *Saber esperar* (2013).

Além das já citadas, são dignas de reconhecimento Angela Barros, Ivys Martinho, Lucy Amado e Alda Barros. As três primeiras integraram com seus poemas a antologia *12 poetas de São Tomé e Príncipe*, editada em 2015 pela AfroFanzine, editora independente que tem como objetivo divulgar autores e autoras africanos. Já Alda Barros lançou seu livro de poesias *A flor branca de baobá* em maio de 2017, sob a chancela da Chiado Editora.

O vazio editorial referente à produção literária feminina ainda é bem amplo em São Tomé e Príncipe. A pequena quantidade de escritoras localizadas confirma que poucas foram as mulheres que conseguiram dar visibilidade a seus escritos.

3 | CONCLUSÃO

Assim como acontece em outros contextos literários, as literaturas dos países africanos, em especial os que falam a língua portuguesa, apresentam uma tímida presença de mulheres como produtoras literárias. Sem dúvidas, razões culturais e políticas implicam/contribuem na impossibilidade da escrita feminina. Quando se produz, por outro lado, enormes são as dificuldades enfrentadas para a publicação. Primeiro, porque os países africanos são desprotegidos de parque gráfico e casas editoriais. Segundo, porque se priorizam publicações de obras de escritores veteranos, com predileção para aqueles do sexo masculino. Inúmeras são as escritoras que falam a respeito dessa situação em eventos culturais, depoimentos e entrevistas. A escritora moçambicana Amélia Matavele, por exemplo, é uma delas. Em entrevista, aponta as dificuldades encontradas para se publicar nestes espaços, principalmente quando se é mulher: “É mais fácil acreditar num jovem escritor homem do que numa jovem escritora mulher, apesar de que para os dois há uma grande dificuldade em lançar um

livro” (MATAVELE *apud* CARLOS, 2013)¹. É sua também esta outra manifestação: “A primeira vez que fui com um livro para uma instituição, para pedir apoio, a primeira impressão que me foi dada foi de que eu estaria emocionada, que aquilo não passaria de uma brincadeira. Isso desmotiva” (MATAVELE *apud* CARLOS, 2013). O discurso de Matavele, povoado de desabafo, ressalta os complexos critérios de seleção utilizados pelos editores e confirma que o sistema literário africano ainda continua excludente, demonstrando que a mulher nestas literaturas não possui um lugar garantido, apesar das lutas empreendidas. Permite ainda verificar que, por detrás das incontestáveis conquistas em diversas áreas da vida social, ainda persistem “marcas da milenar opressão feminina, ainda que tais marcas apareçam diluídas em práticas aparentemente ingênuas e corriqueiras, assimiladas como ‘naturais’” (ZOLIN, 2007, p.55).

Apesar dos obstáculos existentes para a produção, publicação e divulgação de obras escritas por mulheres na África lusófona, é inegável o crescimento do número de mulheres que escrevem e publicam. Suas vozes imprimem as mundividências femininas, ora assumindo “uma escrita que deixa espaço para a expressão da intimidade do eu, para a escuta de sugestões mais comprometidas com o universo de mulheres” (FONSECA, 2004, p. 295), ora registrando o papel da mulher na sociedade ancestral e as contendas enfrentadas na adequação às novas realidades advindas dos processos de descolonização. É urgente, portanto, dar maior visibilidade à produção destas escritoras, como também é necessário refletir sobre as obras, relevando suas vozes silenciadas, por meio de discussão dos temas abordados e da construção de novo(s) cânone(s).

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. Na voz do outro. A representação da mulher guineense pela perspectiva masculina. In: SILVA, Fabio Mario da. **O feminino nas literaturas africanas em língua portuguesa**. CLEPUL: Lisboa, 2014.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BONNICI, Thomas. O cânone literário e a crítica literária: o debate entre a exclusão e a inclusão. In: BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre Villibor; PRADO, Márcio Roberto do. **Margens instáveis**: tensões entre teoria, crítica e história da literatura. Maringá: Eduem, 2011.
- BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- CARLOS, João. Literatura no feminino começa a ganhar novos nomes em Moçambique. In: **DW África**. 08 jul 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/literatura-no-feminino-come%C3%A7a-ganhar-novos-nomes-em-mo%C3%A7ambique/a-169363-93>>. Acesso em: 29 mar 2017.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau** – Um país da CPLP. PAPIA – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, n. 20, 2010. Universidade
-
- 1 A notícia que traz as considerações de Amélia Matavele foi consultada na *internet*. Por isso, quando a citar, será registrado apenas o ano de publicação, sem a indicação da página.

de Brasília. Thesaurus Editora, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26. Brasília, Jul.-Dez. 2005.

DUARTE, Zuleide. **Outras Áfricas**: elementos para uma literatura da África. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012.

EMBALÓ, Filomena. Breve resenha sobre a literatura da Guiné-Bissau. 2004. Disponível em: <www.didinho.org/Arquivo/resenhaliteratura.html>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa – Volumes I e II**. Lisboa: Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura africana de autoria feminina: estudo de antologias poéticas. In: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 08, n. 15, 2º sem., 2004.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Vozes femininas em antologias poéticas. In: **Literaturas africanas de língua portuguesa**: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2008.

GOMES, Simone Caputo. O texto literário de autoria feminina escreve e inscreve a mulher e(m) Cabo Verde. In: SECCO, Carmen Lucia Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. **África, escritas literárias**: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Angola: UEA, 2010.

MACEDO, L.S. Ascensão de. **Da voz à Pluma**: Escritoras e patrimônio documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde: Guia Bibliográfico. Ribeira Brava: L.S. Ascensão de Macedo, 2013.

MACÊDO, Tania. Estas mulheres cheias de prosa: a narrativa feminina na África de língua oficial portuguesa. In: LEÃO, Ângela Vaz. **Contatos e ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. **A mulher em África**. Vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. **Onde canta o ossobó**: vozes literárias femininas do arquipélago de São Tomé e Príncipe. s/d. Disponível em: <<http://ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/320-onde-canta-oossob%C3%B3>>. Acesso em 27 de junho de 2014.

RISO, Ricardo. Carlota de Barros e Maria Helena Sato – poéticas afetivas da diáspora cabo-verdiana. In: SILVA, Fabio Mario da. **O feminino nas literaturas africanas em língua portuguesa**. Lisboa: CLEPUL, 2014.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Outros modos de dizer o corpo da mulher e da história: Odete Semedo, Conceição Lima e Tânia Tomé. In: **Metamorfoses**, v. 14, n. 1, 2017.

SEMEDO, Rui Jorge. Uma radiografia do processo literário guineense. In: **REALIS** (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais), v. 2, n. 02, jul-dez. 2012.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina**: vozes de permanência e poética da agressão. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ZOLIN, Lúcia Osana. O matador, de Patrícia Melo: gênero e representação. In: **Revista Letras**, Curitiba, n. 71, jan./abr. 2007, Editora UFPR.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz

Universidade do Estado da Bahia, Departamento
de Ciências Humanas- DCH-I
Salvador- Bahia

Tânia Moura Benevides

Universidade do Estado da Bahia, Departamento
de Ciências Humanas- DCH-I
Salvador- Bahia

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de caracterizar os desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho em Salvador. A pesquisa aponta importantes pontos tais como: a discussão sobre diversidade organizacional como um aspecto estratégico, e a enorme lacuna entre os discursos e as práticas organizacionais. Para isso utilizamos como metodologia a Análise do Discurso (AD) que tem como um dos objetivos identificar de que forma o imaginário é retratado. Com o auxílio dessa ferramenta metodológica realizamos entrevistas com mulheres pretas lésbicas, as questionamos a respeito de suas vivências no mercado de trabalho, levando em consideração os seguintes marcadores sociais: classe, gênero, raça, geração, etnia, sexualidade e território. Daí analisamos os discursos e identificamos alguns desafios, por exemplo, ser mulher, ser lésbica, ser preta, ser periférica, ter traços negroides, ser uma lésbica

feminina ou masculinizada, entre outros. Dentre estes, o ser preta e ser lésbica apareceram com mais intensidade nos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Pretas. Lésbicas. Mercado de Trabalho. Desafios.

1 | INTRODUÇÃO

Analisando os dados é possível observar que as mulheres sempre estiveram presente no mundo do trabalho, sob perspectiva do mercado de trabalho no Brasil, país que tem como a principal atividade econômica o agronegócio. Informações de 2014, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram que os primeiros dados oficiais conhecidos apontam que em 1872 as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho. O censo demográfico de 1872 mostra que as mulheres estavam empregadas, predominantemente, na agropecuária, 35%, nos serviços domésticos em lar alheio 33%, ou no serviço de costura autônomo 20%; considerando que nesse contexto grande parte da produção se desenvolve dentro dos limites domésticos. Nesta pesquisa, o objeto de estudo são as mulheres pretas lésbicas, historicamente enquanto as mulheres brancas estavam lutando por direitos trabalhistas, direito ao voto entre outros, a mulher preta ainda lutava por liberdade

e sobrevivência, portanto o marco histórico do período da revolução industrial em relação ao ingresso das mulheres no mercado formal não reflete a trajetória histórica da mulher preta nesse contexto. Ser lésbica, historicamente, é viver travando diversas lutas. Ainda no século XIX, setores da Igreja, especialmente o Tribunal da Santa Inquisição, incluíram a sodomia entre as transgressões que deviam ser punidas com a morte em fogueiras públicas (ALVES, 2011). Com isso, aquelas mulheres que tinham atitudes ou comportamentos considerados masculinos tornaram-se os mártires dessa desumana transgressão sexual, essa realidade só foi modificada no final do século. Segundo Campo e Alves (2015, p.7) “em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças. Desde, então, as lutas são em busca de visibilidade, direitos básicos, entre outros”. Esse contexto social da mulher tanto preta como lésbica, junto com diversos outros fatores que foram estabelecidos sobre sua realidade, reflete os desafios enfrentado por ela no mercado de trabalho. Essa discussão perpassa também sobre a diversidade no mundo do trabalho, conforme dados divulgados no I Fórum Baiano de Diversidade no Mercado de Trabalho, ocorrido em Salvador, no ano de 2017, pretos(as), mulheres e gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e transexuais (LGBTT’S) ocupam os piores indicadores, com menos cargos de chefia ocupados, fazem parte de índices de pesquisas relacionadas a trabalho análogo à escravidão, violência, piores condições de trabalho e outros. Apesar do termo diversidade no mundo organizacional, tratar de vários outros grupos, este presente trabalho pretende tratar de um, com dois marcadores específicos, o de gênero e sexualidade. Assim, analisaremos os desafios enfrentados por essa mulher preta e lésbica no mercado de trabalho. Assim, busca-se responder a seguinte problemática: Quais os desafios enfrentados pela mulher preta lésbica no mercado de trabalho em Salvador? De agosto de 2016 ao primeiro semestre de 2018, percorremos vários eventos sobre temáticas envolvendo o objeto de estudo desta pesquisa. Após essas vivências nos eventos, ficou explícito a necessidade de falar sobre os desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho em Salvador, além de ver como esse mercado de trabalho tem lidado com essa questão. Durante todo desenvolvimento da pesquisa será utilizado o termo “preta” para caracterizar as mulheres afrodescendentes, ao invés do termo “negra” como consta em grande maioria das pesquisas já desenvolvidas sobre mulheres de origem africana. “A palavra negro vem do grego nekros e foi usada para nomear morte, que também originou o termo Nekrotério” (FAJARDO, ALLESITA, 2012, p. 345). Este estudo tem como objetivo geral caracterizar os desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho. Para isso estabelecemos os seguintes objetivos específicos: identificar os desafios enfrentados pela mulher preta lésbica no mercado de trabalho; apontar as consequências destes desafios; relacionar os fatores encontrados com o seu processo histórico e identificar os aspectos socioculturais que repercutem, atualmente, no contexto das pesquisadas. Com o intuito de oferecer uma maior clareza sobre o tema abordado, os próximos capítulos tratarão dos

temas utilizados para embasamento teórico da pesquisa: políticas organizacionais e diversidade, lésbicas pretas no trabalho e cotidiano, diversidade estratégica como vantagem competitiva.

2 | POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS E DIVERSIDADE

Observamos organizações pelo mundo desenvolvem políticas internas que orientam e regulam os relacionamentos entre os funcionários da organização; com o intuito de proporcionar aos LGBTTT's um ambiente de trabalho mais inclusivo e acolhedor, a fim de impactar na produtividade daquele colaborador e também na imagem da empresa quanto uma organização aberta à diversidade. Quando essa iniciativa não parte por livre e espontânea vontade das organizações, ela pode ser influenciada pelo órgão regulador, por exemplo, os sindicatos que criam comissões específicas para apurar casos de preconceito e discriminação no segmento de categoria em que atua. Segundo Cropanzano et al. (1997) as políticas organizacionais são classificadas em categorias. Uma dessas categorias de definições é a de natureza mais restrita, associa as políticas organizacionais aos comportamentos que são estrategicamente emitidos para, em curto ou longo prazo, maximizar tão somente os interesses dos indivíduos. Mas a questão chave é que estes valores, conforme definição de políticas organizacionais, devem estar alinhados com a cultura da organização, caso contrário, perde totalmente a sua efetividade.

3 | LÉSBICAS PRETAS NO TRABALHO E COTIDIANO

Carrieri, Souza e Aguiar (2014) entendem que as violências relacionadas ao trabalho não se encontram desconectadas da realidade social, muitas vezes, estas violências têm suas raízes na e pela ordem social estabelecida.

Calás e Smirchich (1999) defendem a expansão epistemológica dos estudos organizacionais, buscando com este projeto epistemológico expandir o estudo de diversos temas. Nesse sentido, vale ressaltar que, principalmente em relação às diferenças produzidas sobre a sexualidade, os estudos organizacionais brasileiros têm muito que avançar nesta expansão, pelo fato de que a maioria dos trabalhos sobre o tema está relacionado a *gays* (Carrieri, 2006; Garcia & Souza, 2010; Irigaray, 2007; Siqueira, Saraiva, Carrieri, Lima, & Andrade, 2009), havendo ainda poucos trabalhos sobre lésbicas (Irigaray & Freitas, 2011) e transgêneros (Bicalho & Caproni, 2012) (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR, 2014, p. 80) .

Os mesmos autores esclarecem que lésbicas não se sentem ouvidas ou incluídas nos movimentos LGBTTT'S, destacando que dar voz a esses sujeitos e mostrar as particularidades e as diferenças de cada um desses grupos em relação à violência vivida na sociedade e no trabalho é algo necessário. Segundo Catley (2005 apud

CARRIERI, SOUZA E AGUIAR, 2014) afirma que a violência não se manifesta apenas por meio de agressões físicas, defendendo uma leitura atenta às violências estruturais que caracterizam o cotidiano dos ambientes de trabalho contemporâneos.

Violência é comum na vida cotidiana e profissional de mulheres pretas lésbicas com relação às formas de opressões sofridas. No I Seminário Lésbicas Negras em Pauta (2017) notamos o relato de uma palestrante sobre sua vivência como mulher, preta, lésbica e periférica, assim como em relação à gordofobia como forma de violação de direitos, nessas condições ela encontrou dificuldade para acessar espaços públicos, como transporte coletivo e educação. No mundo organizacional a experiência era ainda pior, a facilitadora falou já ter sido discriminada desde o processo de recrutamento e seleção até o seu dia a dia nas organizações, por ser mulher, preta, lésbica, gorda e periférica.

4 | DIVERSIDADE ESTRATÉGICA COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Diversidade sob a perspectiva estratégica, é um assunto bem discutido na atualidade, a diversidade aparece como forma da empresa alcançar o seu objetivo, passando para seus clientes a imagem de que ela abraça a diversidade. Saji (2005) ao analisar as ações afirmativas de acordo com o modelo empresarial, tendo como base as organizações norte-americanas, concluiu que elas não devem ser um exercício de sacrifício ou um investimento sem retorno positivo, e sim, devem ser concebidas como um ativo de grande “rentabilidade agregada”, pois além de se combater as desigualdades no mundo do trabalho, produz objetivamente a distribuição de riquezas e recursos capazes de alavancar diversos segmentos da cadeia de interesses da rede corporativa. Uma prova desse movimento entre as grandes corporações foi a fala do Diretor Executivo (Chief Executive Officer- CEO) da empresa alemã Bayer, Sr. Theo Van der Loo, no I Fórum Baiano de Diversidade (2017), relatando que um CEO antigamente tinha o papel de deixar na organização apenas o legado financeiro, hoje, fala-se de três legados, o financeiro, social e sustentável.

A gestão da diversidade com base na dissolução das diferenças é aquela que desenvolve práticas e políticas organizacionais ignorando as diferenças entre os indivíduos associadas à identidade social como raça, gênero, idade etc., são chamadas de “*identity-blind*” (KONRAD e LINNEHAN, 1995 apud PEREIRA E HANASHIRO, 2007, p.4). Na visão de Fleury (2000 apud SAJI 2005, p.26) o ganho da organização está na geração de valor, além das questões sociais: “administrar a diversidade significa adicionar valor à organização”, o referido autor analisa que este raciocínio impactará para o gerenciamento de relacionamento interno com os clientes e com a sociedade. Por consequência, irá ocasionar aumento de produtividade e penetração de mercado, uma vez que a diversidade presente na comunidade está representada na empresa com suas maiorias e minorias.

5 | METODOLOGIA

Neste estudo adotamos uma abordagem qualitativa, pois serão analisados marcadores, experiências, sentimentos das participantes da pesquisa e impactos que não podem ser mensurados numericamente. Segundo Deslauriers (1991) neste tipo de pesquisa objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que seja capaz de produzir novas informações.

Possui natureza exploratória, já que objetiva gerar novos conhecimentos. Localizamos poucas pesquisas dando este enfoque em mulheres pretas lésbicas no contexto organizacional, as que foram encontradas, fazem análises separadamente como: mulheres no mercado de trabalho, mulheres negras no mercado de trabalho ou lésbicas nas organizações.

Por essa particularidade, é classificado com um estudo de caráter exploratório. Segundo Gil (2007) essas pesquisas objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema, torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. O mesmo autor reforça que geralmente elas envolvem (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Conforme Mattar (1996, p.48) “dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, que estão catalogados à disposição dos interessados”. As fontes básicas de dados secundários são a própria empresa, publicações, governos, instituições não governamentais e serviços padronizados de informações de marketing. Os dados secundários desta pesquisa foram obtidos através de pesquisas divulgadas pelo instituto Ethos, retrato das desigualdades de gênero e raça pelo IPEA, IBGE e outros, em relação aos índices que refletem a realidade social na qual está inserido o objeto de estudo.

O mesmo autor referido anteriormente também define que dados primários são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que são coletados com o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento. As fontes básicas de dados primários são pesquisadores, pessoas que tenham formação sobre a pesquisa e situações similares. Nesta pesquisa a coleta de dados primária ocorre numa abordagem informal, nos espaços de escuta, em eventos ocorridos na cidade de Salvador, no período de 2016 a 2018, onde se concentram mulheres autodeclaradas pretas e assumidamente lésbicas. Os depoimentos das participantes foram obtidos através do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*, as mesmas foram entrevistadas pessoalmente nos eventos, e questionadas sobre alguma barreira vivida pela condição de ser mulher preta lésbica.

A técnica de análise utilizada foi a Análise do Discurso, “uma vertente da linguística preocupa em estudar o discurso e como tal, evidencia a relação entre língua, discurso e ideologia” (SILVA E ARCANJO, 2017, p. 18).

A AD é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta/acabada. Isto quer dizer que ao lançar 20 | Linguagem, Educação e Democracia mão dos elementos constitutivos do delineamento teórico que balizarão suas análises, o analista do discurso estará ao mesmo tempo alçando os dispositivos metodológicos. É o objeto (corpus) e os efeitos de sentido que vão impondo a teoria a ser trabalhada, pois em AD, teoria e metodologia caminham juntas, lado a lado, uma dando suporte a outra, não podendo separá-las (SILVA E ARCANJO, 2017, p. 19-20).

Esta metodologia nos permitiu fazer uma investigação de forma mais aprofundada a respeito dos desafios das vivências no mercado de trabalho das mulheres pretas. Segundo Orlandi (2009, p. 62 apud SILVA E ARCANJO, 2017, p. 22) “considerando os objetivos da pesquisa que podem incluir os efeitos de memória, da história, as ideologias, as heterogeneidades, os não ditos e/ou os já ditos, ou seja, o objeto é estudado na sua profundidade/totalidade”. Conforme diz Mariani (1999, p. 108 apud SILVA E ARCANJO, 2017, p. 23), “os sentidos das palavras podem mudar conforme a situação em que são usadas e conforme o lugar social ocupado pelo sujeito que fala”.

Basicamente no processo de análise, segundo Orlandi (1987), são divididos em quatro:(1) em primeiro lugar, procede-se ao estudo das palavras do texto, separando adjetivos, substantivos, verbos e advérbios; (2) realiza-se a construção das frases; (3) constrói-se uma rede semântica que evidencia uma dinâmica intermediária entre o social e a gramática; (4) por fim, elabora-se a análise, considerando a produção social do texto como constitutiva de seu próprio sentido.

6 | DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS

Ao analisar os discursos foi possível localizar uma variedade de desafios que essas mulheres precisam enfrentar no dia a dia no mercado de trabalho, por conta do contexto na qual a mesma está inserida.

È muito complicado ser uma mulher preta e lésbicas, principalmente ser for bifinho, sofro muito por isso (Entrevistada 2).

Lá no trabalho enfrento mais problemas em relação a ser negra, principalmente por conta do meu cabelo crespos, eles ficam incomodados (Entrevistada 3)

Nestes discursos é possível perceber desafios relacionados a sua cor/etnia e orientação sexual. O fato de ser mulher também aparecem como uma questão relevante que influencia para a intensificação dos desafios, relatado pelas entrevistadas. Estes desafios apresentam um sentido de trabalho que significa sofrimento, como dito nos discursos, remetendo a etimologia da palavra trabalho que vem do latim *tripalium* que significa castigo, sendo conveniente neste caso, pois para elas o trabalho acaba se tornando uma verdadeira “tortura” diária (BASTOS, PINHO, COSTA, 1995). O que é

desvantajoso para as organizações, já que colaboradores insatisfeitos no trabalho têm baixa produtividade e pouca qualidade no serviço prestado conforme já discutido no referencial teórico desta pesquisa.

7 | A DISCRIMINAÇÃO NO CONTRASTE VISUAL

Analizamos alguns aspectos observados nos discursos que estão relacionados à discriminação sofrida por elas referente ao seu fenótipo. O qual é difundido culturalmente, caracterizando as lésbicas como aquelas que não conseguiram encontrar um marido ou esteticamente estão fora do padrão desejado de mulher.

Quando eles percebem que sou lésbica, parece que deixo de ser mulher, passo a ser tratada como o Brothes (Entrevistada 5).

Para a gente que é bofinho, sapatão, é mais difícil, principalmente nas entrevistas de trabalho (Entrevistada 7) .

Nestes discursos se dá ênfase ao aumento do grau de dificuldade quando há essa percepção da orientação sexual através do contraste visual. O que faz com que elas não sejam mais tratadas como mulheres e sim como um indivíduo do sexo masculino, caracterizado no discurso como “o brother” se tratando de relações cotidianas. Salientamos que nesta pesquisa estamos analisando apenas o caso de mulheres cis lésbicas.

8 | OS SOFRIMENTOS E AS SENSações PROVENIENTES DELE

Nesta seção discutiremos alguns aspectos observados nos discursos das mulheres pretas lésbicas que contribuem para o desequilíbrio do clima organizacional, causando um ambiente de trabalho desarmonioso que impacta na insatisfação das(os) colaboradoras(es). Muitos desses aspectos são consequências dos desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho, alguns já identificados nas seções anteriores, outros ainda não discutidos de forma tão aprofundada, mas já citado em outras partes do artigo.

Ouçõ todos os dias diversas piadas (Entrevistada 3).

Já sofri assédio moral e sexual lá no *trabalho*(Entrevistada 10).

Ouçõ muitos comentários sem graça e desrespeitosos dos colegas (Entrevistada 8)

Nestes discursos identificamos ocorrência de assédio sofrido no trabalho, este que do ponto de vista da OIT (2012) está relacionado à dignidade e integridade do trabalhador, e não pode ser ignorado, dados da mesma organização apontam que as maiores vítimas de assédio no trabalho são mulheres e, conseqüentemente, elas

podem sofrer mais em razão de determinadas convenções sociais e de sua condição empregatícia, muitas vezes, precária. As mulheres também caracterizam o perfil daqueles que as oprimem no ambiente de trabalho, quando a entrevistada 8 se refere aos colegas de trabalho.

9 | QUANDO NÃO MAIS SUPORTOU E SUAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO

Conforme já abordado por Torma (2013), o local de trabalho é um ambiente opressor, onde elas não se sentem a vontade para dizer sua orientação sexual, portanto a tendência é elas tentarem passar o mais despercebidas possível, e quando reagem de forma mais ríspida são vistas como agressivas e grosseiras.

Durante a pesquisa foi possível identificar situações em que nestas investigações por parte das empresas e colegas de trabalho descobriram a orientação sexual delas. Segundo elas, os colegas utilizaram justificativas extremamente conservadoras, machistas, sexistas, patriarcais como: você não tem filho, não é casada, é muito independente, seu namorado nunca veio buscar no trabalho, você é muito bonita para estar sozinha, entre outras.

Eu não costumo falar muito sobre a minha vida pessoal, mesmo assim eles ficam investigando, querendo saber (Entrevistada 3).

Em algumas ocasiões eu tenho que brigar e fico vista como agressiva e grosseira (Entrevistada 3).

Os desafios analisados nas seções anteriores ocasionaram em alguns tipos de reações por parte das mulheres pretas lésbicas, como forma de revide e enfrentamento. Um fato relevante entre as pesquisadas é que nenhuma delas se assumem como lésbica no seu trabalho. Todavia, os relatos mostram um cenário de sofrimento independente desse fato de relatar sua orientação sexual. Isso remete a questão da invasão de privacidade, já que a exposição aumenta em função da vulnerabilidade promovida pelas redes sociais.

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que os desafios são de uma enorme variedade e intensificados de acordo com os marcadores sociais que perpassam pela realidade desta mulher, encontramos desafios como: ser mulher, ser lésbica, ser preta, ser periférica, ser gorda, ser jovem, ter traços negroides, ser uma lésbica feminina ou masculinizada, entre outros. Dentre estes o ser preta e ser lésbica apareceram com mais intensidade. Posteriormente, sinalizamos as consequências destes desafios, os resultados apontam assédio, violência, além de racismo e a lesbofobia; em alguns

momentos os casos de racismo aparecem de forma mais notória, pois é possível esconder ser lésbica, ao contrário de ser preta(o).

Diante disso, ao relacionar os fatores encontrados com o seu processo histórico, observamos que trata do resultado de uma construção sócio-histórica, isso ficou explicitado nos resultados quando os relatos das entrevistadas mostram que as mesmas são levadas para um padrão construído de que mulheres são delicadas, que são casadas e seus maridos vão buscá-las no trabalho, dedicadas ao lar e não independentes, que precisam ter filhos, precisam manter um corpo e estética com base no padrão de beleza europeu e não com cabelos crespos. Por fim, tínhamos como último objetivo específico identificar os aspectos socioculturais que repercutem, atualmente, no contexto das pesquisadas. Então, percebemos de forma mais forte o racismo como resultado do processo escravista, o patriarcado como herança do sistema colonizador, além da objetificação desse corpo preto.

Por essa via, identificamos um dado não apontado, inicialmente, nos objetivos específicos, mas que merece ser observado, que é o impacto dos desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas nos resultados da organização. Este cenário de sofrimento no mercado de trabalho afeta de forma significativa em aspectos do clima organizacional e, conseqüentemente, redução e falta de qualidade na produtividade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zenaide Gregório. Inquisição e homossexualidade na colônia. In: Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: História e Historiografia, 1., 2011, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: UFRB, 2011. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt B, PINHO, Ana Paula Moreno, COSTA, Clériston Alves. Significado do trabalho um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 6, p.22.

CAMPOS, Jéssica Lisboa, ALVES, Jéssica Luana da Silva. A invisibilidade da saúde da população LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 7., 2015, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015. p.7. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CROPANZANO, R.; HOWES, J.C.; GRANDEY, A.A.; TOTH, P. The relationship of organizational politics and support to work behaviors, attitudes, and stress. **Journal of Organizational Behavior**, v. 18, p.159-180, 1997.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio MOULIN DE; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travesti e Transexuais. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, 2014.

DESLAURIERS, J. **Recherche qualitative- Guide pratique**. Montreal: McGraw-Hill, p. 58, 1991.

FAJARDO, Messina; ALLESITA, Luisa. **Lexicultura/Frascultura**: metáforas fossilizadas en la lengua”, Giovanni Dotoli, Antonio Nicola Augenti y Mario Selvaggio (a cura di), *Actes des Cinquièmes Journées Italiennes des Dictionnaires/Atti delle Quinte Giornate Italiane dei Dizionari*. Italia.Fasano: Schena Editore, 2012, p. 345. Disponível em: <http://www.contrastiva.it/wp/?page_id=175>. Acesso em: 03 mai. 2017.

FÓRUM Baiano de Diversidade no Mercado de Trabalho, 1 ed., 2017, Salvador.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987
PEREIRA, Jamille Barbosa Cavalcante; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. A Gestão da Diversidade: uma Questão de Valorização ou de Dissolução das Diferenças. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2007.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil: apresentação de um modelo brasileiro**. 2005. Tese de Doutorado.

SILVA, Jonathan Chasko, ARCANJO, Alcemar Dionet. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. Grau Zer, **Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492/2240> Acesso em 22 Jun. 2018.

SEMINÁRIO Lésbicas Negras em Pauta, 1 ed., Agosto 2017, Salvador.

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Sobral – Ceará

Dalvanira Elias Camelo

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Sobral – Ceará

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a tomada de atitude e o não silenciar das prostitutas dos cabarés de Ipu, no interior do Ceará, durante as de 1960 à 1980, na luta contra o patriarcalismo e o machismo, fortemente notados na sociedade da época. Utilizando os relatos das meretrizes, dos frequentadores e de pesquisadores, apontando detalhes das vidas das mulheres trabalhadoras do sexo, como as motivações que levaram ao ingresso e à saída das meretrizes do mercado sexual, além de entender as relações sociais entre as mulheres públicas e os indivíduos da sociedade de bem. Empregando o método de pesquisa qualitativa, e de cunho exploratório, apoiamos nossas ideias em textos, mas principalmente, nos relatos das próprias prostitutas, dos frequentadores dos cabarés, historiadores e policiais que exerceram sua função durante o recorte temporal estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Prostitutas, Gênero, cabarés, Ipu-CE.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the taking of attitude and unmuting the prostitutes of the cabarets of Ipu, in the state of Ceará, during the 1960 to 1980, in the fight against patriarchy and machismo, strongly noted in society at the time. Using the reports of harlots, the regulars and researchers pointing to details of the lives of women sex workers, as the motivations that led to the entrance and exit of prostitutes of the sexual market, in addition to understanding social relations among women and individuals of society well. Employing the method of qualitative research, and exploratory nature, we support our ideas in texts, but mainly in the accounts of prostitutes, of the regulars the cabarets, historians and polices who exercised your function during the studied period.

KEYWORDS: Prostitutes, Gender, Cabaret, Ipu-CE.

1 | INTRODUÇÃO

As razões que levaram à escolha do tema apresentado neste artigo, são oriundas principalmente de um sentimento assaz, insueto e feroz que os autores carregam em seus motores cardíacos, pela pesquisa de campo, pelo contato cara-a-cara com os personagens

centrais da história, no caso as prostitutas e os frequentadores dos cabarés, além do anseio e ambição de mostrar a luta por vez e a voz das prostitutas numa sociedade essencialmente preconceituosa, machista e patriarcal, onde “ser rapariga era a pior coisa que existia”, como diz Dona Chica, uma das ex-prostitutas entrevistadas. Escolhemos trabalhar com este recorte temporal, pois é neste período que o cabaré do Chico do Grude nasce, chega ao seu apogeu e começa a findar-se.

Pretendemos com esta pesquisa, analisar a tentativa de ter vez e a voz das putas dos cabarés ipuenses, das décadas de 1960 a 1980, apontando as situações, experiências e emoções vividas nestes locais. Almejamos também, identificar as motivações que levaram essas mulheres à fazerem sexo em troca de dinheiro. Outro objetivo desta pesquisa é tentar compreender como era a vida e o cotidiano de uma trabalhadora do mercado sexual, além de tentar entender a relação prostituta-sociedade, e o impacto da contiguidade desses mundos no convívio e nas relações interpessoais, sentimentais e afetivas do todo social.

O debate que levantamos neste artigo supera as imagens de vítimas, subordinadas e coitadinhas, normalmente empregadas as mulheres que fazem parte do mundo do comércio sexual, mostramos que apesar da sexualidade ser, para MACKINNON, (*apud* RIBEIRO, 2015, p. 19), uma construção social masculina para subjugação feminina, ser prostituta e se dizer prostituta era, acima de tudo, um símbolo de autonomia e liberdade feminina, diante do controle patriarcal e machista da sociedade da época.

A utilização de termos como “puta” e “rapariga” para nos referirmos às prostitutas justifica-se não por querermos chamá-las desta forma, mas sim, por se tratar de expressões utilizadas por elas mesmas para referirem a si próprias.

2 | METODOLOGIA

Empregando o método da pesquisa qualitativo, com um olhar exploratório, buscamos o levantamento de bibliográfico sobre o tema em discussão, e fomos à campo na tentativa de diálogo cara-a-cara com os personagens centrais do comércio sexual em Ipu, nas décadas em estudo, as raparigas e os frequentadores das casas de prostituição.

O cruzamento dos conceitos discutidos pelos autores, como o conceito prostituição voluntária, discutido por Ribeiro (2015), ou o empoderamento, apresentado por Barros (2009) e Farias Filho (2015), com as narrações dos entrevistados, sobretudo das raparigas, nos permitiu uma aproximação com a realidade do mundo do comércio sexual, e das trabalhadoras do sexo, mostrando que elas não eram apenas objetos sexuais para satisfação dos desejos sexuais masculinos, mas sim, atoras centrais de suas vidas e de suas histórias.

3 | DESENVOLVIMENTO

Ipu despontava-se das outras cidades da região desde o início do século XX, e esse destaque se deu principalmente pela implantação da estrada de ferro, que tinha como parada final o município. Com a chegada dos trens, veio também o desenvolvimento e o crescimento do comércio de produtos agrícolas, e também o comércio do sexo.

Com o desenvolvimento comercial da cidade, começou-se a notar uma tentativa de transformação nos papéis sociais e morais dos indivíduos, em especial das mulheres, sobretudo as “de família”, já que estas não se prendiam mais às paredes internas de seus lares, já queriam mais. No entanto, o juízo oriundo o patriarcalismo, apoiando-se principalmente no discurso da moral da “mulher-mãe”, não permitia que essa tentativa de empoderamento feminino se fizesse por completo. Como diz Farias Filho (2015, pág. 23):

Embora se quisesse viver de outra forma, como nos grandes centros, os limites impostos a isso eram de ordens diversas. Se de um lado, era aceito e se buscava incorporar a mulher aos espaços sociais, cobrando dela uma postura respeitável, uma desenvoltura, elegância e uma educação esperada, de outro lado, cobrava-se também o seu papel para a maternidade.

A cultura da imposição da opinião masculina sobre as opiniões femininas, podiam ser percebidos por todos os lados da sociedade, desde as atividades empregadas à ambos os gêneros perante a sociedade, até as formas de relacionar-se afetiva e sexualmente. Para Mackinnon (apud RIBEIRO, 2015, p. 19), o uso da sexualidade para a subjugação feminina é uma construção social do poder masculino, e a principal fonte de dominação dos homens sobre as mulheres. Neste sentido, para Ribeiro (2015, p. 20), “[...] a prostituição seria uma forma de legitimar essa dominação, pois a mulher objetifica seu corpo para o desejo masculino”.

Mas porque essas mulheres ingressavam no mundo do mercado sexual? Quando questionada sobre as motivações que à levaram para a vida no cabaré, Dona Chica responde:

Era a necessidade que fazia a gente fazer isso. Neste tempo, os pais da gente pobres, a gente passava necessidade e vinha pro (sic) cabaré se prostituir atrás de alguma coisa, até de comida, porque no meu tempo os pais da gente pobre, não tinham nem comida pra dar a gente. Nem comida pra dar a gente eles num tinham!

Ela ainda completa:

-Neste tempo a gente só queria os homens era pelo dinheiro. Podia ser quem quer que fosse, tendo dinheiro tava (sic) bom. [...] ninguém queria homem de graça não, [...] era a bunda no chão e o dinheiro na mão. [...] E queria ver revolta, não saísse dinheiro.

Durante a entrevista, a ex-prostituta nos falou ainda que ser puta não era a

única forma de conseguir sobreviver, porém era mais rentável que trabalhar em outras atividades. “Cresci nas casa alheia, trabalhado que só jumento pra ganhar um prato de comida, aí a gente vinha pra cá [...] atrás de roupa, calçado, que ninguém tinha nada”.

Ela nos confessou que a vida de mulher pública, mesmo com todos os infortúnios aos quais eram submetidas, era divertida, pois tinham liberdade de poder *beber, dançar e brincar*, e ainda ganhavam dinheiro para isso. Desconstruindo a ideia de ser sempre desafortunado e infeliz, Dona Chica faz uso do verbo “brincar” para se referir ao trabalho sexual. Nota-se então uma liberdade sexual, que apesar de julgar e criminalizar as prostitutas, também atingia às outras mulheres, as “mulheres de bem”, uma vez que as privava do desfrute dos prazeres sexuais.

3.1 Na sociedade

Como já citado anteriormente, as mulheres de família, já frequentavam os centros comerciais da cidade, porém o contato destas com as prostitutas, era visto pelos homens como um fator desvirtuador da integridade moral das “senhoras e senhoritas direitas”. A medida pela sociedade adotada para evitar este convívio, foi a limitação dos horários de frequência das raparigas nestes centros.

Foi estabelecido para as prostitutas, que só poderiam permanecer no centro da cidade até as 9 horas da manhã, pois a partir deste horário, as mulheres de bem iriam para o centro fazer suas feiras. Porém não foram raros os casos de desobediência dessa norma. Segundo as prostitutas, essa inobediência tinha motivos. Dona Sergina nos relatou que em um determinado dia estava no centro

[...] fazendo as compras quando chegou o Ten. Atalana

Ten. Atalana – Já é nove horas!

D. Sergina – E eu sou relógio para andar por hora? Eu vim fazer minhas compras e só vou quando terminar de fazer minhas compras é que eu vou pra casa.

Ten. Atalana – Mas é a ordem. **D. Sergina** – Vá dar ordem aos bêbados que andam aí no meio da rua sem fazer nada, rapaz!

Observamos como a polícia agia para o cumprimento da ordem, que segundo Sargento Eusébio, um policial militar aposentado que foi entrevistado, era uma determinação legal. Contudo, ao mesmo tempo, vemos que as raparigas não aceitavam passivamente o que era estabelecido, o que gerou muitos conflitos e prisões.

3.2 “Eu vou tirar você desse lugar”

A utilização do título da canção de Odair José, *Eu vou tirar você desse lugar*, representa um dos principais meios para o fundamento da carreira como prostituta. Como conta Dona Sergina, o mundo que as condenava era o mesmo que lhes abria portas para uma vida séria. Ela relata ainda que a maioria das que saíam dos cabarés assumiam o papel de dona de casa, esposa e mãe, e que não foram raros os casos de

usuários que levavam aquelas mulheres para seus lares, quando solteiros, ou quando casados, deixavam suas antigas esposas para viver com seus novos (ou nem tão novos assim) amores.

4 | CONCLUSÃO

Concluimos então, que as ideias de vítima, subordinada e submissa, normalmente empregadas às prostitutas, não traduziam realidade das mesmas. Entendendo a tentativa masculina de controle social, e a significação da sexualidade como fator de submissão, vemos que as raparigas não se deixava ser comandadas, elas lutavam por vez e voz.

A exploração oriunda das outras atividades, sujeitava as mulheres à trabalhos excessivos e demasiados pesados e as recompensavam com ordenados bem inferiores ao que deveriam, ou, como cita Dona Chica, com um “prato de comida”. Essa exploração excessiva, cometia às mulheres ao trabalho sexual, pois a vida de trabalhadora do sexo mostrava-se mais rendosa e vantajosa na busca por melhores condições de sobrevivência.

FONTES ORAIS

Antonio Iramar Miranda Barros. Historiador e professor de história, com grau de Mestre pela Universidade Estadual do Ceará, ipuense. Entrevista realizada em julho de 2015.

Francisco Alves Euzébio. Policial aposentado, com mais de 40 anos de profissão, aposentado com a graduação de sargento, (mora atualmente em Ipuéiras-CE, a 28 km de Ipu). Entrevista realizada em setembro de 2015.

Sergina Alves Pinto. Ex-prostituta e ex-proprietária de casa de meretrício. Entrevista realizada em setembro de 2015.

Francisca Alves Martins. Ex-prostituta e ex-proprietária de casa de meretrício, residente ainda no local em que se localizava o Cabaré do Chico do Grude. Entrevista realizada em outubro de 2015.

FONTES AUDIOVISUAIS

O MERETRÍCIO Ipuense. Produção de Dalvanira Elias Camelo; Francisco de Souza Lima Filho; Lucas Martins Araújo. Sobral, LABOME. 2015. 1 DVD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUM Itaú Cultura. Odair José, proibido e popular. Disponível em: <<http://albumitaucultural.org.br/radios/odair-jose/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A Serpente Domada:** um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício. Fortaleza, UFC, 1983.

BARROS, Antonio Iramar Miranda. **Ipu nos trilhos do Meretrício:** intelectualidade e controle numa sociedade em formação (194-1930). 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de

História. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. Duas faces: a prostituta e a mulher ideal no início do século XX – o caso de Ipu. In: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino; BARROS, Antonio Iramar Miranda (org.). **Nas trilhas do Sertão**: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. v2. Sobral, CE: Sertão Cult, 2015.

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. É possível consentir no mercado do sexo? O difícil diálogo entre feministas e trabalhadoras do sexo. **REIA**, Recife, v. 2, n. 2, p. 17-29, jul./dez. 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE). Coordenadora das Pós Graduações: MBA em Logística e Supply Chain; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Auditoria, Finanças e Controladoria; MBA em Comunicação Empresarial; MBA em Gestão Empresarial. Experiência nas disciplinas de Pós Graduação em: Metodologia de pesquisa, Artigo Científico, Responsabilidade Social, Metodologia do Ensino Superior.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-090-2

